



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**MAYARA PRISCILLA DE JESUS DOS SANTOS**

***MARIA ODÍLIA TEIXEIRA:  
A PRIMEIRA MÉDICA NEGRA DA  
FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA  
(1884- 1937)***



Salvador  
2019

**MAYARA PRISCILLA DE JESUS DOS SANTOS**

**MARIA ODÍLIA TEIXEIRA:  
A PRIMEIRA MÉDICA NEGRA DA  
FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA  
(1884- 1937)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia como requisito para obtenção do grau de Mestre em História.

Área de concentração: Escravidão e Invenção da Liberdade.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Iacy Mata Maia

---

Santos, Mayara Priscilla de Jesus dos  
S237 Maria Odília Teixeira: a primeira médica negra da Faculdade de Medicina da Bahia  
(1884- 1937) / Mayara Priscilla de Jesus dos Santos. – 2019.  
175 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Iacy Mata Maia  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e  
Ciências Humanas, Salvador, 2019.

1. Identidade de gênero. 2. Raça negra. 3. Escravidão - Emancipação. 4. Faculdade  
de Medicina da Bahia. I. Maia, Iacy. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de  
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 305.8

---



ATA-PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOME DO ALUNO	MATRÍCULA	NÍVEL DO CURSO
MAYARA PRISCILA DE JESUS DOS SANTOS	216124148	Mestrado
TÍTULO DO TRABALHO		
Maria Odília Teixeira: a primeira médica negra da Faculdade de Medicina da Bahia (1884-1937)		
EXAMINADORES		CPF
lacy Maia Mata – orientadora		668.667.235-15
Wlamyra Ribeiro de Albuquerque (UFBA)		530.895.615-49
Magali Gouveia Engel (UERJ)		572.245.287-49

ATA

Aos cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove, nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi instalada a sessão pública para julgamento do trabalho final elaborado pela aluna MAYARA PRISCILA DE JESUS DOS SANTOS, mestranda do Programa de Pós-graduação em História Social. Após a abertura da sessão, a professora lacy Maia Mata, orientadora e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando as demais examinadoras. Foi dada a palavra à autora, que fez sua exposição e, em seguida, ouviu a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas da examinanda. Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu pela **aprovação** da aluna. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.

PARECER GERAL

A banca decidiu pela aprovação considerando a qualidade da pesquisa, a relevância da temática e da abordagem metodológica.

A banca recomenda as reformas formais no que diz respeito às normas acadêmicas.

SSA, 05/07/2019: Assinatura da aluna:

SSA, 05/07/2019: Assinatura da orientadora:

A minha amada avó Raimunda, a  
minha querida mãe Marlene.

## AGRADECIMENTOS

Esse trabalho foi feito com inúmeras mãos. Mãos que me ajudaram nesta caminhada, me acolheram, me corrigiram e, sobretudo, que acreditavam que eu era capaz. Por todo esse apoio, não há agradecimento à altura que eu possa fazer. Ainda assim, tentarei de alguma forma demonstrar minha gratidão.

Agradeço:

Aos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil, que por meio de sua contribuição propiciaram a concessão da bolsa CNPq, o que viabilizou a minha dedicação exclusiva a este trabalho.

À minha amada mãe, que me inspira a cada dia a ser melhor. Seu apoio incondicional, sua torcida e seu amor me nutriram e impulsionaram cada linha deste trabalho.

À minha orientadora, Iacy Maia Mata. Querida Iacy, que desde o início desta pesquisa acreditou em sua força e confiou que eu fosse capaz de desenvolvê-la. E que muito antes disso me inspirou a ser pesquisadora.

À minha família, tias, tios, primos, primas e agregados. Sem o carinho e paciência de todos vocês esse percurso teria sido muito mais difícil.

Aos meus avós que sempre foram os melhores avós que alguém poderia ter. As lutas que travaram durante toda uma vida, no sertão da Bahia, nos fizeram fortes.

À minha amada irmã, Mona Lisa, que sempre me apoiou durante o desenvolvimento deste trabalho, e em todas as outras coisas que eu precisasse na vida. Nosso elo é uma das coisas mais preciosas que pude desenvolver nessa vida.

Ao meu querido afilhado Lucas. Suas frases de incentivo, sua alegria e seu sorriso foram a minha luz para os dias ruins. Sua dinda te ama!

Ao meu companheiro Luan. Seu amor, dedicação e companheirismo foram fundamentais para que eu passasse por esse processo. Obrigado por acreditar em mim quando eu teimava em duvidar. Aqui estendo os meus agradecimentos à minha querida sogra, Dona Vera Lúcia.

Às amigas e amigos que caminharam comigo nesta jornada. Jamile, Lari, Jéssica, Jaque, Mara, Chiara, Libania, Juliana, Tamires, Adriano, Juçanã, Tiago, Danilo e Saionara.

À querida Dona Telma e sua família, que me recebeu e abrigou em sua casa na cidade de Ilhéus, ainda no início dessa pesquisa. Seu carinho e atenção aqueceram meu coração naqueles dias em que tudo era incerteza.

À Érica, por todas as vezes em que me acolheu na sua casa em Cachoeira ao longo de todo o percurso dessa pesquisa, pelas conversas, motivações e o carinho de sempre.

À turma do NEIM (Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher), na disciplina Gênero e História, lugar onde muito aprendi, sobretudo na escuta das muitas narrativas ali debatidas. Aqui também estendo o meu agradecimento às professoras Lina Maria de Brandão Aras e Iole Macedo Vanin. À professora Iole, expando o meu agradecimento às suas colaborações na banca de qualificação deste estudo.

Aos funcionários dos arquivos em que eu tive o prazer e o desafio de pesquisar. Em especial ao Arquivo Público do estado da Bahia, lugar em que muito aprendi enquanto estagiária, e que me abraçou enquanto pesquisadora; e à Bibliotheca Gonçalo Moniz, que me propiciou encontrar Maria Odília, além de ser um espaço em que me senti abraçada no desenvolver dessa pesquisa. Aqui aproveito para estender os meus agradecimentos à bibliotecária Graça Ribeiro, que chamou atenção para a importância dessa pesquisa, e que muito me motivou; e para Anderson Silva, funcionário do Acervo de Memória clemente Mariani na UFRB (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia), que generosamente compartilhou comigo um importante documento para essa pesquisa.

À professora Wlamyra, pelas aulas durante toda a graduação e pelos preciosos comentários que muito ajudaram no desenvolvimento deste trabalho.

À professora Magali, que me deu uma injeção de ânimo ao me presentear com seus comentários e sugestões neste trabalho.

À Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, pois lá encontrei o meu lugar no mundo.

À família Lavigne, pela atenção dispensada a esse trabalho, sobretudo ao Seu José Léo Lavigne, filho de Maria Odília que me recebeu em sua casa na cidade Caldas do Jorro. Além da terna acolhida, concedeu-me uma entrevista sobre a sua mãe, vida e família, que muito me ajudou no desenvolvimento dessa dissertação.

À professora, como eu gostava de chamá-la, Cristina Maria Mascarenhas Fortuna. Você, que nos deixou de repente e que muito me faz falta, é a grande responsável pelo rigor das informações e das fontes pesquisadas no arquivo da Faculdade de Medicina da Bahia. Sem a sua atenção, carinho e dedicação este trabalho não seria o mesmo. No encantamento, onde sei que você se encontra, o meu muito

obrigada!



*Eu sei, eu sei  
Que a vida devia ser  
Bem melhor e será  
Mas isso não impede  
Que eu repita  
É bonita, é bonita  
E é bonita.*

**Gonzaguinha,**

## RESUMO

Na presente dissertação, tratamos das possibilidades apresentadas à população de cor no contexto do pós-abolição. Para tanto, utilizamos como lente a trajetória da primeira médica negra da Faculdade de Medicina da Bahia, Maria Odília Teixeira. A partir disso, discutimos a entrada das mulheres no ensino superior no Brasil; as possibilidades de estudo para as mulheres de cor; o desenvolvimento das carreiras das pioneiras na medicina; e as dimensões do casamento para essas pioneiras. Assim, percebemos que o período do pós-abolição foi palco de diversas tensões que envolviam o recorte racial e de gênero. Além da população de cor, as mulheres se fizeram atores centrais das mudanças e lutas que o início do século XX apresentava.

**Palavras-chave:** trajetória, gênero, raça, pós-abolição, Faculdade de Medicina da Bahia.

## ABSTRACT

In this dissertation, we deal with the possibilities presented to the colored population in the context of post-abolition. For that, we used as a lens the trajectory of the first black doctor at the Faculdade de Medicina da Bahia, Maria Odília Teixeira. From this, we discuss the entry of women in higher education in Brazil; study possibilities for women of color; the development of the careers of medical pioneers; and the dimensions of marriage for these pioneers. Thus, we realized that the post-abolition period was the scene of several tensions that involved racial and gender issues. In addition to the colored population, women became central players in the changes and struggles that the early twentieth century presented.

**Keywords:** trajectory, gender, race, post-abolition, Faculdade de Medicina da Bahia.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

APEB: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

FAMEB: FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA

MCO: MATERNIDADE CLIMÉRIO DE OLIVEIRA

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Maria Odília Teixeira com a beca de formatura

Figura 2 – Ítala Silva de Oliveira

Figura 3 – Porto e a cidade alta vista da Baía

Figura 4 – Maria Odília Teixeira Lavigne e Eusínio Gaston Lavigne

Figura 5 – Eusínio Gaston Lavigne

Figura 6 – Bairro da Barroquinha, Salvador, nos anos de 1920

Figura 7 – Praça Castro Alves, Ilhéus, nos anos de 1920

Figura 8 – Casa de Eusínio e Maria Odília nas praias, em Ilhéus

## **TABELAS**

**TABELA 1-** PARTEIRAS FORMADAS PELA FAMEB (1905-1908)

**TABELA 2-** DISCIPLINAS MINISTRADAS NO CURSO DE MEDICINA NA FAMEB (1901)

**TABELA 3-** TESES DOUTORAIS DAS MÉDICAS PIONEIRAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA (1887-1909)

**TABELA 4-** TESES DOUTORAIS DAS MÉDICAS PIONEIRAS DA FACULDADE DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO (1888- 1908)

**TABELA 5-** ATENDIMENTOS MÉDICOS FEITOS POR MARIA ODÍLIA (1911-1914)

**TABELA 6-** TESES DOUTORAIS (1910-1915)

## SUMÁRIO

Introdução.....	14
1 O santelmo da série, a glória da Bahia.....	22
1.1 Ascendência.....	22
1.1.1 As diferentes trajetórias que se encontraram.....	24
1.2. A profissão como um legado familiar.....	36
1.3 Uma estrela num universo: A Faculdade de Medicina da Bahia.....	49
1.3.1 Um Universo.....	54
1.3.2 Uma estrela.....	60
1.3.3 As teses.....	70
2 Novas médicas e novos destinos?.....	77
2.1 As possibilidades de carreira para as pioneiras no dever de medicar.....	77
2.2 “A talentosa clínica da médica Maria Odília Teixeira”.....	85
2.2.1 Quando a medicina encontra o gênero.....	100
2.3 “A boa filha a casa torna”.....	106
2.3.1 A práxis na maternidade Climério de Oliveira.....	114
2.3.2 Exoneração.....	120
3 “Nossa família é a humanidade.”.....	124
3.1 Casamento.....	124
3.1.1 Um ilustre amigo.....	125
3.1.2 “Notícia epistolar alvissareira”. Ela diz: sim!.....	132
3.2 Uma escolha?.....	137
3.2.1 Possibilidades.....	138
3.3 A cidade de Ilhéus.....	146
3.3.1 Casamento e política.....	149
3.3.2 Uma vida.....	156
Considerações Finais.....	158
Referências.....	162
Fontes.....	170

## Introdução

Pouco mais de duas décadas da abolição da escravatura no Brasil, em 1909, formou-se a primeira médica negra da Faculdade de Medicina da Bahia, Maria Odília Teixeira. A investigação dessa trajetória, e como se constituíam as relações raciais e de gênero na virada do século XIX para o XX na Bahia, são os principais motes deste trabalho. Apesar do crescente desprestígio da classe ex-senhorial, da emergência das discussões da agenda sociopolítica, com a preocupação da saída de uma sociedade escravista e da crescente progressão de uma agenda feminista no início do século XX, a delimitação dos espaços sociais e a possibilidade de ascensão a partir dos critérios estabelecidos pela condição racial e de gênero do indivíduo, era o *modus operandi* vigente. Logo, a trajetória de Maria Odília nos permite investigar as questões ligadas à sua condição de raça e gênero, ampliando as possibilidades de entendimento deste período importante, do pós-abolição, sobretudo para as mulheres negras.

Neste sentido, a Faculdade de Medicina torna-se um espaço privilegiado para a compreensão deste momento na Bahia, pois lá os discursos acerca de gênero e raça eram cotidianamente produzidos, discutidos, reforçados ou descartados. Os projetos higiênicos da república<sup>1</sup> e a política governamental de higienização, por exemplo, encontraram força e adeptos dentro da FAMEB; do mesmo modo, as teorias raciais de criminalidade tiveram grande destaque na produção médica. Estando a biografada inserida nesta instituição naquele momento, temos a chance de investigar as possibilidades que uma mulher negra tinha de ascender nesta sociedade (e os limites desta ascensão), assim como de entender os espaços de disputa, negociação e conflito que a sua condição racial e de gênero provocara.

Este estudo carrega em seu título o peso de uma afirmativa poderosa: “Maria Odília Teixeira: a primeira médica negra da Faculdade de Medicina da Bahia”. Um dos questionamentos mais importantes advindos dessa afirmativa é o critério utilizado para estabelecer a classificação racial atribuída a Odília, o que automaticamente lhe confere a

---

<sup>1</sup>Dentre esses projetos destacam-se o controle da população de cor e suas práticas sócio culturais. Ver: ALBUQUERQUE, Wlamyra. *Deuses e heróis nas ruas da Bahia: identidade cultural na Primeira República*. Afro-Ásia nº 18, p. 103-124. 1996.



singularidade de ser a primeira médica negra da Bahia. Neste sentido, é preciso estabelecer os limites dos enunciados propostos; vamos ao primeiro: o critério racial estabelecido.

O pressuposto dessa afirmativa foi instaurado a partir do artigo intitulado “A cachoeirana Doutora Odília Teixeira Lavigne”, do jornal *A Tarde* e escrito por Benedicto Alves de Castro, membro do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e amigo da família Teixeira/Lavigne, que primeiro apontou a condição racial de Odília. No artigo de 2011, Benedicto narra a trajetória de Odília apontando-a como a “primeira médica negra do Brasil”, afirmativa embasada na convivência do autor com a própria Odília e sua família. Para o autor, a cor de Odília seria advinda de seus antepassados, sendo ela uma “neta de escrava alforriada”; no entanto, não nos dá explicações adicionais sobre a sua ascendência materna. A partir da coleta de informações para o referido artigo, o autor entrou em contato com Cristina Maria Mascarenhas Fortuna, memorialista da Faculdade de Medicina da Bahia. Desde então a faculdade tomou conhecimento da condição racial de Maria Odília, até então somente citada como uma das pioneiras. A partir dessa nova porta que se abria, e da verificação dos documentos, fotos e imagens que a FAMEB (Faculdade de Medicina da Bahia) possui, foi endossada a narrativa proposta por Benedicto Alves.

Cabe aqui ressaltar que este trabalho, assim como a FAMEB que endossou e promoveu o título de primeira médica negra a Odília, considera que as fontes apresentadas, até então, são consistentes e que as narrativas são provisórias; e que os limites que a pesquisa impõe<sup>2</sup> fazem parte da produção historiográfica. Como destaca Bebiano:

Uma situação que, se for aceite como verdadeira, se torna ainda mais complexa na era da pós-modernidade, quando nada é evidente e absoluto, quando tudo é aparente e relativo: "a relação entre significante e significado altera-se então, não existindo mais significados fixos e universais", podendo cada significante adquirir muitos significados, o que conduz à própria flutuação da relação entre os dois elementos. Tal reforçaria a necessidade de o historiador atender permanentemente a este processo de mudança, renovando as estratégias comunicativas, e contornando os limites de um certo tipo de linguagem "científica", mas, ao mesmo tempo, suscita a reserva dos historiadores que se sentem mais protegidos por um discurso que desejam depurado, rigoroso e, na medida do possível, imune em relação à mudança.<sup>3</sup>

<sup>2</sup> Quando me refiro a isso, quero dizer que, com o arquivo de medicina fechado, não foi possível verificar os documentos de 4 médicas, anteriores a Odília, das quais não posso afirmar a sua “classificação racial” ou até mesmo sua ascendência. No caso de Odília, encontrei a certidão de batismo do pai dela que o aponta como branco, assim como está na certidão de óbito. Eles também não possuem nenhum tipo de foto/imagem dessas mulheres e minhas pesquisas nesses sentidos não deram frutos.

<sup>3</sup> BEBIANO, Rui. *Sobre a história como poética*. Revista de História e Teoria das Ideias, v. 21, p. 59-86, 2000.

Logo, essa pesquisa se alicerça na narrativa endossada pela FAMEB, mas sem deixar de lado o rigor da pesquisa histórica e dos questionamentos provenientes desse processo; questionando as fontes, as narrativas constituídas e concordando com a assertiva de Marc Bloch,

O historiador "escolhe e peneira", "organiza racionalmente uma matéria" cuja receptividade passiva "só levaria a negar o tempo; por conseguinte, a própria história". O vínculo entre ordenamento racional, tempo e história é perfeitamente reafirmado. Mais que isso, essa démarche racional identifica-se com a ordem do tempo e com a natureza da história.<sup>4</sup>

O segundo ponto, tão importante quanto o primeiro, é a classificação racial atribuída a Maria Odília. Friso a palavra “atribuída” por não termos alcançado fontes em que a própria médica tenha evidenciado a sua classificação racial; possuímos fontes indiretas que reconhecem, admitem e defendem a sua condição de negra. Fátima Oliveira estrutura as mudanças nos critérios de classificação racial da seguinte maneira:

Em 1775, Johann Friedrich Blumenbach (1752-1840), alemão, fundador da Antropologia, determinou a região geográfica originária de cada raça e a cor da pele como elementos demarcatórios entre elas (branca ou caucasiana; negra ou etiópica; amarela ou mongólica; parda ou malaia e vermelha ou americana). No século XIX, foram agregados outros quesitos fenotípicos, como o tamanho da cabeça e a fisionomia. Desde Blumenbach, no entanto, a cor da pele aparece como um dado recorrente. Inferindo-se, daí, que, dos dados do fenótipo, isto é, das características físicas, a "cor da pele" é o que tem sido mais usado e considerado importante, pois aparece em quase todas as classificações raciais.<sup>5</sup>

Ainda para a autora, “[...] o conceito de raça é uma convenção arbitrária e pode ser enquadrada como uma categoria descritiva da antropologia, uma vez que é baseada nas características aparentes das pessoas”.<sup>6</sup> A partir das fontes visuais, como fotos, fica evidenciada a cor negra de Maria Odília, mas não podemos perder de vista que a médica tinha a possibilidade de acessar a escotilha do mulatismo, pois era fruto de uma união interracial. A ascendência de Odília foi um fator determinante em toda a sua trajetória, por isso transpassará todo o corpo deste trabalho em suas mais variadas dimensões.

Ainda que seja elementar a importância da primeira médica e professora negra da FAMEB, a presença de trabalhos sobre sua trajetória ainda é escassa. Dentre eles,

<sup>4</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. São Paulo: Zahar, 2002, p. 30.

<sup>5</sup> OLIVEIRA, Fátima. *Ser negro no Brasil: alcances e limites. Estudos Avançados*. v. 18, n. 50, p. 57, 2004.

<sup>6</sup> *Ibidem*, p. 58.

temos os estudos feitos pelos memorialistas da FAMEB, os médicos e professores Ronaldo Ribeiro Jacobina e Cristina Maria Mascarenhas Fortuna, que através da pesquisa documentaram a passagem de Maria Odília pela FAMEB, e permitiram a socialização de sua biografia e importância, produzindo um verbete biográfico e a inserindo na “Galeria de professores encantados da Faculdade de Medicina da Bahia”. Contudo, o conhecimento sobre sua vida e sua relevância dentro e fora da Faculdade de Medicina ainda é mínimo. Nas pesquisas impetradas sobre as pioneiras no curso de medicina da FAMEB, Maria Odília aparece arrolada como uma das pioneiras a se formar em medicina na Bahia, no entanto não se discute a sua condição racial, importante nesse contexto; o vanguardismo de sua tese doutoral, a primeira entre as mulheres que fugia de temas ligados à ginecologia e à pediatria; e o seu desenvolvimento profissional, como primeira professora negra da FAMEB, não são destacados nesses trabalhos. Observamos que as produções historiográficas que versam sobre gênero e biomedicina concentram-se, de maneira geral, nas primeiras médicas brasileiras formadas fora do país e nas pioneiras da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Aqui aproveitamos para destacar que usaremos nesse estudo o conceito de gênero já muito utilizado em muitos trabalhos no campo da História Social, pois:

Em determinadas abordagens, o termo "gênero" vai se sofisticando na promessa de enriquecer os estudos históricos. Tomado como uma categoria, ou seja, um modo de perceber e analisar relações sociais e significados, gênero pode ser empregado como uma forma de afirmar os componentes culturais e sociais das identidades, dos conceitos e das relações baseadas nas percepções das diferenças sexuais. Em outras palavras, a categoria de gênero remete à ideia de que as concepções de masculino e de feminino possuem historicidade.<sup>7</sup>

Na historiografia, a pesquisa sobre as mulheres pioneiras na medicina é ampla, como os estudos de trajetórias das médicas mais notáveis ou das primeiras médicas formadas na Bahia e no Rio de Janeiro; há também estudos sobre a inserção das mulheres na prática da medicina. Os olhares e interpretações sobre a presença da mulher na carreira de medicina são variados, no entanto não há abordagens acerca da condição racial na formação das pioneiras, nem estudos densos sobre a trajetória de Odília, que por vezes aparece citada nos trabalhos somente como a sétima mulher a se formar na FAMEB, muitas vezes sem qualquer ênfase para o fato de ela ter sido a primeira do

---

<sup>7</sup> PINSKY, Carla Bassanezi. *Estudos de gênero e história social*. Revista Estudos Feministas, v. 17, n. 1, p. 163, 2009.

século XX e a primeira negra. A tese “Feminismo e medicina na Bahia (1836-1931)”, de Elisabeth Juliska Rago, traz uma análise primorosa sobre a trajetória da médica Francisca Prager Fróes e de sua mãe, uma pioneira no feminismo da Bahia, Francisca Rosa Barreto Prager. Neste trabalho, Rago, como ela mesma descreve, traz fragmentos de experiências vividas pelas duas, mãe e filha, para trazer uma reflexão sobre a ainda marcante invisibilidade das mulheres como sujeitos históricos. Outra tese que considero importante, “As damas de branco na biomedicina Baiana (1879-1949): Médicas, farmacêuticas e odontólogas”, de Iole Macedo Vanin, investigou se houve ruptura no mundo biomédico baiano com a entrada das mulheres no ensino superior e, por consequência, na FAMEB. Ambos os trabalhos têm êxito naquilo que se propõem a fazer, mas não contemplam ou discutem a fundo as relações raciais no pós-abolição, e se restringem a pensar como as mulheres da elite chegaram ao ensino superior, a emergência do feminismo e o comportamento social a partir desta problemática.

Pensando somente na perspectiva racial, há estudos valiosos sobre o racismo científico e a FAMEB, em sua maioria centralizados na figura de Nina Rodrigues, como a tese de Ana Maria Galdini Raimundo Oda, “Alienação mental e raça: a psicopatologia comparada dos negros e mestiços brasileiros na obra de Raimundo Nina Rodrigues”, que busca analisar as repercussões, no Brasil, de determinadas teorias médicas que relacionavam os conceitos de raça, mestiçagem, degenerescência e alienação mental. Outra tese de enorme relevância, “A Bahia já deu Régua e Compasso: o saber médico legal e a questão racial na Bahia”, de Iraneidson Santos Costa, que buscou, dentre outras coisas, entender o pensamento de Nina Rodrigues a partir dos postulados da antropologia criminal. Ainda neste sentido, alguns estudos de trajetórias de médicos negros contribuem significativamente para o entendimento das possibilidades de ascensão desses indivíduos dentro de um espaço elitista como a FAMEB, como na biografia “Juliano Moreira: vida e obra”, de Alexandre Passos. Se por um lado estes estudos contemplam o viés racial, o recorte de gênero não se faz presente.

As questões que norteiam esta pesquisa foram, em sua maioria, suscitadas pelos espaços historiográficos vagos acerca do tema e pelas provocações advindas das fontes. Neste estudo buscaremos: entender como se estabeleceram as relações raciais na Bahia, no período do pós-abolição, tentando nos aproximar da experiência de Maria Odília no cenário da FAMEB, no Recôncavo da Bahia e em Ilhéus; discutir o acesso das mulheres ao ensino superior no Brasil, os debates que envolveram essa conquista, seus interlocutores e as trajetórias individuais, que somadas abriram caminho para a

educação feminina; as possibilidades de carreira que este acesso possibilitou às mulheres deste período, bem como os desafios enfrentados por essas pioneiras para desenvolver as suas carreiras.

Neste trabalho, a fonte primeiramente utilizada foi a oral. A ferramenta da entrevista feita com o filho da médica, e também médico, José Léo Lavigne, foi o ponto inicial para o recolhimento de informações sobre a biografada. A partir deste método, foram obtidas informações que a pesquisa nos arquivos da FAMEB não conseguiu contemplar, o que permitiu, inclusive, que fosse lançado um olhar mais apurado para as fontes já pesquisadas. Sendo este estudo uma biografia, a seleção, coleta e análise do conjunto das fontes sobre a trajetória da biografada seguiram um percurso amplo.

A maior parte das fontes documentais originou-se da Bibliotheca Histórica Gonçalo Moniz; na seção de obras raras pesquisei as Memórias Históricas do século XIX e do início do século XX, e as que estão sendo produzidas atualmente pelos memorialistas para narrar os anos em que não houve sua elaboração; na seção de Teses doutorais, tive acesso às teses de 1840 a 1928; um grande número de Gazetas Médicas está disponível *on line* para consulta pública. Sobre a parte burocrática da vida acadêmica de Odília, foi possível chegar a sua matrícula, aos pagamentos anuais, aos certificados do colégio Gymnasio da Bahia e aos atestados de vacina; também encontrei documentos similares sobre a entrada de seu pai na FAMEB. A tese doutoral de Odília foi a fonte mais difícil de achar, pois se encontrava na seção de restauro da Gonçalo Muniz, atualmente já digitalizada.

No Arquivo Público do Estado da Bahia, encontrei uma gama de documentos que remontavam à ascendência da família de Maria Odília, principalmente da vida de seu pai, o que me foi deveras útil no processo de entendimento da sua formação familiar. No Acervo de Memória e Documentação Clemente Mariani, situado na Universidade Federal do Recôncavo, em Cachoeira, tive acesso à produção literária de Eusínio Lavigne, que veio a ser o marido de Odília, o que me permitiu encontrar em suas memórias as dimensões, ainda que através do seu olhar, de sua união com a médica. Ainda na Clemente Mariani, fiz um contato importante que mais tarde me deu acesso a um documento chave para esta pesquisa, trata-se de uma escritura em nome de Josephina Luiza Palma, mãe de Odília. No Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais, situado na cidade de Irará, tive acesso às certidões de casamento de Maria Odília e de falecimento de seu pai. Na Biblioteca Pública do Estado da Bahia, acessei os periódicos *A Ordem*, da cidade de Cachoeira, que pesquisei entre os anos de 1909 e

1921; e o *Diário da Tarde*, da cidade de Ilhéus – este, por se encontrar em um péssimo estado de conservação, pesquisado em pouquíssimos números. No Colégio Central, tive acesso ao anuário que comprovava a presença de Maria Odília, e sua formatura no curso de Ciências e Letras.

Na cidade do Rio de Janeiro, acessei as teses doutorais das médicas pioneiras formadas na cidade; e as teses do pai e do irmão de Odília, que haviam sido extraviadas da FAMEB. Essas teses, bem como algumas Memórias Históricas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, foram encontradas na Fiocruz, Biblioteca Nacional e Biblioteca Central do Centro de Ciências da Saúde-CCS (UFRJ).

Além das fontes documentais e da fonte oral, o estudo também utilizou a literatura que, segundo Borges, “é constituída a partir do mundo social e cultural e, também, constituinte deste; é testemunha efetuada pelo filtro de um olhar, de uma percepção e leitura da realidade, sendo inscrição, instrumento e proposição de caminhos [...]”;<sup>8</sup> neste caso, a literatura apontou dois casos específicos na trajetória de Odília. Na primeira vez, quando teve seu casamento com Eusínio Lavigne mencionado a partir da imaginação de Jorge Amado no livro “Tenda dos Milagres”. Esta obra nos possibilitou um olhar literário para o universo da Faculdade de Medicina, além da passagem que se referia ao enlace de Eusínio, Odília e suas famílias. Mais à frente, nos deteremos com mais vagar à obra e a esse episódio em específico.

O livro “Teixeira Moleque”, de Ruy Santos, motivou a médica a partir em defesa da memória de seu pai. Além das mencionadas obras, que pontuam acontecimentos importantes da vida da biografada e permitem a análise da conjuntura de sua produção e do contexto a que se referiam, utilizamos uma gama de produções literárias que nos oferecem cores para os assuntos tratados ao longo desse estudo. Na fronteira entre literatura e memória, destaco o livro produzido pelo filho de Maria Odília, José Léo Lavigne, que somado à entrevista concedida, traz um olhar familiar aproximado da experiência de seus pais e de sua estrutura familiar.

A partir das fontes, a organização dos capítulos segue a seguinte lógica: no capítulo um, iniciamos evidenciando o passado familiar da médica e sua ascendência escrava, fato que repercutiu em toda sua vida. Depois, discutiremos a inserção das mulheres no curso superior no país e a singular escolha de Odília em ser médica.

---

<sup>8</sup> BORGES. Rezende, Valdeci. *História e Literatura: Algumas Considerações*. Revista de Teoria da História. Ano 1, Número 3, p. 5, junho/ 2010.

Usamos sua formação na FAMEB para entender a instituição e os debates raciais que esta produzia, bem como as produções acadêmicas do período. Evidenciamos a presença masculina de cor na instituição, e o que isso representava dentro e fora dos muros da FAMEB. Ao final, abordamos as teses que discutiam o mesmo assunto que a médica se propôs a debater, e que nunca havia sido levantado por nenhuma pioneira: a cirrose alcoólica.

No capítulo dois, discutimos a entrada das pioneiras em medicina no mundo do trabalho; o papel do patriarcado nesta sociedade; os limites que o gênero impunha às médicas, examinados com foco na experiência de Maria Odília que tinha um irmão que compartilhava de sua profissão, mas que teve uma trajetória profissional diferente da sua; como o recente passado escravagista estava presente na dinâmica das cidades do Recôncavo; o atendimento às mulheres pobres e de cor na MCO (Maternidade Climério de Oliveira); os limites que a cor e o gênero colocavam à prática da profissão de Maria Odília, e quais ela conseguiu superar.

No terceiro e último capítulo, buscamos discutir a união interracial entre a médica e o advogado Eusínio Lavigne, e como esse casamento reverberou na dinâmica de sua vida e na família Lavigne. Na mesma medida, problematizo a desistência da médica em persistir em sua carreira para ser dona de casa, buscando compreender em que dimensão o poder do patriarcado e sua condição racial intervíram em sua “escolha”.

A partir deste enunciado, convido-os à leitura deste estudo que se faz importante pela falta de trabalhos sobre um acontecimento tão importante, que é a formação da primeira mulher negra em medicina na Bahia no contexto do pós-abolição. A relevância desta trajetória se dá ao constatarmos que o curso de medicina ainda hoje é elitista<sup>9</sup>, o que objetivamente tem uma dimensão racial. O silenciamento de uma trajetória singular, como a de Maria Odília, em meio a uma gama de estudos sobre mulheres pioneiras e a biomedicina em face do gênero, tornou-se ensurdecidor e impulsionou este trabalho do começo ao fim.

---

<sup>9</sup>Assim, segundo Delcele Queiroz (2001, p. 87): “Na área II, Ciências Biológicas e Profissões de Saúde, os *claros* têm sua maior concentração em Medicina; aí estão situados mais de um quinto dos brancos e morenos desta área. Em seguida, estão Odontologia e Farmácia”.

## 1 O santelmo<sup>10</sup> da série, a glória da Bahia.<sup>11</sup>

### 1.1 Ascendência

Neste capítulo, teremos como objetivo central entender como se deu a formação de Maria Odília Teixeira, bem como o contexto que possibilitou essa conquista para ela e outras pioneiras no mesmo período. Mas, para entendermos em totalidade os caminhos que levaram Odília aos corredores da FAMEB, buscaremos compreender o papel de sua família nuclear em sua trajetória: com sua mãe, pai e irmãos; e sua família extensa: com a sua avó. Aqui usaremos o conceito de família apontado por Patrício:

A família é formada por pessoas que interagem por variados motivos, tais como afetividade e reprodução, dentro de um processo histórico de vida, mesmo não habitando o mesmo espaço físico. Desenvolve-se compartilhando uma relação social dinâmica, a partir de um sistema de crenças, valores e normas, estruturados na cultura da família, conforme a classe social na qual está inserida.<sup>12</sup>

No entanto, não perderemos de vista que “é importante considerar que o ser humano é dotado de liberdade e razão, agindo por escolha, de acordo com valores e fins.”<sup>13</sup> Na tentativa de nos aproximarmos o máximo possível dessa experiência, a compreensão dos laços que uniram Josephina Palma e José Teixeira, os seus pais, que trouxeram aspectos determinantes para a trajetória de Maria Odília, serão de grande significância.

Segundo José Léo Lavigne<sup>14</sup>, filho de Maria Odília, sua bisavó materna era uma escrava liberta moradora da cidade de São Félix. Infelizmente, essa pesquisa não conseguiu alcançar outras informações sobre essa mulher que, como muitas do período da escravidão, lutou por sua liberdade. O padrão de poucas fontes e informações persistiu ao buscarmos indícios de uma de suas filhas, Josephina Luiza Palma, a mãe de nossa personagem Maria Odília. Identificar a presença de Josephina na vida dos filhos

---

<sup>10</sup> Luz azul.

<sup>11</sup> Expressão retirada do artigo feito em 1909 em homenagem a Odília por sua formatura na FAMEB.

<sup>12</sup> PATRÍCIO, 1994. *Apud.* RODRIGUES, Maria Socorro Pereira; SOBRINHO, Elísio Holanda Guedes; DA SILVA, Raimunda Magalhães. *A família e sua importância na formação do cidadão. Família, Saúde e Desenvolvimento*, v. 2, n. 2, 2000, p. 41.

<sup>13</sup> CHAÚÍ, 1997. *Apud, Ibidem.*

<sup>14</sup> LAVIGNE. J. L. José Léo Lavigne: depoimento [maio 2015]. Caldas do Jorro, Bahia, 2015. Áudio mp3 (51:07). Entrevista concedida para elaboração do projeto de mestrado da entrevistadora.



que teve com José Teixeira foi uma tarefa árdua, pois é notório o silenciamento nas fontes sobre essa união e sua ligação com a sua prole. Ainda assim, foi possível rastrear alguns de seus passos no trabalho de cruzamento de fontes, oral e escrita, sendo algumas produzidas após a sua morte. Neste ponto, tomamos o cuidado de questionar e utilizar essas informações de maneira crítica por coadunarmos com a proposição de Portelli<sup>15</sup>, que aponta que as memórias são elaboradas no seu tempo histórico, e não só podem como são romantizadas a partir da proximidade com o objeto, logo as fontes, orais ou escritas, produzidas pela família de Maria Odília, carregam consigo significados e ressignificados a partir de seu tempo e dos sujeitos que a produzem. Como aponta Souza:

O ato de rememorar é a maneira como o sujeito constrói um sentido para o passado por isso é cheio de contradições, tensões, silêncios, conflitos, ocos, disjunções, assim como lugares de integração. Ele busca construir o passado a partir da vida atual, ou seja, pelo lugar social que este sujeito ocupa no momento presente uma vez que não é possível reviver o que eles viveram e nem voltar a um passado intocado.<sup>16</sup>

A união entre Josephina Palma e José Teixeira possuiu um marcador significativo para a vida de ambos e para a construção de sua família, já que se tratava de uma união interracial no período em que o regime escravagista era vigente, no final do século XIX. Aqui, usaremos o conceito de união interracial como um intercâmbio marital<sup>17</sup>, casamento ou união, de grupos raciais distintos, por ser um termo já consolidado na bibliografia sobre o tema.

### *1.1.1 As diferentes trajetórias que se encontraram*

Nascidos com apenas quatro anos de diferença, Josephina Palma e José Pereira Teixeira possuíam origens completamente diferentes. José tinha em sua ascendência a

<sup>15</sup> PORTELLI, Alessandro. *O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. Usos e abusos da história oral*, v. 2, p. 103-130, 1996.

<sup>16</sup> URICH, 2009, *apud* PIFFANO BRION DE SOUZA, Ioneide Maria. *Narrativas orais: construindo identidades religiosas a partir das experiências de sujeitos históricos*. Anais dos Simpósios da ABHR, v. 12, n. 1, p2, 2011.

<sup>17</sup> MARTINS JÚNIOR, J. A. *Afetividade e sexualidade entre casais negros: a intimidade como reflexo e construção das relações raciais no Brasil*. In: XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, p. 7. 2011, Salvador.

família Moreira Sampaio por parte de sua mãe, proeminente família do Recôncavo baiano.

Aos vinte, e três dias do mês de outubro de mil oitcentos, e cinquenta e seis, nesta [+] de Santo Antônio Além do Carmo, o Reverendo Vigário, Borges=Ihe pôs os santos óleos a José branco, filho legítimo de Domingos Pereira Teixeira, e sua mulher, Dona Maria Etelvina Carlota Teixeira, [...] foi padrinho Marcelino Moreira Sampaio, branco, solteiro, da Freguesia de Cachoeira, madrinha Dona Maria Magdalena [+], branca, casada [...] <sup>18</sup>

Já Josephina Luiza, nascida em 1859, em São Félix<sup>19</sup>, não tinha em sua ascendência o nome e a pompa de uma família importante, pelo contrário, carregava em sua história a luta de sua mãe, uma ex-escravizada liberta pela alforria em uma sociedade escravista. A trajetória da mãe de Josephina e de sua família, no período em que perdurou a escravidão no Brasil, se faz similar a trajetórias de outras mulheres. A luta pela liberdade através da alforria foi uma conquista impetrada por inúmeras mulheres, como uma das saídas mais tangíveis ao sistema escravagista. A Irmandade da Boa Morte, localizada na cidade de Cachoeira, é um dos principais exemplos do poder organizativo e da força das redes de sociabilidade que estas mulheres desenvolveram ao longo do tempo.

Por volta de 1820, a Irmandade da Boa Morte foi fundada se constituindo numa forma expressiva de resistência a escravidão e por sua formação, agregar somente mulheres, a sociedade patriarcal, sofreu grandes impactos, conseguindo as mesmas apesar de todas as barreiras, lutarem pela preservação de sua cultura e sua identidade, comprovando o poder e solidariedades entre mulheres negras no século XIX. Os objetivos das integrantes da Irmandade da Boa Morte era a compra da liberdade seus filhos e maridos, netos, e organização de funerais dignos, além de auxiliar nas fugas para o Quilombo do Malaquias, em Terra Vermelha, área rural de Cachoeira.<sup>20</sup>

No mesmo pedaço do Recôncavo baiano onde a Irmandade da Boa Morte se fez presente como forma de resistência, ambos, José Pereira e Josephina Palma, cresceram. Não sabemos se já se conheciam desde a infância ou juventude, mas tendo em vista o tamanho da cidade e sua população, essa não é uma alternativa impossível. O

<sup>18</sup> Arquivo FAMEB. Habilitação para faculdade. Atestado de batismo 1855.

<sup>19</sup> LAVIGNE, J. L. **José Léo Lavigne: depoimento** [maio 2015]. Caldas do Jorro, Bahia, 2015. Áudio mp3 (51:07). Entrevista concedida.

<sup>20</sup> MACHADO, Luana Verena Nascimento. Poder feminino e identidade na Irmandade da Boa Morte. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, p. 28, 2013.

certo é que José cresceu sob a proteção de seu tio, o médico e conselheiro Matias Moreira Sampaio, que assumiu a sua criação e a de seu irmão, além de prover a sua mãe, após o seu pai, Domingos Pereira Teixeira, ter rumado para o alto sertão<sup>21</sup> a fim de fazer negócios, quando José tinha 7 anos de idade. Ao voltar, oito anos depois, Domingos tinha contraído uma dívida de oito contos de réis com seu cunhado Matias Sampaio, que cobrava pelos anos em que sustentou a sua irmã e seus dois sobrinhos. Essa cobrança rendeu um imbróglgio judicial que terminou com um calote de Domingos, que já teria usado os 28 burros e 2 cavalos que trouxera do alto sertão para quitar dívidas que possuía com outros comerciantes locais.

A incapacidade de seu pai em honrar suas dívidas e o fato do mesmo ter deixado a sua família sob a responsabilidade de seu cunhado, Mathias Sampaio, durante vários anos para viagens que não trouxeram estabilidade financeira para a família contribuiu para que o tio se tornasse um grande exemplo para José Teixeira, a quem devotava grande gratidão.

A profissão pode ter sido um elo que os uniu e que sedimentou a relação próxima e a admiração. Mathias Sampaio era formado pela FAMEB desde o ano de 1838, tendo como tema de tese “Feridas por armas de Fogo”, e foi nomeado como professor substituto da Seção de Ciências Cirúrgicas ao defender a tese “Lesões orgânicas das artérias” em 1844. Em 1855, passou a ser o Lente da cadeira de Partos, Moléstias de Mulheres Pejadas e de Recém-Nascidos<sup>22</sup>, posição que ainda ocupava ao escrever a Memória Histórica de 1867, onde chamou atenção para a precariedade do ensino de partos da Faculdade de Medicina.

Embora o obscuro professor, que nesta hora prende a vossa atenção, empregue no desempenho de seus deveres o esforço que permitem sua fraca inteligência e limitado entendimento, o ensino de partos está longe da perfeição pela falta da clínica respectiva, de modo que podemos dizer que, salvo algumas manobras exercidas no manequim, fazemos somente partos teóricos.<sup>23</sup>

Matias Sampaio não pôde ver seu sobrinho receber o grau de médico e alçar os primeiros voos na carreira de medicina, que talvez tenha abraçado por sua influência

<sup>21</sup> Apeb. Seção Judiciário. Série: Embargo Est:18. Cx., 636, Doc. 20, Fl 21.

<sup>22</sup> MÉDICOS ilustres da Bahia e de Sergipe. 268- *Mathias Moreira Sampaio*. Disponível em: <<http://medicosilustresdabahia.blogspot.com.br/2011/02/268-mathias-moreira-sampaio.html>>. Acessado em: 13 de março de 2018.

<sup>23</sup> BRENES, 1991. *Apud* SOUZA FILHO, J.A. *O ensino da clínica obstétrica na Universidade da Bahia*. Salvador, Ed. da Universidade Federal da Bahia, 1967.

direta, já que morreu no ano de 1876, e José Pereira Teixeira se formara em 1879. Em sua tese doutoral, que era um requisito obrigatório<sup>24</sup> para obtenção do grau de doutorado dos estudantes de medicina, José Pereira Teixeira teve a oportunidade de agradecer aos familiares, amigos, padrinhos e a toda a rede que de alguma forma colaborou para o seu feito. O gesto era tão corriqueiro, que não é difícil encontrar teses em que um punhado de páginas são destinadas a esse fim. José Pereira Teixeira não fugiu desse hábito, ofertando 6 das 26 páginas de sua tese para os agradecimentos. Após prestar homenagem póstuma à sua mãe, Etelvina Carlota Teixeira, o médico dedica em seguida ao seu tio e bem feitor, “O conselheiro Mathias Moreira Sampaio”<sup>25</sup>, o trabalho que acabara de entregar. Acompanhando a dedicatória, seguem as palavras endereçadas ao seu tio e protetor: “Recordo-me sempre o vosso nome o sagrado juramento que acabo de prestar”.<sup>26</sup> O pai do recém-formado médico só aparece na primeira página, onde era de praxe que o nome do genitor, e às vezes o da mãe, aparecesse para apresentar a ascendência dos estudantes. No entanto, no momento dos agradecimentos, Domingos Pereira Teixeira só aparece citado como “pai”, sem que o seu nome seja mencionado e sem nenhuma homenagem adicional.

Cinco anos após a formatura de José Pereira, num dia corriqueiro, o médico foi atacado a facadas por um homem que se dizia traído por sua companheira. Todo o processo causou grande comoção nas cidades-irmãs, por se tratar de uma tentativa de homicídio a um médico proeminente das cidades. Ele estava sendo acusado pelo atacante, João Capistrano, de “encontrar sua amasia que precipitadamente com [†] a roupa ou pouco em desordem saía do quarto”<sup>27</sup> em que José Pereira se encontrava. O ataque ocorreu três dias antes do nascimento de sua filha, 5 de março de 1884. Maria Odília Teixeira dificilmente teve o acompanhamento de seu pai em seus primeiros dias de vida, já que este ficou acamado durante muito tempo. O processo que se desenrolou não rendeu nada ao atacante, que foi considerado absolvido por falta de provas ou testemunhas. Ainda assim, esse processo nos oferece perspectivas importantes sobre o

---

<sup>24</sup> JACÓ-VILELA, Ana Maria; DO ESPÍRITO SANTO, Adriana Amaral; STUART PEREIRA, Vivian Ferraz. *Medicina legal nas teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1830-1930): o encontro entre medicina e direito, uma das condições de emergência da psicologia jurídica*. Interações, v. 10, n. 19, 2005.

<sup>25</sup> TEIXEIRA, José Pereira. **Considerações acerca do estado puerperal**. Typographia Constitucional. 1879.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 5.

<sup>27</sup> Apeb. Seção Judiciário. Série: Processo crime. Est:12. Cx. 421, Doc 8, Fl 96.

estado civil que o médico alegava oficialmente, já que ao ser questionado sobre isso disse ser solteiro, mesmo que já tivesse 4 filhos com Josephina Luiza Palma.

Em “As elites de Cor”, Thalles de Azevedo chega à seguinte constatação acerca dos obstáculos de uma união oficial, entre um homem branco e uma mulher negra para a sociedade baiana:

O casamento de um homem claro com mulher escura, sobretudo quando esta é muito mais pigmentada, sofre oposição forte em todas as camadas (...). Desse modo o branco que se casa com a escura ‘desce’ de classificação, porque, de acordo com o refrão conhecido, ‘quando uma moça se casa a sua família ganha um filho’. Ele passa para o mundo das pessoas de cor de que se origina a sua esposa.<sup>28</sup>

A explicação de Thalles nos oferece importante perspectiva para buscar compreender o motivo da não oficialização da união de Josephina e José. As cidades-irmãs, Cachoeira e São Félix, possuíam, ainda que às vésperas da abolição, grande número de cativos, pois toda a sua sociedade estava amarrada ao trabalho escravo. Neste cenário, um casamento entre uma mulher de cor, provavelmente pobre e de ascendência escrava, com um médico branco seria um escândalo. O médico poderia não querer ariscar sua carreira e prestígio, “descendo na escala social.”<sup>29</sup> Somando-se a isso, é possível que também tenham pesado as preferências de sua família materna que, como já sabemos, era muito influente na região, e poderia preferir um casamento mais proveitoso e com a mulher “certa”. De outro lado, a formação de núcleos familiares com casais interracialis, extraoficiais ou que tivesse um *status* de legitimidade em sua comunidade, não se fazia uma situação incomum desde o Brasil colônia.

Na literatura brasileira, este tema apareceu de maneira central em diversas obras clássicas, colocando em foco as relações afetivas interracialis brasileiras nos mais variados contextos. No romance de Lima Barreto, “Clara dos anjos”, a relação entre a personagem de Clara dos Anjos, mulata e pobre, e Júlio Costa, “branco e morador de um bairro ‘melhor’ dos subúrbios”<sup>30</sup>, é o mote central para contar sobre a vida nos subúrbios cariocas no início do século XX. Barreto, em sua obra, além de se deter a

<sup>28</sup> AZEVEDO, Thales de. *As elites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social & Classes sociais e grupos de prestígio*, p. 87. Brasiliense, 1955.

<sup>29</sup> Idem.

<sup>30</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Clara dos Anjos e as cores de lima*. *Sociologia & Antropologia*, v. 7, n. 1, p. 128, 2017.

minúcias da vida dos suburbanos que tinham em seus antepassados uma ligação direta com a recém-extinta escravidão, faz uma crítica pungente à classe média branca que, apesar de em muitos níveis dividir a pobreza com os de cor, mantinha e sentia que era de uma casta melhor, era superior. Como aponta Lilia Schwartz,

Lima tampouco gostava das letras das modinhas, e criticava com frequência a atitude dos rapazes brancos que usavam de sua posição para corromper moças jovens, mais pobres que eles, e em geral “negras ou mulatas”, como ele gostava de destacar. Júlio concentrava tudo isso, e ainda mais: “se vira a braços com a polícia por causa de defloramento e seduções de menores”.<sup>31</sup>

Por fim, após Júlio engravidar e abandonar Clara dos Anjos, é em meio ao desamparo que a personagem se dá conta de sua condição, pois: “Nessa passagem, a protagonista lembra muito o personagem Isaías Caminha. Ele descobriu que era negro no caminho da cidade grande; ela, com a gravidez avançada de um filho de pai branco.”<sup>32</sup>

Outro autor que inúmeras vezes utilizou as relações interracializadas como ponto central de sua obra foi Jorge Amado. Diferente de Lima Barreto, ele se valeu de outros expedientes para trazer à tona este tema. Para Moutinho, na obra “Jubiabá”:

A proibição da relação afetivo-sexual da mulher branca, representada pela personagem Lindinalva, com o homem negro, representado pela personagem Balduino, é o elemento central em que se efetiva, através do controle da sexualidade feminina (a reprodução), a manutenção do status quo (privilégios de classe) e a preservação endogâmica racial.<sup>33</sup>

Esta proibição seria a máxima representação do pensamento patriarcal brasileiro e de suas instituições. Já no romance “Gabriela”, a equação muda, pois Gabriela, sendo mulher-negra-mestiça não ameaça o modelo do *status quo*<sup>34</sup>; sobretudo após a solução encontrada por Nacib, mantendo os serviços de Gabriela para o seu negócio e a sua relação na extraoficialidade, remontando o mito fundador do casal miscigenador.

A trajetória da família Palma-Teixeira foi cruzada pela produção de Jorge Amado, quando o autor fez uma alusão a Josephina Luiza Palma. No romance “Tenda

---

<sup>31</sup> Ibidem, p. 129.

<sup>32</sup> Ibidem, p. 130.

<sup>33</sup> MOUTINHO, apud, PACHECO, Ana Cláudia Lemos. *Raça, gênero e relações sexual-afetivas na produção bibliográfica das Ciências Sociais brasileiras? um diálogo com o tema*. Afro-Ásia, n. 34, p. 165, 2017.

<sup>34</sup> Idem.

dos Milagres”, a mãe de Maria Odília é citada da seguinte maneira: “O pai da noiva, plantador [...] A mãe – murmuravam [...] era uma negra coberta de ouro e pedrarias, sua rapariga, macumbeira que o tinha preso há mais de vinte anos, quem pode com feitiço?”.<sup>35</sup> O autor remonta à já citada forte oposição social ao casamento ou/e união entre uma mulher negra e um homem branco, que só se daria, segundo a crença popular, por intermédio de “macumba”. Diferente é o caminho percorrido por outro personagem da mesma obra. Tadeu Canhoto, também negro, apesar da recusa inicial no casamento com uma jovem branca de classe alta, “supera” o racismo através de sua instrução, ao se tornar um engenheiro conhecido, o que consequentemente o levou ao distanciamento de seu passado de cor, da tenda dos milagres.

A menção feita pelo autor a Josephina Luiza lhe rendeu uma réplica de Eusínio Lavigne, já casado com sua filha, Maria Odília, que retrucou: “[...] o romancista Jorge Amado, que é fertilíssimo em imaginação, foge à realidade. Inventava coisas da cabeça dele para o leitor ‘sorrir’, mas que, sob ficção, pode criar juízos errados [...]”.<sup>36</sup> Esse episódio, juntamente com a posição política de ambos, abalou a amizade entre Eusínio e Jorge Amado – anos antes, em 1955, o próprio Jorge Amado prefaciou o livro ‘Os Espiritualistas perante a Paz e o Marxismo’ tratando-o como “velho amigo e admirador.”<sup>37</sup>

Além de Jorge Amado, outro autor se inspirou na história da família para escrever uma de suas obras, só que desta vez a trajetória da família surge não como mera menção, e sim como argumento central para o livro “Teixeira Moleque”, de Rui Santos. No romance inspirado na vida de José Teixeira, Rui Santos não se furtou em falar da união interracial, pintando essa relação com cores mais românticas, destoando da realidade ao conferir à personagem Flor, que personificou Josephina, um casamento formal com o herói do romance, o médico Teixeira. No livro, o casamento interracial se dá depois de Flor, então empregada do médico, entregar-se a ele após mais uma das suas crises de asma. O “mau” estava feito, os dois não se arrependiam, o que havia de se fazer? Para Flor, ser sua empregada-amante já estava de bom tamanho, mas o herói Teixeira estava verdadeiramente apaixonado pela “preta”, como a chamava, e mesmo pensando “[...] Na tristeza de D. Antoninha (sua mãe) ao sabê-lo vivendo com uma preta, na reação de Sinhalice, na decepção de Graziela, no desapontamento de velhos

<sup>35</sup>AMADO, Jorge. *Tenda dos milagres*. Editora Companhia das Letras, p. 265. 2008

<sup>36</sup>LAVIGNE. José Léo. *Eusínio Lavigne Paradigma de honradez*. Ilhéus-Ba. 2009. p. 132.

<sup>37</sup>LAVIGNE. Eusínio. *Os Espiritualistas perante a Paz e o Marxismo OU A perfectibilidade do Espírito, pelo socialismo*. Salvador. 1955.

amigos, na estranheza do padre[...]”<sup>38</sup>, avançou propondo casamento à moça. No romance, Rui Santos descreve o susto e o desprezo com que a população de Cachoeira e São Félix receberam a notícia do casamento.

Nisto não pensaram à hora do clamor generalizado, da grita geral, que correu da ponta de cima à ponta de baixo das cidades. E muitos por despeito: as chamadas famílias da terra queriam o Teixeira para uma das meninas. Depois, a praça não podia se conformar com a vitória do beco, da ponta de rua.<sup>39</sup>

É evidente que a “vitória do beco” está atrelada à cor e à pobreza da personagem Flor, e a praça às moças casadoiras “bem nascidas” e brancas que pretendiam matrimônio com o jovem médico.

Na vida real, a escolha matrimonial de José Teixeira foi bem diferente da que foi apresentada no livro inspirado em sua vida. Em 1894, José, já possuindo quatro filhos com Josephina Palma, incluindo Maria Odília então com 10 anos de idade, casa-se com Elisa da Costa.

Aos treze dias do mês de Março de mil, digo, Março do ano de mil oitocentos e noventa e quatro, nesta Capital do Estado da Bahia e distrito de paz de São Pedro, a Ladeira de São Bento,[...] aí presente o Doutor José Pereira Teixeira, de trinta e sete anos de idade, solteiro, natural da Bahia, médico residente na cidade de São Felix, deste Estado, filho legítimo dos falecidos Domingos Pereira Teixeira com Maria Etelvina Teixeira, e Dona Elisa Ferreira da Costa, de trinta e três anos de idade, incompletos, solteira, natural da Bahia, filha ilegítima de Ana Clara Levy, residentes neste distrito, as seis horas da tarde presente as testemunhas Manuel Alfredo de Carvalho e Antonio Joaquim Teixeira de Carvalho [receberam-se] em matrimônio sob [regime] da comunhão [universal] de bens.<sup>40</sup>

Não sabemos o que fez com que José Teixeira contraísse matrimônio com Elisa da Costa, quando já possuía uma família assentada no Recôncavo baiano com Josephina Luiza. O que podemos conjecturar, além da já citada oposição a um casamento interracial entre um homem branco, que ainda era médico e de família influente, com uma mulher negra, pobre e filha de uma ex-escrava alforriada, são algumas possibilidades como: a tentativa de um casamento que atendessem aos padrões de sua família e de sua posição de médico; a viabilidade do médico em querer manter duas famílias, uma oficial e outra não-oficial, coisa muito comum à época; ou de até mesmo

<sup>38</sup> SANTOS, Ruy. *Teixeira Moleque*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1960. p. 154.

<sup>39</sup> *Ibidem*, p. 169.

<sup>40</sup> Apeb. Seção Judiciário. Série: Desquite (Divórcio). Est:63. Cx. 2266. , Doc. 5, Fl.3.



existirem outras explicações para este casamento, tendo em vista a durabilidade do mesmo, apenas 2 anos.

No ano de 1901, o médico José Teixeira oficializou seu divórcio com Elisa da Costa Teixeira.

Dizem o Doutor José Pereira Teixeira e Elisa da Costa Teixeira, que, havendo determinado promover o seu divórcio, em virtude da manifesta [inocorrutibilidade] de seus gênios, por mútuo consentimento, como [permite] o §§. 4.º do art. 82 da Lei nº 181 de 24 de Janeiro de 1890, requerem seja esta medida de direito decretada na forma prescrita pela referida lei. Para tal mister declaram os suplicantes que não tem bens, que já estão de fato separados desde o dia 10 de Março de 1896, que não tiveram filhos desde a sua coabitação.<sup>41</sup>

Nas alegações do divórcio ambos disseram estar separados desde 1896, e que Elisa da Costa teria abandonado o lar conjugal; o médico ainda declarou que desde então não sabia do paradeiro de sua mulher. No entanto, em 1897, um ano após a separação, Elisa da Costa vendeu um imóvel na cidade do Salvador, deixado de herança por sua mãe, precisando da assinatura de seu então marido José Teixeira.

[...] perante as mesmas testemunhas pelos [primeiros] outorgantes vendedores foi dito que sendo senhores [possuidores] do sobrado número trinta e cinco, [dito] a ladeira de São Miguel, freguesia da Sé desta cidade, edificado em terreno próprio, [+] de porta trinta e quatro [+], tendo hoje com sala três, quartos e cozinha e no [andar] três janelas com sala, [gabinete], três quartos, sala de jantar cozinha, banheiro e pátio, [+] de um ou quatro todas com casas da ordem terceira de São Francisco e que houve a vendedora em seu quinhão por falecimento de sua mãe Dona Clara Ana Levy conforme o inventário procedido nesta capital.<sup>42</sup>

O médico não compareceu à negociação que rendeu a Elisa seis contos de réis, mandando em seu lugar como procurador Clementino da Rocha Fraga.<sup>43</sup> Contudo, essa venda comprovou que ambos sabiam onde poderiam encontrar um ao outro em caso de necessidade. No processo de divórcio, a versão mantida pelo médico é outra: afirmou que depois de ter “abandonado o lar conjugal” fugindo para Salvador “[...] de onde não mais voltou, notícia nenhuma [direita] tendo dela durante todo o tempo de sua separação até hoje.” As razões para justificar a separação não ficaram evidentes, talvez ambos quisessem dar pressa ao processo. O fato de o processo de divórcio ter sido impetrado

---

<sup>41</sup> Ibidem, Fl 3.

<sup>42</sup> Apeb. Seção Judiciário. Série: Escritura. Est: 34. Cx. 452, Doc. 67, Fl. 02 F.

<sup>43</sup> No capítulo 2, discutiremos essa amizade.

pelas duas partes, tendo os valores provenientes do processo sido pagos por Elisa da Costa, sugere que foi importante para os dois estarem desvinculados totalmente.

O motivo central alegado para o divórcio de José Teixeira foi confirmado por sua esposa que, em depoimento.

Declarou que de dia para dia mais [frisante] tornava-se esta incompatibilidade em virtude dos frequentes conflitos no lar; Declarou que, não sentindo-se disposta a continuar a viver assim, abandonou o lar conjugal no dia dez de março de mil oitocentos e noventa e seis; Declarou mais que, não desejando voltar mais a casa de seu marido, concordou com ele submeterem-se ao processo de divórcio, o que fizeram na petição inicial que vai por um e outro assinado.<sup>44</sup>

Nenhum dos dois deixou evidenciado do que provinha a “incompatibilidade”, mas não podemos deixar de suscitar que a presença de uma companheira extraoficial, e filhos dessa união presentes numa mesma cidade, fossem motivos suficientes para que Elisa rumasse para Salvador abandonando os tais “conflitos no lar”. Também podemos inferir que, de alguma forma, esse casamento não passasse de algum tipo de arranjo entre os dois, pois se fosse para atender às demandas sociais, José Teixeira poderia ter escolhido uma mulher que atendesse a todos os requisitos socialmente exigidos para se tornar esposa de médico. Elisa da Costa era filha ilegítima de Ana Clara Levy<sup>45</sup>, além de já ter 33 anos de idade na data de seu casamento. Somado a isso, José Teixeira mostrou-se desinteressado nos proventos da venda de um sobrado que Elisa recebeu de herança por morte de sua mãe. Os reais motivos para este casamento são um dos limites que, neste trabalho, a pesquisa historiográfica nos impõe.

Beneficiados pela Lei nº 181, de 24 de janeiro de 1890, que ficou popularmente conhecida como “divórcio de cama e mesa”,<sup>46</sup> ambos agora tinham oficializado a separação de corpos. A lei só não permitia que se casassem novamente. Após a homologação do divórcio, ocorrida em 20 de dezembro de 1901, dois meses depois, em 24 de fevereiro de 1902, Josephina Palma, então companheira do médico, adquiriu dois imóveis de alto valor. A primeira propriedade, em Cachoeira, seria o “sobrado de nº 6, na rua do Beco Camarão, propriedade essa constituída de 3 pavimentos, 17 janelas e 1

<sup>44</sup> Apeb. Seção Judiciário. Série: Desquite (Divórcio). Est: 63. Cx. 2266, Doc. 5, Fl. 10 v.

<sup>45</sup> Ibidem, Fl. 3v.

<sup>46</sup> CURTI-CONTESSOTO, Beatriz; BARROS, Lidia Almeida. *Termos denominativos dos conceitos de rompimento e de dissolução do casamento na história do Brasil*. Revista Digital Internacional de Lexicología, Lexicografía y Terminología, n. 1, p.8, 2018.

porta.”<sup>47</sup> As fontes indicam que Josephina deve ter sido moradora de São Félix desde, pelo menos, o fim do século XIX, se levarmos em consideração o próprio nascimento de Odília em 1884, e de seus outros filhos, José, Tertuliano e Joaquim Teixeira, todos naturais de São Félix e mais velhos que Odília. Com a compra do sobrado em seu nome, é bem provável que os habitantes das duas cidades fronteiriças tivessem total ciência não só da maternidade de Josephina, como dos laços que a uniam a José Pereira Teixeira e da família que ambos constituíram por um largo espaço de tempo, ainda que extraoficialmente. O relato de seu neto, José Léo Lavigne, confirma a longevidade desta união, pois, segundo ele, “se conheceram em Cachoeira e [ele] se apaixonou por ela e ela viveu com ele, naquela época eles não se casaram, era amante dele, viveu companheira, mas era uma mulher boníssima.”<sup>48</sup>

No mesmo ano, em 1902, Josephina adquiriu outra propriedade, desta vez em Salvador, sendo “casa de [+] de número dois mil cento e quatorze da [+], [dita] ao Alto de São Lazaro, freguesia da Vitória, terrenos próprios, benfeitorias, logradouros, dependência [...]”. A primeira aquisição custou 4 contos de réis, enquanto a segunda, mais vultosa e localizada na capital, custou a “bagatela” de 12 contos de réis, o que pode indicar que a compra desses bens foi um investimento familiar.

A escolha em colocar os bens, que possivelmente seriam desfrutados pela prole, em nome de Josephina, poderia significar uma preocupação em deixar os filhos e a companheira em uma situação confortável. Se a condição dos outros filhos correspondesse à de Odília, uma filha legitimada<sup>49</sup>, o patrimônio em nome de um dos pais seria uma herança dividida entre eles. Diferente dos filhos, Josephina poderia não encontrar segurança na lei, logo, a maneira mais simples de resolver foi colocar as aquisições em seu nome. Há nesse gesto, objetivamente, um projeto familiar que busca construir um patrimônio que possa assegurar a sobrevivência da prole do casal e da própria Josephina Palma. Como constata Pastana, ao estudar os testamentos que se referiam às concubinas no século XIX, ainda que não as mencionasse com esse termo, era uma prática comum que o homem assegurasse para seus filhos e filhas, e à sua companheira, concubina e/ou amante, respaldado perante a lei, direitos sobre os bens.

---

<sup>47</sup> Livro 2 B do Cartório do Registro e Imóveis da Comarca de Cachoeira, no Termo: 1081, Imóvel: Casa nº. 6, no Beco do Camarão, de Propriedade de Josephina Luiza da Palma. Cartório de Notas, Cachoeira, 1902.

<sup>48</sup> LAVIGNE. J. L. José Léo Lavigne: depoimento [maio 2015]. Caldas do Jorro, Bahia, 2015. Áudio mp3 (51:07). Entrevista concedida.

<sup>49</sup> Arquivo FAMEB. Habilitação para faculdade. Matrícula da FAMEB, 1904.

Há indícios, nos testamentos, de que algumas mulheres - concubinas- apesar de não terem realizado um matrimônio eclesiástico, desempenhavam papéis sociais semelhantes aos das mulheres casadas legalmente. As semelhanças são representadas por deveres que uma mulher poderia ter naquele tempo, com marido, com filhos e o lar. Para alguns homens e mulheres, o ato de viver em concubinato poderia significar como se tivessem **adquirido** matrimônio, ou seja, com as mesmas responsabilidades para serem executadas um para com o outro.<sup>50</sup>

Foi na velhice que o *status* de Josephina mudou, sobretudo por intermédio de integrantes da família que endossaram e defenderam a narrativa de que esta foi a companheira de toda a vida de José Teixeira. Esse posicionamento familiar pode ser entendido pelo mesmo viés já abordado anteriormente, o da ressignificação da memória a partir de sua aproximação com os eventos e personagens. Por outro lado, através de meios oficiais, na cidade de Irará, onde o casal passou a velhice a partir de 1917, foi possível perceber que houve certa aceitação a essa união. Talvez a própria distância das cidades de Cachoeira e São Félix, onde o passado escravo de família de Josephina se fazia presente, possa ter ajudado a construir outra imagem da matriarca.

Diferente de outros momentos importantes da vida de Maria Odília, em que sua mãe não foi mencionada oficialmente, no dia 22 de março de 1921, Josephina Luiza Palma teve seu nome colocado na certidão de casamento de sua filha ao lado do de José Pereira Teixeira. Mulheres como a personagem Rosalie, da obra historiográfica *Provas de Liberdade*, uma mulher da Senegâmbia que foi escravizada e levada ao Haiti em 1785, e que buscou incansavelmente a sua liberdade por vias legais, acreditando no poder da legitimidade dos documentos, experimentaram, através da oficialização documental, a materialização de seus maiores objetivos na vida. A ocasião de sua alforria ilustra a importância que o documento tinha no contexto em que essa mulher vivia.

Neste momento crucial Rosalie foi, com efeito, autorizada a ser testemunha de sua própria liberdade. Em uma última manifestação da prática da era revolucionária da França e em Saint-Domingue, o funcionário conferiu a Rosalie o tratamento de *citoyenne* (cidadã), quando transcreveu o documento dela em seus registros. E também lhe forneceu uma cópia do novo documento com sua própria assinatura adicionada.<sup>51</sup>

<sup>50</sup> PASTANA, Andréa Da Silva. Em Nome De Deus, Amém!: Mulheres, Escravos, Famílias, e Heranças através dos Testamentos em Belém do Grão Pará na Primeira Metade do Século XIX. Tese de Doutorado. MA Thesis, p. 68, Universidade Federal do Pará, 2008.

<sup>51</sup> SCOTT, Rebecca J.; HÉBRARD, Jean M. *Provas de liberdade: uma odisséia atlântica na era da emancipação*. Campinas: Unicamp, p. 82, 2014.

Tal como a experiência de Rosalie, Josephina pode ter sentido que a partir da legitimidade de figurar em um documento tão importante quanto o do casamento de sua filha, ela agora ocupava o *status* oficial em sua família. Essa citação pode ter lhe conferido uma valorização não desfrutada durante toda uma vida. Ambas, uma escravizada africana e uma filha de uma escravizada alforriada no Brasil, têm suas experiências aproximadas ao partilharem do mesmo sentimento através dos documentos.

Anos mais tarde, em 1936, Pedro Portella Sobrinho adentrou o cartório com a fatídica notícia da morte do velho Teixeira.

[...] às onze horas e zero minutos, do dia quatro do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e trinta e seis, Rua Mário Fagundes Portella, 46, Irará, Ba, faleceu José Pereira Teixeira, do sexo masculino, natural da Bahia-BA, médico, estado civil casado, com 81 anos [...]<sup>52</sup>

O médico não se casou oficialmente com Josephina, pois a indissolubilidade do casamento civil se manteve no Brasil até o ano de 1977, mas é possível que a população da cidade de Irará a considerasse sua esposa, sabendo dos longos anos dessa união, dos filhos que tiveram juntos, ou até mesmo ignorando que os dois não estivessem casados oficialmente. Já na velhice, com a saúde do médico deteriorada e morando em Irará, foi possível que Josephina ocupasse o papel de mãe e companheira que em Cachoeira e São Félix não tinha conseguido ocupar oficialmente. No ano seguinte, quando Josephina morreu, seu genro Eusínio Lavigne, lhe rendeu uma homenagem póstuma num artigo do jornal *Diário de Ilhéus*, onde seu amor a José Teixeira é o tema central.

Unindo-se pelo mais puro dos afetos, ao Dr. José Pereira Teixeira, afamado médico de cintilante inteligência, de quem se tornou verdadeiro anjo tutelar, pela dedicação de sacrifícios sem par, foi durante anos, na cidade de Cachoeira, nos tempos áureos da atividade profissional daquele médico, o símbolo de caridade anônima.<sup>53</sup>

Com sua morte, Josephina passou a ocupar definitivamente o papel de matriarca da família Teixeira, sendo acrescentado ao seu nome o sobrenome do médico, como se já no fim da vida ou postumamente passasse a merecer pertencer publicamente a essa família.

---

<sup>52</sup> Certidão de inteiro teor. Comarca de Irará. Cartório de RCPN de Irará. Oficial.: Pedro da Costa Vargens. 4 de fevereiro de 1936.

<sup>53</sup> LAVIGNE. Eusínio. *Os meus 87 anos outros assuntos*. Salvador, Bahia. Editora Mensageiro da Paz, p. 116, 1971.

Além da notória tentativa de valorizá-la a partir de qualidades que a ligassem à vida de seu companheiro, como no trecho em que Josephina foi à laureada por sua “caridade anônima”, Eusínio também confirma que a vida do casal foi em boa parte envolta da falta de reconhecimento oficial, o que poderia explicar a menção aos “sacrifícios sem par” feitos por ela. Josephina Luiza Palma foi uma mulher, mãe e companheira que teve sua trajetória de vida marcada por sua condição de cor e sua ascendência, assim como outras mulheres negras nesse período.

Agora que entendemos como se formou o núcleo familiar da família Palma-Teixeira, vamos a 1898, ano em que Maria Odília foi a Salvador estudar no curso de Ciências e Letras no colégio Ginásio da Bahia. Em sua bagagem, além dos livros e roupas, carregou consigo o nome de seu pai e a cor de sua mãe.

## 1.2 A profissão como um legado familiar

*"Não se assustem perfiliadas e seus colegas, - não vimos contar que ela no Ginásio fez de um lente papoula; numa lição de morfina, pela soneca que foi surpreendida, nem que mastigou o latim e o grego com um esgar assim."<sup>54</sup>  
(Diário de Notícias, 1909)<sup>55</sup>*

A educação feminina brasileira esteve desde a colônia voltada para o modelo patriarcal, destinando às mulheres os conhecimentos úteis em favor de um casamento e da criação da prole. Segundo Reis,

Os conventos e recolhimentos, tão utilizados pela elite baiana, na Colônia, como ponto de apoio indispensável no controle social das mulheres e como tradicionais centros de cultura, além de instrução doméstica, eram os únicos espaços para educação do sexo feminino, mas perderam muito do seu crédito durante o século XIX.<sup>56</sup>

A direção a ser tomada sobre essa educação foi um assunto intensamente debatido por vários setores importantes da sociedade. A Igreja Católica e os médicos não se isentaram de opinar; de um lado da disputa, havia o modelo de “mulher cristã, forte e digna ‘por suas virtudes domésticas, de fazer a glória de seu esposo e a felicidade

---

<sup>54</sup>Artigo feito em homenagem à formatura de Maria Odília em 1909.

<sup>55</sup>LAVIGNE, Eusínio. op. cit, p. 116.

<sup>56</sup>REIS, Adriana Dantas. Cora: lições de comportamento feminino na Bahia do século XIX. Universidade Federal da Bahia, Centro de Estudos Baianos, p. 97, 2000.

de seus filhos”<sup>57</sup>; de outro, defendido pelos médicos e expressado na fala de Afrânio Peixoto: “Se o lar não é feliz, a culpa é das mulheres. Das mulheres não educadas para esposas e para mães, para o lar”.<sup>58</sup>

Homens como Tobias Barreto, destacado filósofo, poeta, crítico, jurista e político, já defendiam o acesso das mulheres às camadas superiores do ensino desde o final do século XIX, como evidencia Rago:

Tobias Barreto julgava que a inferioridade da mulher seria apenas uma consequência da reclusão ao lar a que estavam submetidas, papel que lhes fora impingido pela sociedade brasileira. O advogado que havia editado um jornal em alemão, em Pernambuco no século XIX, foi um defensor da emancipação civil e social das mulheres, ainda que não aceitasse sua emancipação política. Segundo ele, o sexo feminino não estaria ainda suficientemente maduro para o exercício de cargos públicos.<sup>59</sup>

Barreto, enquanto deputado estadual pelo partido Liberal em 1879, defendeu em seu discurso “A Educação da Mulher”, na Assembleia Provincial, o projeto 61/79 que propunha a concessão de bolsas de estudos para que as mulheres pudessem cursar medicina fora do Brasil. A linha defendida por Tobias Barreto, de que a educação feminina era uma das “questões do nosso tempo”<sup>60</sup> e que era necessário avançar na resolução desse debate, era compartilhada por outros intelectuais do período que também advogavam nessa causa. No entanto, essa demanda estava longe de alcançar um consenso entre aqueles que se propunham a discutí-la. O próprio Tobias Barreto encontrou, na Assembleia Provincial, um adversário para invalidar as suas ideias acerca da educação feminina, o também deputado e médico Malaquias Antônio Gonçalves. Malaquias defendia argumentos biologizantes, muito correntes à época, sentenciando que as mulheres eram “inaptas aos estudos sérios”. Barreto recorreu aos estudos de médicos alemães para se contrapor aos argumentos de Malaquias, também se utilizando de argumentos biológicos, só que nesse caso a favor da educação para as mulheres.

Nesse momento de disputas, a segunda metade do século XIX, é que surgem as primeiras brasileiras no ensino superior, especificamente no curso de medicina. No mesmo período em que o debate se acalorava acerca da entrada das mulheres no ensino

---

<sup>57</sup> Ibidem pg. 101.

<sup>58</sup> PEIXOTO *apud*, RAGO, Elisabeth Juliska. *Outras falas: feminismo e medicina na Bahia (1836-1931)*. Annablume, p. 174, 2007.

<sup>59</sup> RAGO, Elisabeth Juliska. *A ruptura do mundo masculino da medicina: médicas brasileiras no século XIX*. cadernos pagu, n. 15, p. 211, 2000.

<sup>60</sup> BARBOSA, Ivan. *Tobias Barreto e a Sociologia no Brasil*. Cadernos de Estudos Sociais, v. 27, n. 1, p. 53, 2012.

superior no Brasil, torna-se cada vez mais perceptível a participação feminina em espaços de intelectualidade, sobretudo nos que envolvem as letras. Segundo Engel, são de suma importância os trabalhos que buscam discutir as trajetórias dessas mulheres, pois

Trata-se, pois de questionarmos enfoques simplistas que aprisionam as mulheres nas malhas da dominação masculina imobilizando-as completamente e, assim, contribuirmos para a ampliação e o aprofundando dos estudos que tencionam resgatar e compreender o protagonismo de literatas, artistas plásticas, cientistas, jornalistas entre outras na construção de suas trajetórias intelectuais entre fins do século XIX e inícios do XX.<sup>61</sup>

Ainda nesse estudo, Engel lança luz à trajetória de mulheres que aproveitaram de suas possibilidades; como pertencer às classes mais abastadas, suas redes de sociabilidade, e a sua própria condição feminina, que era responsabilizada em organizar os encontros sociais, como os chamados salões, para adentrar e participar do mundo das letras.

Uma das trajetórias que nos dão preciosas mostras para entender o alargamento da luta feminina para ocupar os espaços da intelectualidade é a de Laura Fonseca, carioca, nascida em 1891, filha de um professor abolicionista e republicano que trabalhava viajando pelo país – o que propiciou que ainda na adolescência conhecesse boa parte do Brasil. Através do destaque adquirido por ela e da progressão de sua carreira como literata, desde a sua produção poética passando pela publicação de quatro livros entre os anos de 1915 e 1918, até a colaboração no jornal comunista *Classe Operária*, é observável o crescente destaque e participação das mulheres entre a intelectualidade e na produção de conhecimento, o que pode se somar como fator positivo no tão desejado acesso às universidades.

Ainda no campo das letras, a figura de Maria Firmina dos Reis é um destaque importante para observarmos a produção intelectual de mulheres ainda em meados do século XIX.

Ao longo dos seus 92 anos de vida, Maria Firmina dos Reis teve uma participação importante como cidadã e intelectual, tendo atuado como folclorista e compositora, além de ter escrito em 1859 o romance *Úrsula* (uma obra que aborda a escravidão a partir do ponto de vista dos escravos), o

---

<sup>61</sup> ENGEL, Magali Gouveia. *Anna Teófila Filgueiras Autran (1856-1933): gênero, trajetória intelectual e sociabilidades em Salvador*. Congresso da UFBA (Universidade Federal da Bahia). pg.8. 2018.



romance de temática indianista Gupeva (1861) e o conto “A escrava”, que foi publicado em 1887, no auge da campanha abolicionista.<sup>62</sup>

Além de sua importante contribuição intelectual ao abordar o tema da escravidão de maneira inédita, Maria Firmina rompeu com estigmas que envolviam a sua cor, pois a escritora “era mulata, bastarda, e não pertencia a uma família opulenta”.<sup>63</sup> Assim como outras trajetórias já mencionadas, Firmina dos Reis simbolizou a luta e o êxito feminino no acesso à educação e ao mundo das letras. Na trincheira de batalhas para chegar ao conhecimento, as “mulheres das letras” ocuparam, ao seu modo, o seu lugar nessa luta.

Voltando ao nosso campo específico, o da medicina, encontramos as primeiras que conseguiram alcançar a formação ainda fora do país. A pioneira no ensino superior foi Maria Augusta Generoso Estrela, que só pôde alcançar seu intento por reunir condições específicas, segundo Colling:

Em 1875, uma jovem de 14 anos, Maria Augusta Generoso Estrela deixou o Rio de Janeiro para estudar Medicina nos Estados Unidos. Resolveu fazer o curso após ter lido um artigo em o *Novo Mundo*, jornal brasileiro publicado em Nova Iorque, sobre uma mulher americana que tinha obtido um diploma de médica. Além do pai e amigos, o próprio Imperador concedeu-lhe assistência financeira, concedendo-lhe uma bolsa de 100 000 réis até sua formatura. Maria Augusta era uma exceção.<sup>64</sup>

Mesmo sendo exceção no curso de Medicina, como apontado por Colling, a possibilidade de estudar nos Estados Unidos demonstra que, além do privilégio que Maria Augusta tinha, essa conquista se deu como fruto da luta de muitas mulheres no acesso à educação. Os passos da jovem podiam ser inéditos em direção ao doutoramento, mas já haviam sido dados por outras mulheres que ousaram estudar além do que a sociedade de seu tempo lhes permitia.

Só fora do país e com o apoio do Imperador foi possível que Maria Augusta se formasse em Medicina em 1881. O patrocínio para que estudantes fossem ao exterior era uma prática frequente do Imperador.

D. Pedro II patrocinava, particularmente, projetos de pesquisa de documentos relevantes à história do Brasil, no país e no estrangeiro. Ajudou, de várias

<sup>62</sup> ANDRETA, Bárbara Loureiro; ALÓS, Anselmo Peres. *A voz e a memória dos escravos: Úrsula, de Maria Firmina dos Reis*. identidade!, v. 18, n. 2, p. 194-195, 2014.

<sup>63</sup> Ibidem, p. 195.

<sup>64</sup> COLLING, Ana Maria. *AS PRIMEIRAS MÉDICAS BRASILEIRAS- Mulheres à frente de seu tempo*. FRONTEIRAS: Revista de História, v. 13, n. 24, p. 169-183, 2012.

formas, o trabalho de vários cientistas como Martius, Lund, Agassiz, Derby, Glaziou, Seybold e outros. Financiou ainda vários profissionais como agrônomos, arquitetos, professores, engenheiros, farmacêuticos, médicos, pintores etc. Um exemplo famoso é o de Guilherme Schuch, futuro Barão de Capanema.<sup>65</sup>

Não há um levantamento quantitativo de todas as bolsas e/ou auxílios concedidos por D. Pedro II, mas é notório que os estudantes do sexo masculino foram maioria entre os beneficiados.

Muitas pioneiras da medicina buscaram incutir em seus pais a vontade que possuíam de cursar o ensino superior, para que assim fosse possível que se tornassem médicas. O advogado e jornalista pernambucano Clodoaldo Alves de Oliveira, pai de Josefa Águeda Felisbella Mercedes de Oliveira, entrou com uma petição no ano de 1878 para que sua filha pudesse estudar Medicina fora do país. Talvez motivada pelo exemplo de Maria Augusta Generoso Estrela, Felisbella reverteu o jogo para seu lado utilizando argumentos jurídicos e mobilizando um agente masculino como facilitador para superação de sua condição limitada pelo próprio patriarcado. Infelizmente, a sua petição defendida por Tobias Barreto foi negada, ainda assim ela conseguiu viajar para estudar no New York Medical College for Women. Em Nova Iorque, conheceu Maria Estrela e juntas escreveram um jornal.

Adotando as mesmas convicções feministas, que enfatizavam a necessidade da educação superior para as mulheres, publicaram em 1881, o jornal literário *A Mulher*, em Nova York e distribuído nas principais capitais brasileiras. *A Mulher* fora “projetado para convencer as mulheres brasileiras de suas aptidões latentes, e para mostrar que ‘tanto a mulher como o homem se podem dedicar ao estudo das ciências’”.<sup>66</sup>

A partir da conquista de estudar fora do país numa ciência entendida como masculina e da sua expansão ao promoverem um jornal que tinha como principal meta incentivar outras mulheres aos estudos, Maria Augusta e Josefa Agueda mostraram que o avanço feminino em busca da instrução se deu pela mobilização comunitária. A ascensão dessas mulheres saiu do campo das trajetórias individuais para significar um chamado, uma vitória coletiva. Decerto, Maria Odília estava atenta a esses debates e possibilidades expostas no cenário de negociações que as duas pioneiras apresentavam

---

<sup>65</sup> TRINDADE, Diamantino Fernandes; TRINDADE, Laís dos Santos Pinto. *Os Pioneiros da Ciência Brasileira: Bartholomeu de Gusmão, José Bonifácio, Landell de Moura e D. Pedro II*. Revista Sinergia, v. 4, p. 163-169, 2003.

<sup>66</sup> RAGO, Elisabeth Juliska. *A ruptura do mundo masculino da medicina: médicas brasileiras no século XIX*. cadernos pagu, n. 15, p. 215, 2000.

para outras mulheres que puderam vislumbrar uma fagulha de esperança no sonho de estudar.

Além de uma escolha e/ou aptidão prévia, o capital familiar pode ter contribuído de forma decisiva para a sua profissão. Em uma carta intitulada “Estabelecendo a verdade”, escrita por Odília em defesa da memória de seu pai, ela relata: “[...] pois meu pai, ajudado por excelente memória, era um erudito, que sabia dizer com graça, humorismo e vernaculidade horas a fio, sem cansar os ouvintes.”<sup>67</sup> Se, como Maria Odília afirmou, seu pai foi um homem erudito que cultivou até seus últimos dias as letras e a ilustração, não é difícil imaginá-lo como um homem sensível à instrução da filha. Unido a isso poderia haver um desejo do médico de que não só seu filho Joaquim Teixeira, como também sua filha levassem sua profissão à frente, tornando-a um legado familiar. Sobre a influência paterna, Silva e Taveira indicam algumas possibilidades:

Alguns estudos encontraram uma forte relação entre famílias com estatuto socioeconômico elevado e a orientação para a carreira e/ou opção por carreiras pioneiras por parte das filhas. Outros estudos, na mesma linha, verificaram que as mulheres que têm profissões onde os homens dominam têm maior probabilidade de terem pais que são profissionais nessas áreas.<sup>68</sup>

Em 1879, após longos debates sobre a entrada das mulheres no ensino superior, foi aprovada a Reforma Leôncio de Carvalho. Dentre outras coisas, esta reforma no ensino previa o “Artigo 24 do Decreto do Império nº 7.247 de 19 de abril de 1879, que concedia às mulheres o direito de inscrição nos cursos de Medicina de Salvador (Bahia) e do Rio de Janeiro”<sup>69</sup>; o que tornou realidade um anseio antigo de muitas mulheres.

Essa reforma foi a concretização de um longo debate em que a educação feminina era tema central, e onde diversas vertentes de pensamento apresentaram e debateram seus argumentos. Para as mulheres, que há tempos buscavam adentrar em espaços de instrução frequentados por homens, essa lei significou uma grande batalha vencida através de seus esforços individuais ou coletivos. Com essa conquista ao direito da educação superior, as que conseguiam acessá-lo tiveram muitos desafios para desenvolver seus estudos. O entrave poderia começar na desconfiança que a sociedade

<sup>67</sup> LAVIGNE, Eusínio. op. cit, p.123.

<sup>68</sup> ASTIN, 1984. e.g., Hoffman, Goldsmith, & Hofacker, 1992. Apud. SILVA, Ana Daniela; TAVEIRA, Maria do Céu. *Educação e desenvolvimento de carreira das mulheres*. Ex aequo, n. 25, p. 165-178, 2012.

<sup>69</sup>RAGO, Elisabeth Juliska. *A ruptura do mundo masculino da medicina: médicas brasileiras no séculoXIX*. cadernos pagu, n. 15, 2000

tinha em ter essas mulheres da elite transitando nas ruas e ocupando os bancos escolares junto aos homens. Além desse obstáculo que se referia ao gênero, havia dificuldades compartilhadas com todos os estudantes de Medicina, pois era necessária uma preparação prévia para desenvolver o curso, sendo exigido o domínio de línguas como o latim e o grego. As despesas provenientes das matrículas e do material para o curso, quando somadas, alcançavam um valor que só poderia ser atingido por estudantes provenientes de famílias ricas ou que contassem, como já citado, com patrocínio em seus estudos.

Muitas das pioneiras tiveram que buscar uma estratégia mais elaborada para atingir a faculdade de Medicina, iniciando estudos mais avançados no curso de Letras e Ciências, que lhe confeririam uma profissão garantida e certa “respeitabilidade”. Como destaca Mott, “a atividade de professora era uma das poucas profissões considerada respeitável para mulheres”.<sup>70</sup> Maria Odília, que não estava indiferente a esses debates e opções que flutuavam à sua frente, e que talvez entendesse que só através de táticas parecidas com a de outras pioneiras conseguiria acessar o curso de Medicina, foi para Salvador estudar, no Ginásio da Bahia, o curso de Letras e Ciências.

No último quartel do século XIX, a cidade do Salvador era a terceira mais populosa do Brasil, sendo uma sólida praça de comércio que tinha no porto a sua principal fonte econômica.

Mesmo sem ter acompanhado o ritmo de certas transformações que se operavam no centro-sul do país, a Bahia, graças a uma produção diversificada de artigos tropicais, também se integrava na estrutura capitalista internacional, o que lhe assegurava uma dupla condição: intercâmbio comercial contínuo com mercados mundiais e possibilidade de tornar-se campo de investimentos de capitais estrangeiros.<sup>71</sup>

É nesse cenário de pujança econômica que lhe conferia um protagonismo na política nacional, em continuidade desde o período colonial, que a cidade do Salvador se volta à lógica corrente à época de que a educação era um elemento vital para o progresso da sociedade. Segundo Luz,

Em especial no último quartel do século XIX e início do século XX a educação assumiu um papel prioritário como a principal base para a organização das nações, em meio a um processo de modernizações que

---

<sup>70</sup> Ibidem. p. 205.

<sup>71</sup> SANTOS, Mário Augusto da Silva. *Crescimento urbano e habitação em Salvador (1890-1940)*. Revista de Urbanismo e Arquitetura, v. 3, n. 1, 2008.

tentou instituir o novo ou pelo menos demarcar o obsoleto e a consequente necessidade de modificá-lo.<sup>72</sup>

Atendendo a esses anseios, o ensino secundário para mulheres no Ginásio da Bahia teve início em 1883. Isso só foi possível graças ao pedido do Cônego e médico Romualdo Barroso, então diretor geral, que “solicitou auxílio às senhoras da sociedade baiana, sendo que 12 aceitaram lecionar gratuitamente”, além da permissão para que as aulas fossem ministradas no “prédio situado no Largo da Piedade – centro da cidade de Salvador/Ba, destinado originalmente ao externato normal de homens”.<sup>73</sup> Isso demonstra a preocupação de setores da sociedade em dar continuidade na instrução feminina além das primeiras letras, sendo um consistente avanço para que as mulheres pudessem, mais tarde, acessar o ensino superior. Essa demanda é expressa na fala do próprio diretor geral, Romualdo Barroso, no relatório ao Presidente da Província: “A família é a base da sociedade, e a mulher a base da família. Tal mulher, tal família, tal sociedade. Procurar, pois, instruir o homem e deixar a ignorância a mulher é um crime e um erro, diz notável publicista”.<sup>74</sup> É inegável um avanço, mesmo que existisse uma diferenciação no ensino a partir do marcador do gênero. O programa de curso feminino era diferente do masculino, tendo, por exemplo, cursos como: “Higiene e noções de economia doméstica, noções de direito usual nas relações com a família e prendas domésticas.”<sup>75</sup>

A implementação do curso secundário destinado às mulheres, em 1883, pode ser considerado um importante passo para a instrução feminina na Bahia. Na década anterior, após a criação das escolas noturnas na Bahia, houve uma tentativa de desenvolver um segmento que contemplasse as mulheres. As escolas noturnas, que desenvolviam o ensino elementar, tinham como objetivo principal “(...) uma forma de instrução voltada aos interesses das elites proprietárias e política de conduzir o público dessas escolas para um mercado de trabalho que se apresentava naquele contexto”<sup>76</sup>, no entanto, o argumento apresentado na defesa deste ensino para as mulheres remontava ao mesmo ideal de mulher como o “anjo do lar”. A fala do inspetor geral de estudos,

---

<sup>72</sup> LUZ, José Augusto Ramos. Um olhar sobre a educação na Bahia: a salvação pelo ensino primário (1924-1928). Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2009.

<sup>73</sup> DICK, Sara Martha. *Políticas públicas para o ensino secundário feminino na Bahia—1883 a 1930*. p. 56. 2004.

<sup>74</sup> *Ibidem*, p. 194.

<sup>75</sup> *Ibidem*, p. 195.

<sup>76</sup> CERQUEIRA, Jucimar. Úteis a si e à pátria: escolas noturnas para trabalhadores na Bahia. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, p. 66, 2018.

em que defende no relatório a modalidade de ensino, expressa esse ideário “[...] como mãe, a mulher [era] um quadro vivo, se bem preparado, para a educação da prole.”<sup>77</sup> Santos aponta em seu trabalho algumas tentativas pontuais e espaçadas da realização desses cursos noturnos de primeiras letras para as mulheres, mesmo após a posição favorável no relatório do inspetor geral.

A ideia de escola noturna para mulheres é de grande valia, independente da finalidade proposta por Barros, pois, poderia ser um passo para possibilitar também qualificação para o trabalho e para a vida, se, disponibilizassem a elas conhecimentos das primeiras letras, pois em tempos em que muita gente era analfabeta e em que a mulher não ocupava grandes cargos no mercado de trabalho de forma considerável, ter os conhecimentos das primeiras letras seria uma grande coisa, no sentido de emancipação pessoal e profissional, ainda que fossem para poucas e não fosse o que prevalecesse na época.<sup>78</sup>

Nos últimos momentos do século XIX, Odília foi a Salvador buscando a preparação que deveria ter caso decidisse estudar Medicina ou tornar-se professora. Como, segundo afirma José Léo<sup>79</sup>, o seu pai não possuía o dinheiro necessário para mantê-la estudando, o seu patrocinador foi seu irmão mais velho, Tertuliano Teixeira, que desenvolvendo a profissão de rábula tornou-se “o rico da família”. Com sua matrícula<sup>80</sup> no bacharelado de Letras e Ciências do segundo ano datando de 1899, Odília teria começado seus estudos no ano de 1898. Segundo Lima:

O aluno que completasse sete anos de Ginásio recebia o grau de Bacharel em Letras e Ciências, adquirindo, assim, direito à matrícula nas escolas de nível superior e preferência nas nomeações para o magistério nos estabelecimentos de instrução secundária.<sup>81</sup>

As disciplinas aprendidas nos sete anos de ensino versavam sobre as mais variadas ciências e línguas, como:

Língua portuguesa, latim, grego, francês, inglês, alemão, matemática elementar, história universal, geografia, corografia e história do Brasil, biologia (compreendendo a história natural descritiva e a geologia), física, química,

---

<sup>77</sup> Ibidem, p. 77.

<sup>78</sup> Ibidem, p. 39.

<sup>79</sup> LAVIGNE, J. L. José Léo Lavigne: depoimento [maio 2015]. Caldas do Jorro, Bahia, 2015. Áudio mp3 (51:07). Entrevista concedida.

<sup>80</sup> Arquivo Histórico do Colégio Central da Bahia. 1A - Série referente à Matrículas de alunos(as). Livro n. 17. Matrícula em 08 de fevereiro de 1899. Matrícula 42

<sup>81</sup> LIMA, Déborah Kelman. O Banquete Espiritual da Instrução: o Ginásio da Bahia, Salvador: 1895-1942. Salvador, Universidade Federal da Bahia, p. 24. 2003.

mineralogia e meteorologia, mecânica e astronomia, geometria geral, cálculo, geometria descritiva, literatura nacional e comparada, sociologia, moral, psicologia, lógica, economia política, estatística, direito pátrio. Prescreve também a existência de professores para as aulas de desenho, música, ginástica, esgrima, natação e exercícios militares.<sup>82</sup>

Não fica evidente se disciplinas previstas no curso tais como ginástica e esgrima, que se aproximam mais do perfil masculino vigente, também eram destinadas às mulheres. O que ficou evidenciado na gama de disciplinas ministradas é o tipo de preparação destinada à elite baiana, em sua maioria masculina, pois ao sair do Ginásio da Bahia esses estudantes estavam a um passo de ocupar os bancos escolares do ensino superior.

Diferente de muitas moças do Recôncavo que iam a Salvador “apenas por ocasião de moléstias, ou para cumprir promessa de uma romaria ao Senhor do Bomfim”<sup>83</sup>, com a idade entre 15 e 16 anos<sup>84</sup>, Odília buscou na capital uma instrução superior à que muitas mulheres do interior, mesmo as de posses, poderiam alcançar. Para muitas moças em idade similar à de Odília, a ida a Salvador representava “civilizar-se, tirar a ‘casca de tabaroas’”<sup>85</sup>, o que não significava acessar escolas de ensino formal da capital e, sim, o ensino limitado às prendas domésticas e ao mundo considerado feminino. Em 1910, um ano após ter se formado em Medicina, Odília pode ter lido no jornal cachoeirano *A Ordem*, o artigo: “O que devemos ensinar para nossas filhas”, em que um autor desconhecido elencou o que deveria ser ensinado às moças de Cachoeira e São Félix. O autor do texto destaca o que acha importante nesse ensino:

Dá-lhe uma instrução elementar. Ensine-as a preparar alimentos substanciosos, a lavar, a engomar, remendar meias e fazer sua própria roupa. [...] Se puderes comportar as despesas, deixe-as aprender música, pintura e outras belas artes, porém, de importância.<sup>86</sup>

Caso algum leitor resolvesse acatar esse conselho sobre a instrução feminina, poderia matricular sua filha de imediato no curso ofertado pelo “Asylo filhos de Anna”,

---

<sup>82</sup> Ibidem, p. 25.

<sup>83</sup> REIS, Adriana Dantas. *Cora: lições de comportamento feminino na Bahia do século XIX*. Universidade Federal da Bahia, Centro de Estudos Baianos, pg. 65. 2000.

<sup>84</sup> Arquivo Histórico do Colégio Central da Bahia. 1A - Série referente à Matrículas de alunos(as). Livro n. 17. Matrícula em 08 de fevereiro de 1899. Matrícula 42

<sup>85</sup> REIS, 2000, p.65 et seq.

<sup>86</sup> O QUE devemos ensinar para nossas filhas. *A Ordem*, Cachoeira, p. 1, 6 de agosto, 1910.

que oferecia um “curso de primeiras letras, francês e prendas para meninas.”<sup>87</sup> O posicionamento tomado neste artigo nos leva a constatar que apesar de já ter duas décadas que as mulheres acessavam o ensino superior, não havia consenso sobre a educação feminina; e que os argumentos utilizados para inviabilizar esse acesso ainda poderiam se fazer presentes em vários cenários. A tensão e luta por esses espaços continuava.

Os abolicionistas se inseriam na seara da educação para a população de cor. Seja com um projeto coletivo, seja em iniciativas individuais. No âmbito coletivo, houve um exemplo ocorrido na Bahia, em 1898, na Sociedade Protetora dos Desvalidos, em que “alguns sócios se reuniram para propor ‘ser criada em uma das salas da sociedade uma aula primária noturna para os sócios e seus filhos, sobre regência de um professor habilitado e que se preste a receber pequena gratificação’”.<sup>88</sup> A associação civil negra, no entanto, não levou à frente um curso de primeiras letras para as mulheres, apesar da petição feita pela professora Maria Silveira da Silva, pois

De acordo com Ana Paula de Souza, tendo em vista que a SPD era uma associação estritamente masculina é possível que a negação à solicitação tenha partido do pressuposto de ser uma mulher que iria adentrar o espaço da instituição.<sup>89</sup>

Em outros contextos, a educação nas primeiras letras para meninas de cor teve maior êxito. Em Sergipe, a escola do Pai Thomaz passou a funcionar em 1882. Com o objetivo de atender crianças, que “consistia em um aglomerado de crianças, cujas mães já gozavam de sua liberdade, ou mesmo aqueles filhos que, de acordo com a Lei do Ventre-Livre estavam prestando algum tipo de serviço.”<sup>90</sup> Nesta escola, as meninas eram aceitas para que aprendessem as primeiras letras. A demanda que era atendida neste estabelecimento tinha como principal mote “(...) ao aprendizado da obediência a Deus, a família e a pátria”<sup>91</sup>, produzindo assim trabalhadores morigerados. Ainda que os ensinamentos praticados recorressem à retórica do controle, ordenamento e tutela da

---

<sup>87</sup> Idem, p. 3, 15 de janeiro de 1910.

<sup>88</sup> CAMPOS, Lucas Ribeiro. Sociedade Protetora dos Desvalidos: mutualismo, política e identidade racial em Salvador (1861-1894). Dissertação (Mestrado PPGH). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, p. 36, 2018.

<sup>89</sup> Ibidem.

<sup>90</sup> FIGUEIRÔA, Meirevandra Soares et al. Matéria livre... espírito livre para pensar: um estudo das práticas abolicionistas em prol da instrução e educação de ingênuos na capital da província sergipana (1881-1884). Dissertação (Mestrado). Núcleo de Pós Graduação em educação. Universidade Federal de Sergipe, p. 66, 2007.

<sup>91</sup> Ibidem, p. 71.



população negra às vésperas da abolição, esse espaço possibilitou que muitos meninos e meninas de cor acessassem o mundo das letras naquele período. Para as meninas, podemos considerar um ganho ainda maior, já que a sua presença em cursos de primeiras letras não era unânime.

Para Maria Odília, as possibilidades de estudar foram mais alargadas. No Ginásio da Bahia, instituição de grande prestígio, a jovem Odília decerto se destacou, pois foi a única mulher entre os formados no começo de 1904. Neste mesmo ano, dos 119 alunos matriculados, constam apenas 7 moças. Entre seus colegas de turma, Eduardo José de Oliveira e Galdino Pereira de Castro se destacam por terem seguido o mesmo caminho que a médica, tornando-se bacharéis em Medicina, o primeiro inclusive sendo da mesma turma que Maria Odília na FAMEB.<sup>92</sup> Muitos anos mais tarde, na comemoração do cinquentenário de formação em Medicina, Maria Odília esteve com seus colegas que estavam vivos, o que pode demonstrar a possibilidade na permanência dos laços constituídos nos âmbitos escolares.

Além do gênero de Odília, a sua cor foi outro marcador importante no período em que estudou no Ginásio da Bahia. A pesquisa<sup>93</sup> de Lima remonta quantitativamente a participação de alunas negras na instituição, e ainda que não tenha alcançado a presença de Odília e de outras mulheres negras para o período anterior ao contabilizado, seus dados fornecem base para vislumbrar a excepcionalidade de sua presença, levando em consideração dois marcadores centrais de sua trajetória: gênero e cor. Os dados sobre a presença dos homens e mulheres negras em uma instituição de ensino como o Ginásio da Bahia atestam que, após a primeira década da abolição, a população negra não fazia parte do projeto republicano.

O crucial para que Odília pudesse acessar um espaço de conhecimento privilegiado, como o Ginásio, foi o fato de que se por um lado ela pertencia à classe racial que estava “excluída do processo produtivo” e, por conseguinte educacional do

---

<sup>92</sup> OLIVEIRA, Eduardo José de. Da responsabilidade Médica. FAMEB: 102-O. Lista de Teses. Gazeta Médica, p. 73, 2004.

<sup>93</sup> Em seu estudo sobre o Ginásio da Bahia, Lima chega à conclusão de que “Cruzando-se os indicadores, cor e gênero, para os períodos 1936-1937 e 1940-1942, observa-se que era bastante limitado o acesso de mulheres negras ao Ginásio”<sup>93</sup>. Ainda que o discurso mantido pela maioria de seus entrevistados aponte para “[...] uma convivência democrática, onde não havia discriminação”<sup>93</sup>, os dados sugerem a pouquíssima participação de mulheres de cor na instituição. Apesar de a análise ser das décadas seguintes à passagem de Odília pela instituição, esses dados apontam a singularidade da sua experiência e dificuldade que ela pode ter passado. A presença de mulheres negras na terceira e quarta década do século XX se fez quase nula, nos anos entre 1936 e 1937, sendo inexistente entre 1940 e 1942 de 0,8%<sup>93</sup>; nos anos em que Odília se matriculou, sequer foi contabilizada. Para os homens negros as possibilidades estavam um pouco mais alargadas, foi registrada a sua presença entre os anos de 1936 e 1937 em 7,3% e, em entre 1940 e 1942 em 4,3%.

período republicano, por outro, havia a presença do seu pai: um homem branco, médico e de família influente. Decerto, a sua ascendência branca, ressignificada e utilizada em recomendações, influências e prestígio, juntamente ao dinheiro que seu irmão tinha, abriram uma escotilha para que ela conseguisse se formar em março de 1904 e adentrar no ensino superior na FAMEB.

A petição feita ao Diretor Alfredo Thomé de Britto, no dia 16 de março de 1904, antes mesmo de ter em mãos o diploma de Bacharela em Ciências e Letras do Ginásio da Bahia, denota certa pressa em ingressar, ainda naquele ano, no curso de Medicina. Se esse era o intento de Odília e, se até mesmo esse plano foi acordado anteriormente com sua família, as fontes não evidenciam. No entanto, os esforços empregados para que ela pudesse ter o melhor estudo fornecido para os “filhos da elite” indicam que este plano poderia estar, havia muito tempo, no horizonte da jovem bacharela. Buscando-se distanciar da perspectiva utilitária e teleológica, que segundo Volpe e Otte “[...] só se interessa por aqueles elementos que ‘fazem sentido’ – o sentido pré-definido pelo telos –, excluindo aqueles elementos considerados ‘corpos estranhos’ para o sentido estabelecido”<sup>94</sup>, pode-se atribuir a Odília outros fatores que corroboraram com sua escolha e até mesmo analisar se de fato houve uma escolha.

A partir dos motivos elencados, podemos observar as especificidades da trajetória de Odília dentro de um contexto maior de lutas femininas pelo acesso ao ensino superior no Brasil. Fica evidenciado que nossa personagem, e as outras pioneiras, só conseguiram o acesso ao ensino superior em solo brasileiro a partir de uma inflexão que contou com lutas individuais, como a trajetória de Maria Augusta Generoso Estrela, mas que principalmente se fez concreta a partir da luta coletiva; pressionando seus pais para estudar, exigindo esses espaços através de interlocutores masculinos como Tobias Barreto e até mesmo utilizando a retórica biologizante de que a mulher em condições intelectuais semelhantes às dos homens poderia desenvolver as mesmas habilidades. Mesmo circunscrita a um grupo específico de mulheres que reuniram condições materiais, sociais e raciais para ocupar os bancos escolares do nível superior, é inegável que ocupar o ensino superior no Brasil foi uma conquista.

---

<sup>94</sup> OTTE, Georg; VOLPE, Miriam Lídia. *Um olhar constelar sobre o pensamento de Walter Benjamin. Fragmentos: Revista de Língua e Literatura Estrangeiras*, v. 18, p. 44, 2000.

No início de 1904, ao andar pelo Terreiro de Jesus, talvez ouvindo o som dos atabaques da capoeira<sup>95</sup>, a jovem Maria Odília Teixeira, com apenas 20 anos, entrou na Faculdade de Medicina de braços dados ao seu pai pela porta da frente. Ali começava o desafio para mais uma das pioneiras.

### 1.3 Uma estrela num universo: A Faculdade de Medicina da Bahia

*Onde se conta de livros, teses e teorias, de catedráticos e trovadores, da rainha de sabá, da condessa e da iaba, e em meio a tanto ipicilone, se propõe, uma adivinha e se exprime ousada opinião.*

*Tenda dos Milagres*

*Bacharela em ciências e letras, num curso recheado de aprovações honrosas, entrou à Faculdade com o espírito caldeado com conhecimentos sólidos...*

*Perfis Acadêmicos, Diário de Notícias*

A Faculdade de Medicina da Bahia, fundada em 1808 através da Carta Régia assinada por D. João VI, funcionou durante oito anos de maneira embrionária ainda como Escola de Cirurgia da Bahia. Sendo um dos poucos espaços a oferecer o curso superior na província da Bahia e no Brasil, a FAMEB tinha em seu cerne a característica de ser um espaço de debate de ideias, observando, tomando parte e sendo um reflexo das demandas da sociedade brasileira. Como aponta Ribeiro:

A Faculdade de Medicina da Bahia torna-se um espaço privilegiado para as discussões científicas, bem como de ideias políticas e filosóficas que chegam do velho mundo que, por sua vez, “impulsionam o progresso da ciência” e as transformações sociais no império.<sup>96</sup>

Sendo um ambiente plural em que as demandas liberais se faziam presentes, a Faculdade de Medicina contribuiu também para o progresso de outras ciências.

Durante o século XIX, a FAMEB atuou como um espaço que possibilitou o desenvolvimento de vários estudos, posteriormente apropriados por ciências independentes, que, no período em referência ainda estavam em período de desenvolvimento inicial, como Antropologia, Psicologia e Sociologia.<sup>97</sup>

<sup>95</sup> FONSECA, Carolina Ferreira da. *Forte da capoeira: esquivas entre espetáculo e resistência em Salvador*. 2009.

<sup>96</sup> RIBEIRO apud DOS SANTOS, Adailton Ferreira. *A Faculdade de Medicina da Bahia: percurso e reforma do ensino no século XIX*. VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas: “História, Sociedade e Educação no Brasil”. HISTEDBR, Campinas: Unicamp, 2009.

<sup>97</sup> ROCHA, Nádia Maria Dourado; TRANQUILI, Alessandra Graciosa; LEPIKSON, Bianca Becker. *A Faculdade de Medicina da Bahia no século XIX: a preocupação com aspectos de saúde mental*. *Gazeta Médica da Bahia*, v. 74, n. 2, 2008.

A escola tropicalista baiana é um bom exemplo das teorias inovadoras aqui desenvolvidas, sendo pioneira “ao investigar as doenças típicas do meio tropical, os tropicalistas da Bahia utilizaram os mais avançados instrumentos da medicina europeia, tal como a estatística médica (...) cuja utilização foi pioneira na Bahia.”<sup>98</sup> Além do desenvolvimento de várias correntes teóricas que inovaram em diversos campos da medicina, a FAMEB também foi cenário importante para dar eco a disputas políticas desde a sua fundação. O partido republicano, fundado na Bahia em 1888, dá mostras de como a instituição se fazia protagonista das querelas políticas logo após a abolição da escravatura. Contando em seus quadros com uma maioria de médicos, professores e estudantes da FAMEB, o partido republicano baiano teve esteio para desenvolver muitas estratégias de crescimento no terreno político da Bahia. Um episódio que ficou célebre e dá mostras desse protagonismo foi o apedrejamento da faculdade pela Guarda Negra, em 15 de junho de 1889.<sup>99</sup>

Beneficiando-se deste clima de efervescência de pensamentos, o movimento abolicionista encontrou o seu espaço dentro da FAMEB. No ano de 1852, foi fundada a Sociedade 2 de julho, que tinha como principal objetivo a compra de alforrias para cativos “contudo, naquele contexto da imediata supressão do tráfico africano o sentimento abolicionista ainda era pouco expressivo e as ações dos jovens estudantes não tiveram grande repercussão.”<sup>100</sup> Nas décadas seguintes, foram criadas a Sociedade Libertadora 7 de setembro e a Sociedade Libertadora Bahiana, que tinha em seus quadros diferentes personalidades da classe mais abastada da Bahia, como jornalistas, advogados, políticos e médicos. A sede da faculdade, se alinhando à dinâmica ocorrida nas principais cidades do Império, além de ser palco, tinha entre seus alunos, professores e funcionários participantes ativos na luta abolicionista. Dentro deste grupo heterogêneo, havia contrastes de posicionamento, como Álvaro Freire de Villaba Alvim, que

Principiou o curso de Medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, na época em que “fervilhavam em todo o país os ideais abolicionistas e republicanos” e devido ao seu posicionamento favorável a tais reformas,

<sup>98</sup> EDLER, Flávio Coelho. *A Escola Tropicalista Baiana: um mito de origem da medicina tropical no Brasil*. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 9, n. 2, p. 361-362, 2002.

<sup>99</sup> Sobre o Republicanismo na Bahia, ver em: ARAÚJO, Dilton. *Republicanism e Classe Média em Salvador 1870-1889*. Salvador. UFBA, 1992.

<sup>100</sup> SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. *As ações das sociedades abolicionistas na Bahia (1869-1888)*. 4o Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2009.

alguns dos professores da referida faculdade o forçaram a solicitar sua transferência para a Faculdade de Medicina da Bahia onde se doutorou.<sup>101</sup>

Diferente do então estudante que foi considerado um abolicionista “radical” a ponto de ter que terminar seus estudos na Bahia, na mesma lista levantada pela Memória Histórica da FAMEB<sup>102</sup> encontra-se o político e médico conservador Abílio César Borges, o Barão de Macaúbas. A participação da faculdade nos debates sobre a escravidão, e todos os seus desdobramentos, reforça o espectro de que para além de ser uma instituição que visava a ciência, a FAMEB era, nas palavras de Pacífico Pereira, um proeminente catedrático, “um centro de atividade constante pelo progresso da ciência, pela causa do bem e da humanidade e, sobretudo, pelo culto da independência, da liberdade e do direito”.<sup>103</sup> Dentro das possibilidades e diferenças encontradas no movimento abolicionista que se formou na FAMEB, percebemos o seu principal caráter: um colegiado com vozes que, tencionando para o mesmo objetivo, tinha estratégias e maneiras diferentes de se colocar nas querelas. A Faculdade de Medicina da Bahia tinha a premissa de não se abster de nenhum debate que envolvesse a sociedade.

Dentro deste espaço de disputas, antes do século XX a Faculdade de Medicina da Bahia já havia experimentado em seus quadros a presença de estudantes de cor. Segundo Furtado, “sobre os alunos que nela estudavam pouco se sabe, somente a ‘Memória Histórica da Faculdade de Medicina da Bahia’ no ano de 1854, cita alguns de seus ‘praticantes’ (estudantes) [...]”<sup>104</sup>; desses praticantes, destaca-se Francisco Sabino Alves da Rocha Vieira, o líder da Sabinada.<sup>105</sup> Sabino é apontado como um homem mulato, médico e principal articulador da revolta em diversos trabalhos, como no estudo que versa sobre as identidades raciais na Sabinada. Lopes destaca as tensões raciais dentro do próprio movimento:

---

<sup>101</sup> FORTUNA, Cristina Maria Mascarenhas. Memórias Históricas da Faculdade de Medicina da Bahia. 1916-1923; 1925-1941. ANEXO 1. Faculdade de Medicina da Bahia. Salvador. Bahia, Brasil. p. 195.

<sup>102</sup> Idem.

<sup>103</sup> SANTOS, Adailton Ferreira. *A Faculdade de Medicina da Bahia: percurso e reforma do ensino no século XIX*. VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas: “História, Sociedade e Educação no Brasil”. HISTEDBR, Campinas: Unicamp, 2009

<sup>104</sup> FORTUNA, Cristina Maria Mascarenhas. Sobre os afrodescendentes, abolicionismo, estudos sobre o negro e a Faculdade de Medicina (F.M.B.). Primaz do Brasil de 1808 a 1888. Faculdade de Medicina da Bahia. Salvador. Bahia, Brasil. p.42.

<sup>105</sup> A Sabinada foi uma revolta feita por militares, integrantes da classe média (profissionais liberais, comerciantes etc.) e rica da Bahia. A revolta se estendeu entre os anos de 1837 e 1838. Ganhou este nome, pois seu líder foi o jornalista e médico Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira.

Entre o major crioulo e o mulato Sabino não havia o espaço para uma suposta *solidariedade racial*, ainda que ambos fossem livres e sobre eles incidisse a marca da cor. O fato de Eufrásia e Sabino não serem brancos está longe de representar uma unidade ‘natural’ de um projeto político ou mesmo uma tendência de conagração entre eles.<sup>106</sup>

A condição racial de Sabino não foi impeditivo para que este pudesse estudar nos anos iniciais da Escola de Cirurgia. Pelo pouco que se sabe de sua biografia, o médico teve sua identidade racial apontada como mulata ainda por seus contemporâneos. Atualmente, Sabino Vieira é listado pela FAMEB, em sua Memória Histórica *Alunos e professores afrodescendentes da Faculdade de Medicina da Bahia (1808-1888)*, como um dos primeiros homens de cor a se tornar médico na instituição. Ainda nesse estudo, Manoel Maurício Rebouças é indicado como o primeiro professor de cor da FAMEB<sup>107</sup>, tendo se formado na Universidade de Paris em 1831. Reis o descreve como o “mulato de Maragogipe, Manoel Maurício Rebouças, tio do abolicionista André Rebouças”, considerando a sua tese doutoral, “exemplo mais direto da influência francesa em nosso pensamento médico sobre a morte”.<sup>108</sup> Maurício Rebouças conseguiu, dentro do contexto colonial, escalar posições de importância, talvez como Teodoro Sampaio: “interpretando as relações e a gramática política”<sup>109</sup>; somados a sua formação, prestígio, capital familiar e principalmente o cargo que ocupou, por quase 30 anos na FAMEB. Todos esses elementos nos levam a considerar que a sua cor e a sua ascendência não significaram um limite inflexível para um cargo tão importante dentro da instituição.

Uma das trajetórias que mais se destaca nesse grupo de homens de cor é a do renomado Juliano Moreira. Segundo Oda,

Juliano Moreira (1873-1933), baiano de Salvador, é frequentemente designado como fundador da disciplina psiquiátrica no Brasil. Sua biografia justifica tal eleição: mestiço (mulato), de família pobre, extremamente precoce, ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia aos 13 anos, graduando-se aos 18 anos (1891), com a tese "*Sífilis maligna precoce*". Cinco

<sup>106</sup> LOPES, Juliana Serzedello Crespim. *Identidades políticas e raciais na Sabinada (Bahia, 1837-1838)*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, p. 120, 2013.

<sup>107</sup> Através da lei de 3 de outubro de 1832 passou a ser chamar Faculdade de Medicina da Bahia.

<sup>108</sup> REIS, João José. *Fontes para a história da morte na Bahia do século XIX*. Caderno CRH, v. 4, n. 15, 2007.

<sup>109</sup> Termo utilizado por Wlamyra Albuquerque. Ver em: Albuquerque, Wlamyra. *Teodoro Sampaio e Rui Barbosa no tabuleiro da política: estratégias e alianças de homens de cor (1880-1919)*. Revista Brasileira de História, vol. 35, núm. 69, enero-junio, 2015, pp. 1-17 Associação Nacional de História São Paulo, Brasil.

anos depois, era professor substituto da seção de doenças nervosas e mentais da mesma escola.<sup>110</sup>

O médico consagrou a sua carreira tratando “a modernização teórica da psiquiatria e da prática asilar”<sup>111</sup> e, por ir de encontro às teorias raciais vigentes, havendo “explícita discordância quanto à atribuição da degeneração do povo brasileiro à mestiçagem, especialmente a uma suposta contribuição negativa dos negros na miscigenação.”<sup>112</sup>

Além dos exemplos citados anteriormente no levantamento mencionado, chegou-se ao número de 29 homens de cor, entre professores e alunos. No período em que funcionou a Escola Cirúrgica, foram 5; passando a Colégio Médico e Cirúrgico da Bahia, 2; quando tornou-se Faculdade de Medicina da Bahia o quadro de alunos de cor chegou a 14; quanto aos professores, foram levantados 8 desde sua fundação até 1888. Como explica Furtado, a classificação racial dos docentes e discentes citados foi feita “através de autoafirmação, afirmação de biógrafos, historiadores, desenhos, retratos em telas a óleo, fotografias etc.”<sup>113</sup> Entendendo que as fontes disponíveis podem não alcançar o número real dos alunos e professores de cor, a autora ainda destaca o trecho da tese do médico Tiburtino Moreira Prates, escrita em 1846 e citada no trabalho de Lima Júnior e Castro, que ressalta:

Mais de cem estudantes frequentam a Faculdade de Medicina desta cidade, a metade são incontestavelmente mulatos, dos outros sabemos que muitos são quintãos ou desertores (brancos da terra), de outros ignoramos a genealogia e assim os que são incontestavelmente da raça caucásia pura não passa de vinte.<sup>114</sup>

Quando a jovem Maria Odília adentrou a faculdade para iniciar seus estudos, a presença de homens de cor não se fazia novidade alguma, ainda assim o cenário que a aguardou não seria o mais simples, vejamos a seguinte a que me refiro.

---

<sup>110</sup> ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGALARRONDO, Paulo. *Juliano Moreira: um psiquiatra negro frente ao racismo científico*. Brazilian Journal of Psychiatry, v. 22, n. 4, p. 178, 2000.

<sup>111</sup> Ibidem

<sup>112</sup> Ibidem

<sup>113</sup> FORTUNA, Cristina Maria Mascarenhas. Op. Cit, p. 52 et seq.

<sup>114</sup> Idem. Op. Cit, p. 49 et seq.

### 1.3.1 Um Universo

No século XIX, “os intelectuais latino-americanos estudaram entusiasmados os trabalhos de importantes teóricos científicos europeus, como Auguste Comte, Hippolyte Taine, Herbert Spencer, Cesare Lombroso e Gustave Le Bon, entre outros.”<sup>115</sup> Estas obras influenciaram uma geração de intelectuais que passaram a analisar os problemas latino-americanos a partir da raça. De um lado encontramos intelectuais, médicos e estudiosos que pensavam como o político e intelectual argentino Domingo Sarmiento, que “ressaltou a absorção dos indígenas, ou seja, a miscigenação como tendo sido a pior herança recebida pela Espanha e por Portugal”<sup>116</sup>, defendendo assim um ideário de supremacia anglo-saxônica sobre os latinos. Neste íterim, em que o tema foi largamente debatido gerando diversas produções, temos pensadores que, com o objetivo “[...] de valorizar a tradição ibérica, surgiram obras como o Ariel (1900), de José Enrique Rodó, enfatizando a importância desta na formação da identidade da América Latina.”<sup>117</sup> Esse pensamento ia diretamente contra ao defendido por Sarmiento, e demonstra a controvérsia acerca dessas teorias. Seja no campo das letras ou das ciências médicas, longe de ser consenso, o ideário que defendia as hierarquias raciais, tendo como topo da pirâmide os caucasianos, geraram um campo fértil de discussões e disputas de narrativas.

No Brasil, o início do século XX trouxe consigo mudanças na vida social do país, o que também deu esteio para que as já mencionadas teorias, alavancadas no século anterior, ganhassem mais terreno no campo médico e político.

Costa assinala que

O Grêmio Literário da Bahia tinha o orgulho de apresentar, entre seus sócios correspondentes do ano de 1904, ninguém menos que o duque napolitano. E o próprio Lombroso, que havia louvado a compilação de Candido Motta sobre Classificação dos Criminosos (São Paulo, Tese de concurso, 1897) como a obra mais perfeita sobre o assunto, inseriu-se nos mitos em tomo de Nina Rodrigues pelo fato de tê-lo, supostamente, sagrado *Apóstolo da Antropologia Criminal no Novo Mundo*.<sup>118</sup>

<sup>115</sup> GOUVEIA, Regiane. “*América Latina Enferma*”: racismo, positivismo e hispanidad no pensamento político latino-americano de fins do século XIX e início do XX. Comunicação, p. 2, 2016.

<sup>116</sup> Idem, p. 4.

<sup>117</sup> Ibidem, p. 5.

<sup>118</sup> COSTA, Iraneidson Santos. A Bahia já deu Régua e Compasso: o saber médico legal e a questão racial na Bahia, 1890-1940. 1997. pg. 45. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.



O prestígio e influência dos estudos lombrosianos já haviam ganhado adeptos e disseminadores importantes no Brasil. Sobretudo no último quartel do século XIX, foram lançadas obras importantes para o campo. Dentre elas, destacou-se o livro “As raças humanas”, de Nina Rodrigues.

O racismo científico e o higienismo<sup>119</sup> adentravam o novo século com muitos apoiadores, sendo o centro das atenções da comunidade acadêmica e fora dela, pois como indica o médico Aurélio Rodrigues Vianna<sup>120</sup> na Memória Histórica do ano de 1910,

Em relação à educação e conhecimento da moral, ninguém mais que o médico precisa tê-los completos e sólidos; não se trata somente da moral elementar, mas de uma “moral raciocinada”, científica ou filosófica, adquirida, porque as elites tem ação dirigente sobre as outras classes da sociedade, e os médicos têm, além de todos os deveres da elite, deveres especiais.<sup>121</sup>

A “ação dirigente” que cabia à classe médica concorria com variados temas que fossem de interesse da sociedade, pois os médicos seriam os verdadeiros faróis a indicar o parcel.<sup>122</sup>

Já no início do século XX, em 1904, a chamada Escola Nina Rodrigues estava instalada com a adesão de muitos estudantes e catedráticos. A essa altura, o próprio Nina Rodrigues começava a “colher” os frutos da consolidação de sua carreira, que após a sua nomeação para professor titular da Cadeira de Medicina-Legal, em 1895, ganhava destaque através do reconhecimento de seus pares no Brasil e na Europa. Os dados sobre as defesas de teses que versam sobre o tema defendido e estudado por Nina dão o tom sobre a força que esses estudos vinham conquistando e sedimentando dentro da Faculdade de Medicina:

Apesar de sua contabilidade dos artigos publicados no maior periódico médico de então (a GMBa) apontar tão somente 5% (em números absolutos, 87 artigos) de estudos médico-legais entre 1870 e 1930, ao consultar as teses de doutorado defendidas pelos alunos durante este intervalo, a autora periodiza entre 1895 e 1920 tal apogeu. De fato, se de 1839 (quando se iniciam as teses) até 1880 exatamente 20 alunos haviam escolhido temas desta área para a sua dissertação, daí até 1915 o montante alcança a casa de exatos 102 trabalhos.<sup>123</sup>

<sup>119</sup>Os temas estavam tão imbricados que por exemplo, Lombroso, a partir de 1876, como titular da Cadeira de Higiene e Medicina-Legal da Universidade de Turim.

<sup>120</sup>Lente Catedrático da Cadeira de Pathologia Médica.

<sup>121</sup>Memória Histórica da Faculdade de Medicina 1910, p. 77.

<sup>122</sup>Alusão a como o personagem Fernando se refere a Aurélia no livro “Senhora”, de José de Alencar.

<sup>123</sup>Ibidem COSTA, p. 151.

O crescente somatório dessas teses que versavam sobre os estudos médico-legais dá mostras da significância que a “nova ciência”<sup>124</sup> vinha obtendo dentro e fora do meio acadêmico. Adiante, falaremos mais detidamente sobre a influência desses trabalhos em algumas teses doutorais, além de analisarmos mais especificamente em como a trajetória de Maria Odília pode ter sido tocada pela presença do Catedrático Nina Rodrigues. Outro ponto importante a ser discutido é como esses estudos podem ter reverberado no desenvolvimento de sua tese doutoral, sobretudo se levarmos em consideração o fato de que Odília foi contemporânea do ápice das teses fundamentadas nos princípios lombrosianos, amplamente propagandeadas e desenvolvidas por Nina Rodrigues.

Entendemos que, a essa altura, os seus marcadores de gênero e raça, somados em maior ou menor grau, em alguma dimensão eram autoconscientes para Maria Odília. Como já comentamos, não é possível afirmar neste estudo o seu entendimento sobre sua condição racial ou/e de gênero. Mas, a partir de acontecimentos importantes em sua vida, que veremos mais adiante, temos a sustentação para afirmar que Odília estava longe de estar alheia a esses marcadores. Trataremos, à frente, com mais vagar desse ponto.

Para além do ambiente acadêmico e higiênico que se desenvolvia no início do século XX dentro da FAMEB, Maria Odília, como outras pioneiras, encontrou um espaço altamente masculino dentro da faculdade. Desde 1898, com a formatura de Laura Amalia de Souza Bahiense, nenhuma mulher havia se matriculado no curso de Medicina; Assim, Maria Odília inaugura a participação feminina no curso no que se refere ao século XX. Em sua turma, a estudante “dividiu” os bancos escolares com 48 homens, só tendo eventuais contatos com mulheres que, muito provavelmente, estavam fazendo o curso de parteiras, instituído em 1832. Na tabela<sup>125</sup> abaixo, estão dispostos os nomes e os anos em que as parteiras se formaram no período da graduação da estudante.

<b>Parteiras formadas pela FAMEB</b>	<b>ANO</b>
Calixta Martins Moraes do Valle	1905
Emília Romero da Gama	1905

<sup>124</sup> Ibidem, p. 81.

<sup>125</sup> Tabela confeccionada a partir do levantamento feito pelo arquivo da FAMEB e que me foi gentilmente cedida pela memorialista da FAMEB, Cristina Mascarenhas Fortuna.

Amanda Barbosa Gomes	1907
Nobilína Emília Barbosa	1907
Amélia Barbosa Gomes	1908

O curso de parteira foi ofertado pela FAMEB com o objetivo de controlar os saberes das parteiras e medicalizar o parto; os médicos buscavam dominar este campo até então das mulheres que “[...] obtinham a legitimação de sua profissão através da prática cotidiana, conquistando a confiança das parturientes.”<sup>126</sup> Com os empecilhos colocados para que as mulheres adentrassem esse curso, como idade, os valores e o aval escrito de seu pai, o curso de parteira, além de formar pouquíssimas estudantes, era considerado o mais periférico dentro da Faculdade. As parteiras não tiveram direito sequer a formatura, colação de grau e muito menos anel que simbolizasse a conquista; “só nos meados dos primeiros 50 anos do século XX os *Odontólogos* e posteriormente as *Parteiras* tiveram atos solenes e *Oradoras*.”<sup>127</sup>

Além da pouca presença feminina na instituição, as pioneiras enfrentaram um tratamento nitidamente diferenciado e desfavorável perante os alunos. Na Reforma Leôncio de Carvalho, de 1879, foi apontado que os lugares destinados às estudantes deveriam ser separados dos alunos. A experiência de Rita Lobato, primeira médica formada no Brasil pela FAMEB, dá mostras de como essa separação era feita:

Rita Lobato passava, então, a manhã toda na Faculdade de Medicina assistindo às aulas, sentada, destacadamente, numa cadeira especial, frente ao professor. Tomava poucas notas ou vezes outra nenhuma uma atenção absoluta às lições, gravando, por termo, na memória, tudo que ouvia sempre de cabeça baixa.<sup>128</sup>

A posição de destaque perante os outros colegas de turma, todos homens, deixou evidente que as alunas eram consideradas diferentes e que precisavam estar separadas dos demais, com fins a controlá-las naquele espaço em que eram vistas como um corpo estranho. A posição de subalternidade que foi descrita na experiência de Rita, “sempre de cabeça baixa”, também é um componente que chama a atenção para o

<sup>126</sup> SILVA, Caroline Santos. *Com um fórceps na mão, há de se parir uma nação: ensino e prática da Obstetrícia e Ginecologia em Salvador (1876-1894)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, p. 24, Salvador.

<sup>127</sup> FORTUNA, Cristina Maria Mascarenhas. *Memórias Históricas da Faculdade de Medicina da Bahia. 1916-1923; 1925-1941*. ANEXO 2. P..20. Faculdade de Medicina da Bahia. Salvador. Bahia, Brasil.

<sup>128</sup> SILVA *apud* VANIN, Iole Macedo. *As damas de Branco na biomedicina baiana (1879-1949): médicas, farmacêuticas e odontólogas*, p. 213, 2008. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

entendimento deste novo cenário que inseria as mulheres, ao mesmo tempo em que as apontava e destacava negativamente; pois “fora do lar, as mulheres” eram consideradas “perigosas para a ordem pública.”<sup>129</sup>

A médica Ephigenia Veiga sofreu uma discriminação acintosa pela congregação da FAMEB em 1891, quando deu entrada no pedido do “Prêmio Viagem” concedido ao melhor aluno que se formava todos os anos. Apesar de atestadamente ter sido considerada a aluna que tinha recebido mais aprovações com distinções pela comissão nomeada para avaliar seu pedido, Ephigenia teve sua solicitação negada, sendo alegado que:

A comissão nomeada para dar parecer sobre a petição da Snra. D. **Ephigenia Veiga** diplomada em Medicina por esta Faculdade, desempenha-se deste mandato declarando-vos que apesar de verificar pelas notas ministradas pela Secretaria ser a Snra. D. Ephigenia Veiga a alumna que maior número de aprovações com distinção obteve entre seus colegas de anno, entende que a concessão do favor solicitado exprimindo uma plena comparação de superioridade manifesta que a peticionária allega ter sobre seus colegas, que apesar de terem menor número de aprovações distintas, o que se pode explicar por circunstâncias ocasionais de exame revelaram contudo igual aplicação, orientação prática mais segura e inteligência mais desenvolvida que lhes valeram honrosas nomeações para assistentes de clínica desta Faculdade.<sup>130</sup>

Para os três catedráticos nomeados para a comissão, Climério Cardoso de Oliveira, Frederico de Castro Rebello e Jozé Luiz d’Almeida Couto, as aprovações com distinção significavam que Ephigênia foi a estudante que tivera o melhor desempenho em sua turma, mas apesar deste ser o método utilizado para ganhar o prêmio-viagem nas ocasiões anteriores em que todos eram homens, o seu pedido recebeu uma resposta negativa. Está evidente que a negação ao seu pedido se deu por sua condição de gênero, tendo sido aceita por toda a Congregação após ser lida. O seu portador foi o médico Climério de Oliveira, catedrático da cadeira em que a médica foi interna, e a quem futuramente Odília responderia diretamente. A denúncia ao tratamento dado ao pedido consta em uma das recentes Memórias Históricas da própria Faculdade de Medicina, no texto assinado pela memorialista Cristina Maria Mascarenhas. Exatos 120 anos depois da injustiça ter acontecido, através de outra mulher, essa arbitrariedade vem à tona, exprimindo a importância das mulheres como agentes e coadunando com a perspectiva de Rago, que afirma que

<sup>129</sup> COLLING, Ana. *A construção histórica do feminino e do masculino. Gênero e cultura: questões contemporâneas*, v. 1, p. 13, 2004.

<sup>130</sup> FORTUNA, Cristina Maria Mascarenhas. Op. Cit., p. 143. Et. Seq.

[...] as mulheres trazem uma experiência histórica e cultural diferenciada da masculina, ao menos até o presente, uma experiência que várias já classificaram como das margens, da construção miúda, da gestão do detalhe, que se expressa na busca de uma nova linguagem, ou na produção de um contra discurso, é inegável que uma profunda mutação vem-se processando também na produção do conhecimento científico.<sup>131</sup>

Neste ambiente em que algumas pioneiras já tinham travado e vencido suas primeiras batalhas, embora houvesse uma estrutura altamente masculinizada e em que o racismo científico encontrou esteio, Maria Odília iniciou seus estudos rumo ao grau em Medicina. Certamente, sua cor e seu gênero colocaram-na no centro das atenções; o artigo feito em sua homenagem, na ocasião de sua formatura, dá alguns indícios:

É belo vê-la na simplicidade, fidalga de seu traje costumeiro, sobrolhos carregados, sem mostras de rancor, o olhar dizendo tudo o que se acostela no seu mundo psíquico, pesando o passo, num relevo de esperta, fugindo ao bulício que possa fazer a sua passagem.<sup>132</sup>

Alguns pontos chamam a atenção na descrição apresentada de Odília, como a não demonstração de rancor e a fuga de um bulício, ou seja, qualquer burburinho ou tumulto por sua presença. Tal qual outras estudantes de Medicina anteriores à sua presença, como Rita Lobato e Ephigenia Veiga, Maria Odília decerto encontrou dificuldades, quiçá hostilidades, dentro da FAMEB. Aqui, destaco a vitória dessas pioneiras, que buscaram estratégias para entrar e permanecer dentro deste espaço; quer seja da presença de um irmão no mesmo curso para acompanhá-las, ou até mesmo adotando uma postura de “simplicidade”<sup>133</sup> para alcançar o seu objetivo maior, que nada tinha de simples: o sonho de ser médica.

Apresentado o universo em que a médica adentrou, vamos agora tentar nos aproximar de sua experiência excepcional, buscando entender o que a FAMEB produziu no ínterim de sua formação e como isso foi influenciado e foi influenciado pela sociedade baiana; como o currículo do curso pode ter sido determinante em sua formação e na escolha da discussão proposta em sua tese doutoral.

<sup>131</sup> RAGO, Margareth. *Epistemologia feminista, gênero e história. Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres, p. 27, 1998.

<sup>132</sup> DUTRA et al *ibidem* LAVIGNE, Eusínio. *Meus 87 anos e outros assuntos*. Salvador. Bahia, p. 116, 1971.

<sup>133</sup> *Ibidem*.

### 1.3.2 Uma estrela

Em 1904, no mesmo ano do ingresso de Maria Odília na FAMEB, foi defendida a tese “Higiene da tuberculose na Bahia”<sup>134</sup>, pelo médico Cristovão Colombo da Gama. O estudo versava sobre os três fatores que considerava preponderantes para o desenvolvimento da doença: a umidade atmosférica, as habitações e a raça. Este trabalho dá o tom das teorias vitais para a Faculdade naquele período, os já citados racismo científico e higienismo. Gama argumenta que a doença era mais recorrente em pessoas da raça negra, por estas terem pouca resistência biológica à doença e pertencerem às camadas mais baixas da população, o que foi uma linha de pensamento recorrente à época. Apesar da denúncia embutida na tese, sobre as habitações insalubres destinadas a uma parcela da população, e sobre esta ser em sua maioria de cor, o autor utiliza o critério racial para delimitar as possíveis vítimas destas moléstias. Acaso pessoas brancas, condicionadas aos mesmos componentes – ambientes nocivos, moradias precárias e parca alimentação que estimulam a tuberculose – não seriam passíveis de contraí-las? A ênfase sobre a raça negra dá mostras da força das correntes do racismo científico. Essa teoria servia, hibridamente, como meio de justificação para entender as moléstias mais comuns em Salvador, como também segundo Costa,

O discurso do racismo científico diluído e absorvido pela sociedade brasileira funcionaria como um novo marco à construção de uma visão de mundo, ou melhor, para a manutenção de uma, a mesma vigente à época da escravidão. Trata-se de uma apropriação intelectual capaz de possibilitar a perpetuação de uma visão de mundo que condiciona tanto as populações brancas quanto as negras de um ordenamento social onde estas e sua descendência deveriam (ou só poderiam) ocupar posições subalternas.<sup>135</sup>

Nos seis anos do curso de Medicina, Odília estudou cerca de vinte e nove matérias ordenadas a partir da reforma Eptácio Pessoa, de 1901. A reforma previa uma nova organização nas disciplinas cursadas e na prestação dos exames. Na tabela abaixo, veremos a disposição das disciplinas em seus respectivos anos.

<sup>134</sup> GAMA, Cristovão Colombo da. Da tuberculose na Bahia. FAMEB, 1904.

<sup>135</sup> COSTA, Hilton. *Hierarquias brasileiras: a abolição da escravatura e as teorias do racismo científico*. Comunicação apresentada no III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional: Florianópolis, p. 4, 2007.

## Disciplinas ministradas no curso de Medicina a partir de 1901

<b>1º ano</b>	História natural médica, Química médica, Anatomia descritiva.
<b>2º ano</b>	Anatomia descritiva, Histologia, Fisiologia.
<b>3º ano</b>	Fisiologia, Bacteriologia, Matéria médica-farmacêutico e arte de formular.
<b>4º ano</b>	Anatomia e fisiologia patológicas, Patologia médica, Patologia cirúrgica, Clínica propedêutica, Clínica cirúrgica (2ª cadeira), Clínica oftalmológica.
<b>5º ano</b>	Operações e aparelhos, Anatomia médico-cirúrgica, Terapêutica, Clínica cirúrgica (1ª cadeira), Clínica médica (2ª médica), Clínica pediátrica.
<b>6º ano</b>	Obstetrícia, Higiene, Medicina legal e toxicologia, Clínica médica (1ª médica), Clínica obstétrica e ginecologia, Clínica psiquiátrica e de moléstias nervosas.

No ínterim de sua formação, entre 1904 e 1909, Maria Odília viveu o apogeu dos estudos ligados aos chamados estudos médicos legais. Ainda que parte de sua ascendência fosse proveniente de seu pai, um homem branco, médico e de boas relações, fatores determinantes para seu ingresso no curso de Medicina, a sua cor não estaria invisibilizada nesse ambiente, pois como apontou Carone,

[...] não é posto nem é dito, mas pressuposto nas representações que exaltam a individualidade a neutralidade racial do branco – a branquitude – reduzindo o negro a uma coletividade racializada pela intensificação artificial da visibilidade da cor e de outros traços fenotípicos aliados a estereótipos sociais e morais.<sup>136</sup>

Persistindo na aproximação da experiência da médica, elencaremos algumas teses do período de sua formação que, ainda que não fizessem parte da Cadeira de Medicina Legal, versavam sobre os marcadores de raça e gênero. Com isso, teremos um vislumbre das produções do período que discutiam aspectos inerentes à trajetória de nossa personagem.

<sup>136</sup>CARONE *apud* VILHENA, J. de. *A violência da cor. Sobre racismo, alteridade e intolerância*. Revista Psicologia Política, v. 6, n. 12, p. 391-413, 2006.

No ano de 1905, Octavio de Souza Brandão defendeu a tese, pertencente à Cadeira de Higiene, intitulada: “Do casamento e sua regulamentação”. Para o autor, a puberdade feminina se assemelhava a um “período funesto”<sup>137</sup> e o objetivo de vida da mulher seria a prole, como destacou no trecho:

Bonald disse que o homem é: ‘uma inteligência servida por órgãos’; e um grande ginecologista definiu a mulher: ‘um útero servido por órgãos’. Sendo assim, pode se afirmar que a mulher está preposta à maternidade, para a qual deve dirigir todas as suas atenções e cuidados, missão esta que se amola todo o seu organismo. À concepção, portanto, fica sujeita a mulher desde a sua puberdade, e é para ela que deve viver.<sup>138</sup>

Odília, que naquele período já transitava pelo segundo ano nas dependências da faculdade, e que se encontrava em idade casadoira, era o binômio oposto ao descrito pelo médico como uma mulher ideal que tinha a existência voltada para a procriação. Até 1907, ano em que se formou Joaquim Pereira Teixeira, seu irmão, Odília deve ter sido acompanhada dentro do ambiente da faculdade, sendo essa uma estratégia já utilizada por outras pioneiras para permanecer e se “proteger” nestes espaços. No próximo capítulo, falaremos dessa estratégia com mais vagar.

Na tese *O perigo social da sífilis*, defendida em 1906 por Augusto Lins e Silva, foi destacada a fala do “genial Lombroso” que define a prostituição como “equivalente a um crime”<sup>139</sup>. O médico interliga em sua pesquisa a sífilis com a prostituição, definindo o ofício como principal causador da doença e exigindo que existisse uma política específica para essas mulheres que eram “observáveis nas camadas inferiores da nossa sociedade feminina”<sup>140</sup>. Ainda que este trabalho estivesse lotado na Cadeira de Dermatologia e Sifiligráfica, tanto a menção a Lombroso como o foco por uma política governamental indicada apontam para o gênero e para a raça. No conteúdo do texto, as mulheres que desenvolviam a ocupação da prostituição eram consideradas as grandes culpadas pela proliferação da doença no Brasil; atrelada a isso, submergiu a condição racial destas mulheres de “camadas inferiores”, pois como aponta Santana em seu estudo sobre prostituição em Salvador, entre 1900 e 1940

<sup>137</sup> BRANDÃO, Octavio de Souza. Do casamento e sua regulamentação, p. 47. TESE. FAMEB, 1905.

<sup>138</sup> Ibidem, p. 49.

<sup>139</sup> SILVA, Augusto Lins. O perigo social da sífilis, p. 42. TESE. FAMEB. 1906.

<sup>140</sup> Ibidem, p. 44.



Não foram encontradas estatísticas que pudessem demonstrar, com maior precisão, a composição étnica do grupo de mulheres envolvidas na prostituição era Salvador. Contudo, é possível supor que grande parte desse grupo era composta por mulheres de cor. Em primeiro lugar, porque parcela considerável da população feminina era de negras e mestiças. Em segundo, porque nesta capital não se verificou, a exemplo do Rio de Janeiro e São Paulo, intensa imigração de prostitutas estrangeiras. Em terceiro lugar, porque, apesar de haver lacunas nas séries documentais consultadas, os dados existentes indicaram a predominância de mulheres não-brancas no exercício do meretrício. Isto não quer dizer que não houvesse mulheres brancas, porém estas eram em menor número.<sup>141</sup>

Ainda no ano de 1906, Climério Ribeiro Guimarães terminou o seu curso defendendo a tese doutoral “Considerações Higiênicas relativas ao trabalho”. Um dos principais blocos de seu trabalho se propôs a discutir até que ponto a condição do “sexo frágil” implicava no desenvolvimento do trabalho. Para o autor, a mulher “não pode produzir um trabalho material quantitativamente igual ao sexo forte.”<sup>142</sup> A partir dessa afirmativa, são elencados argumentos ora contrários a essa afirmativa, ora a favor. Recorrendo a tratados, sábios, ensaístas e principalmente médicos, Guimarães, apesar de entender as mulheres como “sexo frágil” e apontar várias limitações, reconheceu: “Nós mesmos tivemos a felicidade de observar, em discípulas nossas, qualidades dignas de ser citadas, para o estudo das línguas e das ciências.”<sup>143</sup> Mesmo que o médico tenha considerado a mulher inferior, quantitativamente, ao trabalho masculino, este ofereceu, ao menos, o reconhecimento de sua capacidade cognitiva em aprender as ciências e as línguas.

Nas teses a que tivemos acesso, e que versavam de alguma forma sobre as temáticas que envolviam gênero e educação, os discursos recorrentes reforçavam as máximas, comuns à época, de que as mulheres deveriam ser preparadas para o casamento e a prole. No entanto, não podemos deixar de destacar que houve vozes dissonantes entre os homens que debatiam essa temática. Um dos argumentos levantados pelos que defendiam a possibilidade da mulher estudar no ensino superior estava na possibilidade de atendimento que as médicas poderiam fornecer às mulheres pacientes, pois “sustentavam que as mulheres de pudor excessivo escondiam certas

<sup>141</sup> SANTANA, Nélia de. A prostituição feminina em Salvador–1900/1940. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, p. 4, 1996.

<sup>142</sup> GUIMARÃES. Climério Ribeiro. Considerações Higiênicas relativas ao trabalho, p. 17. FAMEB. 1906.

<sup>143</sup> *Ibidem*. p. 19.

enfermidades de seus médicos porque temiam ser examinadas por homens.”<sup>144</sup> A partir desse pensamento, seria possibilitado às mulheres um atendimento feito por médicas, assim, “Cure o homem ao homem, cure a mulher à mulher.”<sup>145</sup>

No espaço de tempo de seis anos em que Odília estudou, houve outras teses que em suas discussões traziam questões que envolviam o gênero e a raça, como: “Profilaxia da Tuberculose, da Sífilis e do Alcoolismo”, de Francisco Xavier Borges; “Influência da prostituição sobre a sociedade atual”, de Ângelo de Lima Gordinho; e “Loucos e criminosos”, de Feventilo de Brito. Não sabemos até que ponto sua presença pode ter influenciado os estudos ali produzidos. Sobre essa possibilidade, são relevantes as considerações de Keller:

Mas se reformulássemos a questão e perguntássemos se sua presença ajudou a restaurar a equidade no domínio simbólico em que o gênero operou por tanto tempo, responderia com um inequívoco sim. Especialmente, diria que a presença corriqueira de mulheres em posições de liderança e autoridade na ciência ajudou a erodir o sentido de rótulos tradicionais de gênero no próprio campo em que trabalhavam, e para todos os que estavam trabalhando nesse campo.<sup>146</sup>

Sendo uma “estrela” que deveria “fugir de bulícios”<sup>147</sup> dentro deste enorme universo da FAMEB, ocorreu-nos uma indagação: Como sua presença foi encarada pelo então Catedrático Nina Rodrigues? Como um lombrosiano confesso analisou uma estudante negra dentro da FAMEB que transitava pelos mesmos corredores que ele? De fato, esse encontro não se deu de forma direta em virtude do falecimento do professor, em Paris, no ano de 1906, pois Odília só cursaria a matéria de sua cadeira, Medicina Legal e toxicologia, em 1909, último ano de sua formação. Ainda que não tivessem a oportunidade de estar na mesma sala de aula como aluna e mestre, é bem provável que o professor tivesse conhecimento de sua presença na faculdade. A partir disso, discutiremos de que forma esse encontro se daria, utilizando a enorme gama de estudos produzidos sobre o próprio Nina Rodrigues e dividindo essa imaginativa nos dois binômios mais recorrentes no que se refere ao catedrático. De um lado, o médico e pesquisador que viu na mestiçagem o atraso do Brasil; do outro, o ogã que defendia as práticas do candomblé. Não pretendo com isso ajuizar nenhuma narrativa teleológica ou

<sup>144</sup> COLLING, Ana Maria. *AS PRIMEIRAS MÉDICAS BRASILEIRAS- Mulheres à frente de seu tempo*. FRONTEIRAS: Revista de História, v. 13, n. 24, p. 180, 2012.

<sup>145</sup> *Ibidem*.

<sup>146</sup> KELLER, Evelyn Fox. *Qual foi o impacto do feminismo na ciência*. Cadernos pagu, v. 27, n. 27, p. 32, 2006.

<sup>147</sup> DUTRA et al *ibidem* LAVIGNE, Eusínio. *Meus 87 anos e outros assuntos*, p. 116. Salvador, Bahia. 1971.

definitiva, até porque seria impossível, mas sim abrir uma porta diferente, pois como afirma Costa,

A história fala de um lugar determinado, busca retratar os fatos, denominar os acontecimentos. Mas, a “realidade” narrada pela história também pode ser construída, criada e recriada por meio dos textos e esses, por mais fiéis que sejam aos fatos narrados, serão sempre representações do historiador, condicionados pela imaginação.<sup>148</sup>

Antes de iniciarmos essa digressão, aqui previno o leitor de que as fontes utilizadas para lançar luz em nosso pensamento são variadas e possuem uma vasta significação e ressignificação histórica. Na visão sobre Nina Rodrigues que perseguiremos adiante, utilizarei a literatura como fonte a fim de ilustrar, a partir da criação de Jorge Amado, o espectro mais consolidado sobre o médico. Não desejamos com isso endossar o romance como uma fonte histórica contemporânea ao catedrático, o que poderia sugerir que este se aproxima de uma dita “verdade”. O que gostaríamos é de tratá-la como uma valiosa fonte histórica posterior à vida do médico, e que nos traz uma leitura distanciada, por conseguinte calculada, de uma figura importante para a sociedade baiana.

No universo amplo dos bens culturais, a expressão literária pode ser tomada como uma forma de representação social e histórica, sendo testemunha excepcional de uma época, pois um produto sociocultural, um fato estético e histórico, que representa as experiências humanas, os hábitos, as atitudes, os sentimentos, as criações, os pensamentos, as práticas, as inquietações, as expectativas, as esperanças, os sonhos e as questões diversas que movimentam e circulam em cada sociedade e tempo histórico.<sup>149</sup>

Após esse essencial aviso, iniciaremos esse exercício imaginativo com os principais binômios associados à figura do catedrático.

Se perseguirmos o espectro, talvez o mais simplista e cristalizado de Raimundo Nina Rodrigues, considerado “maldito”, e que foi apresentado em tintas fortes por Jorge Amado, teremos o personagem do romance “Tenda dos Milagres”, Nilo Argolo. O médico da narrativa, criado a partir de uma leitura sobre Nina Rodrigues e sua produção, é apresentado como maior rival de Pedro Arcanjo, sua antítese: um bedel da FAMEB,

<sup>148</sup> COSTA, Robson Xavier. *Imagens na História: imaginação histórica e história visual*. ERAS: European Review of Artistic Studies, v. 1, n. 2, p. 37, 2010.

<sup>149</sup> BORGES, Valdeci Rezende. *História e literatura: algumas considerações*. Revista de teoria da história, v. 3, n. 1, p. 94-109, 2010.

um homem do povo, o Ojuobá<sup>150</sup>, negro. A “fera”, como era chamado o personagem Nilo Argolo pelos estudantes da FAMEB, sentenciava em seus estudos sobre a mestiçagem brasileira, “Maior fato de nosso atraso, de nossa inferioridade, constituem os mestiços uma sub-raça incapaz.”<sup>151</sup>. Para Schwarcz, o médico, que se instituiu missionário para “alertar a nação”, errava ao “anular a vontade do indivíduo fazendo dela uma soma das características e limitações de seu grupo ‘racio-cultural.’”<sup>152</sup> Mesmo que dividisse os mestiços entre superiores, degenerados e comuns (“os primeiros seriam responsáveis e ‘aproveitáveis’”)<sup>153</sup>, nenhum desses indivíduos seria capaz de julgar seus próprios atos, pois sofreriam de “atavismos de seu grupo de origem”. A partir desse raciocínio, balizado pela “bibliografia de ponta, e em sua época acima de suspeitas científicas”<sup>154</sup>, a saber: Cesare Lombroso, Enrico Ferri e R Garofalo, Nina advogava, julgava e almejava poder legislar sobre e pelas raças inferiores brasileiras; pois era preciso um código penal que fosse compatível ao seu estágio de civilização.

Mas, como a “fera”, o “médico missionário”, veria Maria Odília, mulher e negra, como estudante da FAMEB? Embasados nos trechos mais polêmicos de sua obra, “As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil”, publicada em 1894, onde o racismo científico ganhou grande evidência e atrelados às passagens mais fortes da literatura jorgeamadiana, podemos encontrar algumas respostas. No encontro cara a cara entre os dois rivais, Nilo Argolo e Pedro Arcaño, o médico, que em sua primeira impressão imaginou que “De certos mestiços, [...] em determinados casos, até dizia: ‘Este merecia ser branco, o que o desgraça é o sangue africano.’”<sup>155</sup>; ao ser sutilmente provocado pelo bedel interpela-o vociferando que “isso tudo, toda essa borra, proveniente da África, que nos enlameia, nós a varreremos da vida e da cultura da Pátria, nem que para isso seja necessário empregar a violência.”<sup>156</sup> Além do tom violento e definitivo encontrado nas palavras da “fera” nesse diálogo da obra, encontramos nas afirmações do personagem Oswaldo Fontes, discípulo de Nilo Argolo, a tradução sobre

---

<sup>150</sup> Os olhos de Xangô na Terra

<sup>151</sup> AMADO, Jorge. *Tenda dos Milagres*. 5ª EDIÇÃO, p. 119. Martins, São Paulo. 1969

<sup>152</sup> SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. *Quando a desigualdade é diferença: reflexões sobre antropologia criminal e mestiçagem na obra de Nina Rodrigues*. Gazeta Médica da Bahia, v. 76, n. 2, p. 2008.

<sup>153</sup> Idem.

<sup>154</sup> Idem.

<sup>155</sup> AMADO, op. Cit., p. 176 et seq.

<sup>156</sup> Ibidem, p. 178.

o entendimento, pelos discípulos de Lombroso, da presença de pessoas de cor na Faculdade de Medicina, o que alcançaria a experiência de Odília. Nas páginas de uma gazeta, o lente de psiquiatria alertava:

Torna-se cada vez maior o número de indivíduos de cor a ocupar as vagas que deveriam ser reservadas exclusivamente aos moços de famílias tradicionais e de sangue puro. Impunha-se drástica medida: a proibição pura e simples de matrícula a esses elementos deletérios.<sup>157</sup>

O outro espectro atrelado a Nina Rodrigues, que o qualifica como “um grande leitor e tradutor de seu próprio tempo”, “o primeiro antropólogo brasileiro” e um cientista que tentava “pensar a diferença”<sup>158</sup>: a sua participação como ogã e a sua defesa de cultos e práticas de candomblé abre outra chave interpretativa para sua leitura sobre o fato de mulher negra estudar na FAMEB. Tendo ocupado o cargo de ogã do Gantois, o médico teria partido em defesa do candomblé e, em muitas ocasiões, contribuído com dinheiro para iniciações. Para Nina Rodrigues,

[...] os nossos candomblés, as práticas religiosas dos nossos negros podem, pois, ser capitulados de um erro, do ponto de vista teológico e como tais reclamar a conversão dos seus adeptos. No entanto, elas não são um crime, e não justificam as agressões brutais da polícia, de que são vítimas.<sup>159</sup>

A prática de imersão em seu objeto de estudo ao ponto de um envolvimento estreito, tal como o de Nina Rodrigues e o terreiro do Gantois, “viria a se tornar corrente entre os antropólogos, sobretudo após os anos 40, quando aí, então, a iniciação não se justificativa apenas em termos de ‘necessidades técnicas.’”<sup>160</sup> No entanto, essa aproximação não modificou o olhar do médico sobre a população de cor, que ainda considerava que a raça negra “há de constituir sempre em um dos fatores de nossa inferioridade como povo.”<sup>161</sup>

Havia um componente que poderia ter mudado a visão do catedrático sobre a estudante Maria Odília: a sua mestiçagem. Sendo filha de um casal interracial, Odília poderia ser considerada pelo médico, e dentro do universo da FAMEB, como uma mestiça, mesmo que sua cor fosse negra. Porém, “para o médico, o cruzamento entre as

<sup>157</sup> Ibidem, p. 223.

<sup>158</sup> SCHWARCZ, Ibidem, p. 47.

<sup>159</sup> RODRIGUES, Raymundo Nina. *Os africanos no Brasil*. SciELO-Centro Edelstein, p. 272, 2010.

<sup>160</sup> SERAFIM, Vanda Fortuna. “*Os africanos no Brasil*”: o discurso de Nina Rodrigues acerca das religiões africanas na Bahia do século XIX. *Revista Brasileira de História das Religiões*, v. 3, n. 7, p. 89, 2010.

<sup>161</sup> RODRIGUES, Ibidem.

raças superiores e inferiores não levaria necessariamente a uma prevalência das raças superiores.”<sup>162</sup> Para além das “garantias” da prevalência das características da raça branca numa prole mestiça, como já elencamos em seus estudos, Nina Rodrigues teria dividido os mulatos em subcategorias. Nessa categorização estavam os mestiços superiores que poderiam ser úteis e aproveitáveis. Esse argumento é ainda mais sedimentado quando atrelado a outras divisões e especificidades encontradas em sua teoria.

O pioneiro Nina Rodrigues afirmava que não se deve confundir o valor de certas pessoas — homens negros ou de cor de merecimento, estima e respeito, civilizados e domesticados — com o fato de que os negros, **como** grupo racial, nunca puderam se constituir como povos civilizados. Nina Rodrigues não via saída para esta raça compensar a sua inferioridade e bestialização que não fosse a tutela moral, a condução intelectual, a vigilância e o controle de padrões culturais e comportamentais.<sup>163</sup>

A partir desse argumento, Odília poderia ser considerada pelo médico como uma estudante apta a se tornar médica, pois ela poderia ser um indivíduo “de merecimento”, que naquele momento estava sendo “tutelada numa verdadeira condução intelectual”, e que futuramente contaria até com uma parcela de ensinamentos ilustres quando fizesse a disciplina com Rodrigues, como previa a especificação em seu estudo. No entanto, não podemos deixar de examinar um aspecto crucial: o gênero da estudante. Sobre a classificação e, por conseguinte, o juízo de valor que o catedrático fazia sobre as mulheres de cor, Naila Franklin nos oferece uma análise interessante sobre um artigo em que Nina Rodrigues investiga mulheres.

[...] podemos resumir a representação da mulher negra da seguinte forma: I) em primeiro lugar, há uma diferenciação da mulher mestiça e mulata. As primeiras são descritas como “quase brancas”, “contaminadas por tara hereditária” e, em alguma medida, são de “boa família”, ou seja, Nina Rodrigues nos revela algo sobre sua condição social. Já em relação às mulatas, tem-se uma aproximação conceitual com “quase negras”, suas “características degenerativas” são explicadas por aspectos não apenas biológicos como se faz com as mestiças (tara hereditária), mas também sociais (alcoolismo, crença em religiões de matrizes africanas)<sup>164</sup>

<sup>162</sup> PIZA et al FRANKLIN, Naila Ingrid Chaves. *Raça e gênero na obra de Nina Rodrigues—a dimensão racializada do feminino na criminologia positivista do final do século XIX*. Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades, n. 238, p. 649, 2016.

<sup>163</sup> LIMA, Ari. *A legitimação do intelectual negro no meio acadêmico brasileiro: negação de inferioridade, confronto ou assimilação intelectual?*. Afro-Ásia, n. 26, p. 287. 2001.

<sup>164</sup> FRANKLIN, Naila Ingrid Chaves. *Raça, gênero e criminologia: reflexões sobre o controle social das mulheres negras a partir da criminologia positivista de Nina Rodrigues*. 2017. 150 f. Dissertação (Mestrado em Direito) Universidade de Brasília, Brasília, p. 117. 2017.

Aqui surgem dois caminhos. Caso o professor entendesse Maria Odília como mestiça, logo de boa família, o que levando em conta a sua condição de privilégio social era possível, ela poderia estar apta a desenvolver seus estudos, ou pelo menos merecesse um tratamento respeitável. De outro lado, é possível que o médico a considerasse uma mulata, o que remontaria os argumentos já elencados de degeneração racial, eliminando assim a possibilidade de considerá-la digna de estudar medicina na prestigiada FAMEB. Como advertimos aos leitores, não buscamos uma narrativa definitiva nesta digressão, e sim abrir possibilidades imaginativas para o cenário no mínimo curioso do encontro de Nina Rodrigues com Maria Odília Teixeira.

Voltando à FAMEB, no ano de 1906, quando Nina Rodrigues morreu, Odília estava em seu 3º ano de curso e com certeza pôde acompanhar toda a movimentação com a morte de tão ilustre professor. Com a notícia de sua morte, as aulas foram suspensas por oito dias, houve um grande cortejo fúnebre, homenagens e vigília de alunos de todos os anos ao lado de seu corpo, inclusive do 3º ano. Para a comunidade acadêmica, a sua morte foi encarada como grande perda; para Odília não sabemos se um grande alívio por não tê-lo cara a cara como professor, ou uma chance que lhe escapulia entre os dedos de, em sua “simplicidade, fidalga de seu traje costumeiro, [...] num relevo de esperta”,<sup>165</sup> ter sido uma aluna excelente. Fico com a segunda possibilidade.

Depois desse intrincado exercício imaginativo, vamos chegar ao clímax da formação de um estudante de medicina que chegava ao seu último ano na faculdade no século passado: a sua tese doutoral. De 1832 até 1930<sup>166</sup>, as teses eram obrigatórias para a obtenção do título de doutor (a) em Medicina. Essa obrigação por vezes era encarada como um penoso trabalho pelos formandos, muitos faziam questão de fazer um protesto velado ao apontar na apresentação do trabalho que o estudo era feito por ser obrigatório, outros faziam questão de deixar mais evidente a insatisfação. No ano de 1908, o formando Elysio Pinto de Almeida Castro descreveu em seu proêmio a seguinte constatação:

---

<sup>165</sup> DUTRA et al ibidem LAVIGNE, *Eusínio. Meus 87 anos e outros assuntos*, p. 116. Salvador, Bahia. 1971.

<sup>166</sup> JACÓ-VILELA, Ana Maria; DO ESPÍRITO SANTO, Adriana Amaral; STUDART PEREIRA, Vivian Ferraz. *Medicina legal nas teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1830-1930): o encontro entre medicina e direito, uma das condições de emergência da psicologia jurídica*. Interações, v. 10, n. 19, 2005.

Vai, minha tese...

Espera-te ansiosa, a vala comum dos papéis esquecidos, entre as velharias inúteis, ninho fecundo de insetos e ratos. Consola-te; outras irão contigo. Vai minha tese. Boa viagem.<sup>167</sup>

A reflexão provocativa e ao mesmo tempo melancólica do estudante oferece o olhar que os formandos tinham sobre a obrigação de produzir uma tese para obter o grau de doutorado. Buscando-se afastar da descrença de Elysio Pinto e “retirando o pó” sobre a tese doutoral apresentada por Maria Odília em 1909, tentaremos examinar a importância do seu pioneirismo ao discutir um tema até então inédito entre as médicas pioneiras baianas; a saber: a cirrose alcoólica.<sup>168</sup> Contrariando Elysio, “Algumas considerações acerca da curabilidade e do tratamento das cirroses alcoólicas” não se juntou a outras teses na “vala comum dos papéis esquecidos”.

### 1.3.3 As teses

Na tabela a seguir<sup>169</sup>, estão presentes as pioneiras da Faculdade de Medicina da Bahia, os títulos de suas respectivas teses doutorais e o ano de sua defesa. Nas teses doutorais defendidas na FAMEB ficou evidente a escolha do tema por parte das médicas, já que houve uma predominância no campo de estudo das médicas formadas pela faculdade baiana. Vejamos a tabela<sup>170</sup> seguinte.

FORMANDA	TESE DOUTORAL	ANO
Rita Lobato Velho Lopes	Paralelos entre os métodos preconizados na operação cesariana.	1887
Amélia Pedrosa Benebaim	Clinica cirúrgica. Disposições Anomalias do cordão umbilical. Sua influencia sobre a gravidez e o parto.	1890

<sup>167</sup> CASTRO, Elysio Pinto de Almeida. *Ligeiras considerações sobre o determinismo*. FAMEB: 108-H. TESE, 1908.

<sup>168</sup> JACOBINA, Ronaldo Ribeiro. *Memória histórica do centenário da Faculdade de Medicina da Bahia (2008): os professores encantados, a visibilidade dos servidores e o protagonismo dos estudantes da FMB*. Salvador: UFBA, Faculdade de Medicina, 2013.

<sup>169</sup> Tabela construída a partir da pesquisa feita na [Biblioteca Central do Centro de Ciências da Saúde - CCS](#) - Ilha do Fundão, Rio de Janeiro.

<sup>170</sup> Tabela construída a partir do texto da gazeta Médica da Bahia. Vem em: MEIRELLES, Nevolanda Sampaio et al. *Teses doutorais de titulados pela Faculdade de Medicina da Bahia, de 1840 a 1928*. Gazeta Médica da Bahia, v. 74, n. 1, 2008.



Anna Machado Marinho Falcão	A ovariectomia e suas indicações.	1890
Ephigenia Veiga	Os métodos antissépticos em obstetrícia.	1890
Glafira Corina de Araújo	Hemorragias Puerperales.	1892
Francisca Barreto Prager	Breves Noções sobre a raspagem uterina.	1893
Laura Amália de Souza Bahiense	Da alimentação das crianças na primeira infância	1898
Maria Odília Teixeira	Algumas considerações acerca da curabilidade e do tratamento das cirroses alcoolicas.	1909

É perceptível a hegemonia dos temas que versam sobre o corpo feminino e a maternidade entre as teses das pioneiras da FAMEB. Na seguinte tabela<sup>171</sup>, estão presentes as pioneiras da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, os títulos de suas respectivas teses doutorais e o ano de sua defesa.

<b>FORMANDA</b>	<b>TESE DOUTORAL</b>	<b>NO</b>
Ermelinda Lopes de Vasconcelos	Formas clínicas da meningite na criança. Diagnóstico diferencial.	1888
Antonieta César Dias	Hemorragia Puerperal	1889
Maria Almeida Cavalcanti	Do Erythema nodoso palustre	1891
Judith Adelaide Maurity Santos	Evolução terapêutica	1900
Elisa Pinho	Traumatismo do globo ocular	1907
Ursulina Lopes Torres	Semilogia do feixe de his	1908

<sup>171</sup> Tabela construída a partir da pesquisa feita na [Biblioteca Central do Centro de Ciências da Saúde - CCS](#) - Ilha do Fundão, Rio de Janeiro.

Como são demonstrados na tabela, os assuntos abordados nas teses pelas pioneiras formadas em terras cariocas têm temáticas variadas e correspondem a cadeiras médicas diferentes. Sendo o ápice da trajetória estudantil, a tese poderia ser um indicativo do campo de estudo e atuação profissional em que a (o) médica (o) iria atuar de sua formação em diante. No entanto, para as mulheres, apesar das variações de temas discutidos, o que se verificou nas carreiras profissionais de muitas delas foi a permanência no campo da ginecologia e obstetrícia. Discutiremos esse ponto no capítulo seguinte. Então, como podemos entender a predominância de temas de estudo tão diferentes na experiência das estudantes da faculdade do Rio de Janeiro? As próprias teses podem nos oferecer algumas respostas.

Na capa das teses, além de informações básicas como a ascendência das formandas e a sua naturalidade, encontramos também detalhes preciosos. No estudo de Ermelinda Lopes, defendido em 1888, ficou registrado que em sua defesa, ela contou com a presença ilustre do Imperador D. Pedro II. Já na tese de Antonieta César Dias, defendida um ano depois, logo abaixo do título consta “Ponto 1”.<sup>172</sup> Esse “ponto” se remeteria a um sorteio feito para designar o tema a ser desenvolvido pelo estudante em seu trabalho final. Como aponta Oda,

Para a feitura das teses, uma lista de temas ou "pontos" era determinada a cada ano pelas Faculdades, referentes às diversas cadeiras ou seções de ensino médico, e um tema era escolhido pelo aluno ou lhe era atribuído por sorteio (o que varia conforme o período).<sup>173</sup>

Não foi possível delimitar o período em que foi vigente o sorteio do tema, nem se ocorreu de forma contínua ou espaçada, porém a diversidade de temas sugere que muitos podem ter sido sorteados, sobretudo se examinarmos as possibilidades diminutas de carreira que as pioneiras tiveram em outros campos além da ginecologia e obstetrícia.

Voltando à experiência da FAMEB, na contagem de Jacobina<sup>174</sup>, Odília seria a sétima mulher a se formar em medicina pela FAMEB. No entanto, na verdade a médica teria sido a oitava, pois apesar de só haver registro do título da tese doutoral de Amélia

<sup>172</sup> DIAS, Antonieta César. Hemorragia Puerperal. TESE. UFRJ. 1889.

<sup>173</sup> ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. *A primeira tese brasileira sobre a alienação mental: leituras, plágios e ciência*. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, v. 16, n. 4, p. 630, 2013.

<sup>174</sup> JACOBINA, Ronaldo Ribeiro. Memória histórica do centenário da Faculdade de Medicina da Bahia (2008): os professores encantados, a visibilidade dos servidores e o protagonismo dos estudantes da FMB. Salvador: UFBA, Faculdade de Medicina, 2013.

Pedrosa Benebaim, que provavelmente foi extraviada, a médica foi comprovadamente graduada e diplomada em 1890. Sendo a primeira médica graduada em terras baianas no século XX, Maria Odília pode ter ousado em sua escolha de tema ao vislumbrar para sua carreira outras possibilidades que não se limitassem à ginecologia ou obstetrícia. Essa possibilidade torna-se mais plausível ao constatarmos que a Reforma de ensino Epiácio Pessoa, de 1 de janeiro 1901, não apontava em nenhum de seus artigos que fossem feitos os sorteios de ponto com o tema para as teses doutorais que seriam defendidas pelas (os) estudantes de Medicina. Sendo assim, a vanguarda de Maria Odília é inegável, pois

Sua tese inaugural foi “*Algumas considerações acerca da curabilidade e do tratamento das Cirrroses Alcoólicas*”. As outras seis mulheres formadas pela Fameb antes tiveram como tema da tese inaugural ou em tocoginecologia ou em pediatria. Maria Odília amplia a escolha temática ao abordar a questão da cirrose alcoólica.<sup>175</sup>

Dada a sua especial relevância, neste momento, vamos analisar o trabalho acadêmico da médica, o único de que dispomos, dando ênfase ao tema escolhido, a seus interlocutores e ao caminho trilhado em seu estudo.

Maria Odília elegeu tratar do mal causado pelo alcoolismo: a cirrose alcoólica. O alcoolismo naquele período já vinha sendo, havia muito tempo, discutido por outros médicos, sendo recorrente a aproximação e/ou o uso das teorias racistas e higienistas para tratar do tema. Muitos perseguiram as correntes teóricas, já discutidas nesse capítulo, que utilizam a raça como elemento central de degeneração. No estudo de Legrain, é perceptível o caráter que se dava aos doentes dessa moléstia.

Velho cita Legrain, que teria sintetizado seus estudos em duas proposições: “Os bebedores são degenerados, ou seja, a causa dos excessos de bebida na maioria das pessoas é a degeneração hereditária”, e “O alcoolismo é uma das causas mais potentes da degeneração, ou seja, filhos de alcoolistas são degenerados” (s/p). Por sua vez, filhos ilícitos têm duas vezes mais chances de serem degenerados, além de haver uma maior taxa de mortalidade entre eles.<sup>176</sup>

No entanto, o recorte de Odília no estudo, que estava delimitado na 1ª cadeira de clínica médica, se propôs a abordar o tratamento da doença, as possibilidades de cura

---

<sup>175</sup> Idem.

<sup>176</sup> JACÓ-VILELA, Ana Maria; DO ESPÍRITO SANTO, Adriana Amaral; STUART PEREIRA, Vivian Ferraz. *Medicina legal nas teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1830-1930): o encontro entre medicina e direito, uma das condições de emergência da psicologia jurídica*. Interações, v. 10, n. 19, p. 23, 2005.

e a prescrição dos remédios mais eficazes naquele momento. A médica optou por não discutir os aspectos sociais da doença, nem atribuiu fatores genéticos e raciais às pessoas que desenvolviam a cirrose alcoólica. Diferente de muitos contemporâneos, Odília não recorreu a nenhum pressuposto das teorias racialistas. Essa escolha pode significar a sua preferência em manter a discussão científica nos parâmetros delimitados pela proposta do estudo, e/ou até mesmo pode estar atrelada a sua própria condição racial.

A formanda iniciou a tese salientando que esse seria um “esforçado e difícil desempenho do nosso último compromisso acadêmico”<sup>177</sup>, além de indicar a condição revisionista do estudo resumindo-o em: “Simples enunciados de fatos, já apurados na ciência, reprodução sucinta de ideias, mera compilação, em suma, das doutrinas e observações mais recentes. A mais largo cometimento, fora a temeridade de arriscar.”<sup>178</sup> Talvez a sua personalidade, somada à sua condição de gênero e racial, a fizesse enxergar o estudo que produziu como algo simplório e que não trazia nada de novo ao seu campo. A autora poderia não vislumbrar que, além de ser a primeira mulher a escrever sobre esse assunto na FAMEB, a sua tese quebrava com os padrões sexistas na escolha do tema ao romper os limites do mundo considerado feminino. Assim como Odília pode ter sido influenciada pelas primeiras médicas brasileiras que se formaram em Nova Iorque, a sua produção pode ter influenciado outras estudantes a optarem por discutir outros assuntos em suas teses doutorais, pois

Ao transgredirem as regras desta sociedade patriarcal e androcêntrica as mulheres cientistas conquistaram muitos espaços e foram abrindo caminhos para as futuras gerações. Não se pode mais dizer hoje que as mulheres não produzem ciência. O que ainda acontece, em algumas situações, é a invisibilidade em que as primeiras cientistas foram mantidas, e a dificuldade que as cientistas atuais encontram para se afirmarem e ascenderem no campo científico que ainda é dominado pelos homens.<sup>179</sup>

A identificação e o tratamento da cirrose foi um assunto largamente discutido nas teses de Medicina. Aqui destacaremos dois estudos que se aproximaram do recorte feito por Maria Odília; a saber: “Cirrhose do fígado”, de 1874, escrito por Affonso Arthur Cisneiro de Albuquerque e “Cirrhose do fígado”, de 1883, escrito por Carlos

---

<sup>177</sup> TEIXEIRA, Maria Odília. Algumas considerações acerca da curabilidade e do tratamento das cirrroses alcoolicas, p. 2. TESE. FAMEB. 1909.

<sup>178</sup> TEIXEIRA *ibidem*, p. 2.

<sup>179</sup> CARVALHO, Marília Gomes; CASAGRANDE, Lindamir Salete. *Mulheres e ciência: desafios e conquistas*. INTERthesis: Revista Internacional Interdisciplinar, v. 8, n. 2, p. 28, 2011.

Vieira de Bittencourt. Em alguns pontos, o trabalho da médica se aproxima do de seus colegas; como na citação de alguns importantes estudiosos da moléstia, como o médico francês Laennec, a quem se atribuiu a invenção do estetoscópio, e que muito contribuiu com os estudos da cirrose. Alguns dos tratamentos descritos pela médica convergem com os elencados pelos médicos, como o uso de purgatórios salinos, do iodo, a imediata privação do álcool e a adoção de uma dieta rigorosíssima para a recuperação do fígado.

A grande divergência entre as teses está no prognóstico da doença e o futuro dos pacientes. Para Bittencourt, por exemplo: “A morte é ordinariamente inevitável. O médico não tem outro papel senão combater as desordens mais eminentes”<sup>180</sup> e vaticina: “Para certos estados mórbidos a ciência médica é impotente.”<sup>181</sup> Seu colega Albuquerque tem uma opinião parecida sobre uma possível recuperação dos doentes de cirrose alcoólica.

O prognóstico da cirrose é dos mais fatais: a morte, chegada a lesão ao período em que as produções são irreparáveis, é certa; e cumpre o médico o cuidado de paliar quanto se possa a moléstia, modificando-lhe os fenômenos, que mais torturem o doente, para assim afastar o mais possível o momento de catástrofe.<sup>182</sup>

Porém, para Maria Odília,

De tudo isto resulta que a ciência clínica não deve quedar-se nunca em face de uma cirrose, conformada em desvanecida e improdutivo contemplação do muito que já fizera; ou escusada e esquiva em injustificada inércia, em tímido retraimento, por que novas dificuldades lhe surjam.<sup>183</sup>

A médica demonstrou ter uma atitude combativa frente à doença, criticando justamente o discurso derrotista propagado por alguns estudiosos da moléstia, como Bittencourt e Albuquerque mostraram ser. O argumento de Odília foi balizado pela confiança que ela tinha nos métodos empregados e nos resultados positivos de curabilidade, pois “[...] no momento atual não são esquivos os casos em que a cura sobrevém, justificando e fomentando esses reiterados triunfos de uma terapêutica racional.”<sup>184</sup> A médica mostrou para a banca examinadora que seu estudo estava atento às mais modernas formas de tratamento da cirrose alcoólica e que a estudante que

<sup>180</sup> BITTENCOURT. Carlos Vieira. Cirrose do fígado, p. 46. TESE. FAMEB, 1883.

<sup>181</sup> Ibidem, p. 46.

<sup>182</sup> ALBUQUERQUE. Affonso Arthur Cisneiro. Cirrose do fígado, p. 27. TESE. FAMEB, 1874.

<sup>183</sup> TEIXEIRA, Maria Odília. Op. Cit., p. 6.

<sup>184</sup> TEIXEIRA, Maria Odília. Op. Cit., p. 9.

arguiu a pioneira tese tinha total confiança na força que a ciência tinha no ofício de curar.

Findado o derradeiro compromisso estudantil, eis que chega a hora de comemorar, segundo Silva:

Aos quinze dias do mês de dezembro de 1909, vestida em sua beca, braço dado ao seu pai, subiu as escadas do salão nobre da tradicional Faculdade de Medicina da Bahia para receber o grau de doutora, a primeira médica brasileira negra. Dra. Odília venceu o desafio.<sup>185</sup>

Mais uma vez, Odília surge de braços dados com o pai, – Josephina, a mãe, negra, estava ausente ou foi invisibilizada. Segundo a Memória Histórica de 1909, Maria Odília teria prestado o juramento no dia 13 de dezembro de 1909, na secretaria da FAMEB<sup>186</sup>, não participando assim da colação de grau solene. Outra afirmação feita no artigo de Silva, que infelizmente esta pesquisa não pôde alcançar, foi sobre Odília ser a primeira médica negra do Brasil. A manutenção do importante arquivo do alunado de Medicina do Rio de Janeiro nos impediu de verificar essa poderosa afirmativa. Contudo, nos juntamos a Benedicto Silva em sua máxima assertiva: “Odília venceu o desafio.” Agora, a recém-formada médica tinha pela frente outro desafio tão ou mais difícil do que o que acabara de vencer: exercer a profissão.

No capítulo seguinte, veremos como Odília buscará vencer os obstáculos que estavam postos para as médicas pioneiras no clinicar, e como a médica teve de lançar mão de estratégias para se inserir em outro mundo masculino, o mundo do trabalho nas ruas. Por ora, vamos imaginá-la feliz, a caminho de São Félix, no vapor que navegava pelas águas da Baía de todos os Santos e que lentamente deixava para trás a imagem do Terreiro de Jesus e da Faculdade de Medicina. Em sua mala, experiências, algumas muito boas, outras más; lembranças e, sobretudo, esperanças.

---

<sup>185</sup> SILVA, Benedicto Alves de Castro. *A cachoeirana Doutora Odília Teixeira Lavigne*. Gente e memória. A Tarde, p. 6, 2011.

<sup>186</sup> CARVALHO, José Eduardo Freire. Memória Histórica da Faculdade de Medicina da Bahia, 1909.

## 2 Novas médicas e novos destinos?

### 2.1 As possibilidades de carreira para as pioneiras no dever de medicar

*Confirmando a litania sobre a falta de aptidão feminina, merece destaque um caso anedótico envolvendo a boneca Barbie, grande emblema da hiper-feminilidade. Sua primeira frase, balbuciada em 1992, foi: “aula de matemática é difícil” (math class is tough).*

Maria Teresa Citeli

*Na Itália, nos séculos XVII e XVIII, houve um ressurgimento das mulheres nas ciências: Elena Cornaro Piscopia (1646-1684) foi catedrática de Matemática em 1678 na universidade de Pádua; Diamante Medaglia escreveu uma dissertação sobre a importância dos estudos de matemática para as mulheres; Maria Ângela Ardinghelli estudou Matemática e Física em Nápoles; e Laura Maria Catarina Bassi (1711-1778) se doutorou na Universidade de Bologna em 1773, foi professora e publicou trabalhos sobre Física cartesiana e newtoniana.*

Aparicio; Alcaide; Zuasti

Os conceitos de gênero e ciência propiciam questões, através de interações, ao campo de pesquisa História da Ciência que foram exploradas de forma escassa, sobretudo no Brasil. A presença das mulheres no campo científico nos fornece inúmeras possibilidades de indagações, desde a construção de conhecimentos científicos, e seu suposto caráter racionalista, até as recentes discussões sobre a existência de uma ciência feminista, com toda a natureza política que esta poderia carregar. Esses estudos tiveram início em 1980, entre as pesquisadoras norte-americanas que buscavam respostas à ausência das mulheres nas ciências, e logo ganharam terreno. No entanto, a junção dos termos que demarcam este campo de pesquisa é anterior até mesmo à sua sistematização. Segundo Lopes (2012), “a frase *gender and science* apareceu pela primeira vez como título de um artigo de Evelyn Fox Keller em 1978”.<sup>187</sup>

As pioneiras nesses estudos buscavam entender e questionar a sub-representação das mulheres na ciência, evidenciando o papel do patriarcado; além de indagar o próprio saber científico que passou a ser objeto de “preocupações localistas de várias teóricas feministas em suas críticas às visões de ciência racionalista e ‘descorporificada’”. Uma das precursoras destes estudos, a filósofa Sandra Harding, classificou as produções promovidas até então dentro do campo. Como aponta Citeli (2000):

<sup>187</sup> LOPES, Maria Margaret et al. “*Aventureiras*” nas ciências: Refletindo sobre gênero e história das ciências naturais no Brasil. cadernos pagu, p. 350, 2012.

[...] em tudo que se refere a mulher e ciência (denúncia da invisibilidade feminina, história compensatória das mulheres, status atual das mulheres nas ciências e ação afirmativa, e contexto da produção de mulheres cientistas) fica reduzido a sua primeira linha de pesquisa que ela resume como de ação afirmativa – e, ao mesmo tempo, é objeto de suas maiores dúvidas.<sup>188</sup>

Harding enriquece o debate ao propor que, além da chamada ação afirmativa, esses estudos possam romper com a “*questão da mulher*”<sup>189</sup> e adentra a “questão da ciência para o feminismo”, chegando a questionar se “acaso as mulheres devem querer chegar a ser ‘como os homens’ nas ciências, como sugerem muitos desses estudos? Ou seja, o feminismo deve apontar uma meta tão baixa como a simples igualdade com os homens?”. Tendo feito essa provocação dos limites que foram levantados na constituição do campo de pesquisa, a filósofa abre uma nova chave interpretativa para as pesquisas da História da Ciência que tem como foco o gênero.

Quanto à indagação inicial que fomenta essas investigações: a sub-representação e a pouca participação das mulheres no campo científico referente à prática da medicina, Vanin afirma que

A exclusão das mulheres de atividades relacionadas à cura, que foram sistematizadas a partir do século XVIII na medicina moderna (científica), na medida em que verifico que esta área do saber, como as Ciências Jurídicas e a Teologia, torna-se importante tanto para o acesso ao poder, por meio dos cargos administrativos nas estruturas dos estados, como para sua manutenção, principalmente, por meio da medicina, que, além da cura, controla e normatiza os indivíduos e seus corpos.<sup>190</sup>

Para a autora, a sistematização da exclusão feminina na medicina foi construída em consonância com a institucionalização da profissão, juntamente com a importância que a mesma foi adquirindo junto ao corpo social nas mais variadas esferas de poder. Até então, as mulheres praticavam a arte de medicar, de maneira formal e informal, desde a Antiguidade até a Alta Idade Média. A partir da organização das instituições de ensino superior, onde os saberes deveriam ser adquiridos oficialmente, as mulheres passaram a ser banidas destes espaços e, por conseguinte, a não serem aceitas como profissionais.

<sup>188</sup> CITELI, Maria T. *Mulheres nas ciências: mapeando campos de estudo*. cadernos pagu (15). Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero–Pagu/Unicamp, p. 64, 2000.

<sup>189</sup> Ibidem, p. 55.

<sup>190</sup> VANIN, Iole Macedo. *As damas de Branco na biomedicina baiana (1879-1949): médicas, farmacêuticas e odontólogas*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008, p. 13.



Para as instituições que tiveram como modelo a Universidade de Paris, que seguiam à risca o modelo escolástico, o que significou, dentre outras coisas, a proibição da frequência de mulheres aos seus cursos. No início do século XIII, mesmo período em que foi vetado o exercício médico para quem não obteve os seus conhecimentos nos cursos universitários, a de Paris publicou uma ordem de proibição ao acesso de “judeus e mulheres judias”.<sup>191</sup>

O modelo escolástico e a ciência moderna solaparam os saberes que não fossem constituídos por um método científico validado pelas universidades. Neste ínterim, as mulheres que até então constituíram grande parte destes conhecimentos durante séculos, tiveram seus saberes colocados à margem dessa legitimação científica. Além do impedimento de estudar nestes espaços, foi vetado às mulheres o desenvolvimento da profissão sem um conhecimento institucionalizado, e também que mantivessem em suas práticas cotidianas a arte do cuidar, do medicar. Com a medicina passando a ter um valor estratégico, esta não caberia mais à mulher, que no máximo poderia ocupar um papel secundário nas ciências, ora como bem feitora ora como auxiliar de um homem que fosse preferencialmente da família.<sup>192</sup>

A retomada das mulheres aos espaços institucionalizados do conhecimento teve início tardiamente no século XIX, em alguns casos de forma pontual e noutros de maneira mais abrangente e pleiteando essas colocações coletivamente. No Brasil, as discussões sobre a entrada das mulheres no ensino superior foram extremamente acirradas, e em mesma medida foram as condições em que estas atuariam como profissionais. Ainda que as trabalhadoras existissem antes mesmo da industrialização e do capitalismo, no século XIX passou-se a discutir a moralidade, as implicações e o controle sobre essas mulheres que transitavam no espaço público participando, sendo e modelando uma parcela importante do mundo do trabalho.

Os debates acerca deste assunto tinham como maior alvo de preocupação as mulheres de classe alta e brancas. Elas passaram a ter a oportunidade de estudar nas universidades do Brasil após a reforma Leôncio de Carvalho, em 1879. Diferente das mulheres da camada mais pobre da população, que em grande maioria trabalhava e tinha a rua como espaço corriqueiro do seu dia a dia, as futuras médicas haviam sido criadas na lógica patriarcal que diferenciava e delimitava onde estas poderiam transitar e, sobretudo, com que objetivo esse trânsito deveria ser feito. Desde a implantação do sistema escravista no Brasil, o espaço público permitiu à massa de mulheres negras, escravizadas ou libertas, algumas possibilidades.

---

<sup>191</sup> Ibidem, p. 24.

<sup>192</sup> Ibidem, p. 33.

Na compreensão dos códigos reguladores desta paisagem urbana, as mulheres pobres demonstraram-se extremamente habilidosas. Ágeis, versáteis, econômicas, políticas, as libertas foram, no contexto da cidade exemplares significativos dos que souberam driblar os obstáculos e desafios das ruas. Em muitas atividades elas acabaram delineando em grande parte o perfil do pequeno comércio urbano, produziram alternativas ocupacionais nos mais variados tipos de serviços domésticos (...).<sup>193</sup>

A questão formal do perigo nas ruas, atrelada à sua entrada numa profissão de prestígio e poder como a medicina, tinha como foco principal as mulheres que tinham possibilidade de cursar medicina no espaço institucional. Tais mulheres deveriam estar devotadas a seus maridos e à sua prole. Essas questões alcançavam as mulheres de camadas sociais baixas, em sua maioria de cor e oriundas da escravidão, em outro sentido. Sendo elas possuidoras de um conhecimento informal, praticantes da arte de curar sem uma validação científica, tiveram cerceadas as suas práticas através dos novos regulamentos e dispositivos legais que delimitavam essas atividades. Se por um lado o estado procurou controlar essas mulheres no espaço público, por outro a presença delas era considerada comum. O espaço urbano era um ambiente de um incessante conflito, em que o Corpo Policial fazia as vezes de capitão do mato repreendendo e buscando o domínio sobre os egressos da escravidão. Ainda assim, as ruas se mostravam territórios em que as mulheres negras poderiam, mesmo que em meio a contendas, transitar. Como aponta Palafoz:

As ruas tornaram-se palco dos excluídos e, com a abolição da escravatura, pouco mais de um ano antes, o centro de Salvador tornou-se o destino preferido de muitos dos ex- escravizados. Além disso, as ruas também se tornaram um espaço de intensa disputa entre as elites que pretendiam urbanizar e higienizar as ruas.<sup>194</sup>

Na capital baiana, essas polêmicas encontraram ressonância em vários espaços de poder, como a FAMEB, onde o assunto era importante pauta da comunidade médica. No periódico científico baiano *Gazeta Acadêmica*, a discussão sobre o desenvolvimento da medicina pelas mulheres teve um amplo espaço.

<sup>193</sup> FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Desafricanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador 1890-1937*. Afro-Ásia, n. 21-22, 2017.

<sup>194</sup> PALAFOZ, Jamile de Brito. *Representações de feminilidades e masculinidades nas últimas décadas do século XIX. Salvador julho de 1889*. REDOR, Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Ensino e Pesquisa sobre Mulher e relações de gênero, p. 6, 2018.

Dizia um aluno do 5º ano de Medicina ninguém desejava casar-se com uma médica, “viciada pelo contínuo costume de frequentar as ruas”; assim tais doutoras deveriam abandonar suas carreiras ou permanecer solteiras, furtando-se ao dever de dar à pátria um cidadão e um membro à sociedade”. O outro lado do debate argumentava que algumas mulheres podiam dominar temas científicos e que as mulheres podiam e deviam estudar medicina, apesar do cérebro menor.<sup>195</sup>

Indo de encontro aos atributos designados a seu gênero, a pioneira das pioneiras, Maria Augusta Generosa Estrela, após se formar em Nova Iorque, no ano de 1891, “[...] teve a revalidação do seu diploma, após aprovação nos exames a que se submetera, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, tornando-se muito conceituada naquela cidade onde viveu e trabalhou.” Apesar das possíveis dificuldades iniciais que esta encontrou em sua carreira, a sua condição social privilegiada e a sua proximidade com o imperador D. Pedro II<sup>196</sup> possibilitaram que a médica desenvolvesse a medicina até o fim da vida. E, mais uma vez desafiando o veredito do estudante de Medicina que opinou na *Gazeta Acadêmica* sobre as limitações destinadas às mulheres na profissão, “(...) furtando-se ao dever de dar a pátria um cidadão e um membro à sociedade”,<sup>197</sup> Augusta se casou com o farmacêutico Antônio da Costa Moraes, tendo com ele 4 filhos.

Rita Velho Lopes, a primeira médica formada no Brasil, teve sua atuação profissional atrelada à presença de seu marido, o também médico Antônio Maria Amaro de Freitas. Ainda na faculdade, a tutela masculina foi um elemento presente em sua carreira acadêmica, já que seu irmão frequentou os bancos escolares na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e posteriormente na Bahia, junto com a futura médica. Casando-se em 1889, a médica passou a trabalhar ao lado de seu marido no Rio Grande do Sul. O trabalho desenvolvido pela médica, estando ligado diretamente ao de seu marido, denotava um comportamento vivido por outras mulheres partícipes do campo científico no momento de institucionalização desses saberes, pois

No momento em que a atividade científica deixou de ser “artesanal” e as academias/sociedades se institucionalizam, as mulheres científicas passaram a ser auxiliares de maridos, pais e irmãos não podendo ter acesso direto a esses espaços, mesmo as que financiaram algumas dessas comunidades.

<sup>195</sup>HAHNER, June., 2003. apud COLLING, Ana Maria. *AS PRIMEIRAS MÉDICAS BRASILEIRAS- Mulheres à frente de seu tempo*. FRONTEIRAS: Revista de História, v. 13, n. 24, p. 181, 2012.

<sup>196</sup> Além do pai e amigos o próprio Imperador concedeu-lhe assistência financeira, concedendo-lhe uma bolsa de 100 000 réis até a sua formatura. Maria Augusta era uma exceção. Dom Pedro pagava despesas de alguns estudantes brasileiros, mas poucas mulheres eram beneficiadas- algumas alunas do secundário ou de música. COLLING, Ana Maria. Op. Cit., p. 179.

<sup>197</sup> Ibidem, p. 181.

Clássico é o exemplo da duquesa de Newcastle (Margaret Cavendish), filósofa, escritora de comédias e poeta, mecenas da Universidade de Cambridge e da *Royal Society* de Londres, que ao manifestar o desejo de participar das sessões causou polêmica entre os membros daquela sociedade, pelo simples fato de ser mulher. No entanto, por ser uma das principais financiadoras, a ela foi permitida apenas uma visita a uma das reuniões.<sup>198</sup>

Lopes pode ter encontrado na proximidade profissional com seu marido a estratégia ideal para diminuir o impacto da desconfiança que a sociedade rio-grandense decerto teria a seu respeito. A relação com o médico foi construída desde a infância, já sendo esperado o enlace de ambos antes mesmo de sua formação acadêmica. Ainda que a precursora tivesse sua carreira vinculada à do marido, esta conseguiu desenvolver sua profissão encontrando na lida diária as dificuldades que a classe médica enfrentava, segundo Rita Lopes:

Como médica durante muitos anos cliniquei [...] cavalgando pelas coxilhas, afrontando as intempéries, levando conforto desde o lar do mais rico até o rancho do mais pobre. [...] Conhecendo as necessidades do distrito que por largos anos atendi no exercício da minha profissão senti impressões muito comoventes, acompanhando o povo nas suas alternativas de dor e de prazer.<sup>199</sup>

O casamento talvez tenha limitado suas possibilidades de atuação, embora não tenha sido sinônimo do término de sua carreira. O fim só veio em 1925, segundo a médica por razão do cansaço que a profissão tinha acarretado por todos os anos em que clinicou. Mas Rita Lopes ainda teve fôlego para adentrar a política, sendo eleita, em 1934, a primeira vereadora da cidade de Rio Claro, no estado do Rio Grande do Sul. Sua entrada no mundo da política foi alavancada pela crescente participação feminina nessa esfera social que estava conseguindo impulsionar antigas demandas feministas desde as primeiras décadas do século XX. Além do ganho de espaços das mulheres na política, a própria viuvez da médica pode ter permitido que esta, já não mais clinicando, colocasse suas forças em um novo campo de batalha.

A médica Ermelinda Lopes Vasconcelos, pioneira da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, teve um percurso bem diferente da médica gaúcha em sua prática de curar. Documento interessante a respeito desta pioneira é a crônica intitulada “Machona”, escrita pelo jornalista Sílvio Romero, e destinada a falar da formatura de Ermelinda, em 1888. Além do desdém e da hostilidade com que a médica fora tratada, o

---

<sup>198</sup> VANIN, Iole Macedo. op. Cit, p 33 et. seq.

<sup>199</sup> SIS Médicos. *Rita Velho Lopes*. Disponível em: [http://pt-br.sis-medicos.wikia.com/wiki/RITA\\_LOBATO\\_VELHO\\_LOPES](http://pt-br.sis-medicos.wikia.com/wiki/RITA_LOBATO_VELHO_LOPES). Acesso: 16 jan 2018.

autor do referido artigo refletia o ideário da maioria da sociedade daquele período, que considerava um acinte uma mulher querer ser médica. “Esteja certa a doutora que seus pés de machona não pisarão o meu lar”<sup>200</sup>, foram essas as palavras usadas por Sílvio Romero para ilustrar que não consideraria a médica como profissional, e que a via próxima a um espectro masculino, ainda que deficiente. A ligação da mulher a um ser incompleto é um argumento usado reiteradas vezes para solidificar o ideário do sexo frágil. Na tese médica “A mulher e a medicina legal”, defendida na FAMEB em 1909 por Hidelbrando José da Silva, é destacado que a mulher não pode ser de todo responsável, pois “[...] é uma pessoa doente, para falar exatamente, uma pessoa ferida a cada mês [...]”<sup>201</sup>. O médico, a partir de um discurso científico e, sobretudo biologizante, baliza o argumento, alçado por Sílvio Romero, de que apesar de ocupar um lugar masculinizado ao exercer a medicina, Ermelinda Lopes sempre seria um ser incompleto e uma profissional incapaz.

Felizmente, a vida ofereceu à médica a oportunidade de devolver a injusta acusação do cronista. Vinte e cinco anos após o insulto, a médica recebeu um chamado de emergência para mais um parto. O que ela não esperava é que a casa onde trataria da parturiente era a que os “seus pés de ‘machona’ jamais pisariam”<sup>202</sup>. Romero, ao chamá-la para fazer o parto de sua mulher, sequer lembrou-se da menção feita à médica em ocasião de sua formatura. Com o sucesso do parto, o aliviado pai ao congratular a eficiente médica, lhe pediu para pagar pelos serviços em parcelas, recebendo como resposta que “o senhor me pagará caro e de uma vez!”<sup>203</sup>. A médica entregou-lhe um envelope com o referido artigo que ele sequer lembrava. Certamente, durante seus anos de profissão, a médica enfrentou desconfiança e agressividade de inúmeros “Sílvios Romeros”, talvez muitas vezes não conseguindo devolver com a mesma moeda as provocações e ofensas recebidas. Esse acontecimento apenas ilustra em cores brandas os obstáculos enfrentados por muitas dessas mulheres ao adentrar a vida profissional. Decerto nem todas as pioneiras no campo da biomedicina no Brasil elaboraram discursos a partir de sua condição de gênero no campo científico, mas todas sentiram na pele os significados da pertença de ser uma médica.

<sup>200</sup> COLLING, Ana Maria. op. Cit. p. 181.

<sup>201</sup> BAPTISTA, Hildebrando José. *A mulher e a medicina legal*. Bahia: Oficina dos Dois Mundos, p. 47, 1909.

<sup>202</sup> COLLING, Ana Maria. *AS PRIMEIRAS MÉDICAS BRASILEIRAS-Mulheres à frente de seu tempo*. FRONTEIRAS: Revista de História, v. 13, n. 24, p. 181, 2012.

<sup>203</sup> RAGO, Elisabeth Juliska. *A ruptura do mundo masculino da medicina: médicas brasileiras no século XIX*. cadernos pagu, n. 15, p. 217, 2000.

Para Maria Odília, este assunto deveria ser de suma importância, pois depois de vencida a sua primeira batalha, ao se formar na FAMEB, logo viria outra pela frente: o início de sua carreira como médica. Ela deveria saber que a prática da medicina a obrigaria a percorrer todos os cantos das cidades de Cachoeira e São Félix, além das adjacências. Sendo ela a única mulher médica daquela região, carregando na mesma dimensão sua cor, os olhares e atenções estariam voltados para si. A preocupação com o caminhar das mulheres de “bem” nas ruas foi uma pauta importante ainda no início do XX, e em todo canto esse poderia ser um assunto acalorado de discussão. O jornal cachoeirano *A Ordem* trouxe na capa, em um de seus poucos artigos assinados<sup>204</sup>, essa discussão à tona. Iniciando a notícia-denúncia em um texto dissertado em primeira pessoa: “Concernente a nossa condição social, é, entre nós, a mulher, na rua, ainda uma identidade sujeita aos preconceitos da maledicência pública.”<sup>205</sup> A autora do referido artigo, Maria Aparecida, mostra, a partir de seu local de fala, a perspectiva feminina aos enfrentamentos cotidianos que as mulheres passavam ao andar pelas ruas da cidade cachoeirana:

Já não basta, para a mentalidade atrofiada desses indivíduos, a pilheria frívola e ridícula com que enrubescem as faces da mulher que transita na rua pública; eles vão além, descem, não pequenos números de vezes, ao insulto soez, porque insultar é ultrajar a mulher na sua pudicícia, qualquer que seja sua condição e qualquer que seja a natureza desse insulto.<sup>206</sup>

Em seu relato, Maria chama a atenção para os riscos que as mulheres passavam nesse cenário, de uma “pilheria frívola” até um “insulto soez”, ou seja, grosseiro. Além do seu tom denunciativo, a narração, por ser feita por uma mulher, impressiona. Essa, inclusive, foi a única vez em que encontramos um editorial assinado por uma mulher neste veículo, e infelizmente não sabemos mais detalhes a respeito da autora. Dentro desse contexto, é até mesmo possível que Maria Aparecida seja um pseudônimo, sobretudo se consideramos o teor do editorial e o contexto em que se apresentava. Talvez fosse mais prudente para o jornal, e principalmente para a denunciante, esconder a sua identidade.

Neste cenário, embora o *status* profissional de médica pudesse dissimular os possíveis ataques diretos que Maria Odília viesse a sofrer ao transitar em espaço

---

<sup>204</sup> No período percorrido do jornal, entre 1909 a 1921, poucos são os artigos que aparecem assinados, principalmente por mulheres.

<sup>205</sup> APARECIDA. A mulher em nossas ruas. *A Ordem*, Cachoeira, 6 agosto, p. 1, 1913.

<sup>206</sup> *Ibidem*, p. 1.

público, a fala de Aparecida deixava evidente o quanto, em 1913, os homens do Recôncavo baiano ainda não haviam assimilado a presença das mulheres nos territórios de coletividade. Sendo a médica detentora de uma particularidade tão grande, no mínimo atenção, olhares e comentários deveriam fazer parte de sua rotina. Ao fim da denúncia, a autora do referido artigo lançava um presságio para o futuro sobre a questão: “E se um dia, em contraposição às pessimistas previsões, o respeito pela mulher se fizer efetivo, no lar e fora dele, [...] então nessa época teremos tocado a perfectibilidade [...]”. Enquanto o respeito cobrado por Maria Aparecida era somente sombra de um futuro não tão próximo, a outra Maria, a jovem médica Odília, deveria somar às intempéries de sua profissão o cenário inquisidor e nada amistoso das ruas das cidades irmãs. Caso quisesse fazer jus aos seis anos de formação, Odília deveria elaborar estratégias,<sup>207</sup> tal qual as outras médicas pioneiras, para adentrar com toda a força no mundo do trabalho que não vinha se mostrando muito acessível às mulheres.

## 2.2 “A talentosa clínica da médica Maria Odília Teixeira”<sup>208</sup>

*Eu juro, por Apolo médico, por Esculápio, Hígia e Panacea, e tomo por testemunhas todos os deuses e todas as deusas, cumprir, segundo meu poder e minha razão, a promessa que se segue: [...] Aplicarei os regimes para o bem do doente segundo o meu poder e entendimento, nunca para causar dano ou mal a alguém.*

*Juramento de Hipócrates*

*[...] permita-me v. exa. que eu felicite a população desta heroica cidade pater, por ter em seu seio uma sacerdotisa da ciência do valor moral e intelectual de v. exa.*

*Alfredo Soares da Cunha, 21 de junho de 1913,  
Jornal A Ordem, Cachoeira, Bahia.*

Recém-saída da Faculdade de Medicina da Bahia, a mais nova médica das terras baianas buscou esteio para iniciar nos misteres da profissão em sua cidade natal e ao lado de sua família. Maria Odília, então com 25 anos em 1909, tinha pela frente grandes desafios; principalmente o de iniciar a prática para formar a sua clientela, tendo que superar as desconfianças que decerto despertou ao regressar para o Recôncavo baiano. A médica carregava consigo dois marcadores que a distinguiam entre os praticantes da medicina no início do século XX: era uma mulher e de cor.

---

<sup>207</sup> Dentre as estratégias encontradas pelas pioneiras estavam os atendimentos juntos de médicos da família, como seus pais, irmãos ou maridos, muitas vezes como assistentes; atendimentos gratuitos; uma clientela estritamente feminina atrelada a um discurso de que médicas atendiam melhores as mulheres ou até mesmo medidas mais ousadas como mudar de cidade, começando sua carreira do zero.

<sup>208</sup> Termo utilizado reiteradas vezes, pelo jornal cachoeirano *A Ordem*, a se referir a Maria Odília.

As cidades fronteiriças, Cachoeira e São Félix, em que a família de Odília se constituiu e estabeleceu relações profissionais, inclusive sendo um núcleo familiar atuante e influente na região, tinha um grande protagonismo no Recôncavo baiano. Ambas guardavam, em si e no seu recente passado escravagista, uma abundante economia que envolvia prioritariamente a produção do açúcar. Segundo Fraga (2013),

Em 1890, no ano em que foi elevada à condição de cidade, a população de São Félix saltou para 4.358 habitantes; destes, 953 eram “pretos”, ou seja, 21,8%. Apenas 36,6% eram de cor branca. Nos primeiros anos do século XX, a população deste centro portuário do interior continuou crescendo. Cabe ressaltar que tanto Cachoeira como São Félix comportavam uma população flutuante constituída por trabalhadores residentes nas freguesias rurais próximas que se deslocavam diariamente para as fábricas de charutos e retornavam ao final do dia.<sup>209</sup>

Esses dados demonstram o quanto as cidades limítrofes tinham uma população heterogênea, em que boa parte era de cor e remanescente dos não tão longínquos tempos de escravidão. Ainda assim, a camada branca da população era majoritária ao compor a elite local. Pouco mais de três décadas após a abolição da escravatura, e eram os brancos que detinham o controle da política local e dos principais empreendimentos daquela região, como é o caso das fábricas fumageiras.<sup>210</sup>

O principal periódico da cidade de Cachoeira, *A Ordem*, não se furtou a noticiar a incomum formatura de Maria Odília. Na coluna dedicada ao assunto, a médica é intitulada *cachoeirana distintíssima*<sup>211</sup>, apesar de ser natural de São Félix. A médica teve sua vida acadêmica posta em destaque, já que esta seria sua segunda obtenção de grau por já ter em seu currículo o bacharelado de Ciências e Letras obtido no colégio Gynasio da Bahia. As menções e felicitações endereçadas ao seu pai deixavam explícita a situação de destaque que este ocupava no corpo social das cidades irmãs. O redator do editorial que não está assinado, estende os cumprimentos aos seus irmãos, um advogado e um médico.

Transmitimos, com efusão da alma, sinceros parabéns à distinta conterrânea, que vem de terminar o seu curso acadêmico com brilho incomum, associando-nos às suas muito justas alegrias e às alegrias que a esta hora povoam os corações de seu extremoso genitor e nosso prezado amigo - o dr. José Pereira Teixeira e de seus dignos irmãos – os drs. José Pereira Teixeira

<sup>209</sup> FRAGA FILHO, Walter. *Migrações, itinerários e esperanças de mobilidade social no Recôncavo baiano após a Abolição*. Cadernos AEL, v. 14, n. 26, p. 114, 2010.

<sup>210</sup> BARBOSA, Elizabete Pereira. *A fábrica, a casa e a escola: as políticas de educação para a infância no Recôncavo fumageiro da Bahia (1925-1946)*, p. 60. PPGH-UFBA, 2016.

<sup>211</sup> SANTELMO da série. *A Ordem*, Cachoeira, 8 de dezembro, p. 3, 1909.



Filho e Joaquim Pereira Teixeira, aquele inteligente preparador do termo de S. Félix, e este estimado médico clínico entre nós.<sup>212</sup>

O que fica explícito na publicação são as colocações que os integrantes masculinos de sua família ocupam, sendo o prestígio social de seu pai e de seus irmãos resgatado num texto dedicado ao feito de Odília. O que não está registrado no texto é a total ausência de menção à sua origem materna. O autor não amplia as congratulações à sua mãe, nem à sua irmã mais nova, Maria Etelvina, ou à sua avó. Situação que se repete na ocasião de formatura da parteira Theophila Bastos da Silva, em 1911, numa nota<sup>213</sup> pelo diploma de parteira na FAMEB, que congratula somente a seu irmão, o capitão Antônio Bastos da Silva.

A ausência de menções a mulheres parecia ser o *modus operandi* das felicitações destinadas às formações de jovens. Se somarmos o desprestígio das mulheres nessas ocasiões à questão racial, observamos que a ascendência escrava de Josephina Luiza Palma a distanciava ainda mais desse destaque social. Ainda assim, é possível que os leitores do semanal tenham se perguntado se acaso a mãe de Odília também não estava sentindo as mesmas “*justas alegrias*” que José Teixeira, com sua filha tornando-se médica no ano de 1909. Tendo a família Palma-Teixeira morado há décadas na cidade de São Félix, é bem possível que o reconhecimento e felicitações ao feito de sua filha chegasse à matriarca através de familiares, amigos, conhecidos, ou seja, de toda ou parte de sua rede de sociabilidade. Longe das páginas dos jornais há um mundo em que Josephina poderia ter muito mais prestígio do que podemos imaginar.

No ano seguinte à formatura de Maria Odília, segundo *A Ordem*, parte da família Teixeira fez uma viagem para Ilhéus a fim de tratar da saúde do patriarca que, havia anos, compadecia de asma crônica. Esta viagem é noticiada em uma das colunas do jornal.

[...] S.s vae acompanhado de seus extremosos filhos- a exma. Sra. Dra. Maria Odília Teixeira, e o sr. Dr. Joaquim Pereira Teixeira, que exercem também a clínica, inteligente entre nós, e pretende fixar residência temporária naquela futura localidade. Desejamos ao sr. Dr. José Pereira Teixeira e aos seus dignos filhos próspera e feliz viagem.<sup>214</sup>

---

<sup>212</sup> Ibidem.

<sup>213</sup> Nova Parteira. *A Ordem*, Cachoeira, 13 de dezembro, 1911, p. 3.

<sup>214</sup> DR. J.P. Teixeira. *A Ordem*, Cachoeira, 15 de março, p. 2, 1910.

É desejada uma auspiciosa viagem aos médicos José Teixeira, Joaquim e a Odília, no entanto o silêncio sobre a mãe da médica e Maria Etelvina Teixeira se repete. Sua ascendência escrava<sup>215</sup>, e por conseguinte sua condição de cor, além do *status* não oficial de sua união com o médico, colocavam Josephina Palma à margem das citações feitas à distinta família Pereira Teixeira, principalmente no veículo de comunicação de maior relevância no início do século XX, o jornal. A viagem feita ao sul do estado da Bahia foi realizada, segundo o periódico, por conta da saúde de José Pereira, e para desempenhar uma clínica médica em família numa outra cidade. No ano seguinte, a família estaria de volta ao Recôncavo. Além do possível restabelecimento da saúde de José Pereira, a profissão de médico permitia que esses profissionais transitassem entre lugares diferentes com certa facilidade, pois além de ser um profissional necessário, ainda neste período era escassa sua presença nos rincões do país.

A viagem marca o começo profissional de Maria Odília, desenvolvendo suas atividades profissionais ao lado de seu pai, um já experiente e conhecido médico em toda a região, e seu irmão Joaquim Pereira Teixeira, também formado pela FAMEB em 1907. Assim como seu irmão, soa muito natural que os atendimentos da médica tivessem se iniciado ao lado de um médico com longa prática e larga clientela, especialmente esse sendo seu pai. Decerto a sociedade sanfelixita e cachoeirana observava e acompanhava o caminhar da nova médica com suspeição. Em um artigo da já citada gazeta, *A Ordem*, ficou evidenciado o que se espera de uma mulher virtuosa no início desse novo século: "Não pode, pois, a mulher adquirir a sabedoria pela experiência do erro: cumpre que atinja de pronto essa virtude, que se dispensa no mancebo. Exiges-lhe modéstia, descrição e inocência completa [...]."216

Tendo, na condição de estudante, acumulado experiência acerca das restrições impostas às mulheres no meio acadêmico, Odília já devia imaginar que seus passos, ao iniciar sua clínica, deveriam ser cautelosos. Essa realidade se deve, sobretudo, às escassas escolhas que estavam ao seu alcance para trabalhar exercendo sua profissão. Ela sabia que o caminho seria árduo e que qualquer erro poderia pôr fim prematuramente à sua carreira, ainda que a influência de seu pai e de seus irmãos pudesse vir a abrandar algumas barreiras profissionais. O ineditismo de sua condição

---

<sup>215</sup> LAVIGNE, J. L. *José Léo Lavigne: depoimento* [maio 2015]. Caldas do Jorro, Bahia, 2015. Áudio mp3 (51:07). Entrevista concedida.

<sup>216</sup> A MULHER e a virtude. *A Ordem*, Cachoeira, 5 de março, p. 3, 1910.

como médica de cor a colocava numa posição única diante daquele cenário, pois ainda que já houvesse outras pioneiras na arte de medicar, nenhuma carregava consigo o marcador da cor como Maria Odília. Rago, sobre a condição de converter-se em médica neste período, aponta que “Tornar-se ‘doutora’ em medicina, fazer o juramento de Hipócrates era quase como uma quebra de tabu”<sup>217</sup>, e Odília, tendo em sua experiência o fator racial, tonava esse “quase” uma certeza.

Em 1911, ao voltarem às cidades irmãs do Recôncavo, os atendimentos feitos pela família Teixeira são tema frequente, principalmente nas seções de “Agradecimentos” ou “A pedido”, que tinham por finalidade expressar e endereçar gratidões aos atendimentos médicos feitos aos pacientes. Essas homenagens feitas à classe médica eram recorrentes na época, pois a categoria que ocupava um dos mais altos lugares na estima popular tinha como paga de seus serviços não só valores monetários, mas também o respeito e a deferência da população em geral. Em 31 de maio de 1911, Firmino Marques de Carvalho foi a público externar sua alegria e a de seus filhos pelo restabelecimento de sua esposa Maria Laudelina de Carvalho, que permaneceu durante meses com uma grave enfermidade que não foi apontada no artigo. O alvo de sua *devota gratidão*<sup>218</sup> foi Maria Odília. Essa notícia confirma que a médica já desempenhava suas funções, em algumas situações, sem estar necessariamente atrelada ao seu pai ou ao seu irmão. Ainda assim, a credibilidade dos outros médicos da família pode ter feito diferença no estabelecimento inicial de sua carreira, trazendo segurança para a médica e fornecendo seus primeiros pacientes. No segundo ano de carreira, é possível que esta já tenha conseguido andar, ainda que a passos curtos, sem a total limitação de um controle masculino. O agradecimento, que pode ser considerado corriqueiro para qualquer médico, quando destinado a Odília traz consigo uma força maior para se identificar as dificuldades de uma mulher de cor ao impetrar a clínica médica. Segundo Silva,

Seja qual for a definição ou o conceito utilizado para compreender o patriarcado, seja qual for a forma e o contexto em que ele atuou ou atua, sejam quais forem as maneiras pelas quais se reestruturou para acompanhar o desenvolvimento dos sistemas político, econômico e social, o patriarcado tem a ver, diretamente, com o poder, a autoridade e o controle dos homens sobre as mulheres.<sup>219</sup>

<sup>217</sup> RAGO, Elisabeth Juliska. Op. Cit, p. 119.

<sup>218</sup> AGRADECIMENTO. *A Ordem*, Cachoeira, 31 de maio, p. 2, 1911.

<sup>219</sup> SILVA, Elizabete Rodrigues. *Resistência inventiva das mulheres fumageiras do Recôncavo baiano*. Revista Feminismos, v. 1, n. 1, p. 127, 2013.

O controle proveniente do patriarcado é exercido, ainda que de maneira camuflada em tons de proteção, por seu pai e seu irmão ao acompanhá-la em diversos atendimentos, ou no editorial do jornal que somente felicita e menciona os homens de sua família, como na ocasião de sua formatura. A sua volta a São Félix após sua formação pode ser uma demonstração do quanto as dimensões do patriarcado são complexas e profundas, pois teria a médica a opção de permanecer em Salvador para iniciar uma clínica médica? Ou, a capital da província estaria propícia para receber sua primeira médica negra sem a supervisão de um homem que respondesse por ela?

Ítala Silva de Oliveira, segunda médica negra formada pela FAMEB<sup>220</sup>, optou ou foi levada a optar por outro percurso. Em 1927, logo após terminar o curso de medicina, mudou-se para o Rio de Janeiro, assumindo a função de médica obstetrícia e ginecologista num posto público no bairro da Penha. Posteriormente assentou clínica particular no mesmo local. Sua escolha em mudar-se definitivamente para a capital do país pode ser entendida como uma forma de conquistar um posto de trabalho mais facilmente. Ao observarmos os seus marcadores, sendo ela mulher, negra, recém-formada e sem familiares já inseridos na medicina, percebemos que ela decerto encontraria mais empecilhos para iniciar sua carreira, fosse na capital baiana ou sergipana. Ítala permaneceu clinicando no Rio de Janeiro até a sua morte em 1984, não tendo se casado ou tendo filhos, levando uma vida dedicada à profissão; da forma que ela mesma apontou em sua tese como sendo um bom objetivo à vida de uma mulher, “E se o seu destino de esposa e mãe falhar, ela encontrará, ainda, no trabalho, o mais eficaz remédio às mutações do caráter que na idade crítica as torna maldizentes, querelentas, insuportáveis solteironas.”<sup>221</sup>



<sup>220</sup> FORTUNA, Cristina Maria Mascarenhas. Memórias Históricas da Faculdade de Medicina da Bahia. 1916-1923; 1925-1941. ANEXO 2, p. 20. Faculdade de Medicina da Bahia. Salvador. Bahia, Brasil.

<sup>221</sup> OLIVEIRA, Itala Silva de. Da sexualidade e da educação sexual. Salvador: Faculdade de Medicina da Bahia, p. 168, 1927. (Tese de Doutorado em Ciências Médico-Cirúrgicas)

Diferente da estratégia utilizada por Ítala, Maria Odília tinha à sua disposição, ao mesmo passo que pudesse pesar como uma amarra, o capital intelectual de seu pai, expressado em seu prestígio como um médico reconhecido no Recôncavo baiano. Assim como outras pioneiras e médicos recém-formados, que de maneira geral buscaram em suas redes de relações a base para iniciar sua carreira, Odília encontrou em seu pai o ponto de partida para clinicar. Somado a isso, sendo Maria Etelvina ainda menina e sendo Odília a filha mulher mais velha, não lhe caberia estar próxima ao seu pai para cuidá-lo, já que este tinha uma saúde complicada?<sup>222</sup> Ainda que sob esse possível controle, Maria Odília foi ganhando espaço junto à clientela das duas cidades, e seu nome apareceu reiteradamente nas páginas do jornal *A Ordem*, com a alcunha de “médica estudiosa, distinta e humanitária”.

Neste ponto podemos observar que os adjetivos que são lançados em favor da médica remontam ao espectro masculino de bom profissional e evidenciam um tom altruísta de sua conduta. É sabido que muito médicos do período, principalmente os recém-formados, utilizavam da caridade e de atendimentos gratuitos para propagandear os seus serviços à sua possível clientela; hábito esse que poderia permanecer ao longo de sua carreira. Essa noção de humanitarismo ficou atrelada a toda a família Teixeira-Pereira, que em diversas vezes apareceu no jornal *A Ordem* como sinônimo de benevolência e altruísmo com a população carente das cidades-irmãs. A consequente manutenção de Maria Odília nesse padrão, além de representar uma tentativa individual de fomentar os primeiros passos em sua carreira, poderia significar a continuidade de uma noção familiar que via na caridade uma maneira eficaz de contribuir com o desenvolvimento em suas profissões e nos locais de prestígio dentro dessa sociedade.

Não sabemos até que ponto Odília buscou se assemelhar a uma conduta profissional que se aproximasse de um padrão masculino, ou até mesmo tido como neutro ou não feminino, mas não seria descabido que assim o fizesse. No Rio de Janeiro, a partir de 1834, Madame Duroche, como ficou conhecida Josephine Mathilde Durocher, parteira formada pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, passou a usar vestimentas masculinas para desenvolver sua profissão.

No final desse ano passou a anunciar os seus serviços nos jornais do Rio de Janeiro. Após a formatura, adotou um visual masculino, vestindo-se com saia

---

<sup>222</sup> LAVIGNE, J. L. *José Léo Lavigne: depoimento* [maio 2015]. Caldas do Jorro, Bahia, 2015. Áudio mp3 (51:07). Entrevista concedida.

longa, gravata borboleta, casaca e cartola. Dizia que utilizava estas vestimentas porque exercia uma profissão masculina.<sup>223</sup>

Essa tática possibilitou que a francesa desenvolvesse uma longa e proveitosa carreira de mais de 60 anos, caindo nas graças da família real ao ser nomeada Parteira da Casa imperial em 1866, e posteriormente se tornando a primeira mulher membro titular da Academia Imperial de Medicina, em 1871. Ítala, Odília e Mathilde buscaram, dentro de suas experiências, caminhos para o objetivo maior que era o de efetivamente exercer a sua profissão num cenário que até então não lhes cabiam: o espaço público, a rua.

E foi vagando pelas mesmas ruas em que a distinta médica Odília transitava cotidianamente para fazer seus atendimentos diários, às 10 horas da manhã do dia 16 de setembro de 1911, que “ligeirinha, mulher atrevidíssima, punha as maguinhas de fora, promovendo distúrbio, descompondo a tórto e direito”.<sup>224</sup> Assim nomeada pelo interlocutor do artigo de *ligeirinha*, Maria do Espírito Santo desferiu golpes de faca no coronel Fábio da Silva Fraga. O coronel, ao encontrar Maria na rua, e vendo o seu comportamento considerado como desordeiro, achou-se no direito de interpellá-la sobre sua conduta. O que o coronel Fábio não imaginaria era que

[...] Ligeirinha não estando para ouvir as repreensões do coronel Fábio Fraga, porquanto da ocasião dominava uma fúria sanguinária e selvagem com a faca avança bruscamente contra aquele cidadão e vibra-lhe duas facadas uma na coxa esquerda outra no abdômen.<sup>225</sup>

Felizmente para Maria do Espírito Santo, o coronel não foi a óbito. Sendo atendido pelo médico José Pereira, logo se recuperou da infelicidade de ter cruzado, pelas ruas de Cachoeira, com uma mulher que não aceitou suas reprimendas e limitações ao seu comportamento. Para Maria do Espírito Santo, a *Ligeirinha*, o desenrolar da situação foi outro. Tendo sido linchada pela população e levada à cadeia pública, só obteve liberação dias depois, com evidentes sinais de espancamento, segundo o jornal.

A condição de mulher negra da tenaz *Ligeirinha* é refletida em todas as cores nos acontecimentos que se seguiram na Rua Martins Gomes. Pois o coronel que ali passava

<sup>223</sup> TRINDADE, Ana Paula Pires; TRINDADE, Diamantino Fernandes. Desafios das primeiras médicas brasileiras. *História da Ciência e Ensino: construindo interfaces*, v. 4, p. 35, 2011.

<sup>224</sup> A LIGEIRINHA. *A Ordem*, Cachoeira, 2 de setembro, 1911, p. 2.

<sup>225</sup> Idem, *A Ordem*.

se sentiu no direito de inquiri-la acerca da sua conduta, que este considerava incorreta para uma mulher. Essa respondeu por meio de força, e atacando-o foi considerada pela população como criminosa, sendo-lhe desferido um castigo físico e moral por meio do linchamento e da sua entrega ao Corpo policial. O ambiente público do início do século XX impunha limites demarcados para as mulheres. Maria Odília certamente não se equivalia no *status* social que *Ligeirinha*, sendo ela médica e filha de um prestigiado médico local, no entanto, o tratamento dado a Maria do Espírito Santo dá tom ao procedimento adotado com as mulheres que ousavam transpor o limite que lhes era atribuído.

Na paisagem das cidades irmãs, a ferrovia trazia consigo a evidência do progresso. De acordo com Zorzo: "Seu traçado obedeceu a lógica locacional de conectar o interior da província da Bahia, através dos portos fluviais do Recôncavo, com a capital, Salvador"<sup>226</sup>. Cotidianamente, os sanfelixistas e cachoeiranos lidavam com a ferrovia, seja ao utilizá-la como meio de locomoção, ou por terem seus negócios imbricados nos trilhos da linha férrea; e até mesmo pela simples ligação afetiva costumeira do apito da comitiva anunciando a chegada de alguém querido, de uma fazenda há tempo esperada ou da lembrança do horário do almoço. Às 5 horas da tarde, no dia 28 de agosto de 1911, a relação ordinária que a população tinha com a ferrovia foi interrompida, o que foi chamado pelo periódico local de "Lamentável desastre". A senhorinha Amélia Viera Gomes não imaginaria que ao visitar sua comadre Maria Angélica, na localidade de Pedra Branca para ajudá-la em sua moléstia, seria atingida pela locomotiva número 3 da Central da Bahia. Logo a notícia correu os quatro cantos das duas cidades divididas pelo rio Paraguassu, sendo a vítima levada às pressas para sua casa. A situação pedia um imediato atendimento médico.

Urgindo uma intervenção cirúrgica, foram a toda pressa chamados os drs, José Pereira Teixeira e Servillio Mário da Silva, que lhe amputaram a perna às 8 horas da noite sendo operadores os drs, Sevilio Mário da Silva e Pereira Teixeira e incumbindo-se da chloroformização<sup>227</sup> a dra. Odília Teixeira.<sup>228</sup>

Infelizmente, a operação não foi suficiente para salvar a vida de Amélia, o que consternou os habitantes das duas cidades, sobretudo sua família, por perder uma jovem

<sup>226</sup> ZORZO, Francisco Antônio. *A sincronia das transformações: a ferrovia e as cidades da Bahia (1860-1945)*. In: Anais do IV Encontro Estadual de História – ANPUH-BA: História: sujeitos, saberes e práticas. Vitória da Conquista: UESB, p. 64, 2008.

<sup>227</sup> Anestesia.

<sup>228</sup> LAMENTÁVEL DESASTRE. *Jornal A Ordem*, 02 de agosto de 1911.

na flor da idade num desastre. A ação dos médicos foi amplamente apontada como rápida e eficiente para tentar salvar a vida da vítima e, ainda que seus intentos não tenham sido atingidos, é notório o reconhecimento do trabalho desses profissionais, tanto pela população como pela família de Amélia. O chamado numa emergência dessa relevância denota a confiança depositada nos médicos que prestaram o atendimento. A presença de Odília no centro dessa situação expressa a credibilidade que seu pai tinha e demonstra que seu trabalho já havia ganhado terreno em meio aos habitantes daquelas cidades. Ainda que, ao acaso do destino, a médica estivesse perto do seu pai logo após a tragédia acontecer, ou que não existissem outros médicos a postos para a cirurgia, não seria difícil que escamotassem a ela a possibilidade de participar ativamente de uma intervenção cirúrgica de grande porte, como foi a amputação da perna da jovem atingida.

A entrada da médica no mundo do trabalho, e sua regulada inserção, refletem o pensamento hegemônico que havia sido questionado por outra pioneira da FAMEB, a médica Francisca Prager Fróes, que em 1923, defendia que “[...] na Bahia, a tentativa de limitar o trabalho feminino aos afazeres domésticos se devia ao domínio absoluto de tantos séculos, dessa superioridade mental [masculina] tão arrogantemente apregoada!”.<sup>229</sup> A análise de Francisca reflete as limitações impostas às médicas, que ainda que fossem formadas numa profissão tão importante para a sociedade no período, seriam encaradas, em um momento inicial, como profissionais limitadas. Mais à frente, veremos mais detalhes da trajetória dessa pioneira, e como em muitas dimensões Francisca conseguiu driblar a mentalidade hegemônica masculina.

O não-lugar dessas mulheres era contraposto com a ideia do lugar correto que deveriam ocupar. O cuidar da família, do lar e de sua prole era considerado o caminho ideal para uma mulher correta e de boa família. A vida profissional dessas mulheres reclamava a luta para ocupar espaços antes só ocupados por homens. Segundo Vanin (2008),

Se considerarmos que atividades como musicista, secretária/copista, taquígrafa, guarda livros, por exemplo, não representavam, pelo menos em teoria, perigo de desvio da conduta feminina, além de requisitarem sensibilidade e paciência, características tradicionalmente atribuídas ao feminino, necessárias para o seu bom desenvolvimento, não acharemos estranho serem estas profissões as que demonstram um crescimento elevado em relação a atividades como medicina, engenharia, odontologia, legista, que além de exigirem do profissional força, frieza, raciocínio lógico, características historicamente definidas como masculinas, poderiam colocar

---

<sup>229</sup> RAGO, Elisabeth Juliska. op. Cit., p. 216.



em risco a conduta moral das mulheres que as exerciam, como alertava a Gazeta Médica da Bahia [...].<sup>230</sup>

Ficava evidenciado o temor, não só da classe médica como da sociedade em geral, da cada vez maior aproximação da mulher a características tidas como masculinas e do distanciamento do espectro intitulado por Virginia Wolf de “*anjo do lar*“, o fantasma que insistia em bloquear o desenvolvimento intelectual da mulher”;<sup>231</sup> para o qual acreditava-se, ela teria nascido destinada a ser nesse modelo de sociedade patriarcal.

Justaposta em grande medida ao gênero da médica, sua cor trazia outros elementos que complexificavam o desenvolvimento duradouro de sua profissão. Embora sua família ocupasse um local de prestígio nas duas cidades do Recôncavo, alçando posições importantes dentro da dinâmica local, sua cor decerto não passou despercebida aos seus pacientes. Pouco mais de três décadas depois da abolição da escravatura, a cor de Odília ainda gritava. Um dos aspectos onde facilmente podemos observar que este “grito” ecoava era a religiosidade. Como aponta Santos,

No início da República, nota-se que a população afro-brasileira vinha sendo “convidada” a esquecer suas memórias, consideradas selvagens, a fim de não macular a construção de outra comunidade imaginada: o Brasil civilizado, modelado a partir de padrões europeus. A imprensa assumiu, notadamente, as trincheiras da civilização. Por outro lado, as práticas culturais e religiosas afro-brasileiras preservavam e reconfiguravam saberes de matriz africana, ao tempo em que ajudavam seus participantes na elaboração de balizas de outras identidades, que reinterpretavam heranças africanas na diáspora, insubordinando-se muitas vezes contra discriminações de classe, raça e de caráter religioso.<sup>232</sup>

A partir desse papel assumido pela imprensa, o principal jornal cachoeirano no início do século XX não se furtava a noticiar as condutas que considerava atrasadas e incivilizadas por parte do povo de cor. A principal notícia de capa do *A Ordem* de 13 de fevereiro de 1915 foi o pedido inflamado do escritor, que preferiu ficar incógnito e exclamava: ““Os candomblés’, é preciso acabar com semelhante vergonha!” Logo no início da matéria, que carrega um tom confessional, fica evidente para quem era endereçada a culpa por semelhante “praga”:

<sup>230</sup> VANIN, Iole Macedo. op. Cit., p. 65.

<sup>231</sup> RAGO, Elisabeth Juliska. op. Cit., p. 97.

<sup>232</sup> SANTOS, Edmar Ferreira. *O poder dos candomblés: perseguição e resistência no Recôncavo da Bahia*. Edufba, Salvador, p. 209, 2009.

[...] herança suja que nos deixou o africanismo dos tempos ominosos da escravidão e que os adoradores de Ogan realizavam até em pleno coração da cidade, ali na Rua do Sabão, em épocas festivas e mesmo em dias nos quais os descendentes dos ovampos<sup>233</sup> não tem a alma alvoraçada por uma qualquer desditosa recordação.<sup>234</sup>

O autor, além de denunciar semelhante ataque aos bons costumes da cidade de Cachoeira, responsabilizava o chefe de polícia, o Major Alfredo Paixão, pela continuidade desses cultos. Para ele, era inadmissível que esses *satânicos* cultos continuassem com a permissão de uma autoridade policial. A perseguição aos descendentes da escravidão, à população de cor presente no Recôncavo do início do século XX era feita sem nenhuma cerimônia. Os *ovampos*, como são chamados, “[...] trazem a encenação de costumes torpes e envergonhantes, transplantados para o Brasil menino [...]” e que já deveriam estar superados, levando embora as lembranças de um vergonhoso, mas necessário, passado escravista.

Além das perseguições religiosas sofridas pela população de cor nos anos que se seguiram após o 13 de maio, segundo Walter Fraga<sup>235</sup>, “acusar os libertos de promoverem desordens ou entregar-se a uma vida supostamente ‘desregrada’ era um argumento forte para sensibilizar o governo provincial para a necessidade de aumentar o destacamento policial da cidade”. A noção geral dos integrantes da elite, após algumas poucas décadas da abolição, persistia em ligar a população de cor à escravidão, à vadiagem e aos mais variados delitos. Um exemplo foi o mulato, de aparentemente 30 anos, que tinha seu nome de batismo André, mas que foi alcunhado pelos periódicos de *cerveja preta*. O jornal *A Ordem*, ao assim nominá-lo, já dava pistas do marcador que mais o destacava neste contexto: a sua cor. Este teve um tratamento similar ao de um delinquente ao serem apontados os seus supostos crimes. Consta na matéria o perfil dito criminoso:

É um patife de marca, um rufião atrevidíssimo, que a qualquer hora do dia ou da noite anda atacando nas ruas públicas da cidade, senhoras de família, senhoritas que - confiantes na honestidade delas e na tradicional moralidade do sexo forte cachoeirano - vão ao comércio fazer compras *desacompanhadas* de cavaleiros.<sup>236</sup>

<sup>233</sup> Povos da Ovâmpia, na África.

<sup>234</sup> OS CANDOMBLÉS. *A Ordem*, Cachoeira, 31 de maio, 1915, p. 1.

<sup>235</sup> FRAGA FILHO, Walter. *Migrações, itinerários e esperanças de mobilidade social no Recôncavo baiano após a Abolição*. Cadernos AEL, v. 14, n. 26, 2010.

<sup>236</sup> “O CERVEJA preta”. *A Ordem*, Cachoeira, 20 de julho, p. 1, 1912.

O editorial, além de denunciar a índole de André, o “cerveja preta”, descreve com grande elevação a conduta moral do “sexo forte” da cidade, defendendo explicitamente um ideário onde os homens, tidos como bons cidadãos, tivessem uma conduta exemplar para com as mulheres cachoeiranas. Decerto que para o denunciante, André não se encaixava neste perfil, pelo contrário, *pois* “certamente gerado no negro de alguma senzala audacioso como é”, o “cerveja preta” pertencia a uma parcela da população que nem deveria ser lembrada, já que para lembrar destes teriam que se lembrar da escravidão. A ligação de sua cor com o recente passado escravagista que o Brasil vivera e convivia é tão pungente que o cronista Zebedeu, da cidade de Maragogipe, reportou aos seus colegas do jornal cachoeirano o seguinte conselho para “curar” André: “de quando em vez, um refresco no pelo, com algumas chibatadas, ficará como doce, como aluá.”<sup>237</sup> Os castigos físicos infligidos aos cativos nos tempos da escravidão ainda podiam ser vistos como legítimos instrumentos de controle e dominação da população de cor na segunda década do século XX.

Diferente do ocorrido com Maria do Espírito Santo, a Ligeirinha, André não esperou que a população ou o Corpo Policial tomassem providências em retaliações às suas possíveis delinquências, “Infelizmente o patife do cerveja preta, [...] azulou de entre nós, com receio de talvez de ser... curado”.<sup>238</sup> A “cura” de André foi cair na estrada. Neste episódio, é evidenciado que não só para as mulheres de cor, mas também para os homens, os locais de pertencimento, os meios de ascensão e principalmente a maneira como eram vistos persistiam ligando-os à escravidão.

Para o irmão de Odília, José Pereira Teixeira Filho, a carreira profissional se desenrolou em torno de diversos cargos do poder judiciário local e adjacente, sendo um advogado concorrido e presença constante em casamentos como padrinho e nos festejos religiosos. O periódico local o evidenciou em diversas ocasiões, considerando-o “inteligente e honesto juiz de direito interino da comarca”,<sup>239</sup> em outubro de 1910, após a transferência do juiz Joaquim Antônio da Silva Carvalhal. O então juiz interino da Comarca aparece, em momentos importantes, envolvendo-se na dinâmica das duas cidades fronteiriças, como na enchente enfrentada no mês de setembro em 1911. José Filho fez parte da comissão de socorros de São Félix, que era nomeada pelo governo do estado e fora criada para ajudar as vítimas das enchentes recorrentes no período.

---

<sup>237</sup> Ibidem, p.2.

<sup>238</sup> Ibidem.

<sup>239</sup> O DOUTOR J. Carvalhal. *A Ordem*, Cachoeira, 12 de outubro, 1910, p. 2.

Sua nomeação para integrar uma comissão que decidiria quais famílias receberiam os víveres e um somatório de dinheiro para ajudar a reconstruir seus lares demonstra a influência que o juiz interino tinha na região.

Nenhum indício na pesquisa aponta para a certeza da cor de José Pereira Teixeira Filho, ainda que este seja filho de José Pereira e Josephina Palma.<sup>240</sup> Se, como os indícios sugerem, o advogado fosse um homem não branco, um mulato, este vinha conseguindo desenvolver sua carreira de maneira proveitosa. Logo após ter deixado o cargo de juiz interino, José Filho reassumiu o cargo de preparador do termo de S. Félix, o qual ocupou por quatro anos. Esta atividade foi desempenhada por ele até vinte e três de outubro de 1912, para protestos do periódico cachoeirano que noticiou a sua saída com pesar.

Está nomeado preparador do termo de S. Félix o sr. Dr. Oscar Dantas, em virtude de não ser reconduzido, por caprichos injustificados do governo do Estado, o sr. Dr. José Pereira Teixeira Filho, nosso inteligente conterrâneo, que exercia a judicatura ali com muito critério e honestidade e rodeado de apreço de seus jurisdicionados.<sup>241</sup>

Em seguida, o periódico noticia uma "manifestação de apreço"<sup>242</sup> em que pessoas de variados setores da sociedade sanfelixista foram à casa de seu pai para homenageá-lo pelo tempo de trabalho que este desenvolveu como Preparador do Termo. Nesta reunião, foram feitos vários discursos, entre eles o do vigário da cidade, e o magistrado recebeu "custosos mimos". Tomando a palavra em favor de seu filho, José Pereira Teixeira fez um discurso emocionado sobre o brilhante desempenho de seu rebento. Logo após as homenagens, "foi feito, com muito carinho e gentileza, abundante serviço volante de cerveja e bebidas finas e delicados manjares"<sup>243</sup>, que subliminarmente apontou para a presença feminina na reunião festiva. O interlocutor da matéria jornalística não descreveu qualquer participação de nenhuma mulher da família, e a mãe do advogado, D. Josephina Palma, mais uma vez não foi sequer citada na narrativa oficial dos acontecimentos mais importantes da família.

Além do evidente apagamento neste e em outros eventos importantes da matriarca da família Palma-Teixeira, podemos conjecturar que isso poderia fazer parte

<sup>240</sup> LAVIGNE, J. L. *José Léo Lavigne: depoimento* [maio 2015]. Caldas do Jorro, Bahia, 2015. Áudio mp3 (51:07). Entrevista concedida para elaboração do projeto de mestrado da entrevistadora.

<sup>241</sup> PREPARADORIA de S. Felix. *A Ordem*, Cachoeira, 23 de outubro, 1912, p. 1.

<sup>242</sup> DR, JOSÉ Pereira Teixeira. *A Ordem*, Cachoeira, 23 de outubro, 1912, p. 2.

<sup>243</sup> *Ibidem*. *A Ordem*, p. 2.

de um pacto para não atrapalhar os seus filhos. Júnia Furtado destacou em seu trabalho sobre a célebre Chica da Silva essa possibilidade, apontada nesse trecho:

Disposto a introduzir seus varões na Corte, o desembargador sabia que era necessário esconder suas origens, consideradas ilegítimas e indignas pelos contemporâneos. Para isso, era preciso apagara da memória sua relação com a ex-escrava e ocultá-la para gerações futuras, como comprovou Simão Pires de Sardinha no processo de habilitação a Ordem de Cristo. Omitir a existência de Chica em seus legados não era sinal de esquecimento ou ingratidão: ao buscar dignificar seus filhos perante a sociedade elitista do Reino, João Fernandes estava, mesmo a distância, cuidando indiretamente de Chica, a quem deixara no Tejuco bens consideráveis.<sup>244</sup>

Assim como visto na trajetória de Chica da Silva, Josephina Luiza poderia entender a sua ascendência prejudicial aos seus filhos, sobretudo pelas posições de prestígio que ocupavam naquela sociedade. É possível que em boa parte de sua vida o seu silêncio tenha sido mais uma forma de demonstrar amor a seus familiares.

O motivo da saída da posição de Preparador do município não ficou claro. Sabe-se que neste momento tais cargos eram absolutamente estratégicos para os desígnios políticos locais e estaduais. Até que ponto a escotilha do mulatismo pode ter se fechado para o advogado, ou um revés político pode ter minado suas aspirações? Não fica evidente nas folhas da gazeta. Segundo o discurso de Theodoro Sampaio, destacado por Wlamyra Albuquerque (2015), ao narrar sua trajetória profissional e como a cor influenciou suas pretensões, sua competência havia superado qualquer adversidade que sua cor pudesse ter trazido, pois,

[...] tal "nuvem de preconceito" foi rapidamente dissipada, graças ao valor do seu trabalho, e ele teve "a honra de lhes conquistar a estima e amizade que foram benéficas no correr dos anos e tanto serviram na profissão...". Assim, a "qualidade" de homem de cor teria sido superada pelos atributos de engenheiro.<sup>245</sup>

Seu cunhado, Eusínio Lavigne, aponta em seu livro “Os espiritualistas perante a Paz e o Marxismo”, que

Por informações minhas, os meus cunhados José Pereira Teixeira – advogado - e Joaquim Pereira Teixeira - médico foram profissionalizar em Mato Grosso. O

<sup>244</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito*. Editora Companhia das Letras, p. 244, 2003.

<sup>245</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra. *Teodoro Sampaio e Rui Barbosa no tabuleiro da política&58; estratégias e alianças de homens de cor (1880-1919)*. Revista Brasileira de História, v. 35, n. 69, p. 83-99, 2015.

primeiro estabeleceu-se em Campo Grande. O segundo em Bela Vista, onde se casou com bela paraguaia, Felícia Agueda, e, depois, se fixava em Ponta Porã.<sup>246</sup>

Esta mudança brusca de estado pode não só representar a confiança que ambos tinham em Eusínio, mas as possíveis limitações que ambos tiveram em suas carreiras na Bahia. Se porventura a cor e a ascendência escrava do médico e do advogado fossem grandes impeditivos para um alcance maior em suas carreiras, isto explicaria o motivo para que estes buscassem iniciar uma nova empreitada num estado tão longe de suas origens.

Se com o irmão mais velho de Maria Odília não fica evidenciado de maneira mais nítida até que ponto a cor influenciou em sua carreira como magistrado, a carreira de seu irmão, Joaquim Pereira Teixeira, que assim como Odília era médico, traz à tona a diferença de possibilidades que o gênero impunha à profissão de Hipócrates. Ficou evidenciado que os caminhos tomados em suas carreiras foram sensivelmente tocados pela condição de gênero dos irmãos; o que nos propicia um cenário ideal para perscrutarmos suas experiências em paralelo, a partir do marcador que mais os difere: seu gênero.

### 2.2.1 Quando a medicina encontra o gênero

Joaquim Teixeira se formou na FAMEB em 1907, apenas dois anos antes da sua irmã. Tendo ambos iniciado suas carreiras debaixo dos olhos de seu pai, com o passar do tempo ficou evidente que Joaquim Teixeira não fazia planos de ficar por muito tempo atendendo à clientela sedimentada pelo seu genitor. O jovem médico tinha planos mais ambiciosos e, assim como seu irmão advogado, buscava colocações que alavancassem a sua carreira. Suas conquistas logo ganharam espaço nas páginas do jornal *A Ordem*. No dia 10 de fevereiro do ano de 1912, na seção que veiculava as chegadas e partidas de “Hóspedes e Viajantes” das cidades divididas pelo Paraguaçu, o periódico destacou a volta de Joaquim Teixeira, que acabava de chegar de Mundo Novo. Naquela cidade ele tinha o cargo de “médico de uma das comissões de estudos de estrada de ferro neste estado.”<sup>247</sup> A cidade de Mundo Novo passava por um momento de grande aspiração para a construção de um novo trecho da linha férrea que ligaria aquele

---

<sup>246</sup> LAVIGNE, Eusínio. Os espiritualistas perante a Paz e o Marxismo. Ed. Renovação. Ilhéus, p. 100, 1955.

<sup>247</sup> HOSPEDES e viajantes. *A Ordem*, Cachoeira 10 de fevereiro, p. 2, 1912.

pedaço do sertão ao Recôncavo e à cidade da Bahia. O médico pode ter entendido essa nova possibilidade como um importante impulso para sua carreira, pois além de uma chance de alçar voos em outras paragens e longe da tutela de seu pai, uma cidade ainda em ascensão oferecia novas possibilidades. Posteriormente, a possibilidade de a ferrovia chegar a Mundo Novo foi escamoteada, ainda assim o médico optou por permanecer residindo e atuando como clínico nesta cidade. A busca por independência e a possibilidade de tentar estabelecer uma clientela que não fosse a de seu pai, se fazem notórias.

Enquanto seu irmão residia em outra cidade, Maria Odília continuava a figurar na seção "A pedido", do jornal *A Ordem*. Esta era destinada ao reconhecimento do trabalho dos médicos e da médica. Com uma prosa que demonstrava a afeição conquistada pela médica, D. Adelaide Ferreira Nobre externou sua gratidão fazendo questão de que seus agradecimentos figurassem nas páginas do periódico e fossem de conhecimento público.

Achando-me completamente livre da atroz moléstia que me perseguiu a ponto de ser obrigada a recolher-me ao leito, graças à estudiosa, distinta e humanitária dra. Odília Teixeira, venho por meio da imprensa agradecer-lhe a maneira cavalheirosa e desinteressada com que se portou.

Para imortalizar esse meu reconhecimento, não só por ter conhecido o valioso coração, como também pela coragem e sapiência que trazia como bússola, entrego-lhe a minha eterna e reconhecida gratidão.<sup>248</sup>

Os adjetivos lançados sobre Maria Odília traduzem as qualidades que esta possivelmente lançara mão para que sua clientela se fizesse e para que o olhar de suspeição, que os habitantes certamente nutriam por ela ser mulher, fosse sendo substituído por admiração e confiança. No entanto, é visível que a ascensão de sua carreira ocorria entre a população local e adjacente de onde a médica residia, pois suas possibilidades eram restritas em comparação às de Joaquim Teixeira. Seria inviável, por exemplo, que a médica abandonasse o seio de sua família, a segurança profissional paterna e uma tutela masculina. Diferente de seu irmão, naquele momento teria sido mais difícil a médica embrenhar-se pelo sertão baiano numa empreitada como as comissões de estudo da linha férrea.

Além da mobilidade de clinicar em outra cidade, Joaquim Teixeira voltava à sua cidade natal ao menos duas vezes por ano, e por diversas vezes desenvolvia atendimento para a clientela de Cachoeira e São Félix. Uma característica marcante

---

<sup>248</sup> A PEDIDO, *A Ordem*, Cachoeira 17 de março, p. 2, 1913.

neste período é a parceria que os irmãos desenvolveram com outros médicos, deixando de lado a exclusividade de trabalhar, quando não sozinhos, somente com seu pai. Levando em consideração a amostragem oferecida pela já citada seção “Agradecimentos”, do periódico *A Ordem*, chegamos ao seguinte somatório: entre os anos de 1911 e 1915, os irmãos fizeram 12 atendimentos sem a companhia de seu pai, sendo que 5 desses pacientes foram acompanhados pelos irmãos e um terceiro médico.

Neste ponto, notamos a parceria que os irmãos conseguiram manter no atendimento a alguns pacientes ao longo dos anos, ainda que na maior parte desse tempo Joaquim apenas visitasse a sua cidade natal. Num dos agradecimentos em que os irmãos aparecem juntos, são ressaltadas algumas das características dos seus atendimentos: “[...] agradecemos a inteligente e dedicada sra. Dra. D. Maria Odília Teixeira, e o esforçado e carinhoso dr. Joaquim Pereira.”<sup>249</sup> No que tange às cooperações com outros médicos, Odília possuía vantagem sobre seu irmão, acumulando 7 parcerias, ainda que algumas com o mesmo médico, contra 5 de Joaquim. Este dado pode ser explicado a partir da permanência ininterrupta da médica nas cidades-irmãs até 1915, o que pode ter propiciado o maior estreitamento dos laços e oportunidades de desenvolver sua clínica com outros médicos da terra.

Com a flexibilidade de ir e vir, Joaquim Teixeira manteve sua clínica em Mundo Novo até o ano de 1915, visitas regulares a São Félix, além de atender pacientes ilustres em outras cidades, como Lençóis e Cruz das Almas. No caso da última cidade, a assistência dada a seu paciente foi motivo de notícia no jornal *A Ordem*.

Acha-se gravemente enfermo em Cruz das Almas onde é operoso industrial e goza de largas simpatias de seus conterrâneos, o major Flaviano Pinheiro, distinto e prestimoso cavalheiro. É seu médico assistente o dr. Joaquim Pereira Teixeira, inteligente clínico cachoeirano.<sup>250</sup>

Neste ínterim, um dedicado e anônimo cidadão cachoeirano fez a fineza de levantar, em um censo extraoficial, o quantitativo dos profissionais que atuavam na cidade e quantos estabelecimentos comerciais havia, além de repartições públicas e similares.<sup>251</sup> Segundo o avaliador oculto, Cachoeira e São Félix contavam com 6 médicos para atender seus habitantes. Em contraste com a crescente repercussão da

<sup>249</sup> A PEDIDO <AGRADECIMENTO>, *A Ordem*, Cachoeira, 5 de fevereiro, p. 2, 1914.

<sup>250</sup> OS ENFERMOS, O Major Flaviano Pinheiro. *A Ordem*, Cachoeira, 14 de janeiro, p. 2, 1914.

<sup>251</sup> CACHOEIRA por dentro, *A Ordem*, Cachoeira 14 de agosto, 1912, p. 1.



carreira de Maria Odília, as cidades que a possuíam como única médica, também dispunham de homens letrados que se preocupavam com o lugar que a mulher deveria ocupar na sociedade, além do avanço do feminismo e de suas pautas.

Na manhã do dia 26 de fevereiro de 1913, a médica pode ter lido atentamente a matéria de capa do jornal *A Ordem* daquele dia, intitulada "A missão da mulher". No editorial que não é assinado, o autor traçava o perfil da mulher que luta em causa feminista e que busca certos direitos semelhantes aos que gozam os homens. Esses pontos são levantados para logo serem negados com a premissa de que “Mas, fugir aos deveres nobilíssimos que o lar incumbe, para vir esbravejar na rua, como um demagogo [sic], diante do populacho, é desvirtuar sua alta missão de guiadora da humanidade e de inspiradora privilegiada de todos os lares.”<sup>252</sup> Por esse pensamento, a conduta de Odília deveria se alinhar à de uma mulher que, ainda que trabalhasse, deveria privilegiar o lar de sua família, os tais “deveres nobilíssimos”.

Explorando as suas possibilidades de clinicar, a médica ano após ano fortaleceu e expandiu sua clientela, integrando, em diversas ocasiões, as páginas das seções de “Agradecimento” e do “A pedido” do jornal local. Na tabela<sup>253</sup> abaixo, é possível perceber quantas vezes a médica apareceu recebendo as congratulações por seus atendimentos, os seus pacientes, e quando esta atendeu sozinha, acompanhada por seu pai e seu irmão, ou por outros colegas de profissão.

**ATENDIMENTOS MÉDICOS FEITOS POR MARIA ODÍLIA  
ENTRE 1911 E 1914**

	<b>DATA</b>	<b>ACOMPANHADA</b>	<b>ACOMPANHADA</b>	<b>SOZINHA</b>	<b>PACIENTE</b>
	<b>ANO</b>	<b>PAI-IRMÃO</b>	<b>DE OUTROS</b>		
			<b>MÉDICOS</b>		
<b>1</b>	07-1911			X	Maria Laudelina de Carvalho
<b>2</b>	08-1911	X	X		Amélia Vieira Gomes
<b>3</b>	11-1911			X	Leopoldina Gonçalves de Oliveira
<b>4</b>	03-1912			X	Adelaide Ferreira Nobre
<b>5</b>	05-1912		X		Paulino Pereira Velloso
<b>6</b>	05-1913			X	Maria Ignez de Castro
<b>7</b>	04-1913			X	Anna Freitas Facchinette

<sup>252</sup> A MISSÃO da mulher, *A Ordem*, Cachoeira 26 de fevereiro, 1913, p. 1.

<sup>253</sup> Tabela elaborada com as informações do jornal *A Ordem*, entre os anos de 1911 a 1915.

8	08-1913		X	Archanja Pereira Soares
9	09-1913		X	João José Borri
10	12-1913	X	X	Silvina Alexandrina Guimarães
11	02-1914	X	X	João Crissomos de Uzeda
12	01-1914	X	X	Maria Alzira de Mattos
13	06-1914		X	Aloysio Fonseca
14	12-1914	X	X	Maria Natividade Gerand
15	02-1915		X	Maria Izabel da Conceição
		<b>7 total</b>	<b>8 total</b>	<b>8 total</b>

A tabela acima não representa o total dos atendimentos médicos feitos por Maria Odília. Nem todos os pacientes se reportavam aos periódicos para agradecer pelos atendimentos médicos; a população pobre, por exemplo, decerto não teria como pagar um anúncio desta natureza, quando muito, teriam dinheiro para pagar os honorários do médico e os remédios. Levando em consideração a ausência<sup>254</sup> dos médicos da família Teixeira, registrada no ano de 1910, as informações foram colhidas entre os anos de 1911 e 1915, sendo o último ano só nos meses iniciais, na época em que a médica já residia em Salvador e transitava entre as duas cidades. Foi possível, no caso de Odília, perceber um equilíbrio entre os atendimentos em que fez sozinha, e em que estava acompanhada de seu pai ou outros médicos, incluindo seu irmão. Em alguns casos, a médica desenvolveu os acompanhamentos ao lado de seu pai e outros médicos, em outras ocasiões somente com seus colegas, como no caso do paciente Paulino Velloso.

[...] vimos, penhorados, agradecer a todos que lhe prestaram seus cuidados durante a atroz moléstia que vitimou, relevando especializar aqui os nomes dos distintos clínicos drs. Innocencio de Almeida Boaventura, Elagio Bastos, Odília Teixeira, Franscisco Romando de Souza.<sup>255</sup>

A tabela apresenta a sua clientela como majoritariamente composta por mulheres, sendo registradas 11 mulheres e 4 homens. Esse indício pode confirmar que seu público era em maioria feminino, ou que as mulheres atendidas pela médica se sentiam mais estimuladas ao agradecimento público do que os pacientes homens. Em

<sup>254</sup> DR. J. P. TEIXEIRA. *A Ordem*, Cachoeira, 02 de junho, p. 1, 1910.

<sup>255</sup> A PEDIDO, *A Ordem*, Cachoeira, 24 de fevereiro, p. 2, 1912.

todas as assistências médicas feitas a homens, Odília estava acompanhada, fosse pelo seu pai, seu irmão ou outros colegas, o que pode denotar certa restrição da médica à parcela masculina de sua clientela, pois em contraponto, nos atendimentos feitos às mulheres, 7 dos 11 ela fez sozinha naquela ocasião. Além de uma possível restrição a pacientes masculinos, esses atendimentos feitos em parceria com outros médicos podem apontar para outras direções. Seria possível que Odília tivesse conquistado um espaço e confiança junto a médicos mais experientes para uma troca científica a partir das doenças de pacientes homens. A médica também pode ver a oportunidade de, nesses atendimentos conjuntos, ir conquistando a confiança dessa parcela da clientela que ainda não tinha atingido. Verificamos que Joaquim Teixeira também aparece em alguns atendimentos com os mesmos colegas que sua irmã, o que pode denotar uma estratégia que se assemelha em algum viés. Além de buscar vencer as possíveis barreiras de gênero, Maria Odília, assim como seu irmão, buscava fortalecer sua clientela e aprender na prática a arte de curar, vendo em colegas mais experientes a oportunidade perfeita que poderia ter sido uma estratégia compartilhada.

Apesar do aparente entrosamento entre os irmãos, evidenciado na cooperação em muitos atendimentos feitos juntos, em 1915, o rumo profissional de suas vidas toma caminhos absolutamente diferentes. Em 21 de novembro de 1914, o jornal *A Ordem* publicou a seguinte notícia: “Um dos últimos decretos assinados pelo ex-presidente da República, marechal Hermes da Fonseca, foi aposentando a Francisca Prager Fróes, nossa distinta conterrânea, no lugar de parteira da Faculdade de Medicina deste Estado.”<sup>256</sup> A nota de aposentadoria de Francisca Fróes é dada de maneira bem discreta, em um pequeno texto, e que nem sequer sugeria a possível nomeação de Maria Odília. É bem provável que isso significasse que os editores da gazeta e os habitantes das duas cidades-irmãs não imaginavam que a próxima mulher a ocupar este cargo também seria outra ilustre conterrânea. Enquanto isso, seus irmãos José e Joaquim, aprontavam a viagem para o norte do país. Como apontado anteriormente, essa brusca mudança, incentivada pelo seu futuro cunhado Eusínio Lavigne, pode ter sido impulsionada pela ambição de melhorar a carreira de ambos, ou até mesmo por uma pretensão política que poderiam ter e que não foi atendida no Recôncavo baiano. Outrossim, o que os teria desobrigado de permanecer junto à sua família foi justamente a nomeação da irmã para um cargo na FAMEB, já que posteriormente toda a família se mudaria para Salvador.

---

<sup>256</sup> DECRETO de aposentadoria, *A Ordem*, Cachoeira, 21 de novembro, p. 1, 1914.

O que fica evidente é que se ambos dividiam a condição racial de Odília, e no caso de Joaquim a posição profissional, no marcador do gênero eles se diferem por completo. Para Joaquim, as possibilidades foram mais alargadas por ele não estar preso aos limites impostos ao gênero feminino, o que possibilitou o seu livre trânsito por outras cidades no desenvolver da profissão. Ainda assim, Odília utilizou das escotilhas que tinha, seja por ter a importante influência de seu pai a tutelá-la em seus primeiros atendimentos, apresentando assim a sua clientela; seja construindo e fortalecendo os laços da médica com outros seus colegas de longa data, o que não só forneceu uma sedimentada clientela feminina, como possibilitou que a médica chegasse a atender pacientes masculinos, mesmo que não estivesse sozinha nestas ocasiões.

Toda experiência decerto deu esteio à médica para o seu novo desafio, pois logo a cidade de Salvador e a Maternidade Climério de Oliveira receberiam a primeira médica negra da FAMEB para o cargo de parteira, o que correspondia ao de auxiliar de ensino de clínica obstétrica, pois “a boa filha à casa torna”.

### 2.3 “A boa filha a casa torna”

#### O retorno à FAMEB

*Portanto, se a mulher era inferior ao homem à luz das concepções do período, e se os homens negros foram tão infantilizados quanto as mulheres brancas, as mulheres negras poderiam ser encaixadas em patamar ainda inferior, consideradas mais degeneradas, próximas a um estado de selvageria que as impedia de alcançar o estado de civilização.*

(SANTOS, 2012, p. 82)

*A dra. Odília Teixeira, escolhida como uma homenagem aos seus incontestáveis méritos de exímia profissional, pela douta congregação da Faculdade de Medicina, [...] foi assumir o exercício de suas funções, no desempenho das quais, certamente, seu nome ainda mais refulgirá, pelo seu grande amor ao trabalho, comprovadas virtudes e especiais estudos de ginecologia. (jornal, A ORDEM, 1914)*

O vapor de 30 de novembro de 1914 seguiu pelo rio Paraguaçu levando uma viajante ilustre, a médica Odília, que estava a caminho da capital para tomar posse de seu cargo na FAMEB. O seu irmão, José Pereira Filho, a acompanhou nesta viagem. Sua ida poderia significar algumas coisas, pois este sendo advogado, poderia ajudá-la

em qualquer assessoramento que ela necessitasse em relação à sua contratação e estadia na cidade de Salvador. Além de ser um grande reforço ao seu prestígio, sua presença poderia demonstrar que apesar da visível ascensão profissional da irmã, ela não deixava de ser uma mulher, e como tal deveria ser tutelada, sobretudo numa situação de grande importância como essa. Ainda que a médica ocupasse uma posição de importância, a atuação das mulheres nas profissões liberais no início do século XX estava apenas engatinhando, sendo encarada com restrições por grande parte da sociedade. Como questiona Vanin, apesar das famílias considerarem a educação e formação feminina importantes para que a mulher se mantivesse na falta de um homem em sua vida, a entrada no mundo do trabalho deveria ser limitada e feita apenas caso fosse necessária.

Fica a pergunta, não respondida, no entanto, se o fato de não estarem casadas até aquele momento e não terem no futuro, portanto, o suporte econômico necessário de um marido, associado, quiçá, à impossibilidade ou não desejarem permanecerem sob a proteção financeira de um irmão ou cunhado, fez com que as famílias vissem nas profissões que desejavam seguir uma forma de garantir um futuro.<sup>257</sup>

Cinco anos depois de ter deixado Salvador após sua formatura, a médica volta à cidade. Uma das primeiras coisas que ela pode ter notado foram as mudanças arquitetônicas numa das principais localidades da capital.



(Porto e cidade Alta vista da Baía)

Neste período, prédios e monumentos ainda passavam por reformas após o bombardeio à cidade, ocorrido em 1912.<sup>258</sup>

<sup>257</sup> VANIN, Iole Macedo. *As damas de Branco na biomedicina baiana (1879-1949): médicas, farmacêuticas e odontólogas*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, p. 198, 2008.

<sup>258</sup> Ver em: MENDES, Hugo Santiago. *A BAHIA CHORA “LÁGRIMAS DE SANGUE”. O BOMBARDEIO DA CIDADE DO SALVADOR: morte, rebeldia e disputa de poder na Bahia republicana da década de 1910*. VIII Encontro Estadual de História. ANPUH BA. Ferira de Santana. 2016.

De 1912 a 1915, houve grandes alterações na Cidade, que foi contaminada pelo espírito modernista. O Porto foi aterrado e ampliado, mais uma vez. Vários prédios históricos foram demolidos para a passagem da Avenida Sete de Setembro, ligando a Praça Castro Alves ao Farol da Barra.<sup>259</sup>

Essas mudanças na urbis do início do século XX buscavam atender às demandas já discutidas no século XIX, voltando-se para o higienismo das cidades. A medicina ocupava lugar central nesta empreitada, pois “Essas mudanças eram vinculadas ao objetivo de afastar o Brasil da imagem de país atrasado, missão que coube aos médicos formados nas Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro.”<sup>260</sup>

As teses doutorais desenvolvidas nos cinco anos em que Maria Odília esteve afastada da FAMEB, de 1910 até 1915, dão mostras de como a classe médica era autoridade para discutir e/ou levantar os mais variados assuntos que fossem de interesse da sociedade no início do século XX. Abaixo, tabela correspondente a este período.

<b>ANO/ TÍTULO</b>	<b>AUTOR</b>
<b>1910-Alimentação na Bahia e suas consequências</b>	Francisco Antônio dos Santos Souza
<b>1911-Aspecto social da luta contra tuberculose</b>	Carlos Cavalcanti da Silveira
<b>1912- Da inconveniência da liberdade ilimitada no exercício da prostituição</b>	Antônio Joaquim Sampaio
<b>1913- De algumas causas mais frequentes da morte súbita na Bahia</b>	Anthero de Lucena Ruas
<b>1914-Do prognóstico da febre amarela</b>	Euclides Zanine Caldas

Essa é apenas uma pequena amostragem dessas discussões, no entanto podemos observar que os temas escolhidos pelos médicos são dos mais variados. Em alguns casos, o objeto de pesquisa não se limita somente aos aspectos biológicos e ecoam no terreno social, como no caso da tese “A inconveniência da liberdade ilimitada no exercício da prostituição”. Nesse sentido, “os médicos se consideravam no topo da pirâmide formada pelos profissionais que atuavam na área de saúde”<sup>261</sup>, estudando,

<sup>259</sup> Guia Geográfico Bahia Antiga, Porto da Baía de Todos os Santos, saveiros e prédios antigos. Disponível em:< <http://www.bahia-turismo.com/salvador/antiga/panoramica.htm>>. Acesso: 08 jan 2019.

<sup>260</sup> AMARAL, Marivaldo Cruz do. "Da comadre para o doutor": a maternidade Climério de Oliveira e a nova medicina da mulher na Bahia Republicana (1910-1927). Dissertação de Mestrado. UFBA. p. 20, 2005.

<sup>261</sup> VANIN, Iole Macedo. Op., cit., p. 72 et seq.

opinando e decidindo, como peça fundamental, sobre os problemas que a sociedade pudesse ter.

Ao retornar para tomar posse de seu cargo, Maria Odília encontrou a FAMEB muito parecida, no que tange ao seu corpo docente, com a mesma que havia deixado anos atrás. Os 33 membros da Congregação e os 4 professores disponíveis, que somavam 37 catedráticos, eram todos homens. A instituição permanecia um espaço altamente masculinizado. Além disso, a faculdade passava por uma grave crise financeira, iniciada a partir de 1913; havia uma grande reclamação ao governo federal pela diferença de verba fornecida as faculdades do Rio de Janeiro e da Bahia. Ainda que as taxas de matrícula se mantivessem altas, a verba recebida não dava para cobrir as despesas, incidindo na falta de professores substitutos em diversas cadeiras de ensino. Somado a isso, o início da Primeira Guerra Mundial prejudicou o ensino prático, já que o envio de alguns remédios fora suspenso em virtude do conflito. Um ponto positivo para o desenvolvimento do trabalho de Odília era que somente a especialidade de obstetrícia possuía um serviço próprio, que era justamente a Maternidade Climério de Oliveira.<sup>262</sup>

A nomeação da médica encontra-se no livro intitulado “Arquivo da Faculdade de Medicina da Bahia”, organizado e escrito pelo arquivista-amanuense<sup>263</sup> Anselmo Pires de Carvalho, estando registrada entre o Corpo docente e de funcionários a presença de Maria Odília Teixeira no cargo de Auxiliar de Ensino de Clínica Obstétrica. Em 28 de novembro de 1914, a médica foi nomeada “parteira” da Maternidade Climério de Oliveira (MCO) em atenção ao pedido do prof. Menandro dos Reis Meirelles Filho; por lei, Odília passou a ocupar o cargo de Assistente de Ensino da cadeira de Clínica Obstétrica, sendo considerada a primeira negra a ensinar na Faculdade de Medicina da Bahia. A função que seria desenvolvida pela médica estava intimamente ligada à prática da ginecologia e a obstetrícia, pois como aponta Amaral ,

A Maternidade da Bahia foi a primeira no Brasil com o fim específico de Maternidade/Escola e serviria também para dar assistência às mulheres pobres e desamparadas de Salvador. [...] Esta tarefa ficou a cargo da Maternidade, que também serviria como um centro de experiências obstétricas, que se estenderia, posteriormente, a outros segmentos da sociedade baiana.<sup>264</sup>

<sup>262</sup> FORTUNA, Cristina Maria Mascarenhas. Memórias Históricas da Faculdade de Medicina da Bahia. 1916-1923; 1925-1941. ANEXO 2. passim. Faculdade de Medicina da Bahia. Salvador. Bahia, Brasil.

<sup>263</sup> Amanuense era o funcionário em repartição pública que, em geral, fazia os registros, as cópias de documentos e cuidava da correspondência da instituição.

<sup>264</sup> AMARAL, Marivaldo Cruz do. Op. Cit., p. 65. Et seq.

A importância da vida estudantil para alcançar o cargo ocupado pela médica é evidenciada na Memória Histórica de 1906, escrita pelo catedrático Carlos de Freitas:

A propósito, não sei por que não lembrávamos ao reviver os antigos lugares de ajudantes e preparadores, onde os alunos vão dedicando-se com certo interesse ao estudo daquela matéria e preparando-se para mais tarde virem prestar serviço a esta Faculdade, como tivemos exemplo [...] Não tivemos provas cabais nos internos de clínica, hoje assistentes, substitutos e catedráticos?<sup>265</sup>

Mesmo Maria Odília não tendo direcionado o assunto de sua tese para a obstetrícia ou a ginecologia, fato esse pioneiro, ela pode ter desenvolvido de maneira eficaz essas matérias que eram provenientes do 6º ano de formação em medicina. Outros fatores podem ter corroborado para sua escolha, pois sendo o cargo ocupado anteriormente por outra pioneira, Francisca Pragger Fróes, é possível que se buscasse manter as recentes médicas formadas pela FAMEB como partícipes de seu corpo docente, ainda que não fosse em posições de primeiro escalão.

A cidade de Cachoeira manifestou seu apreço pela feliz notícia da nomeação da médica através do periódico:

Recebemos a auspiciosa nova, confiantes em que ela se tornará sem delongas em indiscutível realidade, com um misto de agrado e pesar: agrado, por vermos que em breve serão aproveitados os grandes méritos profissionais da talentosa médica na direção de tão importante estabelecimento: pesar, por sentirmos que a sociedade e a classe dos facultativos cachoeiranos se veja dentro em pouco, com a nomeação da ilustre querida dra. Odília Teixeira, privadas de um dos seus mais brilhantes ornamentos.<sup>266</sup>

Para os redatores da matéria mais uma vez não assinada, as cidades-irmãs estavam perdendo uma grande profissional com a partida de médica para a capital. Além de atestar seu florescimento profissional, a clientela construída ao longo dos anos em que a médica clinicou em São Félix e Cachoeira pode ter contribuído para sedimentar sua subida a um cargo prestigioso na FAMEB. Logo, o periódico passou a acompanhar as idas e vindas da médica a Salvador, tendo, na maioria das vezes, como mote das notícias o seu desempenho na MCO.

Menos de uma semana depois de ser empossada, a médica regressou a São Félix, onde foi recebida calorosamente, sendo nomeada pelo jornal local como diretora

---

<sup>265</sup> FREITAS, Carlos de. Memória Histórica da Faculdade de Medicina da Bahia, p. 37, 1906.

<sup>266</sup> PARTEIRA da maternidade, *A Ordem*, Cachoeira 25 de novembro, p. 1, 1914.



da maternidade, o que não era verdade, já que na ocasião esse cargo estava sendo ocupado por Menandro dos Reis Meirelles Filho. Tendo a médica pedido licença para passar o resto do ano em sua terra natal, ela só iniciou seu trabalho na MCO em 1915. O exagero da publicação sobre a função que Odília iria ocupar refletiu a ânsia dos jornalistas em vangloriar a sua conquista. A médica, que além de ser filha de um amigo dos redatores e do próprio dono do jornal, tinha se tornado figura recorrente nas seções de “Agradecimentos” e “A pedidos” do periódico, que externavam o ganho que a profissional e o prestígio que tinha obtido pelas paragens do Recôncavo.

No mesmo ano em que a médica apareceu no arrolamento do corpo docente da FAMEB, o seu pai, o também médico José Pereira Teixeira, foi citado como assistente de clínica médica.<sup>267</sup> Segundo José Léo Lavigne<sup>268</sup>, pai e filha foram professores (assistentes) da faculdade na mesma época. A volta da médica para São Félix, logo após a sua posse, pode ser um indicativo de que era necessário acertar com sua família a sua permanente estadia na cidade do Salvador. Sendo solteira, viver na capital sozinha não poderia ser encarado de forma positiva, fazia-se necessário que a tutela de um homem da família a acompanhasse na nova empreitada. O pai e médico Teixeira tinha uma rede de amizades em Salvador, como a de Clementino da Rocha Fraga, que o tinha representado num imbróglio judicial muito particular. No ano de 1897, o médico forneceu a seguinte procuração:

José Pereira Teixeira Dr. em Medicina pela Faculdade da Bahia pela apresente procuração por mim escrita e assinada [+] meu bastante procurador na Capital deste Estado o **Senhor Clementino da Rocha Fraga** para por mim assinar a escritura de venda de uma propriedade nº 35 a rua de S. Miguel, pertencente ao [mesmo] casal. Para esse fim dou ao dito meu procurador todos os meus poderes em direito permitidos considerando valido tudo que fizer e assinar e lhe confio [mais] o poder de substabelecer [a] [presente] sem que lhe [convide]. [sobre] [uma] [+] de duzentos réis em S. Félix do Paraguaçu 8 de Fevereiro de 1897. Dr. José Pereira Teixeira. Reconheço a firma supra. S. Félix 8 de Fevereiro de 1897.<sup>269</sup>

A representação do pai de Odília se fazia precisa na capital do estado para a venda de um imóvel de sua esposa oficial, Elisa Ferreira da Costa, da qual segundo consta no processo de desquite, já estava separado desde 10 de março de 1896.

<sup>267</sup> Sua entrada neste cargo está presente no trabalho *Arquivo da Faculdade de Medicina da Bahia de 1916 e 1917*, apresentado pelo *amanuense-archivista* Anselmo Pires de Carvalho, que compilou em seu trabalho os nomes dos funcionários pertencentes ao corpo docente e administrativo da FAMEB

<sup>268</sup> LAVIGNE, J. L. José Léo Lavigne: depoimento [maio 2015]. Caldas do Jorro, Bahia, 2015. Áudio mp3 (51:07). Entrevista concedida para elaboração do projeto de mestrado da entrevistadora.

<sup>269</sup> APEB, Seção Judiciário, Série processos cíveis. Escritura de compra e venda de 10 de fevereiro de 1897.

O seu então procurador, Clementino da Rocha Fraga, viria a ser o pai do mais tarde proeminente médico que carregava o exato nome de seu pai: Clementino da Rocha Fraga Júnior. Como o médico nasceu em 1880, em 1897 teria apenas 17 anos, seria mais plausível que o representante legal de José Teixeira fosse seu pai. A proximidade da localidade de ambos também coaduna para essa ligação, já que Clementino da Rocha Fraga (pai) tinha como endereço Muritiba, onde Clementino da Rocha Fraga (filho) nasceu, e o médico Teixeira morava em São Félix. Não ficam claros nos autos da questão judicial os detalhes de sua amizade, no entanto havia grande proximidade e confiança entre eles, ilustrada pelo grau de importância que uma procuração legal representava. E foi justamente na especialidade de Clínica Médica, cadeira ocupada por Clementino da Rocha Fraga (filho), que o médico José Teixeira conseguiu ingressar como assistente.

Além da possível amizade de muitos anos com a família de um catedrático e a influência deixada por seu tio, o médico Mathias Moreira Sampaio, como professor da faculdade, o médico possuía uma ligação especial com a FAMEB, pois mesmo depois de décadas de sua formatura na instituição, ele continuava a ser lembrado como um estudante célebre, não só por sua vida acadêmica, como também pelo seu estilo espirituoso. Por conseguinte, as redes de sociabilidade de sua família, e as criadas durante sua formação, podem ter possibilitado ou auxiliado a sua nomeação para um cargo similar ao de sua filha no momento em que o médico teve que se fazer presente na capital para acompanhar Odília de perto.

Com uma parte do problema resolvido, a família Teixeira, que se mudaria para a capital, foi em busca de um novo lar para morar. Nos endereços fornecidos pelos médicos à FAMEB, consta como local de sua residência a “Rua da Jaqueira, nº 21”.<sup>270</sup> No dia 20 de julho de 1906, no “cartório do tabelião interino Bacharel Jovino Leitão”, foi executada a venda do imóvel de D. Amália Josephina Lopes, uma transação corriqueira feita naquele estabelecimento. O que a torna peculiar é a compradora apresentada, D. Josephina Luiza Palma, que estaria adquirindo o imóvel na Rua Jaqueira nº 21, pela quantia de 14 contos de réis. A casa foi descrita da seguinte forma:

[...] edificada em terreno próprio, tendo loja [andar] e sótão, duas portas de madeira e um portão de ferro na frente, nesta três janelas no primeiro andar, quatro no sótão e dois [+] na loja; a loja tem salas de frente e de jantar, copa,

---

<sup>270</sup> ALBUQUERQUE, Anselmo Pires de. *Archivo da Faculdade de Medicina da Bahia*, anno 1916. Salvador-Bahia: Livraria Catilina, 1917.

quatro quartos e corredor; o primeiro andar tem salas de frente e de jantar, varanda, dois quartos, corredor; o sótão tem duas salas e dois quartos e corredor; quintal com latrina, banheiro e quartos para criados, bem como a cozinha com fogão e instalação elétrica [...].<sup>271</sup>

Com as partes estando de acordo com as condições de compra proferidas pelo tabelião, foram colhidas as assinaturas da vendedora e das testemunhas; no entanto, Josephina Luiza não assinou como compradora. Segundo o bacharel Leitão, “sendo que a [rogo] da compradora por não saber escrever assina Dr. Virgílio [Américo da Cunha Gonçalves]”, bacharel que anos mais tarde, em 1926, viria a se tornar juiz<sup>272</sup> de Itabuna. A compra de uma casa com um valor alto empregado e com uma estrutura considerável, um ano após nomeação e mudança para Salvador, demonstra que a família Teixeira buscava se estabelecer na capital do estado. O tabelião diz conhecer tanto a vendedora como a compradora, descrevendo ambas como moradoras de Salvador, o que indica que a médica não só estava em companhia de seu pai, como de sua mãe e possivelmente de sua irmã mais nova, Maria Etelvina. Não é incomum, como já discutimos, que nessas uniões não oficiais a propriedade ficasse no nome da companheira, neste caso Josephina Palma, como maneira de prover uma garantia para a mulher e sua prole caso o patriarca viesse a lhe faltar. Ainda que esta não seja citada em momento algum pelo periódico cachoeirano *A Ordem* ao noticiar a nomeação de Odília para a FAMEB, nem posteriormente com a mudança de José Teixeira para Salvador, Josephina Luiza foi protagonista de um passo importante na carreira de sua filha, materializando a permanência da família ao lado dela na capital.

Neste ponto, a integração familiar em virtude da carreira da médica traz outras leituras além da tutela masculina conduzida pelo seu pai. Mesmo sendo conveniente que José Teixeira conseguisse uma colocação na FAMEB e passasse a clinicar em Salvador, como noticia o jornal *A Ordem*, ao acompanhar de perto a carreira da filha, o médico poderia adicionar o seu prestígio ao somatório de esforços para que este empreendimento desse certo. Uma transição vultosa, como a vinda e assentamento da família na capital, demonstra ser um projeto familiar e uma aposta de que a carreira de Maria Odília seria longa e proveitosa.

---

<sup>271</sup> APEB, Seção Judiciário, Série processos cíveis. Escritura de compra e venda de 20 de julho de 1916.

<sup>272</sup> MEMÓRIA Bahia. Disponível em:

<http://memoria.org.br/pub/meb000000340/rpebahia1926/rpebahia1926.pdf>. Acesso: 16 jan 2018.

### 2.3.1 A práxis na maternidade Climério de Oliveira

A Maternidade Climério de Oliveira representava um anseio antigo de parte da classe médica baiana que desejava dominar o campo médico da obstetrícia. Anteriormente, esse atendimento era feito na Enfermaria de Partos da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, que nada mais era do que um pequeno aposento em que as pacientes estavam “na imediata vizinhança das péssimas latrinas que servem a todo o compartimento do edifício destinado às salas de mulheres!”.<sup>273</sup> As horríveis condições das instalações destinadas a pôr no mundo as crianças baianas afastavam as possíveis pacientes, que preferiam buscar ajuda das parteiras e curandeiras que tradicionalmente já atendiam grande parte da população. Em contrapartida, a classe médica buscava deslegitimar esse tipo de profissional, pois

O conflito com diferentes profissionais de cura na Bahia oitocentista esteve diretamente relacionado ao processo de institucionalização da medicina oficial. Os médicos, em busca da legitimação da profissão, tentaram desacreditar as práticas de cura de certos indivíduos, imputando-lhes o rótulo de charlatães.<sup>274</sup>

Sendo uma pauta vital para os médicos e estudantes envolvidos nos estudos da medicina obstétrica, os esforços para a implantação de um hospital que se destinasse ao estudo da maternidade e ao acolhimento das parturientes tornaram-se agenda primordial desde o final do século XIX. Essa demanda alcançou parte da sociedade civil que tinha influência e estava disposta a ajudar financeiramente na construção do estabelecimento médico. O médico Climério de Oliveira foi um elemento vital para que a parcela abastada da população colaborasse com esse empreendimento, já que os valores advindos do governo não chegavam para a edificação do prédio. Mais tarde, o médico que mais militou em causa dessa construção teve como paga a mudança do nome da maternidade, agora batizada com seu nome: Maternidade Climério de Oliveira. As mulheres da elite foram suas principais companheiras, unindo-se ao médico para fundar o Comitê das Senhoras. Este tinha como objetivo arrecadar fundos em benefício da futura maternidade.

---

<sup>273</sup> SILVA, Caroline Santos. "Com um fórceps na mão, há de se parir uma nação: ensino e prática da obstetrícia e ginecologia em Salvador (1876-1894)." Dissertação, p. 26. UFBA. (2011).

<sup>274</sup>Ibidem, p. 29.

Foram vários eventos criados para arrecadar fundos para aplicar na construção da Maternidade. Nas publicações diárias dos jornais era muito comum o anúncio de festivais em clubes, casas de família, igrejas, teatros e até mesmo em praças públicas. Era uma verdadeira cruzada benemérita cristã em prol da mulher mãe baiana. São várias as contribuições dadas também por pessoas anônimas que, por muitas vezes, faziam questão de não ter seu nome divulgado.<sup>275</sup>

Todo esse empenho transformou o anseio em realidade em 30 de outubro de 1910, data da inauguração da MCO. O acontecimento foi tema de vários editoriais dos principais periódicos da Bahia, sendo objeto de orgulho da alta sociedade baiana que havia ajudado a levar a cabo uma demanda antiga. Não só a classe médica, mas também parte da população baiana via na edificação da maternidade a significação do progresso e do ideário do higienismo. Prova desta nova mentalidade de cunho progressista e higienista, reforçada e apoiada sobretudo pela classe médica, foram outras mudanças urbanísticas nos anos anteriores à inauguração da maternidade, que nesse contexto se fazia mais uma peça em meio a várias alterações ocorridas em Salvador neste período. Como aponta Santos,

O primeiro impulso urbanístico significativo foi o de 1906, ligado ao início das obras do porto, que geraram a construção de 300 metros de cais, três armazéns e ruas pavimentadas nas adjacências. O segundo foi o de 1910, quando se preparou a cidade para festejar o primeiro centenário da Associação Comercial: calçamento de ruas, construção da Avenida Jequitaia e saneamento do bairro comercial para livrar a cidade dos assaltos de febre amarela e peste bubônica, o que implicou a demolição de prédios dos distritos da Conceição e do Pilar.<sup>276</sup>

Os ecos dessa conquista chegaram às paragens do Recôncavo através do jornal local que noticiou, ainda que timidamente, a boa nova: “Inaugurou-se no dia 30 do passado, na capital do Estado, a Maternidade da Faculdade de Medicina, instituição de grande necessidade de que se ressentia a cidade de Salvador.”<sup>277</sup> É possível que a recém-diplomada médica Odília tenha lido essa notícia e, assim como boa parte da comunidade médica, tenha exultado pelo feito conseguido pela FAMEB. Odília muito provavelmente desenvolveu a disciplina de obstetrícia sem a prática adequada de partos, tendo apenas os manequins à disposição para o treino. O que a médica não poderia prever era que anos mais tarde ela mesma ocuparia um cargo importante para o ensino da tocolgia na MCO.

<sup>275</sup> AMARAL, Marivaldo Cruz do. " Da comadre para o doutor": a maternidade Climério de Oliveira e a nova medicina da mulher na Bahia Republicana (1910-1927). p. 56. UFBA. 2005.

<sup>276</sup> SANTOS, Mário Augusto da Silva. *Crescimento urbano e habitação em Salvador (1890-1940)*. Revista de Urbanismo e Arquitetura, v. 3, n. 1, p. 22.2008.

<sup>277</sup> A MATERNIDADE, *A Ordem*, Cachoeira 5 de novembro, 1910 p.2.

No início de seu funcionamento, a maternidade tinha como alvo principal as mulheres pobres, posto que a medicalização massificada do parto fazia parte de um projeto maior que buscava o avanço do campo institucionalizado da obstetrícia. Os corpos das mulheres que pertenciam à camada social mais baixa, que em sua maioria eram de cor e tinham em seu passado a marca da escravidão, deveriam ser controlados. A busca pela higienização das grandes cidades, o que incluía Salvador, abarcava as mulheres que compunham grande parte do corpo social da metrópole. Outrossim, estariam os valores arraigados em torno da maternidade pois,

Apenas as mulheres completamente desvalidas procuravam a maternidade pública. Estas mulheres passavam por cima de valores que estavam enraizados na sociedade, pois parir num hospital público era visto como coisa vergonhosa e sinal de miséria que podia sustentar uma família.<sup>278</sup>

A *Gazeta Médica da Bahia*, revista científica destinada a discutir todo o *mundus* médico, foi criada em 1866. Nela poderiam ser encontrados desde discussões sobre moléstias até estudos norteadores para a sociedade em geral, dando uma significação médica aos projetos modernizantes e higiênicos da época. Antes mesmo da criação da MCO como centro de referência para os estudos obstétricos, as mulheres que eram atendidas na Santa Casa de Misericórdia eram alvo dos editoriais produzidos para a revista. O caso de Maria da Conceição, descrito por Silva, que foi atendida pela então médica parteira da FAMEB, Francisca Prager Fróes, ilustra o perfil das mulheres que eram atendidas, em sua grande maioria negras e pobres, como era o caso da paciente em questão.

Segundo a doutora Francisca, tratava-se de um caso de gravidez em estado bastante adiantado, porém não havia indícios de quando seria o parto. Alegando falta de esclarecimentos precisos sobre o histórico da paciente, os médicos administraram os primeiros cuidados, mas resolveram esperar até o dia seguinte para resolver sobre futuras intervenções. Contudo, neste mesmo dia foram surpreendidos com a notícia de que a paciente havia falecido pela tarde. Ao realizarem a autópsia, detectaram um caso de gravidez ectópica (—prenhezextra-uterina).<sup>279</sup>

---

<sup>278</sup> AMARAL, Marivaldo Cruz do. Op. Cit., p. 71.

<sup>279</sup> SILVA, Caroline Santos. Op. Cit., p. 66.

No relato da médica, fica evidenciado que Maria da Conceição havia procurado o atendimento médico por seu avançado estado de gravidez e por muito provavelmente terem findados os seus esforços para dar à luz em casa. Além da falta de um diagnóstico rápido e eficaz para as parturientes, que chegavam ao hospital em sua maioria em um estado delicado de saúde, persistia o método de observação para elaboração do diagnóstico, o que levava muitas pacientes a óbito. Esse atendimento exemplifica o período de transição que a médica Francisca Fróes viveu ao trabalhar como médica parteira da FAMEB, cargo mais tarde ocupado por Odília, em que os atendimentos ainda eram feitos no Hospital Santa Isabel até a mudança para a Maternidade Climério de Oliveira.

Francisca Práguer Fróes foi a quinta médica a se formar na FAMEB, em 1893. Ao demonstrar interesse em seguir a carreira de Hipócrates, o seu pai “intimou o filho Antônio, que já havia manifestado interesse de estudar engenharia, que se tornasse médico”<sup>280</sup>, estratégia parecida com a ocorrida com Odília, que também estudou boa parte do curso ao lado de seu irmão, Joaquim Teixeira, e que foi aderida por muitas famílias das médicas pioneiras. Francisca foi interna da enfermaria de partos durante a faculdade. A médica cachoeirana advinha de uma família com posses, sendo o seu pai, Henrique Práguer, um imigrante croata, e sua mãe, Francisca Rosa Barreto Práguer, uma mulher que se expressou através das letras, tendo uma vultosa produção de artigos para o *Diário de Notícias*. O pertencimento a uma parcela da população abastada possibilitou a Francisca o estudo da medicina. E, em sua vida profissional, possibilitou que ela conseguisse ser uma importante interlocutora de um assunto emergente na época: o casamento e a profilaxia. Decerto que os anos de experiência adquiridos no campo da obstetrícia, dentro da Santa Casa de Misericórdia e na Maternidade Climério de Oliveira, foram determinantes para que a médica adentrasse no debate de maneira direta.

Francisca Fróes trabalhou até o ano de 1914 como médica parteira da MCO, o que corresponderia ao cargo de assistente de Cadeira de Clínica obstétrica, deixando vago o seu cargo, que em seguida passou a ser ocupado por Maria Odília. Nos anos em que desenvolveu seu trabalho,

Na Maternidade da Faculdade de Medicina da Bahia, Francisca defrontou-se com a dura realidade da extrema pobreza feminina e suas consequências para a saúde da mulher. Ela teve um contato íntimo com as anônimas das camadas

---

<sup>280</sup> RAGO, Elisabeth Juliska. Op. Cit, p. 121.

desprivilegiadas, trabalhadoras ou desempregadas, muitas delas portadoras de doenças sexualmente transmissíveis, especialmente a sífilis.<sup>281</sup>

Nos anos iniciais, após a inauguração da maternidade, o público que ali era atendido era composto em sua maioria de mulheres de cor, pobres e que tinham como ocupação o serviço doméstico. Essas mulheres representavam o inverso do que a sociedade abastada baiana queria implantar para a Salvador republicana, no início do século XX. A desaffricanização das ruas era tema constante dos debates nas páginas dos periódicos locais, das teses da faculdade de medicina, além de ser uma das grandes preocupações do Corpo Policial desde a abolição. Como aponta Heráclito (2017),

A rua, portanto, constantemente desprestigiada por encarnar a metáfora de todos os vícios, transformou-se no lugar dos excluídos. Escravos de ganho, libertos, pobres, mendigos, prostitutas, ladrões e vagabundos faziam do espaço da rua, quando sujeito à intervenção das autoridades, um caso de polícia, uma vez que a preocupação básica dos poderes públicos era punir os infratores que nela se encontravam, esquecendo de submetê-los às políticas disciplinares mais sistemáticas.<sup>282</sup>

No início de 1915, Maria Odília chegou à maternidade para tomar posse do cargo de Médica Parteira e/ou Assistente de Cadeira de clínica obstétrica. Ela encontrou a maternidade em uma espécie de transição. A partir desse ano, é notado ainda que timidamente, um acréscimo de pacientes advindas de camadas sociais superiores, diferente do público corriqueiro. As pensionistas, como eram chamadas, “tinham um tratamento diferenciado, ocupando um quarto, isolado dos outros onde ficavam internadas as parturientes pobres”.<sup>283</sup> Dentro do espaço médico que buscava medicalizar, higienizar e controlar o parto, e por conseguinte as mulheres, os marcadores de classe e da cor se faziam presentes, diferenciando quais teriam um atendimento mais luxuoso e singularizado, e a quem seria destinado o atendimento assistencial.

Odília, adentrando a MCO neste ínterim, pode ter observado de perto como a cor serviria de demarcador para um atendimento mais humanizado. Outra questão era a forma como as pacientes que tinham privilégios e pertenciam a classes sociais mais altas podiam encarar o auxílio médico sendo feito por uma médica de cor. Poucas décadas após o fim da abolição, algumas pessoas de cor que tinham em seu passado a

---

<sup>281</sup> Ibidem, p. 140.

<sup>282</sup> FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Desaffricanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador 1890-1937*. *Afro-Ásia*, n. 21-22, pg.240. 2017.

<sup>283</sup> AMARAL, Marivaldo Cruz do. Op. Cit., p. 50.



marca da escravidão conseguiram alçar voos em profissões cujo acesso da população negra era praticamente vedado. Theodoro Sampaio, o proeminente engenheiro baiano, propagandeava que suas qualidades pessoais haviam superado o preconceito social que porventura ele passou em algumas situações ao longo de sua carreira. Apesar de ficar evidente na situação acima descrita a conotação racial infligida, o próprio Sampaio se refere à mesma como uma questão social que considerava “casos de preconceito social, hoje bem raros no país.”<sup>284</sup>

Por estar em um ambiente em que sua presença era algo novo e longe da rede de relações constituídas nos anos em que clinicou, Maria Odília pode ter sentido com mais força os significados que sua cor carregava. Ainda assim, não se descarta a possibilidade de que o prestígio proveniente de ser uma médica com uma colocação importante tenha amortizado adversidades que seus marcadores traziam para si. Ao passo que a médica trazia em seu corpo a cor que a ligava ao passado escravista, ela pertencia a uma classe de trabalho altamente especializada e valorizada.

Entre os anos de 1915 e 1916, foram praticados 996<sup>285</sup> atendimentos na MCO. O número significativo demonstra o crescimento da procura de mulheres pela maternidade, já que desde sua inauguração até o ano de 1914 os atendimentos não passaram de 750. Ao lado de Odília trabalhava Aurora das Dores Leitão, portuguesa que havia revalidado seu diploma de parteira em 1899 e fora admitida no cargo de Parteira Interina em 1907. Apesar da ascendência completamente diversa e do distanciamento geracional destas mulheres, é possível que a experiência de Aurora das Dores tenha ajudado Odília a se ambientar na maternidade desenvolvendo a “arte de aparar crianças”.<sup>286</sup> As mulheres pobres que buscavam atendimento também eram objeto de estudo dos estudantes de medicina, pois a maternidade tinha a finalidade de escola. As parteiras responsáveis conduziam o ensino prático dos partos e dos atendimentos às parturientes, estes ensinamentos eram feitos anteriormente com um manequim, o que distanciava os estudantes da realidade a ser enfrentada.

A função de Odília poderia permitir que ela, na condição de mulher negra, oferecesse alguma parcela de maior sensibilidade no atendimento a essas mulheres, da

---

<sup>284</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra. Op. Cit, p.89.

<sup>285</sup> Informações retiradas da tabela encontrada em: AMARAL, Marivaldo Cruz do. Op. Cit., p. 40. Et. Seq.

<sup>286</sup> BARRETO, Maria Renilda Nery. *Assistência ao nascimento na Bahia oitocentista*. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 15, n. 4, p. 901, 2008.

Forma que sugere Rago (2007) ao detalhar o atendimento oferecido pela médica

Francisca Barreto Prager:

É possível acreditar que a médica baiana acreditasse que, sendo mulher, seria capaz de oferecer um atendimento mais adequado às pacientes, podendo fazer perguntas mais detalhadas e diretas e dar conselhos sobre saúde e higiene às suas pacientes. Talvez, ela também compartilhasse o mesmo sentimento de outras médicas de seu tempo, que acreditavam que ‘poderiam oferecer contribuições especiais à profissão. A feminização poderia enriquecer a prática da medicina, concentrando-se na erradicação do sofrimento

Se, como aponta a autora, a feminização era uma possibilidade que as médicas pioneiras tiveram para contribuir com a prática da medicina, propiciando às mulheres mais humanidade ao atendê-las, Maria Odília enquanto mulher negra pode ter somado à sua assistência a empatia àquelas parturientes que carregavam consigo a sua condição na cor. No entanto, é importante ressaltar que Odília não deixava de pertencer à classe médica, ainda que em sua periferia, e que por esse motivo pode ter optado por manter em seus atendimentos, através da dita neutralidade científica, um comportamento considerado profissional e mais distante possível de suas pacientes. Para muitas das pioneiras, conservar-se nos limites da cautela e da “neutralidade” foi a única maneira possível de permanecer e de serem aceitas, ainda com ressalvas, no mundo médico e científico.

### 2.3.2 Exoneração

Mesmo morando na capital do estado para desenvolver o seu trabalho na MCO, Maria Odília por vezes voltava a São Félix. Neste período, fosse para passar as datas comemorativas de fim de ano, fosse quando conseguia licenças, a sua volta ao Recôncavo era registrada no jornal local como motivo de alegria para a população orgulhosa.

Acha-se entre nós, desde a semana passada, em visita aos que lhe são queridos, a nossa distinta conterrânea dra. Maria Odilia Teixeira, talentosa médica clínica, diretora na capital do estado, de um dos serviços da Maternidade Climério de Oliveira. (...) Reiteramos-lhes nossos cumprimentos de boas vindas, desejando á bondosa e apreciada cientista feliz permanência na terra cahoeirana.<sup>287</sup>

<sup>287</sup> HÓSPEDES e viajantes. *A Ordem*, Cachoeira, 22 de dezembro, p. 2, 1915.

No trecho extraído do jornal, é perceptível que o cargo ocupado pela médica era noticiado como motivo de orgulho, expressando certo exagero ao se remeter a ele. Os passos da médica eram acompanhados com interesse pelo noticiário local, demonstrando certa proeminência conquistada pela mesma nos tempos em que clinicou nas cidades-irmãs. No dia 31 de março de 1917, o periódico noticiou o pedido de licença da médica da maternidade. No informe timidamente veiculado, a licença foi descrita como uma prorrogação de um pedido anterior e que se estenderia por 6 meses. Essa seria a última vez em que a médica apareceria no jornal *A Ordem* tendo como destaque a sua carreira; cada vez mais as notícias sobre os integrantes de sua família vão ficando esparsas, só voltando a figurar no folhetim em ocasião de seus aniversários e em seu casamento.

Coadunando com os pedidos de licença, em 7 de agosto de 1917, a médica pediu exoneração<sup>288</sup> do cargo que ocupava na FAMEB. O motivo da exoneração não foi evidenciado no pedido, no entanto a delicada saúde de seu pai pode ter sido a causa para o pedido de exoneração. Segundo José Léo Lavigne, em dado momento da vida “acometido de asma, José Pereira preferiu se mudar para Irará, pois lá se encontrava clima mais propício para a sua moléstia”.<sup>289</sup> No ano de 1917, José Teixeira já somava a idade de 62 anos, tendo convivido com a asma por mais da metade desse tempo, o médico deveria se encontrar em uma situação limite. No livro “Teixeira Moleque”, a condição de asmático é uma das características mais exploradas nas situações vividas pelo personagem que foi inspirado em sua vida. No capítulo intitulado “A asma”, Rui Santos descreve com detalhes uma noite de crise que o médico passou.

Ao entrar no quarto, procurou logo o pulverizador, os cigarros antiasmáticos, deixando tudo à mão. Deitou-se. Se dormiu não foi além de meia hora. Acordou com falta de ar. Puxou o cobertor para proteger bem o peito e levantou mais o travesseiro tentando reconquistar o sono; mas nada. Deixou escapar, num suspiro: “É hoje!” Era mesmo.<sup>290</sup>

No entanto, sua filha Maria Odília não gostou nem um pouco de saber que este assunto seria tratado no livro. Segundo a médica, em carta endereçada a Rui Santos, quando soube que este pensava em escrever o livro, buscou defender a memória de seu

<sup>288</sup> O pedido de exoneração está presente no trabalho “Arquivo da Faculdade de Medicina da Bahia” de 1916 e 1917, apresentado pelo amanuense-archivista Anselmo Pires de Carvalho.

<sup>289</sup> LAVIGNE, J. L. José Léo Lavigne: depoimento [maio 2015]. Caldas do Jorro, Bahia, 2015. Áudio mp3 (51:07).

<sup>290</sup> SANTOS, Ruy. *Teixeira Moleque*. RJ, J. Olympio, p. 65, 1960.

Pai. Este só teria feito uso de medicação “martirizado pela asma, que o acompanhou até a morte, adquiriu o hábito da morfina”<sup>291</sup>, mas segundo a mesma, “não destruiu o seu patrimônio moral”.<sup>292</sup> A gravidade da moléstia do patriarca justificaria a mudança de cidade de parte da família Teixeira. O investimento que somou 14 contos de réis na compra de um imóvel em Salvador, juntamente com o prestígio dos cargos ocupados na FAMEB por dois médicos da família, Odília e o pai, só encontrariam motivação para serem deixados de lado por algo tão sério quanto o agravamento de uma doença. Com a ausência dos componentes masculinos da família desde 1915, ficou a cargo das mulheres cuidar do velho Teixeira, a saber: sua companheira Josephina Palma, a filha caçula Maria Etelvina e Odília.

Para a médica pesava, além das responsabilidades, os padrões morais da época. Com a ausência de seu pai e de outros integrantes da família, a sua permanência na capital estava comprometida. Decerto não seria de bom tom que ela, sendo mulher, negra e solteira, morasse sozinha em uma cidade tão longe de sua família, ainda mais se o motivo de sua permanência fosse continuar sua vida profissional. Ainda que outras mulheres tivessem ousado desenvolver suas carreiras na medicina, como o caso já citado de Ítala Silva, não deveria ser uma decisão fácil a ser tomada, pois muita coisa estava em jogo. O esperado para Odília era que a saúde de seu pai e o bem estar familiar fossem sua prioridade, como enfatiza Vasconcelos, “Uma boa esposa e mãe deve sacrificar-se constantemente pela família, vivendo em função dos outros”. Ainda que a médica não ocupasse o papel de esposa ou mãe do médico, o sacrifício do qual a autora fala se estenderia a ela, pois como filha e médica esta não poderia deixar de estar junto a seu pai para lhe prestar cuidados. As reiteradas licenças pedidas pela médica podem evidenciar que esta já poderia estar cuidando da saúde de seu pai antes do pedido final de exoneração; ou até mesmo que, somado a esse problema, a não adaptação da médica ao trabalho desenvolvido na maternidade, sua clientela, ou até mesmo o tipo de trabalho que se restringia à obstetrícia e ginecologia. Estes, sozinhos ou somados, poderiam ser possíveis indícios dos motivos de ter abandonado a MCO.

No ano de 1917, Maria Odília tinha exatamente 33 anos. Acumulando características absolutamente diversas do padrão esperado para mulheres casadoiras, a médica, além de pertencer a uma profissão majoritariamente masculina, era singular por

---

<sup>291</sup> Trecho de carta escrita por Maria Odília que foi concedida pela família.

<sup>292</sup> *Ibidem*

ser de cor. Naquela época, a sua idade poderia ser considerada um empecilho para um matrimônio, pois,

Nessa sociedade, uma mulher ultrapassar os vinte anos de idade sem se casar já era motivo de preocupação. Dizia-se que ela estava entrando no *barricão* e, se envelhecesse nessa situação era chamada de *moça velha*. (...) A figura da mulher que *ficou para a tia* é ridicularizada pela sociedade, já que sua condição de solteirona não é vista como uma escolha, mas sim uma rejeição.<sup>293</sup>

A partir desse cenário, Odília poderia entender que cuidar de sua família era sua grande prioridade, pois teria que permanecer junto aos seus durante toda a sua vida. A grande admiração que nutria por seu pai e o amor filial entravam na somatória para que a médica desistisse de sua carreira na FAMEB e se exonerasse do cargo, juntando-se com parte de sua família na viagem para Irará. O que a médica talvez não vislumbrasse é que mesmo com a sua adiantada idade para os padrões vigentes, e todas as questões que seus marcadores carregavam, a formação de uma família ainda estaria ao seu alcance. Pouco depois de vencer um dilema tão grande quanto deixar sua função na MCO, a médica logo enfrentaria outro: a profissão ou a família. Aguardemos...

---

<sup>293</sup> VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira. *Mulheres honestas, mulheres faladas: casamento e papéis sociais. Imagens Da Mulher na Cultura Contemporânea*. Bahia. Núcleo de Estudos Interdisciplinares Sobre a Mulher-(NEIM), p. 207, UFBA, 2002.

### 3 “*Nossa família é a humanidade.*”

Maria Odília Teixeira Lavigne

#### 3.1 Casamento



Quem passou pela rua Dr. Souza Santos, em Irará, no dia vinte e dois de março de 1921, decerto ficou curioso com o burburinho que se ouvia na casa do rábula Tertuliano Teixeira. Ali aconteceu o casamento entre Maria Odília e Eusínio Lavigne. Presentes, além de seu irmão Tertuliano, encontravam-se os pais da noiva, José Teixeira e Josephina Palma, três testemunhas e o oficial Adalberto Rosa, que relatou:

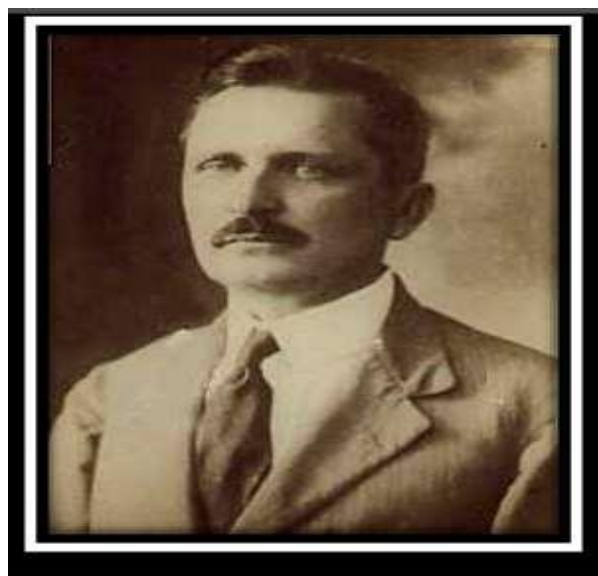
[...] em matrimônio o bacharel Eusínio Gaston Lavigne e a doutora Maria Odília Teixeira, solteiros, moradores deste estado da Bahia [...] o primeiro sendo filho legítimo do Sr. Luiz Gaston Lavigne, e D. Leoni Augusta Lavigne, com 37 anos de idade, advogado, a segunda filha legitimada do Dr. José Pereira Teixeira e Josephina Luiza Palma, com 37 anos de idade, médica.<sup>294</sup>

Como já mencionado, esta foi a primeira vez, durante o trajeto desta pesquisa, que Josephina Luiza apareceu em um documento oficial como mãe de Maria Odília. Igualmente importante é a participação ativa de seu irmão e protetor Tertuliano Teixeira, que cedeu a sua casa para a cerimônia, e que não apareceu nas fontes de jornais nos anos em que Odília desenvolveu a medicina em Cachoeira e São Félix. A partir de sua presença em data tão importante para a médica, é possível confirmar que o irmão que proveu seus estudos fazia parte da vida familiar dos Palma-Teixeira.

<sup>294</sup> Certidão de inteiro teor. Comarca de Irará. Cartório de RCPN de Irará. Oficial.: Pedro da Costa Vargens. 22 de março de 1921.

Todas as testemunhas do enlace foram representadas por procuradores locais, entre eles o próprio Tertuliano. José Petitinga foi um deles, sendo amigo de longa data<sup>295</sup> de Eusínio Lavigne e um dos precursores do espiritismo na Bahia, não se furtou em servir de testemunha para as bodas do amigo. O casamento acanhado de uma médica de família conhecida em toda a região do Recôncavo com um advogado proeminente de família tradicional de Ilhéus, tendo como testemunhas somente procuradores, e que não contou com uma vasta cobertura jornalística nem com a costumeira participação de autoridade religiosa, pode nos dar indícios dos inúmeros significados que esta união teve para a vida da médica. Mas antes de entendermos os significados desta união, voltemos ao período em que deixamos Odília no capítulo anterior, quando a médica acompanhava sua família até Irará para que pudesse cuidar de seu pai, que já se encontrava com a saúde deteriorada. Como já sabemos, esta situação fez com que a médica pedisse exoneração da Maternidade Climério de Oliveira.

### 3.1.1 Um ilustre amigo



**Eusínio Gaston Lavigne**

Quatro anos após ser exonerada da MCO, Maria Odília encontrava-se instalada na cidade de Irará com sua família; a esta altura a médica somava 37 anos. Na cidade, a

---

<sup>295</sup> LAVIGNE, José Léo. *Eusínio Lavigne Paradigma de honradez*. Ilhéus-Ba, p. 101, 2009.

médica dividia o tempo entre a sua clientela e os cuidados com seu pai, que não conseguia desenvolver a clínica médica como antes pelo adiantando de sua idade e sua condição física. Ainda com a família Teixeira-Palma em Cachoeira, antes da mudança definitiva para Irará, Eusínio Lavigne foi

[...] apresentado por seu primo e amigo, Dr. Artur Lavigne de Lemos, médico, ao Dr. José Pereira Teixeira, clínico de renome naquela região. [...] O entremear dialogante de duas inteligências fulgurantes, alimentadoras de polimatias destacáveis, resultou em sólida amizade e recíproca admiração [...].<sup>296</sup>

Neste período, Eusínio já era advogado conhecido, indo ao Recôncavo em virtude de sua clientela. Na cidade de Cachoeira tinha entre seus clientes<sup>297</sup> o político Ubaldino de Assis, que ali ocupou o cargo de prefeito e foi deputado federal pela Bahia. Além de sua carreira estar em pleno desenvolvimento, o advogado carregava consigo o sobrenome de uma das famílias mais importantes da cidade de Ilhéus: os Lavignes.

Oriunda da França, a família Lavigne é uma das mais tradicionais pioneiras do cultivo do cacau em terras ilheenses, descendendo toda ela do construtor civil François Gaston Lavigne, um dos membros da embaixada francesa trazida por D. João VI.<sup>298</sup>

Dando continuidade à tradição familiar do cultivo do cacau, Luiz Gaston Lavigne, pai de Eusínio, possuía uma das maiores propriedades cacaeiras do sul do estado: a fazenda Bom Gosto.<sup>299</sup> O poderio da família Lavigne, junto a outras famílias tradicionais como os Sá e os Schaun, é verificado na permanência por mais de um século e meio à frente do comando municipal de Ilhéus.<sup>300</sup> Eusínio era um bom exemplo entre os filhos de fazendeiros ricos, provenientes de famílias tradicionais e que compunham uma nova geração de letrados. Segundo o próprio Eusínio, desde os 10 anos de idade sabia do desejo de seu pai em vê-lo “doutor”, tendo prometido “[...] dar um almoço aos amigos, quando formar um filho”.<sup>301</sup> Ainda segundo Eusínio, que neste intuito foi “com 13 anos para o colégio S. José, do Dr. João Florêncio Gomes, que deixei

---

<sup>296</sup> Ibidem, p. 42.

<sup>297</sup> Ibidem, p. 41.

<sup>298</sup> RIBEIRO, André Luis Rosa. *Família, poder e mito: o município de S. Jorge de Ilhéus (1880-1912)*. Editus, Editora da UESC, p. 56, 2001.

<sup>299</sup> Ibidem, p. 58.

<sup>300</sup> Ibidem, p. 15.

<sup>301</sup> LAVIGNE. *Os meus 87 anos outros assuntos*. Salvador, Bahia. Editora Mensageiro da Paz. 1971, p. 56.



Aos 19 anos para o curso da Faculdade de Direito.”<sup>302</sup> A vontade de Luiz Gaston em ter um filho formado faz parte do *status* alcançado da elite erguida no sul da Bahia.

A região cacauera do Sul da Bahia já se constituiu num espaço de referências aristocráticas: os coronéis do cacau faziam passeios constantes pela Europa, seus filhos estudavam nas principais capitais do país, suas esposas ostentavam roupas importadas.<sup>303</sup>

O objetivo almejado por esses coronéis é evidenciado na obra de Jorge Amado. O autor explora a ideia de que a formação de uma elite letrada, patrocinada pelo sucesso da lavoura do cacau, criou também o afastamento e por consequência o declínio da cultura cacauera, já que “seus filhos não criavam vínculo com o modo de vida rural, pois quase sempre iam estudar nas capitais e apenas usufruíam das riquezas dos pais”.<sup>304</sup> Em “Tocaia Grande”, encontramos a personificação deste espectro: o Venturinha, filho de Boaventura Andrade, poderoso coronel enriquecido pelo cacau, torna-se “doutor”, atendendo aos desejos de seu pai, que vê nessa formação “[...] além de comprazer o coração dos pais, motivo de orgulho e consideração, significava o remate de projetos longamente concebidos.”<sup>305</sup> No entanto, seu filho, logo após estar formado, queria aproveitar o que a capital federal tinha a lhe oferecer.

Depois de tantos anos de estudo, provas escritas, exames orais, queimando as pestanas em cima dos tratados, reclamava merecidas férias. Não as habituais férias estudantis de fim de ano em Ilhéus e Itabuna, recrutando raparigas de terceira nos cabarés, e, sim, férias de doutor recém-formado no Rio de Janeiro. (...) Quem tanto se aplicara nos estudos - apenas a segunda época em todo o curso -, fizera-se credor de recompensa à altura: o Rio de Janeiro com a carteira recheada.<sup>306</sup>

Mais tarde, veremos como o letramento de Eusínio o aproximou do espectro indicado nas obras jorgeamadianas no que tange a uma tentativa de afastamento do meio rural, ao mesmo tempo em que ajudou a perpetuar o poder de sua família, a partir das vias políticas.

---

<sup>302</sup> *Ibidem*, p. 57.

<sup>303</sup> ROCHA, Lurdes Bertol. *A região cacauera da Bahia-dos coronéis à vassoura-de-bruxa: saga, percepção, representação*. Editus, Editora da UESC, p. 24, 2008.

<sup>304</sup> CORREIA, Messias Nunes; DO CARMO GONÇALVES, Cláudio. *Lugares de memória--As memórias do progresso no romance de Jorge Amado*. Revista Garrafa, v. 11, p. 110, n. 35.

<sup>305</sup> AMADO, Jorge. *Tocaia grande*. Editora Companhia das Letras, p. 101, 2008.

<sup>306</sup> *Ibidem*.

Tendo esses referenciais, Eusínio foi cada vez mais estreitando os laços com a família do médico Teixeira; logo essa amizade se estendeu a Maria Odília. Encantado pela médica, o advogado elaborou uma estratégia engenhosa para cortejá-la.

Aproximou-se dela e confidenciou-lhe estar procurando uma noiva. Sem entender o inábil cortejo, Odília transformou-se em confidente matrimonial, apresentando a Eusínio várias pretendentes, todas, de pronto, rechaçadas, uma vez que não era seu intento, não era este o seu real desejo.<sup>307</sup>

Tornando-se a situação insustentável, o advogado se declarou pedindo-a em casamento. Odília confessou corresponder ao seu sentimento, mas deu como negativa a resposta ao seu pedido. Aqui abrimos um parêntese para dissecar minuciosamente o cenário que se apresentou.

De um lado, poderíamos ter uma mulher de 37 anos, que para os padrões vigentes já teria passado do tempo casadoiro e que poderia ver em Eusínio a possibilidade de fugir de uma solteirice, tão mal vista nesta sociedade. De outro, temos uma cientista que desenvolvia uma carreira extensa, experimentou a vivência das ruas e de uma grande instituição na capital do estado e que poderia preferir resguardar a liberdade, ainda que restritiva, que a solteirice poderia lhe oferecer. Além da experiência enquanto filha de um casal interracial, pois Eusínio não era somente um advogado bem conceituado e de família tradicional, ele representava o ideário do homem de classe alta: branco, rico, bonito<sup>308</sup> e intelectual. A vivência de sua mãe, Josephina Luiza, que teve sua presença escamoteada dos meios oficiais durante a maior parte de sua vida, pode ter pesado decisivamente para que a médica declinasse o pedido do advogado. Maria Odília sabia melhor do que ninguém as minúcias de uma união/casamento interracial, em que a mulher negra seria a parte a ser mais atacada e poderia ter todas as dúvidas sobre o caminho que deveria tomar.

Os acontecimentos vividos por seu irmão, Tertuliano Teixeira, também podem ter contribuído para a sua negativa inicial. Aqui entraremos novamente no campo da memória familiar, tendo como principal propósito nos aproximar da experiência vivida pela família Teixeira-Palma e entender como os casamentos/uniões interraciais marcaram a trajetória desta família e por consequência as possíveis escolhas de Maria

<sup>307</sup> LAVIGNE. José Léo. op. Cit, p. 43 et seq.

<sup>308</sup> Num país em que o incentivo à imigração se fazia presente desde antes do fim legal da escravidão, o fenótipo de Eusínio: branco, alto e de olhos azuis, certamente deveria ser considerado como a representação do belo.

Odília. Nesta tentativa, a única fonte da qual dispomos é o texto de José Léo Lavigne, filho de Odília, que recupera uma memória familiar amplamente conhecida e divulgada entre os seus. Já desenvolvendo advocacia na cidade de Irará, Tertuliano foi convidado pelo rico fazendeiro Joaquim Costa para representá-lo em suas causas. Segundo José Léo, “[...] ávido de mais terras, inveterado querelante perdedor das questões, de filocracia desmedida, que se desfez da negrofobia visceral e contratou os serviços advocatícios de Tertuliano”.<sup>309</sup> Vencendo o preconceito inicial de Costa e acumulando vitórias para o fazendeiro, o advogado tornou-se seu amigo frequentando a sua casa. Neste ínterim, o inesperado aconteceu: Tertuliano desenvolveu um “namoro de caboclo”<sup>310</sup> com Amélia Costa, filha mais velha do coronel. Joaquim Costa não se apercebeu do que ocorria sob seus olhos, pois “a sua impercebibilidade ao fato prendia-se à presunção, inimaginável, de a filha descer a sua nívea ‘pureza racial’, para se inquinarem em dirigir seus olhares para um mulato, açorada de amor”.<sup>311</sup> Somente após uma delação feita por terceiros, o coronel veio saber do desenrolar deste namoro, sendo taxativo ao proibir a relação e a entrada de Tertuliano em sua casa. Ali, o rábula passou de eficiente funcionário e estimado amigo a *persona non grata*. Quando questionado, o coronel não teve meias palavras: “Ora, doutor, ainda pergunta? Porque você é negro”<sup>312</sup> e vaticina: “Você só se casará com minha filha passando por cima do meu cadáver.”<sup>313</sup>

O pensamento do coronel correspondia a uma soberba baseada na hierarquia racial, quando nem sequer imaginava que sua filha pudesse se apaixonar por um homem de cor. Atrelado a isso havia o mito criado do negro violador, pois depois de descobrir o interesse de Tertuliano por Amélia, Costa não perde tempo em escorraçá-lo de sua fazenda. Somente a negativa não bastava, era preciso pôr longe o perigo de ter um homem de cor desejando sua filha. No capítulo um, discutimos pelo viés da literatura como os binômios de casamento interracial foram interpretados e ressignificados por alguns autores da literatura brasileira. Do mesmo modo, não podemos perder de vista o fundo histórico que permeia a noção do homem negro que de alguma forma ataca e contamina a mulher branca. A utilização deste mito do negro violador também é um espectro que ronda o imaginário desde a colonização, sobretudo após o processo de

---

<sup>309</sup> LAVIGNE. José Léo. op. cit, p. 49 et seq.

<sup>310</sup> Ibidem.

<sup>311</sup> Ibidem, p. 50.

<sup>312</sup> Ibidem.

<sup>313</sup> Ibidem.

escravização, e que é encontrado em outras experiências na América. Davis aponta que

Na história dos Estados Unidos, a acusação de violação permaneceu como um dos mais formidáveis artifícios inventados pelo racismo. O mito do violador negro foi metodicamente conjecturado sempre que as recorrentes ondas de violência e terror contra a comunidade negra exigiram justificações convincentes.<sup>314</sup>

Compondo um dos três mitos utilizados contra a comunidade negra, que buscava através da organização política recorrer aos direitos no período pós-escravidão. Aliado ao haitianismo (medo de que Cuba se tornasse outro Haiti, com a ditadura negra e massacre aos brancos), o fetichismo criado em torno das religiões e cultura africana e o mito do negro violador, Helg constata que “em conjunto, estes três fetiches do temor converteram os negros e mulatos em ameaças, primeiro contra a comunidade branca e, por extensão, contra a nação cubana e sua ‘civilização ocidental’”<sup>315</sup> (tradução nossa).

Um exemplo de como esta noção encontrava eco em terras brasileiras é o conto “Amor de negro”, publicado pelo jornal *A Ordem*, no ano de 1914. O texto foi assinado por Alexandre Dias, mas é narrado em primeira pessoa por uma senhora que remonta o período não tão longínquo da escravidão. A narrativa começa apresentando Cosme, “melhor escravo; preto forte, um tipo bem conformado e, sobretudo muito inteligente”<sup>316</sup>, que vez por outra era pego pela sinhá com “os olhos em mim.”<sup>317</sup> Aqui a personagem-narradora abre um parêntese para assegurar que, apesar da leve desconfiança que esses olhares despertavam, nunca imaginou que o “conformado” Cosme poderia ter a audácia de desejar a sua sinhá. Somente em seu leito de morte, talvez por não ter mais o que perder, Cosme não se furta de se declarar: “Eu tenho paixão por minha senhora!” A sinhá que até o momento se compadecia do prestimoso escravo, responde lívida a sua confissão: “Negro cachorro!” e o esbofeteia na cara; arremata ainda afirmando que o sentimento de Cosme não passava de “um ideal na carnação lúrida das mulheres brancas!”<sup>318</sup> Na narrativa apresentada, encontramos características parecidas com as vividas por Tertuliano Teixeira. Em primeira instância,

<sup>314</sup> DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Boitempo Editorial, p. 126, 2016.

<sup>315</sup> HELG, Aline. *Lo que nos corresponde: La lucha de los negros y mulatos por la igualdad en Cuba, 1886-1912*. Imagen Contemporánea, p. 24, 2000.

Texto original: “en conjunto, estos três fetiches del temor convirtieron a los negros y mulatos en amenazas, primero contra la comunidade blanca y, por extensión, contra la nación cubana y su ‘civilización occidental’”

<sup>316</sup> AMOR DE NEGRO. *A Ordem*, Cachoeira, 28 de fevereiro, 1914, p. 2.

<sup>317</sup> *Ibidem*.

<sup>318</sup> *Ibidem*.

há uma incredulidade, por parte da personagem-narradora, em acreditar na possibilidade de um homem negro e escravo desenvolver uma paixão por sua sinhá; e quando esta possibilidade se confirma, encontramos a estupefação, a reprimenda, o ódio e, por fim, a indignação. Assim como foi para o coronel Joaquim Costa, a sinhá considerava um acinte tal sentimento, tal ousadia. Diferente do conto apresentado, Tertuliano tinha algo de muito diferente em sua história. O alvo de seu sentimento correspondia a seu afeto, havia uma chance.

Logo após a negativa e ameaça do coronel, Tertuliano elaborou uma estratégia para ficar com Amélia Costa. A moça fora enviada à casa de uma tia para ser vigiada, só que o coronel Costa não contava com “o proselitismo rebelde e eficiente da germanada de Amélia, sob a liderança de sua própria esposa, sem desprezar a lábria envolvente do doutor, de muito prestígio e por todos muito estimado.”<sup>319</sup> O namoro avançou rapidamente, mas próximo à data do casamento o casal foi descoberto e o coronel utilizou do seu poder: se o juiz casasse sua filha com o “negro Tertuliano”, ele o mataria. O juiz se pôs em fuga, pois a ameaça feita por um coronel não era algo que se pusesse em dúvida. Tertuliano, talvez já antecedendo as ameaças de Costa, conseguiu surpreender o juiz em fuga e o questionou: “Quer morrer agora ou depois?”<sup>320</sup> O coronel chegou a reunir seus jagunços para ir ao encontro dos noivos e acertar suas contas com o rábula Tertuliano, no entanto, ainda no caminho, recebeu a notícia de que o casamento fora consumado.

[...] da desonra inaceitável, o coronel Joaquim Costa caiu fulminado por um enfarte agudo no miocárdio. Conduziram-no de volta à fazenda, aonde chegou sob o livor gélido da morte e de onde, há pouco, partira exuberante de vida e de energia.<sup>321</sup>

Apesar da tragédia familiar que se sucedeu em virtude desta união, José Léo Lavigne relata que o casal se manteve junto e feliz por uma década, até a morte de seu tio Tertuliano Teixeira. Essa narrativa apresentada por José Léo, como já mencionado, faz parte da memória coletiva familiar, podendo tratar-se de um relato que foi realimentado e ressignificado através das gerações. Não possuímos outras fontes para

---

<sup>319</sup> LAVIGNE. José Léo. op. cit, p. 51 et seq.

<sup>320</sup> Ibidem.

<sup>321</sup> Ibidem, p. 52.

ampliar o debate inserido nesta marcante passagem da família Teixeira, ainda assim a consideramos importante para entender a experiência desta família ante suas uniões.

Com essas experiências vividas no seio de sua família, com seus pais e seu irmão, a decisão que a médica tomasse estava carregada de uma vivência coletiva familiar. Pois,

Segundo Minuchin, uma família é um tipo especial de sistema, com estrutura, padrões e propriedades que organizam esses períodos de estabilidade e mudança. O sistema funciona através de padrões familiares em que, na maioria dos casos, a repetição é adaptável.<sup>322</sup>

Todas essas possibilidades, dúvidas e bagagens emocionais estavam no horizonte de Odília, somadas ou não, ao se deparar com o pedido de casamento. O que sabemos é que a questão racial foi crucial para a recusa inicial ao pedido, como demonstraremos em seguida..

### 3.1.2 “Notícia epistolar alvissareira”.<sup>323</sup> Ela diz: sim!

Depois de contar a sua família e decerto pensar e repensar sobre a sua primeira resposta, Maria Odília decidiu aceitar o pedido de casamento de Eusínio Lavigne. A portadora da “notícia epistolar alvissareira” foi sua amiga Amélia Fraga, que viajou a Ilhéus para avisar a Eusínio que a médica havia reconsiderado a proposta.

Porém, antes de retornar para contrair o matrimônio acordado, comunicou a seus pais que iria se casar com Odília, uma médica de cor negra, pretendendo, com esta prevenção prevenção?, demulcir-lhes ? do choque do preconceito racial na constatação da informação veraz.<sup>324</sup>

Eusínio sabia que o seu casamento com Odília iria no mínimo causar estranhamento em sua família, e de certa forma já esperava que o preconceito racial viesse à tona. Mesclado a isso poderia haver de sua parte o receio de que Odília desistisse diante de uma negativa de sua família ao casamento. Esse medo pode ser constatado em sua fala, anos mais tarde, quando o próprio Eusínio reconhecia que o

<sup>322</sup> RENEPONTES, Patrícia; EISENSTEIN, Evelyn. *Gravidez na adolescência: a história se repete*. Adolescência e Saúde, v. 2, n. 3, p. 11, 2005.

<sup>323</sup> LAVIGNE. José Léo. op. cit, p. 45 et seq.

<sup>324</sup> Ibidem p. 46.

consentimento da médica “não me foi fácil obter, receosa de preconceitos raciais.”<sup>325</sup> A família Lavigne, mesmo avisada, não deu muita importância ao que o noivo tinha dito; para a sua mãe, Leoni Augusta, a possibilidade de ter uma nora negra não passava de uma brincadeira de seu filho.

Voltemos ao cenário inicial deste capítulo: a casa de Tertuliano Teixeira em Iará, onde se desenrolava o tão aguardado enlace matrimonial. A partir das discussões tecidas até aqui, podemos entender o motivo da pressa entre os nubentes para que o casamento ocorresse; o recato da cerimônia simples, feita em casa sem a presença de uma autoridade religiosa ou de muitos convidados. Em Cachoeira, o casamento foi noticiado tardiamente, cerca de duas semanas depois, em uma tímida nota no jornal *A Ordem*, na seção destinada a enlaces matrimônias. Nem os proclamas do casamento, que normalmente eram veiculados, apareceram nas semanas anteriores na gazeta local. Essa falta de detalhes sobre noivado e cerimônia pode se dar pela mudança da família a Iará, o que poderia dificultar o trânsito de informações, além do desenrolar dos acontecimentos anteriores às bodas ter sido, que como já sabemos, tumultuado. Na referida nota, as aptidões dos noivos são exaltadas, além da procedência familiar de ambos.

O noivo membro da acatada família Lavigne, do sul do Estado, é talentoso advogado e um moço de grandes esperanças e brilhante futuro; a noiva, filha do sr. dr. José Pereira Teixeira, é médica clínica de vultoso conceito na capital do Estado e possuidora de peregrinas prendas d'alma.<sup>326</sup>

Notamos que mais uma vez Josephina Luiza não foi mencionada como mãe de Maria Odília. O silêncio sobre a origem materna da médica continuava nas cidades-irmãs.

Em seguida à cerimônia, os recém-casados rumaram para a terra natal do noivo: Ilhéus. Lá, já havia uma festa a esperá-los, essa sim com toda a pompa. A fazenda Ponta Grossa estava cheia de ilustres convidados, afinal era um Lavigne que havia se casado; Leoni Augusta, mãe de Eusínio, vestia a sua “melhor indumentária e as preciosas joias, ao lado do marido embevecido”. Ao avistar a sua nora, “escureceu-lhe a visão atingida por aquela visão aterradora, (sic) caindo sentada na poltrona em frusta escotodinia, após exclamar em tom de incredulidade: ‘Meu Deus! Mas é negra mesmo!’”<sup>327</sup> O susto que a sogra de Odília teve ao constatar que a noiva de seu filho era

<sup>325</sup> LAVIGNE. José Léo. op. cit, p. 135 et seq.

<sup>326</sup> CASAMENTOS. Enlace Teixeira-Lavigne. *A Ordem*, Cachoeira, p. 2. 9 de abril, 1921.

<sup>327</sup> LAVIGNE. José Léo. op. cit, p. 47 et seq.

negra não se faz surpreendente. A regra entre as famílias mais tradicionais de Ilhéus e região era do fortalecimento através de alianças matrimônias, o que já acontecia por pelo menos três gerações. A origem dessas famílias era restrita ao velho mundo dos “imigrantes, cuja primeira leva era constituída de 160 pessoas distribuídas em 28 famílias, eram formados de alemães e espanhóis.”<sup>328</sup> Entre os principais troncos familiares, o desenvolvimento dessa região, a disputa política e os enlaces matrimoniais confundem-se, unindo-se no grupo de estratégias para que a colonização prosperasse.

Os descendentes desses colonos, aliados às famílias de capitalistas nacionais, desenvolveram o plantio intensivo do cacau na zona do Almada, em meados do século XIX. A abertura das matas e sua substituição pelas roças de cacau era levada a termo, principalmente, pelos Homem d’El-Rei, Lavigne, Hohlenwerger, Adami e Sá Bittencourt Câmara, que estabeleceram entre si relações de parentesco e compadrio.<sup>329</sup>

Os pais e avós de Eusínio Lavigne são o exemplo perfeito desta tática.

Louis Lavigne introduziu na região o plantio balizado do cacau, as árvores em linha e à distância de vinte palmos, principalmente no ribeirão da Timbuíba. Louis Lavigne casou-se com a alemã Maria Bonin, de uma das famílias de colonos imigrantes do rio Cachoeira. Um dos seus filhos, Luiz Gaston, casou-se com Leonina Augusta de Sá.<sup>330</sup>

Sendo o advogado a terceira geração de sua família, era esperado que desposasse uma descendente de uma das estirpes afortunadas de Ilhéus. Eusínio, além de quebrar uma tradição casadoira, transgredia um código essencial ao se casar com uma mulher de cor, logo de ascendência escrava. Era bem possível que um casamento que não atendesse às expectativas de sua família pudesse significar uma ruptura.

A experiência dos Lavignes no que tange à escravidão é vertical, sendo eles, junto aos Sá e os Homem d’El-Rei, “os maiores proprietários de escravos do município, cujos braços eram utilizados no plantio de cacau, mandioca, café e cana-de-açúcar.”<sup>331</sup> A riqueza dessas famílias foi erguida através da escravidão, o que se perpetuou após a abolição, pois muitos ex-escravizados permaneceram trabalhando para seus ex-senhores, como foi o caso do plantel de escravos de Louis Gaston Lavigne, avô de Eusínio.

---

<sup>328</sup> ROCHA, Lurdes Bertol. *A região cacauzeira da Bahia-dos coronéis à vassoura-de-bruxa: saga, percepção, representação*. Editus, Editora da UESC, p. 45, 2008.

<sup>329</sup> RIBEIRO, André Luis Rosa. *Família, poder e mito: o município de S. Jorge de Ilhéus (1880-1912)*, p. 25-26. Editus, Editora da UESC, 2001.

<sup>330</sup> *Ibidem*, p. 57.

<sup>331</sup> *Ibidem*, p. 63.



No distrito do Almada, segundo relatos familiares passados de geração a geração, muitos ex-escravos permaneceram nas fazendas após a Abolição, passando à condição de pequenos proprietários ou rendeiros, em pedaços de terra cedidos pelos seus antigos senhores.<sup>332</sup>

Com base na gênese da família Sá-Lavigne, alcançamos o real significado da reação de Leoni Augusta ao constatar que a sua nora era uma mulher negra. O desmaio demonstrava o espanto que a mulher que décadas antes era senhora de escravos, e que em circunstâncias que se perpetuavam de maneira ressignificada, continuava a ser, teve ao se dar conta de que a sua família agora teria como membro alguém que lembraria esse passado. Após o susto inicial, segundo José Léo, “não foi o escolho este primeiro encontro a que se viessem tornar íntimas e sinceras amigas. Conseguia Odília ductilizar, pela bondade, carinho e brandura que se expressavam até na suaviloquência, o mais eráceo dos sentimentos hostis.”<sup>333</sup> Os adjetivos utilizados por José Léo, filho de Maria Odília, para descrever a maneira como sua mãe conseguiu superar ou diminuir a repulsa inicial de sua sogra nos dão mostras de como esse feito não deve ter sido fácil. O termo ductilizar utilizado está referenciado em nota de rodapé do livro citado como “amaciar”, o que pode nos levar a suscitar que apesar da “bondade, carinho e brandura” de Maria Odília, os tais “sentimentos hostis” só foram deixados de lado com muito esforço. Na memória do neto, a avó e a mãe tornaram-se “íntimas e sinceras amigas”. Como já analisamos no capítulo um, não retornaremos à discussão sobre os limites e as possibilidades da memória familiar. Logo, não sabemos em que instância essa proximidade se deu e a que preço.

Agregada aos esforços de Odília para ser aceita por Leoni, a ajuda de seu sogro pode ter sido importante, pois segundo Eusínio, “o seu pai, Louis, não comungava do racismo materno, tanto que o matriculou, na infância, num colégio de um professor preto, onde era ele o único aluno branco.”<sup>334</sup> Outro componente familiar pode ter aproximado médica e sogra: a doença de Pedro Lavigne, irmão de Eusínio que

Lamentava, com constância, a doença do irmão Pedro Lavigne (Piroca)- cujo erro de um tratamento médico trouxe-lhe premura da deficiência do discernimento intelectual pleno,- não só pela saudade ante a extrema afeição que os unia, como pelo prejuízo trazido a toda família, uma vez que, pela sua

---

<sup>332</sup> Ibidem, p. 61.

<sup>333</sup> LAVIGNE. José Léo. op. cit, p. 48 et seq.p.

<sup>334</sup> Ibidem, p. 48.

inteligência e pela sua operosidade inexcedível, teria conduzido a família Lavigne ao primado da cacauicultura.<sup>335</sup>

Ante a doença grave de um de seus filhos, a possibilidade de romper com Eusínio poderia se tornar mais dolorosa, além de não ser produtiva. Com um filho impossibilitado de se manter à frente dos negócios familiares, a ajuda de Eusínio se faria necessária acaso seu marido Luiz Gaston precisasse de auxílio ou até falecesse.

Para além dos fatores emocionais, a formação de Odília pode ter contribuído para atenuar as restrições de Leoni e de outros membros da família Lavigne. É possível que a alta instrução da médica a tenha feito encontrar um contraponto positivo no matrimônio de seu filho. Como já sabemos, mulheres letradas ainda eram minoria nos principais centros urbanos do Brasil; numa cidade como Ilhéus esta realidade se fazia ainda mais evidente. Assim, é plausível supor que a ilustração e os títulos de Odília, bacharela em ciências e letras e doutora em medicina, possam ter atenuado a relação com a família de Eusínio. No entanto, não podemos perder de vista que por mais título e ilustração que a médica tivesse, a sua cor não poderia ser invisibilizada neste contexto, pois,

O preconceito de cor e a discriminação racial não só existiam e eram expressos com razoável espontaneidade, como se sobrepujavam, contribuindo para a preservação da ordem escravocrata. A cor da pele e as marcas raciais teriam articulado a naturalização das desigualdades entre negros e brancos, permitindo assim, mesmo após a Abolição, a manutenção do “sistema de acomodação interracial”, que regia as relações entre os senhores e os escravos. Negros permaneceram prestando os mesmos serviços para os quais a ideologia racial os considerava “naturalmente” adequados, apenas sob condições distintas.<sup>336</sup>

A visibilidade de sua cor, a sua condição de gênero e o peso de casar-se com um homem como Eusínio contribuíram decisivamente para que a já experiente médica tomasse uma das decisões mais difíceis de sua vida: pôr fim a sua carreira na medicina. A seguir, tentaremos vislumbrar o horizonte que se modelou à sua frente a partir de seu casamento, os seus limites e possibilidades.

---

<sup>335</sup> Ibidem, p. 33.

<sup>336</sup> OSORIO, Rafael Guerreiro. *A mobilidade social dos negros brasileiros*. Este trabalho é produto das atividades desenvolvidas no âmbito do Projeto BRA/01/013, “Combate ao racismo e superação das desigualdades raciais”, conduzido na Diretoria de Estudos Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) com recursos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), p. 12, 2004.

### 3.2 Uma escolha?



Os recém-casados decidiram fixar residência em Salvador, no bairro da Barroquinha. Eusínio “associou-se à banca do advogado Dr. Mesquita, com quem escreveu dois livros de direito e onde advogou até 1923.”<sup>338</sup> Não alcançamos o motivo da preferência do casal em residir na capital do estado. Podemos suscitar que os recém-casados preferissem ficar longe dos falatórios do povo ilheense, e até mesmo de uma barreira inicial na aceitação de Maria Odília como esposa de Eusínio. Como vimos anteriormente, Leoni Augusta, e possivelmente outros membros da família Lavigne, ficou estupefata com a origem racial da eleita de seu filho. Unindo-se a isso, Salvador poderia oferecer a ambos mais possibilidades para que desenvolvessem as suas carreiras. A cidade de Irará, onde a família Teixeira-Palma estava residindo, talvez tenha sido igualmente preterida pelos mesmos motivos. Atrelado a isso, o casamento pode ter trazido a Odília a emancipação de sua família e a desobrigação de cuidar diretamente de seu pai, já que agora ela teria o seu próprio núcleo familiar para se ocupar. Seu lugar nesta responsabilidade pode ter sido ocupado por sua irmã mais nova, Maria Etelvina Teixeira, que já deveria se encontrar em idade propícia<sup>339</sup> para ajudar a sua mãe Josephina Luiza Palma, que a esta altura tinha 62 anos, nos cuidados ao seu pai

<sup>337</sup> Fotografia, originalmente estereoscópica, publicada pela Underwood & Underwood, fundada em 1881. Em 1920, a empresa parou de produzir imagens estereoscópicas (original no *California Museum of Photography*).

<sup>338</sup> LAVIGNE. José Léo. op. cit, p. 53 et seq.p.

<sup>339</sup> Até o ano de 1915, encontramos no periódico cachoeirano *A Ordem*, menções feitas a Maria Etelvina, em ocasião de seu aniversário, como “senhorinha”. O uso deste termo poderia significar que Etelvina possuísse pouca idade nesta data. 7 anos depois podemos conjecturar que a moça havia passado de “senhorinha” para uma jovem, que já pudesse assumir papéis importantes em sua família.

doente. Odília e Eusínio buscaram outro meio de prestar assistência ao velho médico Teixeira. Segundo José Léo: “meu pai, depois que se casou com minha mãe, teve que dar a meu avô, uma pensão generosa para ele sobreviver.”<sup>340</sup>

Mas e Odília? A médica agora casada tinha possibilidades diferentes à sua frente: continuar a sua carreira, que já neste período acumulava uma densa experiência; se retirar do mundo do trabalho para se dedicar com exclusividade ao papel de esposa e mãe; ou até mesmo conciliar essas atividades. A favor da permanência e desenvolvimento de sua carreira pesava o terreno que a médica havia conquistado até o momento, sendo uma profissional já conhecida no Recôncavo baiano e que havia ocupado um importante cargo na FAMEB; além da experiência que já acumulava, pois àquela altura Odília já exercia a medicina havia 12 anos. Neste ínterim de mais de uma década de vida profissional, a médica já havia passado pelo período mais difícil para desenvolver e se manter em ativa como uma especialista na arte de curar. Somando-se aos fatores positivos para a manutenção da carreira de Odília, havia o apoio de seu marido, que, segundo seu filho, “o pai Eusínio Lavigne não queria que ela deixasse a profissão, porque era uma ótima médica ginecologista.”<sup>341</sup>

Encontramos no relato do filho do casal a defesa do posicionamento de seu pai, expressado na máxima de que “meus pais só divergiram em dois assuntos durante a vida conjugal: a participação de meu pai no Partido Comunista e a desistência de minha mãe em sua carreira.”<sup>342</sup> Mais uma vez entramos no limite da subjetividade que as memórias e narrativas familiares nos impõem. Mais à frente, adicionaremos a esta discussão as dimensões que este apoio aparentemente incondicional à carreira da médica poderia ter.

### 3.2.1 As possibilidades

Contando contra a continuidade da atividade profissional de Maria Odília, encontramos diferentes obstáculos. O mais elementar era a própria sociedade da qual a médica fazia parte. É notório que no início do século XX, as mulheres já experimentavam avanços na luta pelos mesmos direitos civis de que os homens tinham.

---

<sup>340</sup> HEINE, Maria Luiza. *Dra. Odilia Lavigne, uma mulher para ser lembrada*. In: HEINE, Maria Luiza. *Ilhéus... Com amor! A história de São Jorge dos Ilhéus*. Ilheus-BA, 25/03/2010. Disponível em: <https://ilheuscomamor.wordpress.com/2010/03/25/dra-odilia-lavigne-uma-mulher-para-ser-lembrada/> Acesso Em: 20.04.2019.

<sup>341</sup> HEINE, Maria Luiza. *Uma Mulher especial*. Folha da Praia, seção Nossa História, Ilhéus, ano 19, n. 130, p. 26, 2010.

<sup>342</sup> LAVIGNE. J. L. José Léo Lavigne: depoimento [maio 2015]. Caldas do Jorro, Bahia, 2015. Áudio mp3 (51:07). Entrevista concedida para elaboração do projeto de mestrado da entrevistadora.

A própria trajetória das pioneiras no ensino superior e das mulheres no mundo das letras, ao qual Odília fazia parte, dá mostras de que essas conquistas se tornavam cada vez mais pautáveis. O avanço do feminismo foi vital para que essas demandas começassem a ser alcançadas. Neste período, encontramos duas correntes principais do feminismo no Brasil:

A primeira delas abarca o grupo de mulheres que lutavam pela conquista dos direitos políticos, como o direito de voto, de participar da cidadania, essa tendência era liderada por Bertha Lutz, o chamado feminismo “bem-comportado” abordava assuntos políticos e a necessidade de o sufrágio ser concedido às mulheres.<sup>343</sup>

Este segmento “era considerado a área conservadora do movimento, visto que não abordava a temática da repressão sobre a mulher, lutando por direitos somente porque a sociedade seria mais igualitária e se desenvolveria de forma satisfatória”.<sup>344</sup> Outro segmento era o “chamado de feminismo ‘malcomportado’, reunia uma vasta gama de mulheres, lutando por direitos de educação, igualdade, sexualidade, que era considerada um tabu para a época, divórcio e a dominação masculina perante o feminino.”<sup>345</sup> A terceira vertente apontada é “‘o menos comportado dos feminismos’ detém um grupo de mulheres extremas, anarquistas e comunistas que combatiam as desigualdades de gênero, comandadas por Maria Lacerda de Moura.”<sup>346</sup>

Como verificamos, havia em movimento diversas tendências feministas que estavam em construção ao passo que influenciavam e sofriam influências da sociedade do início do século XX. Neste período de convulsão de ideias acerca do papel das mulheres no mundo e no Brasil, em que os campos ainda não estavam sedimentados, é que Maria Odília deveria decidir sobre a vida que deveria adotar dali em diante. Um exemplo que pode ilustrar esse debate de ideias está nos artigos veiculados no periódico *A Ordem* no ano de casamento de Eusíbio e Odília. No artigo intitulado “Encargos da Mulher”, M. Camilo de Souza faz uma crônica sobre o papel feminino ideal, à medida que aponta os principais perigos da presente época<sup>347</sup>, a saber: o feminismo e o anarquismo.

<sup>343</sup> PINTO, 2003. Apud, MENUCCI, Júlia Monfardini. *Uma História do Feminismo no Brasil. Caderno Espaço Feminino*, v. 30, n. 2, p. 378, 2017.

<sup>344</sup> *Ibidem*, p. 378.

<sup>345</sup> *Ibidem*.

<sup>346</sup> *Ibidem*.

<sup>347</sup> ENCARGOS da Mulher, M. Camilo de Souza. *A Ordem*, Cachoeira, p. 2. 9 de setembro de 1921.

Dentro da sua missão, a mulher se torna admirável. Fazendo valer o pudor, embelezando, mais e mais sentimentos de cura, sendo filha obediente e amorosa, a irmã cuja a amizade não encontra limites, a companheira fiel do esposo na dor e na alegria, a mãe que, por palavras e exemplos, se impõe ao filho, como tipo de perfeição.<sup>348</sup>

Ainda segundo Souza, a maneira de a mulher se defender e fugir dos iminentes perigos à sua honra seria “no cumprimento de sua missão: sabendo suavizar os encargos do esposo, procurando, pelo trabalho, pela paciência e pelo carinho, confortar e adornar o pequeno reino, que é o lar.”<sup>349</sup> O autor buscava em sua crônica evocar o ideal de mulher que já discutimos neste trabalho, o “anjo do lar”, remontando aos argumentos patriarcais de mulher como sexo frágil, doce e que tinha a obrigação de manter a harmonia do lar, ou de como ele é chamado no artigo, “pequeno reino”.

Ainda que estivessem em maior presença, os artigos que criticavam os avanços das mulheres nos inúmeros campos através de uma retórica reacionária ante o progressismo que a teoria feminista trazia não eram hegemônicos no periódico *A Ordem*. No ano de 1921, encontramos diversos editoriais que se propunham a discutir o papel da mulher na perspectiva afirmativa, fortalecendo as conquistas e apontando caminhos para que essa escalada não esmorecesse. Os intitulados: “O feminismo avança” e “O feminismo ganha terreno no Brasil”, são bons exemplos de textos que se predispuham a positivar essa luta. No primeiro artigo, o interlocutor anônimo, quem sabe uma mulher,<sup>350</sup> comemora a crescente presença feminina no mundo do trabalho burocrático: “no Brasil, já a mulher não se ocupa hoje apenas nos trabalhos domésticos. Foram dos ateliês de moda; dos ateliês passaram aos balcões, aos escritórios daí às repartições públicas foi um pulo.”<sup>351</sup> No segundo artigo citado, a publicação se concentra no alcance do feminismo no Brasil e as suas reverberações, sobretudo no campo trabalhista. Como no primeiro texto mencionado, esse também aparece sem assinatura.

O feminismo continua a progredir entre nós embora sem a extensão que rapidamente ganhou nos países anglo-saxões, que já deram às mulheres o

---

<sup>348</sup> Idem.

<sup>349</sup> Idem.

<sup>350</sup> Durante o período pesquisado no periódico *A Ordem*, que vai de 1909 até 1921, a maioria dos editoriais não são assinados. Dentre os que apontam a sua autoria, encontramos apenas um assinado por uma mulher. No entanto, não descartamos a possibilidade de que algum desses artigos, notadamente posicionados a favor da causa feminista, possa ser de uma composição feminina.

<sup>351</sup> O FEMINISMO avança. *A Ordem*, Cachoeira, p. 3. 24 de setembro de 1921.

direito ao voto. (...) No Brasil, raras são as repartições que não contam senhoras em seu funcionalismo.<sup>352</sup>

As possibilidades encontradas neste terreno de discussão eram tão profundas e diferentes que foi possível encontrar editoriais que estivessem num chamado meio termo diante de tão importante questão. Aproximando-se em alguns pontos do chamado “feminismo bem comportado”, encontramos o texto “O feminismo na Europa e Estados Unidos”. Nele, veiculado mais uma vez de forma anônima, o autor traça o perfil do feminismo desenvolvido no velho continente e nos Estados Unidos, dando ênfase à luta pelo sufrágio. Em seguida, comemora que no Brasil as mulheres ainda não tinham alcançado esse direito: “Aqui não, e felizmente para nós.”<sup>353</sup> O motivo levantado era a falta de necessidade para o desgaste feminino na busca por direitos políticos e na entrada do mercado de trabalho, pois, “país novo, prodigamente dotado e oferecendo a propinas, basta o esforço do homem para prover a subsistência do lar”.<sup>354</sup> De outro lado, o incógnito redator buscava incentivar a participação das mulheres e o apoio em geral da sociedade a certas organizações feministas.

Iniciativas há, porém, que deverão ser por nós acoroçadas e acolhidas com simpatia, quando visam proporcionar à mulher divertimentos úteis e honestos. E essa, que é a Liga Feminina, da capital da república, vem de ter?, constituem uma delas. Seria para desejar que tais iniciativas se propagassem e frutificassem por todas as cidades do país.<sup>355</sup>

A partir dessa amostragem em um jornal baiano, podemos perceber a pungência com que esses debates vinham sendo conduzidos. Toda essa conjuntura deve ter corroborado para pavimentar as possibilidades aventadas pela médica em sua decisão final. Junto a isso, sendo Odília uma cientista, a argumentação desenvolvida pela casta médica poderia ser de grande valia para a constituição de seu ideário sobre o papel feminino no casamento. A seguir, exporemos algumas das discussões levantadas nas teses médicas sobre esse tema, e que correspondem ao período de formação de Maria Odília. Dentre elas: “Traz o casamento consanguíneo a degeneração da raça?”, de Antônio Raposo Pinto, com defesa em 1905; “Do casamento e sua regulamentação”, de Octavio de Souza Brandão, também defendida no ano de 1905; e, por fim, “O perigo social da sífilis”, de Augusto Lins e Silva, defendida no ano de 1906. Lembremos que o

<sup>352</sup> O FEMINISMO ganha terreno no Brasil. *A Ordem*, Cachoeira, p. 3, 21 de maio de 1921.

<sup>353</sup> O FEMINISMO na Europa e Estados Unidos. *A Ordem*, Cachoeira, p. 2, 6 de julho de 1921.

<sup>354</sup> *Idem*.

<sup>355</sup> *Idem*.

período aqui visitado foi caracterizado pelo avanço, estruturação e domínio do racismo científico e pelas políticas higienistas. O enorme montante de teses médicas que versam sobre esses assuntos representa o período de efusão que estes temas viviam. Neste momento, analisaremos teses que discutem em diferentes perspectivas o casamento.

Na tese de Pinto, o objetivo central é responder à questão que intitula o seu trabalho: traz o casamento consanguíneo a degeneração da raça? O autor busca, através de tratados, estudos e análises, demonstrar a impossibilidade de que os casamentos consanguíneos, em condições sanitárias normais, possam acarretar algum prejuízo à prole. Por fim, o médico responde à questão inicial sobre a possibilidade de degeneração proveniente desta modalidade de casamento.

Responderemos! Não, quando forem eles realizados entre parentes não tendo nenhuma tara hereditária, aparente, ou oculta em si ou em qualquer dos seus antepassados [...] sim, quando eles forem realizados entre parentes, cujo estado sanitário não seja bom [...] Daí a gravidade com que deve ser tratado este assunto.<sup>356</sup>

Na tese de Brandão, fica evidenciada a preocupação com a manutenção do casamento, em prol da perpetuação da espécie. O médico compartilhava o ideário de seu colega Raposo Pinto sobre a emergência de se discutir os principais aspectos para normatização do casamento que produzisse filhos saudáveis e livres de qualquer risco das degenerações. Para Brandão,

O fim do Casamento deve ser a procriação do filho, que representará a família e continuará a raça, e não a satisfação de desejos mútuos, de um egoísmo sem limites, ou dos instintos genésicos exacerbados pela imaginação ou à vista do objeto cobiçado.<sup>357</sup>

Sendo a procriação o elemento central do casamento, a mulher deveria receber uma educação que versasse sobre “história, língua pátria, ciências naturais, higiene privada e doméstica.”<sup>358</sup> Essa educação a instrumentalizaria para que fosse cumprida a sua missão, pois “são três fases pelas quais deve passar a mulher, destinada a ser o anjo do lar: filha, esposa e mãe. Estas entidades distintas constituem a trindade feminina sob cuja égide sublime se ostenta: a evolução familiar.”<sup>359</sup>

<sup>356</sup> PINTO, Antônio Raposo. Traz o casamento consanguíneo a degeneração da raça. TESE. FAMEB. p. 37, 1905.

<sup>357</sup> BRANDÃO, Octavio de Souza. Do casamento e sua regulamentação. TESE. FAMEB. 1905, p. 47.

<sup>358</sup> Idem.

<sup>359</sup> Ibidem.



No estudo desenvolvido por Silva, foi levantada a história da sífilis, tomando como marcador temporal inicial a era cristã. Na tese, o casamento é a peça central a ser averiguada e, por conseguinte, regulamentada, pois esse “pode ser, muito bem, uma porta larga onde passem fatores degenerativos impostos pela sífilis.”<sup>360</sup> O autor coaduna com o pensamento encontrado nas teses de Pinto e Brandão, onde os enlaces matrimoniais deveriam receber atenção e regulamentação através da medicina. Esse raciocínio ficou evidenciado em sua fala sobre o tipo de fiscalização que deveria haver. “Torna-se acomodaticio aos meus olhos e creio que aos olhos de toda gente, que, se se faz mister uma fiscalização rigorosa no casamento, (...) essa fiscalização, visando a melhoria da raça.”<sup>361</sup>

Nas teses aqui discutidas, vimos que o casamento foi abordado de maneira similar, pelo viés biologizante e sobretudo higiênico que buscava posicionar a mulher no papel central para uma boa formação de uma família e de uma prole. Para tanto, era defendido o modelo de mulher voltada às prendas domésticas e à obediência ao marido para que houvesse a manutenção da espécie. Para estes médicos, os papéis estavam bem definidos e não deveriam ser alterados. Vale ressaltar, no entanto, que neste mesmo período encontramos, em outras teses, defesas, em muitos casos parciais, da instrução e da capacidade de trabalho feminino. Como já vimos no capítulo anterior, o terreno de discussão acerca da “questão da mulher”, seja na educação ou no trabalho, era um campo amplo em que várias correntes e ideias operavam. Era uma guerra que ainda teria inúmeras batalhas.

Suscitamos que, em alguma medida o pensamento médico-científico possa ter influenciado Maria Odília sobre a questão que se apresentou a partir de seu casamento. Outrossim, algo que decerto não fugiu a seus pensamentos é a questão racial que se fazia presente em sua união com Eusínio. Levando em consideração todo o contexto já aqui apresentado, desde a sua experiência familiar até a recepção da família de seu marido, ela pode ter considerado que permanecer trabalhando poderia de alguma forma prejudicar o seu casamento ou o próprio Eusínio em sua carreira e diante de sua família. Não esqueçamos que mesmo a médica tendo alto grau de ilustração, sendo educada na capital do estado e dominando uma profissão de grande valor social, esta não deixava de ser uma mulher na sociedade do início do século XX. De forma geral, esperava-se que as mulheres ocupassem o seu papel de guardiãs do lar, sendo boas esposas. Por mais

---

<sup>360</sup> SILVA, Augusto Lins. O perigo social da sífilis. TESE. FAMEB. 1906, p. 49.

<sup>361</sup> Ibidem.

distante que Odília pudesse aparentar estar dessas barreiras, especialmente se levarmos em consideração que ela já desenvolvia medicina havia mais de uma década, não se fazia imune aos padrões sociais vigentes, pois “[...] o destino que a sociedade propõe tradicionalmente à mulher é o casamento.”<sup>362</sup>

Alargando a experiência de Maria Odília na questão que se apresentava, voltamos os nossos olhares a um “caminho do meio” vivido por outras duas importantes pioneiras da medicina: Rita Velho Lobato e Francisca Prager Froes. Ambas continuaram a desenvolver suas carreiras após se casarem. Outro ponto comum e determinante para as duas médicas foi a natureza de seus casamentos, já que se uniram a homens que dividiam consigo a mesma profissão. Como já apontamos no capítulo um, Rita Lobato clinicou durante anos ao lado de seu companheiro Antônio Maria Amaro de Freitas. Já a médica baiana Francisca Prager conseguiu alçar voos em céus diferentes que o seu marido,<sup>363</sup> no entanto nunca chegou a ocupar uma colocação<sup>364</sup> como a de João Américo Garcez Fróes, que veio a ser catedrático da 3ª cadeira de Clínica Médica da FAMEB. Para as feministas materialistas, a limitação, a sutil tutela e até mesmo o encerramento da carreira vividos por essas mulheres tinham fundo na relação de exploração que se postulou através do casamento.

A apropriação material do corpo das mulheres, de sua individualidade física, tem a expressão legalizada: a relação contratual do casamento. Essa apropriação é concreta e material, não se trata de uma “figura” metafórica ou simbólica; não se trata tampouco de uma apropriação que diria respeito somente às sociedades antigas ou exóticas.<sup>365</sup>

Tendo pesado, ou não, as inúmeras possibilidades e cenários aqui apresentados, Maria Odília encerrou a sua carreira após seu casamento com Eusínio Lavigne. Para sua família, ela “passou à protetora de meu pai, que não ligava para nada, não ligava para roupa, saía de qualquer jeito. Era o anjo da guarda dele.”<sup>366</sup> Não sabemos até que ponto

<sup>362</sup> BEAUVOIR, 1987. Apud FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho. Gênero e escolha profissional. FERREIRA, Silvia Lúcia; NASCIMENTO, Enilda Rosendo do. *Imagens da mulher na cultura contemporânea*. Salvador: NEIM-UFBA, v. 7, p. 268, 2002.

<sup>363</sup> Como quando ocupou o cargo de Auxiliar de Ensino da FAMEB, na Maternidade Climério de Oliveira, cargo que posteriormente foi ocupado por Maria Odília.

<sup>364</sup> A primeira mulher a conseguir o título de catedrática de uma cadeira médica na FAMEB foi Maria Theresa de Medeiros Pacheco, somente no ano de 1975. Passaram-se 167 anos, desde a fundação da então Escola de Cirurgia da Bahia, para que uma mulher chegasse a um dos cargos mais prestigiosos da faculdade.

<sup>365</sup> ABREU, Maira et al. *O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole-Claude Mathieu*. Recife: SOS Corpo. p. 62, 2016.

<sup>366</sup> HEINE, Maria Luiza. *Dra. Odília Lavigne, uma mulher para ser lembrada*. In: HEINE, Maria Luiza. *Ilhéus... Com amor! A história de São Jorge dos Ilhéus*. Ilhéus-BA, 25/03/2010. Disponível em:

esta escolha foi, a partir de contexto apresentado, única e exclusiva de Maria Odília. Como já informamos, a memória familiar defende que o encerramento da carreira da médica ia de encontro à vontade de Eusínio. No entanto, não descartamos que poderia haver entre ambos algum tipo de contrato direto, ou até mesmo sutil, sobre os papéis que seriam adotados a partir deste consórcio. Não podemos negar também a possibilidade aventada pelo feminismo materialista quando reafirma que a “apropriação privada é o casamento, que introduz certo tipo de contratualidade nas relações de sexo”. Dentro dessa contratualidade estaria intrínseca a dedicação exclusiva da médica à sua família.

Por fim, o que gostaríamos de valorizar nesta encruzilhada da qual apontamos alguns caminhos é a subjetividade desta mulher. Utilizando o conceito elaborado por Rey, de que

a subjetividade é entendida como uma realidade do ser humano; como um sistema de significações e sentidos constituídos nas relações que o sujeito, nos mais variados estágios do desenvolvimento, estabelece no seu contexto social. Não um sujeito abstrato, mas um sujeito datado, histórico, que tem vontade e age de forma consciente.<sup>367</sup>

Assim como é possível que o fim de sua carreira significasse abrir mão de uma conquista que tinha custado muito a si e à sua família, e que esse tenha sido um preço alto a pagar por se casar com um homem como Eusínio Lavigne, podemos ler a sua decisão como uma troca que a médica pode ter considerado justa e até satisfatória. Aqui buscamos nos despir de um olhar contemporâneo sobre o papel social que a mulher ocupa, e principalmente do papel de um tribunal atemporal, o que é impossível, em que Maria Odília é ora condenada pela sua desistência, ora é vista como vítima, como um ser passivo. A sua própria trajetória nos mostra que, para essa mulher, papéis determinados não lhe cabiam, pois todos eram limitadores – Maria Odília, como outras tantas mulheres, tornou-se muitas.

---

<https://ilheuscomamor.wordpress.com/2010/03/25/dra-odilia-lavigne-uma-mulher-para-ser-lembrada/>.

Acesso: 20 abr 2019.

<sup>367</sup> REY, 2007. Apud MOZZER, Geisa Nunes de Souza. *Uma perspectiva histórico-cultural da subjetividade*. Revista Inter-Ação, nº 38, p. 5, 2009.

### 3.3 A cidade de Ilhéus

No ano seguinte ao casamento, Eusínio e Odília tiveram o seu primeiro filho: José Léo Lavigne. Foi na casa nº 21, na Barroquinha, que também nasceu o segundo filho do casal: Gastão Luiz Lavigne. A vinda dos filhos, com o intervalo de um ano entre os mesmos, reforça a tese de que a médica encerrou a sua carreira para dedicar-se somente à sua família. Esse fenômeno verifica-se, pois segundo Petersen, “mesmo estando inseridas no mercado de trabalho, as mulheres não estão livres da obrigação de gerar filhos e construir uma família, ficando a profissão na grande maioria das vezes em segundo plano.”<sup>368</sup> Aliado a isso,

A imagem da mãe está relacionada à imagem de Maria, pura, assexuada, bondosa, aquele que é capaz de sacrificar-se constantemente, vivendo em função da família. O amor materno é considerado um dom natural. Daí a expressão popular *mãe desnaturada* (...) referindo-se à mãe que abandona o lar, deixando os seus filhos.<sup>369</sup>

Buscando se distanciar deste arquétipo, Elisabeth Badinter defende que “o amor materno é resultado de uma construção social e cultural, nada tendo a ver com instinto, fator sanguíneo ou um determinismo da natureza.”<sup>370</sup> Mesmo coadunado com o pensamento de Badinter de que o amor materno não se configura como algo inato, e por consequência obrigatório, não deixamos de compreender que a maternidade pode ter significado para Odília uma realização tão grande, e mesmo maior que as que já tinha conquistado na vida.

A morte de Luiz Gaston Lavigne, no dia 30 de setembro de 1923, fez com que a vida do casal mudasse bruscamente, pois Eusínio “neste ano, transferiu-se definitivamente para Ilhéus, saudoso e consternado, sobretudo na tentativa de atenuar o sofrimento do estado vidual da mãe, padecendo em sombria e desolada funestação”.<sup>371</sup> A presença de Eusínio em Ilhéus se fazia obrigatória junto a sua mãe e família. Era preciso resolver burocracias, tomar parte das posses de sua família, correr o inventário; sendo ele advogado era ideal que estivesse à frente. Além disso, havia a tristeza de sua

<sup>368</sup> BORSA, Juliane Callegaro; FEIL, Cristiane Friedrich. *O papel da mulher no contexto familiar: uma breve reflexão*. O portal dos Psicólogos, v. 185, p. 9, 2008.

<sup>369</sup> VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira. *Mulheres honestas, mulheres faladas: casamento e papéis sociais. Imagens Da Mulher na Cultura Contemporânea*. Bahia. Núcleo de Estudos Interdisciplinares Sobre a Mulher-(NEIM). UFBA, p. 208, 2002.

<sup>370</sup> BADINTER, 1985. APUD BORSA, Juliane Callegaro; FEIL, Cristiane Friedrich. *O papel da mulher no contexto familiar: uma breve reflexão*. O portal dos Psicólogos, v. 185, p. 4, 2008.

<sup>371</sup> LAVIGNE. José Léo. op. cit, p. 53 et seq.p.

mãe pela perda do marido, de quem Eusínio buscava “atenuar o sofrimento”. Apresentando esses argumentos parece elementar a mudança para Ilhéus de toda a família de Odília, já que estava intrínseca a máxima de que “uma boa esposa e mãe deve sacrificar-se constantemente pela família, vivendo em função dos outros.”<sup>372</sup> A matéria de capa, “A mulher e a Família”, no jornal *A Ordem*, em 1921, reforça o comportamento esperado para as mulheres.

É preciso, para a felicidade e para a boa organização da família, que a mulher respeite e se faça respeitada pelos filhos, e todos que a cercam, o marido como chefe, como ponto principal à volta do qual tudo se move e cuja direção tudo obedece. Tratando assim de se lhe unir as intenções de auxiliar, fundindo, deixe-nos assim dizer, as suas almas no desejo do bem.<sup>373</sup>

A médica, neste contexto aparentemente desfavorável, pode ter utilizado a crise como uma oportunidade de se aproximar de sua sogra que se encontrava abatida com a morte de Luiz Gaston, e até mesmo de outros membros da família Lavigne.

A Ilhéus das primeiras décadas do século XX já tinha se consolidado como grande produtora dos “frutos do ouro”, o cacau.

O final do século XIX e as primeiras décadas do século XX foram importantes para o povoamento, a integração e o desenvolvimento econômico do sul da Bahia, basicamente devido à cultura do cacau. Nesse período, o sul da Bahia foi um polo de atração de imigrantes nordestinos, principalmente de sergipanos, que se transformaram alguns em proprietários de terras e outros simples trabalhadores das roças de cacau.<sup>374</sup>

A cidade, em plena expansão, “já contava com uma população estimada em 64 mil habitantes. De acordo com Oliveira, deste total, 13.972 era de população urbana.”<sup>375</sup>

---

<sup>372</sup> VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira. Mulheres honestas, mulheres faladas: casamento e papéis sociais. *Imagens Da Mulher na Cultura Contemporânea*. Bahia. Núcleo de Estudos Interdisciplinares Sobre a Mulher-(NEIM). P. 209. UFBA, 2002.

<sup>373</sup> A MULHER e a família. *A Ordem*, Cachoeira, 1921, p. 1.

<sup>374</sup> DIAS, Marcelo Henrique; CARRARA, Angelo Alves. *Um lugar na história: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau*. Editus, p. 305, 2007.

<sup>375</sup> MOREIRA, Gilsélia Lemos. *Ilhéus, a terra da Gabriela cravo e canela: de espaço do cacau a espaço do turismo*. GeoTextos, v. 9, n. 1, p. 132, 2013.



(Praça Castro Alves, por volta de 1920.)

Refletindo essa expansão e prosperidade,

Na década de 1920, a cidade de Ilhéus experimentou uma série de transformações socioespaciais. De acordo com Oliveira (2008), entre os anos de 1924 e 1927 muitas obras de urbanização foram realizadas em Ilhéus. Podemos destacar o levantamento cadastral da cidade e de seus arredores; a elaboração do primeiro código de posturas municipais com detalhamento na parte de saneamento; o calçamento de mais de 10.000 m<sup>2</sup> de logradouros públicos; a construção do trecho inicial da Avenida Álvares Cabral (atual Soares Lopes) e a Avenida Dois de Julho; melhoramentos na Praça Antônio Pessoa, Visconde de Cairú e Rio Branco e construção das praças Rui Barbosa e Luiz Viana.<sup>376</sup>

Esse ambiente de transformação em que a cidade se encontrava, e que começava a ter ares cosmopolitas, pode ter atenuado a mudança de vida de Maria Odília e Eusínio. Isso de maneira alguma dissipava a tensão racial que um casal interracial, como era o caso de Eusínio e Odília, deve ter causado à sociedade ilheense. A própria experiência já discutida da família Lavigne, que estava intimamente ligada à escravidão, nos dá mostra de como uma mulher de cor, ainda que médica, pode ter causado espanto e incômodo às relações sociais estabelecidas.

Contando com o prestígio familiar, com as suas redes de sociabilidade e com sua experiência profissional desenvolvida durante quinze anos, o advogado logo “ascendeu vertiginosamente aos pináculos do êxito profissional, querido, respeitado e admirado pela sociedade ilheusense”,<sup>377</sup> e Odília começava a se integrar ao convívio com os Lavignes. No periódico *Diário de Ilhéus* foi veiculado, na seção “casamentos”, mais um enlace entre membros das tradicionais famílias Sá e Lavigne. Na ilustre ocasião,

---

<sup>376</sup> Ibidem.

<sup>377</sup> LAVIGNE. José Léo. op. cit, p. 54 et seq.p.

Consoiciaram-se nesta cidade, no dia 4 do mês findo, o sr. Antônio de Sá Vasconcelos, negociante desta praça, e a gentilíssima senhorinha Maria Leônina Lavigne Magalhães, distintos elementos da sociedade ilheense. Serviram de testemunhas do ato civil, presidido pelo dr. Arthur da Silva Conrado, o dr. João Correia júnior, e exma. esposa, por parte do noivo e o dr. Eusínio Lavigne e sua exma. esposa por parte da nubente.<sup>378</sup>

Apesar da menção enviesada das duas mulheres que serviram de testemunhas, verificamos que uma das “exmas. esposas” se trata de Maria Odília. A participação num evento tão importante quanto um casamento, e numa posição de prestígio como servir de testemunha, denota o estreitamento dos laços e um possível acolhimento dentro da dinâmica familiar dos Lavignes. Possibilidade que pode ser confirmada pela escolha do local para a realização da cerimônia, pois “os atos matrimônias foram realizados na residência do dr. Eusínio Lavigne, tio da noiva, e tiveram crescida comparência de elementos representativos dos nossos círculos sociais...”.<sup>379</sup> Odília não só participou da cerimônia de maneira formal, servindo de testemunha, como recebeu e ajudou a organizar, em seu lar, os festejos em que se encontrava a nata da sociedade ilheense.

### *3.3.1 Casamento e política*

O golpe de 1930 levou Eusínio Lavigne ao cargo de prefeito da cidade de Ilhéus. Membros de sua família já haviam ocupado cargos na intendência da cidade, sendo Arthur Lavigne e Eusínio considerados herdeiros diretos dos adamistas. Os adamistas correspondiam à força política liderada pelo coronel Domingos Adami de Sá. Esse grupo teve o controle político da cidade e região durante várias décadas e só foi enfraquecido com o revés político sofrido na transição do governo estadual baiano.

A Intendência esteve, então, a cargo de Artur Lavigne de Lemos, cuja interinidade durou até 1912, quando foi efetivado no cargo através das eleições municipais para o período 1912/ 1916. Porém, pouco tempo após ter sido empossado no cargo de intendente, Artur Lavigne foi deposto pelo interventor federal Bráulio Xavier, elemento de transição na passagem do poder estadual para as mãos de J. J. Seabra.<sup>380</sup>

A disputa política nacional protagonizada pelos conflitos entre as principais oligarquias do país e que levaria Getúlio Vargas à presidência foi o mote propício para que um herdeiro do adamismo voltasse ao poder. A posição de Eusínio foi confirmada,

---

<sup>378</sup> CASAMENTOS. Diário de Ilhéus. Ilhéus. P.3. 1925.

<sup>379</sup> Ibidem.

<sup>380</sup> RIBEIRO, André Luis Rosa. op. cit, p. 104. et seq.p..

ante a crise política que estava instalada no país, no artigo escrito ao jornal *Diário de Notícias*, intitulado “Ao tiro de guerra 500”.

Assumindo publicamente o ônus da responsabilidade de incitador deste organismo militar, concitando-o à sedição e revolta, o que se caracterizou na hora do embarque, no cais do porto. Findou-se a pegadilha entre comandantes e comandados, com a manobra afrontosa e sediciosa dos fuzis, pelos reservistas do tiro de guerra (...) Foi deste modo descumprida a ordem do governo federal para que os militares de Ilhéus fossem combater os insurretos.<sup>381</sup>

Durante a crise instalada, Maria Odília foi quem mais sofreu diante da possibilidade da prisão de seu marido, passando “em pervigílias noturnais, embalada não só pelo marchar em noctambulação<sup>382</sup> cadenciada dos reservistas do tiro de guerra 500”.<sup>383</sup> Naquele momento, a família Lavigne-Teixeira morava em uma casa à beira mar, nas praihas do Unhão, que facilmente poderia ser atacada por forças militares contrárias ao golpe orquestrado. Com a vitória do grupo de Vargas, o nome de Eusínio foi indicado para ocupar o cargo na prefeitura de Ilhéus. O advogado ficou neste cargo até o ano de 1937



384

Nesta situação, em que Eusínio deu uma cartada política arriscada, Maria Odília já se mostrava temerosa dos perigos que seu marido corria ao se colocar abertamente no jogo político. Talvez a impressão deste episódio, somado a outros que se seguiram, tenha contribuído para que Odília não fosse uma entusiasta da carreira

<sup>381</sup> LAVIGNE. José Léo. op. cit, p. 57 et seq.p.

<sup>382</sup> Ibidem. p. 58.

<sup>383</sup> Ato de andar à noite.

<sup>384</sup> Foto da casa de Odília e Eusínio nas “praihas” em Ilhéus.



política do marido. Segundo José Léo Lavigne, seu pai “[...] sacrificou a sua profissão e seu acervo econômico, sua liberdade e sua saúde.”<sup>385</sup> O acervo econômico teria sido “sacrificado” em virtude do Partido Comunista, do qual Eusínio fez parte.

Ao assumir a prefeitura em 1930, possuía três fazendas- Santa Helena, Indiana e Córrego do Ouro- saindo em 1937 com apenas uma, a Santa Helena, e foi intelectualmente, cerca de 30 anos, um dos maiores sustentáculos do partido comunista da Bahia e um dos seus esteios financeiros econômicos como seu leal profitente [...].<sup>386</sup>

No artigo “Nota complementar”, do jornal *Diário da Tarde*, o advogado reconheceu que, durante o seu casamento com Odília, “a empobreci, com minhas imprevidências e não lhe soube dar o devido conforto.”<sup>387</sup> Além da questão financeira, Odília viu-se no papel central da sociedade ilheense como primeira-dama. Já há quase sete anos morando na cidade de Ilhéus e aparentemente integrada à família Lavigne, é possível que Maria Odília tenha sentido mais confiança para desempenhar as atividades que se esperavam da consorte de um homem em alta posição política e social. Em diversos momentos decisivos nos anos que se seguiram à posse de Eusínio na prefeitura, Odília teve participação efetiva nos rumos da família Teixeira-Lavigne, sendo participante no momento de reveses políticos de seu companheiro.

No ano de 1934, o casal despediu-se de José Léo, seu filho mais velho que aos 13 anos mudou-se para Salvador para dar continuidade aos seus estudos no Colégio ginásio Americano.<sup>388</sup> O jovem tinha o “desejo era estudar Agronomia, mas foi influenciado por sua mãe a seguir a carreira médica, tradicional em sua família”, formando-se pela FAMEB, em 1948. Na influência exercida por Odília em seu primogênito para que perpetuasse a tradição da medicina em sua família, vemos mais uma vez o capital familiar sendo acionado. A partir de José Léo Lavigne, a família Teixeira estaria na quarta geração de médicos.<sup>389</sup> Talvez buscando atender às outras demandas familiares, o filho mais novo do casal, Gastão Luiz Lavigne, desenvolveu a carreira de agrônomo. Nas carreiras dos filhos de Eusínio e Odília observamos objetivamente o projeto familiar de que se perpetuassem entre os herdeiros os principais

---

<sup>385</sup> Ibidem. p.54.

<sup>386</sup> LAVIGNE. José Léo. op. cit, p. 60 et seq.p.

<sup>387</sup> LAVIGNE. José Léo. op. cit, p. 135 et seq.p.

<sup>388</sup> HEINE, Maria Luiza. op. Cit.

<sup>389</sup> A tradição começou com Matias Moreira Sampaio, seguido do sobrinho José Pereira Teixeira, que passou o legado aos seus filhos, Maria Odília e Joaquim Teixeira. José Léo Lavigne deu continuidade a essa transmissão familiar, que foi seguida por seu filho Eusínio Lavigne Neto.

legados do casal. De um lado, a carreira de “família”: a altamente prestigiosa medicina; e de outro, a profissão que podemos considerar útil, sendo os Lavignes consagrados produtores de cacau.

Dois anos após enviar José Léo a Salvador, Maria Odília recebeu a triste notícia da morte de seu pai. O velho médico Teixeira, que há anos residia na cidade de Irará, chegava ao fim de sua vida acometido de uma “oclusão intestinal.”<sup>390</sup> Decerto, a fatídica notícia causou enorme comoção na família Teixeira-Lavigne. Seu genro Eusínio dedicou o artigo intitulado “Dr. José Pereira Teixeira”, que foi veiculado no jornal *A Ordem*, em Cachoeira, cidade na qual o médico passou a maior parte de sua vida. No texto, foi destacada a sua atuação profissional.

Já envelhecido com o organismo combalido pelo excesso de trabalho e pertinaz enfermidade, adquirida no labor cotidiano do sublime sacerdócio, mesmo assim nunca desanimou, nunca recusou os seus serviços clínicos a quem deles precisasse e onde, qualquer hora do dia ou da noite, fosse solicitada a sua presença. Quer no domicílio opulento do abastado ou no tugúrio humilde de pobre, aí estava ele com a solícitude e abnegação que lhe eram peculiares.<sup>391</sup>

O teor do referido artigo nos dá mostras do prestígio e orgulho com que o médico era reverenciado por sua família. Argumentação que se repete, quase duas décadas mais tarde, no ano de 1953, em carta endereçada ao político e escritor Ruy Santos, em que Maria Odília parte em uma defesa indignada da memória de seu pai.

Sabendo da intenção de Santos em escrever um livro intitulado “Teixeira, Moleque. Um viciado em morfina”, que seria inspirado na vida de José Teixeira, Odília recorreu à pena para “zelar a memória que nos é sagrada, de quem foi tão útil à sociedade”. Em seu determinado texto, o primeiro tópico que a médica busca esclarecer é a alcunha dada a seu pai de “moleque”, explicando que

A estudantada gozava com as caçoadas, com as brincadeiras estonteantes, com a constante presença de espírito e com as travessuras do colega, nas múltiplas manifestações da crítica satírica, da malícia, do dom de gracejar com alta inteligência. Essa era a “molecagem” do Teixeira.<sup>392</sup>

---

<sup>390</sup> Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais. Certidão de inteiro teor.

<sup>391</sup> LAVIGNE. Eusínio. op. cit, p.114 et seq.p.

<sup>392</sup> Ibidem, p 119.

Outro ponto que a ofendia mordazmente era a insinuação de que seu pai foi um morfinomaniaco. Neste ponto, Odília buscou se munir de provas a favor da honra de José Teixeira.

Como prova de que não se tratava de um viciado irresponsável, tomamos a maior liberdade de lhe enviar cópia ao Dr. José Olympio da Silva. E como prova de que a morfina não destruiu o seu patrimônio moral, remetemos-lhe mais as duas cartas, do Dr. Freire dos santos e do dr. José Olympio, dentre algumas que pudemos ainda encontrar, não só desses, como de outros eminentes médicos e intelectuais que lhe atribuíram sempre estima e admiração.<sup>393</sup>

Arrematando o seu apaixonado protesto a favor do pai, a médica chama a atenção de Rui Santos para a responsabilidade que este tinha como escritor; e coloca-se à disposição para qualquer esclarecimento. Santos, em resposta a sua carta, inicia sua réplica contando “o prazer que a li e reli.”<sup>394</sup> O escritor com essa explicação mostrou-se admirado com a vultosa e apaixonada defesa que Odília fez a seu pai. Com o objetivo de esclarecer o teor de sua obra, Santos explica que “não pretendia – como não pretendo – escrever uma biografia, e sim um romance.”<sup>395</sup> Nesse romance, o autor só utilizaria a vida de José Teixeira como inspiração para o seu personagem, mudando características importantes como a história de sua ascendência e o desenrolar de sua vida. Como já pudemos constatar, no capítulo um a história apresentada por Rui Santos nos oferece um herói idealizado da figura do verdadeiro Teixeira; que, alguns momentos se aproxima e em outros se distancia completamente de sua experiência. Rui finaliza sua resposta assegurando que

O herói do meu “Teixeira moleque” não despertará protestos dos que, tendo conhecido o verdadeiro, queiram confundi-los num só. [...] Nem a memória do velho dr. Teixeira, nem da estima de sua filha, me permitirei que a obra do romancista esmaça.<sup>396</sup>

Não sabemos se a resposta e o romance agradaram Maria Odília. O que sabemos é que a sua coragem e iniciativa para defender algo que lhe era caro mostram que ela conservava em si características que em sua mocidade a levaram ao curso de medicina da FAMEB, e que na vida adulta a fortaleceram para enfrentar o mundo do trabalho como médica.

---

<sup>393</sup> Ibidem, p. 120.

<sup>394</sup> Ibidem, p. 121.

<sup>395</sup> Ibidem.

<sup>396</sup> Ibidem, p. 120.

Menos de um ano após a morte do seu pai, Maria Odília sofreu outro duro golpe: a morte de sua mãe. Mais uma vez Eusínio escreveu um artigo, agora em homenagem à sua sogra. Como já discutido, naquele momento Josephina Luiza foi retratada por seu genro como a companheira oficial de José Teixeira, sendo inclusive referida com o sobrenome do médico. Foi destacada na sua trajetória a união que manteve com o médico, suas qualidades morais e abnegação com que levou a vida.

Assim viveu essa matrona do bem e do amor a partilhar, por onde passasse, da sorte dos necessitados e a suportar, as vicissitudes da vida, sem queixume nos lábios e com alegria na alma.<sup>397</sup>

Diferente das exaltações profissionais e intelectuais feitas a José Teixeira, Eusínio buscou laurear Josephina Luiza a partir do ideário tradicional que se tinha sobre as mulheres que abdicam de suas vidas, de sua felicidade, em favor de suas famílias.

Em 1937, outra grande convulsão política no país, que deu início ao Estado Novo, levou Eusínio à deposição da prefeitura e à prisão. O Brasil passava por um acirramento político entre forças que se opunham, como o integralismo e o comunismo, sendo o ambiente propício para que Getúlio Vargas desse um golpe de Estado e implementasse um novo regime dentro de seu governo.

Apoiado pelos Generais Góis Monteiro (Chefe do Estado-Maior do Exército) e Eurico Gaspar Dutra (Ministro da Guerra) e ante uma nova decretação de “estado de guerra” pelo Congresso Nacional, em 10 de novembro de 1937 Getúlio Vargas toma de assalto o poder, fechando o Congresso Nacional. Seria o início do que Getúlio Vargas denominou de “nascido da nova era”, e, por outorga, passou a vigor a Constituição de 1937, indelevelmente marcada por fortes traços fascistas e autoritários, que instalou a ditadura – “Estado Novo”.<sup>398</sup>

Eusínio explica o motivo de seu cárcere ante o novo regime: “[...] fui preso, por ‘comunista’. O pretexto foi ter eu apoiado, de acordo com o governador, Juracy Magalhães, a candidatura de José Américo, sustentada pelos democratas”. E arremata que “se houvesse aderido ao pensamento de Getúlio e tramado contra a Constituição, nada me teria acontecido.”<sup>399</sup>

---

<sup>397</sup> Ibidem. p.116.

<sup>398</sup> MENDONÇA, Alberto Hora. *Direitos Humanos e democracia no Estado Novo*. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/31369/direitos-humanos-e-democracia-no-estado-novo>. Acesso: 06 mar 2020.

<sup>399</sup> LAVIGNE, Eusínio. *Regionalismo literário*. Salvador, Ba. Edições Gernasa, p. 143, 1971.

Com sua prisão “foi um rebuliço na cidade, uma agitação inusitada, uma romaria de intermináveis visitas ao prefeito injustamente encarcerado”<sup>400</sup>; personalidades ilheenses, em solidariedade à situação de Eusínio, enviaram cartas de apoio a Maria Odília. Dentre elas, destaca-se a Madre Thais, madre superiora do convento Nossa Senhora da Piedade, que tentou confortá-la.

[...] queremos que saibais que, mais do que nunca, a nossa oração vos acompanha, impetrando de Nosso senhor as graças de força e coragem de que precisais nestes dias aflitíssimos. A Rer. Madre Maria Thais envia-vos a expressão de sua profunda simpatia; esta noite, passou-a orando por vós. Com alta consideração e súbito apreço, subscreve-me, confessando que compartilho da aflição em que vos achais.<sup>401</sup>

Na carta em que responde ao amigo Sabino Moreira, podemos entender o nível de indignação que Odília se encontrava frente à prisão de seu marido.

Nesta época de indiferença e insensibilidade em que os detentores do poder, neste ou naquele setor, revelam o egoísmo, a vaidade, na ânsia, para seu próprio relevo, de esmagar dignidades e amesquinhar reputações, abafar nobres sentimentos, para saciar o orgulho de glórias efêmeras.<sup>402</sup>

Somente quatro meses após sua prisão, Eusínio Lavigne foi solto. Esse episódio pode ter contribuído para que o advogado tenha enfim acatado os pedidos de sua esposa, retirando-se da linha de frente da política. Coadunando com essa possibilidade, podemos entender que os anos em que Odília vinha acompanhando a vida pública de Eusínio tornaram-se um cenário onde ela pôde desenvolver um papel de relevância. Estando ao seu lado em ocasiões decisivas, como em 1928, “(...) ano em que fundou o Centro Cultural Democrática juntamente com sua esposa, Odília Teixeira Lavigne, e os senhores Misael Tavares, Helvécio Marques e José de Araújo Goes.”<sup>403</sup> Mesmo dentro do contexto patriarcal, muitas mulheres como Maria Odília, “ali teciam suas estratégias de resistência e convivência no cotidiano, exercendo os papéis tradicionalmente atribuídos ao sexo feminino.”<sup>404</sup>

<sup>400</sup> LAVIGNE. José Léo. op. cit, p. 139 et seq.p.

<sup>401</sup> LAVIGNE. Eusínio. *Os meus 87 anos outros assuntos*. Salvador, Bahia. Editora Mensageiro da Paz. 1971. p. 13.

<sup>402</sup> Ibidem p.14.

<sup>403</sup> CARVALHO, Philipe Murillo Santana. *Trabalhadores, política e a Revolução de 1930 em Ilhéus, Bahia*. Mundos do Trabalho, v. 6, n. 12, p. 218, 2014.

<sup>404</sup> BRANDÃO, Silmária Souza. *Linhas partidas: viuvez, gênero e geração em Salvador (1850-1920)*. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2013.

Eusínio permaneceu politicamente ativo em outras instâncias, concorrendo em 1946 ao cargo de deputado pelo Partido Comunista, alcançando 621 votos. Neste ano, frustrando as expectativas do partido, só foram eleitos 2 deputados, a saber: Giocondo Dias e Jaime Maciel<sup>405</sup>. Ainda que não tenha logrado a posição de deputado, Eusínio continuou sendo um articulista importante para o partido. Exemplo disso, além da já explanada contribuição econômica ao Partido Comunista, é que em pelo menos dois momentos Odília e Eusínio receberam Luis Carlos Prestes em sua residência em Salvador.<sup>406</sup> Depois do evento traumático da prisão de Eusínio, o casal retirou-se definitivamente de Ilhéus e passou a residir em Salvador.

### 3.3.2 *Uma vida*

A partir de 1938, Maria Odília, juntamente com a sua família, passou a residir em Salvador, inicialmente “numa casa de aluguel, no Barbalho, próxima do terreno onde seria construída outra casa, junto da antiga que meu pai vendeu e que desconfio tenha ele carregado boa parte do valor da venda para o PC”.<sup>407</sup> Em Salvador, Odília, ao longo dos anos, viu sua família crescer e pôde envelhecer ao lado de Eusínio. Mesmo com as obrigações familiares sendo atenuadas com o casamento de seus filhos, Odília se manteve convicta na decisão de encerrar a sua carreira como médica. No entanto, a médica não perdeu de todo o contato com a sua formação; em 1959, participou das comemorações do cinquentenário de sua formação junto aos “20 que sobreviveram aos 55 da época.”<sup>408</sup> Nas comemorações que se seguiram, houve “reprodução da missa na mesma igreja da Piedade, como em 1909, e lauto almoço bucólico de confraternização.”<sup>409</sup> Odília demonstrava manter os laços com os colegas ainda vivos da FAMEB. Utilizando sua perícia na gramática, manteve a parceria com Eusínio, corrigindo e editando alguns livros e artigos que vez por outra ele publicava.

Em 1971, o casal quitou a hipoteca de uma aquisição feita por Maria Odília em 1964. Tratava-se da “Mansão Nossa Senhora do Perpetuo Socorro”<sup>410</sup>, localizada em Dias D’ávila, em Camaçari. A propriedade contava com uma área total de 1400 m<sup>2</sup> e foi

<sup>405</sup> SOTERO, Edilza. Os candidatos do povo: O PCB e a construção da representação do candidato 'popular' (1945 – 1948). 38º Encontro Anual da Anpocs. p. 21. 2014.

<sup>406</sup> Ibidem. p. 208.

<sup>407</sup> Ibidem. p. 203.

<sup>408</sup> LAVIGNE. Eusínio. op. cit, p. 87 et seq.p.

<sup>409</sup> Ibidem p. 89.

<sup>410</sup> Apeb. Seção Judiciário. Série: Escritura. Est:18. Cx., 636, Doc. 20, Fl 21.

comprada pelo valor de um milhão e quinhentos mil cruzeiros. A precaução com essa questão imobiliária e burocrática refletia a preocupação de ambos em resolver pendências de seu patrimônio, pois o casal naquela esta altura já se encontrava em idade avançada. Prova disso é o último diálogo travado pelos companheiros de uma vida, que é reproduzido pelo seu filho José Léo. Odília “dirigia-se ao hospital, para internar-se. Estava desenganada, porém, eles não sabiam”; Eusínio, talvez já pressentindo o adeus derradeiro, pediu:

Odília, minha querida, esqueceu-se de dar corda no meu relógio. Talvez como um pretexto inconsciente, imantado de amor, para retê-la por mais tempo junto a si. (...) Aproveitou-se para repetir as despedidas carinhosas e foi-se, definitivamente, para nunca mais se verem.<sup>411</sup>

Ainda em 1971, Maria Odília faleceu acometida por câncer de pâncreas. Eusínio, “macambúzio, ficou envolvido na solidão do manto da saudade”<sup>412</sup>, morreu dois anos depois, mas não sem antes prestar uma homenagem a sua companheira, ao dedicar-lhe o livro “Os meus 87 anos e outros assuntos”.

Em regra os casamentos começam com flores e risos e terminam com espinhos e as dores da morte. Eu e Odília, espíritas, desencarnaremos felizes, porque cumprimos, resignada e humildemente, sem ódios, a nossa tormentosa provação.<sup>413</sup>

De acordo com sua doutrina, foi-lhe respeitado o desejo de ser enterrada em cova rasa no cemitério de Brotas, em Salvador. O santelmo da série de 1909 da Faculdade Medicina da Bahia tornava-se encantada.<sup>414</sup>

---

<sup>411</sup> LAVIGNE. José Léo. op. cit, p. 265 et seq.p.

<sup>412</sup> Ibidem. p. 265.

<sup>413</sup> Nota de abertura (dedicatória). LAVIGNE. Eusínio. *Os meus 87 anos outros assuntos*. Salvador, Bahia. Editora Mensageiro da Paz. 1971

<sup>414</sup> Texto retirado da Galeria dos Professores encantados da FAMEB, e da qual Maria Odília faz parte. De acordo com o médico e escritor Guimarães Rosa, “as pessoas não morrem, ficam encantadas”. Desse modo, redefinindo o nome nesta seção, damos continuidade à “Galeria de Professores Falecidos” feita pelo prof. Eduardo de Sá Oliveira, de 1808 a 1946, publicada pela UFBA em 1992. Essa nova Galeria, que apresenta breves notas biográficas, toma como referência o encantamento dos docentes a partir de 1947, mas fará registros anteriores daqueles professores que foram protagonistas na história desta Faculdade que, em geral por não serem catedráticos, não foram contemplados pela Memória Histórica de Eduardo Oliveira.

## Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo observar um “mundo” através de uma lente. Este mundo seria o cenário encontrado por mulheres e homens de cor logo após a abolição do regime escravagista no Brasil. A lente que utilizamos foi a trajetória da médica Maria Odília Teixeira. O principal desafio que se apresentou neste processo foi o de não perder de vista o “mundo” e a “lente”, entendendo que só seria possível a realização balizada deste estudo se não perdêssemos de vista a importância que ambos tinham.

A análise das fontes nos possibilitou reconhecer e nos aproximar da experiência de Odília, e sobretudo do contexto que ela nos trazia, em um local de observação privilegiado, já que se tratava de uma trajetória excepcional ao mesmo tempo em que era comum. Foi preciso equilíbrio para entender essa excepcionalidade, pois como visto, a médica faz parte de um grupo seletivo de mulheres que conseguiram acessar o ensino superior num período em que a maior parte das mulheres brasileiras mal aprendeu as primeiras letras – isso se levamos em consideração que esse grupo de mulheres pertencia às classes abastadas ou tinham o capital familiar que permitia tal oportunidade. No período vivido por Odília, existiram inúmeras outras mulheres de cor, ou não, que buscaram ascender elaborando e empreendendo diversas estratégias de luta contra uma sociedade patriarcal, um mundo machista. Aqui recorreremos à fala de Angela Davis que, apesar de contemporânea, representa essa inflexão feminina ante o patriarcado: "quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela, porque tudo é desestabilizado a partir da base da pirâmide social onde se encontram as mulheres negras, muda-se a base do capitalismo."<sup>415</sup>

Neste estudo, encontramos limites impostos pela falta de algumas fontes. Infelizmente, esbarrei no fechamento do arquivo da Faculdade de Medicina da Bahia, isso fez com que perdêssemos o ponto de vista institucional à época da passagem de Maria Odília pela faculdade. A negativa em encontrar uma fonte direta produzida pela própria médica, que lançasse luz sobre a sua experiência na FAMEB e principalmente versasse como sentia e pensava a sua condição racial, foi outra fronteira a ser reconhecida e transpassada para que a pesquisa não se esvaziasse. Novamente não podíamos perder de vista a importância do “mundo” na falta da “lente”.

---

<sup>415</sup>ALVES, Alê. Angela Davis: “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”. El País. Salvador, 27 de julho de 2017. Feminismo.



Mais do que fazer “revelações bombásticas” ou trazer à tona facetas desconhecidas do seu personagem, o biógrafo deve sugerir respostas para questões como o funcionamento concreto de determinados mecanismos sociais e sistemas normativos, a pluralidade existente por detrás de grupos e instituições tradicionalmente vistos como homogêneos, a construção discursiva e não discursiva dos indivíduos, as margens de liberdade disponíveis às pessoas em diferentes épocas, entre outras.<sup>416</sup>

No que tange ao recorte temporal, foi preciso retroceder para avançar. Tendo em vista a importância que a questão racial tinha para Maria Odília, e que isso era o fator de relevância específica para este estudo, voltar às origens, à sua ascendência, tornou-se obrigatório. Logo, a datação escolhida de 1884, por ser o seu ano de nascimento, tornou-se um referencial mas não foi um agente limitador para que voltássemos até meados do século XIX. A data escolhida como limite, que de início nos trazia certo incômodo por simbolizar a ruptura com o contexto de Ilhéus, e por conseguinte estava ligada à trajetória política de Eusínio, marido de Odília, continuou sendo um marcador importante. Entendemos que utilizar esse momento chave para a família Lavigne-Teixeira de maneira alguma minimiza ou sobrepuja a importância e centralidade da figura de Odília.

Sobre as questões centrais desta trajetória, destaco que a possibilidade de estudar, dedicando-se primeiro ao curso de Ciências e Letras para depois adentrar na Faculdade de Medicina, foi alçada diretamente pela ascendência de Maria Odília. O prestígio que seu pai, José Pereira Teixeira, um médico branco, tinha foi crucial para que a jovem pudesse fazer parte do mundo das letras recém-conquistado por uma parcela das mulheres da elite. Junto a esse prestígio, o patrocínio de seu irmão mais velho, Tertuliano Teixeira, viabilizou a sua formação que era altamente cara. Aproveitando-se desses elementos, Maria Odília desenvolveu com dedicação o curso no Ginásio da Bahia, o que permitiu sua entrada na FAMEB. Para se matricular na instituição, além de dinheiro era necessário ter um conhecimento prévio de alto nível que só era adquirido pelos filhos da elite, ou por mulheres como Odília, que utilizando uma brecha ousavam tentar.

Outro ponto significativo foi acompanhar a sua carreira junto às de outras pioneiras, os limites impostos e as suas possibilidades. Iniciando sua clínica em Cachoeira e São Félix, sua terra natal, a jovem médica contou novamente com o capital

---

<sup>416</sup> SÁ AVELAR, Alexandre. *A biografia como escrita da História: possibilidades, limites, tensões*. Dimensões, n. 24, p. 169, 2010.

familiar de seu pai, que a esta altura era um médico experiente e respeitado na região. Neste contexto foi possível traçar um panorama entre a sua carreira e a de seu irmão, o também médico Joaquim Teixeira. Utilizando a perspectiva de gênero, foi possível entender o mundo do trabalho que se apresentava aos jovens médicos que dividiam a condição racial, mas diferiam no gênero. Explorando suas possibilidades, a médica não só conquistou uma grande clientela no Recôncavo, como alçou voo à Faculdade de Medicina, vindo a ocupar o cargo de Auxiliar de cadeira de Ensino. Esse cargo atualmente é reconhecido pela instituição como o de professora, o que torna Maria Odília a primeira professora negra da FAMEB.

Na última grande questão deste estudo, foi possível discutir a encruzilhada que se apresentou para Maria Odília. Ao contrair matrimônio com Eusínio Lavigne, proeminente advogado, e de família de tradicionais cacauicultores de Ilhéus, a médica encerrou sua vida profissional. Esse acontecimento nos permitiu discutir as possibilidades apresentadas às mulheres que tinham conseguido acessar o ensino superior e que desenvolveram carreiras produtivas. Muitas se mantiveram solteiras, outras casaram e conseguiram desenvolver a profissão; outras, como no caso de Odília, tiveram que escolher, ou escolheram a vida familiar, os filhos e o casamento. Esta, sem dúvidas, foi uma das questões mais sensíveis deste estudo que buscou investigar as alternativas que a médica tinha; além de entender a sua subjetividade enquanto mulher do início do século XX dentro de um casamento interracial.

Por fim, entendemos que a contribuição deste estudo se faz na emergência de sua temática. Desde 2011 as mulheres são maioria dentre os estudantes de medicina no Brasil. A vitória no dado apresentado é inegável, no entanto o que estes números não revelam é que as mulheres ocupam mais o serviço público e ganham menos do que seus colegas homens.<sup>417</sup> Quando entramos no corte racial, não há um dado consolidado sobre as mulheres negras na medicina, o que por si só é alarmante. Mais preocupante ainda é observarmos o indicador de que apenas 10,4% das mulheres negras brasileiras terminam o curso superior.<sup>418</sup> Mais de um século após a formatura de Maria Odília, e ainda é quase impossível sermos atendidas por uma médica negra. Essas tristes constatações nos levam a perceber como nossas estruturas sociais permanecem imbricadas com nosso passado escravagista, e que é urgente darmos passos largos em busca das rupturas e de

---

<sup>417</sup> *MULHERES são maioria entre os novos médicos*. SIMERS. Disponível em:

<http://www.simers.org.br/noticia/mulheres-sao-maioria-entre-os-novos-medicos>. Acesso: 03 jul 2016.

<sup>418</sup> Por Redação. Pesquisa IBGE: Somente 10,4% das mulheres negras completam o ensino superior. Fórum. 7 de março de 2018.

pôr “o mundo de ponta cabeça.”<sup>419</sup>

---

<sup>419</sup> Menção feita em alusão a obra de HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça: idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

## Referências

ABREU, Maira et al. *O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole-Claude Mathieu*. Recife: SOS Corpo, 2016.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. *Teodoro Sampaio e Rui Barbosa no tabuleiro da política: estratégias e alianças de homens de cor (1880-1919)*. Revista Brasileira de História, vol. 35, núm. 69, janeiro-junho, 2015, p. 1-17 Associação Nacional de História São Paulo, Brasil.

\_\_\_\_\_. *Deuses e heróis nas ruas da Bahia: identidade cultural na Primeira República*. Afro-Ásia nº 18, p.103-124. 1996.

ALVES, Alê. Angela Davis: “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”. El País. Salvador, 27 de julho de 2017. Feminismo.

AMARAL, Marivaldo Cruz do. "Da comadre para o doutor": a maternidade Climério de Oliveira e a nova medicina da mulher na Bahia Republicana (1910-1927). Dissertação de Mestrado. UFBA, 2005.

ANDRETA, Bárbara Loureiro; ALÓS, Anselmo Peres. *A voz e a memória dos escravos: Úrsula, de Maria Firmina dos Reis*. identidade!, v. 18, n. 2, p. 194-195, 2014.

ARAÚJO, Dilton. Republicanismo e Classe Média em Salvador 1870-1889. Salvador. UFBA, 1992.

ASTIN, 1984. e.g., Hoffman, Goldsmith, & Hofacker, 1992. Apud. SILVA, Ana Daniela; TAVEIRA, Maria do Céu. *Educação e desenvolvimento de carreira das mulheres*. Ex aequo, n. 25, p. 165-178, 2012.

AZEVEDO, Thales de. *As elites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social & Classes sociais e grupos de prestígio*. Brasileira, 1955.

BADINTER, 1985. APUD BORSA, Juliane Callegaro; FEIL, Cristiane Friedrich. O papel da mulher no contexto familiar: uma breve reflexão. O portal dos Psicólogos, v. 185, 2008.

BARBOSA, Ivan. *Tobias Barreto e a Sociologia no Brasil*. Cadernos de Estudos Sociais, v. 27, n. 1, 2012.

BARBOSA, Elizabete Pereira. *A fábrica, a casa e a escola: as políticas de educação para a infância no Recôncavo fumageiro da Bahia (1925-1946)*. PPGH-UFBA, 2016.

BARRETO, Maria Renilda Nery. *Assistência ao nascimento na Bahia oitocentista*. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 15, n. 4, p. 901-925, 2008.

BEBIANO, Rui. *Sobre a história como poética*. Revista de História e Teoria das Ideias, v. 21, p. 59-86, 2000.

BEAUVOIR, 1987. Apud FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho. Gênero e escolha profissional. FERREIRA, Silvia Lúcia; NASCIMENTO, Enilda Rosendo do. *Imagens da mulher na cultura contemporânea*. Salvador: NEIM-UFBA, v. 7, 2002.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. São Paulo: Zahar, 2002.

BORGES. Rezende, Valdeci. *História e Literatura: Algumas Considerações*. Revista de Teoria da História. Ano 1, número 3, junho/2010.

BORSA, Juliane Callegaro; FEIL, Cristiane Friedrich. *O papel da mulher no contexto familiar: uma breve reflexão*. O portal dos Psicólogos, v. 185, 2008.

BRANDÃO, Silmária Souza. Linhas partidas: viuvez, gênero e geração em Salvador (1850-1920). Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2013.

BRENES, 1991. Apud SOUZA FILHO, J.A. *O ensino da clínica obstétrica na Universidade da Bahia*. Salvador, Ed. da Universidade Federal da Bahia, 1967.

CAMPOS, Lucas Ribeiro. Sociedade Protetora dos Desvalidos: mutualismo, política e identidade racial em Salvador (1861-1894). Dissertação (Mestrado PPGH). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2018.

CARVALHO, Marília Gomes; CASAGRANDE, Lindamir Salette. *Mulheres e ciência: desafios e conquistas*. INTERthesis: Revista Internacional Interdisciplinar, v. 8, n. 2, 2011.

CARVALHO, Philippe Murillo Santana. *Trabalhadores, política e a Revolução de 1930 em Ilhéus, Bahia*. Mundos do Trabalho, v. 6, n. 12, 2014.

CERQUEIRA, Jucimar. Úteis a si e à pátria: escolas noturnas para trabalhadores na Bahia. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2018.

COLLING, Ana. *A construção histórica do feminino e do masculino. Gênero e cultura: questões contemporâneas*. v. 1, 2004.

\_\_\_\_\_. *AS PRIMEIRAS MÉDICAS BRASILEIRAS- Mulheres à frente de seu tempo*. FRONTEIRAS: Revista de História, v. 13, n. 24, p. 169-183, 2012.

CORREIA, Messias Nunes; DO CARMO GONÇALVES, Cláudio. *Lugares de memória. As memórias do progresso no romance de Jorge Amado*. Revista Garrafa, v. 11, n. 35.

COSTA, Hilton. *Hierarquias brasileiras: a abolição da escravatura e as teorias do racismo científico*. Comunicação apresentada no III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional: Florianópolis, 2007.

COSTA, Iraneidson Santos. *A Bahia já deu Régua e Compasso: o saber médico legal e a questão racial na Bahia, 1890-1940*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.

COSTA, Robson Xavier. *Imagens na História: imaginação histórica e história visual*. ERAS: European Review of Artistic Studies, v. 1, n. 2, 2010.

CITELI, Maria T. *Mulheres nas ciências: mapeando campos de estudo*. cadernos pagu (15). Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero–Pagu/Unicamp, 2000.

CURTI-CONTESSOTO, Beatriz; BARROS, Lidia Almeida. *Termos denominativos dos conceitos de rompimento e de dissolução do casamento na história do Brasil*. Revista Digital Internacional de Lexicologia, Lexicografia y Terminología, n. 1, 2018.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Boitempo Editorial, 2016.

DIAS, Marcelo Henrique; CARRARA, Angelo Alves. *Um lugar na história: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau*. Editus, 2007.

DICK, Sara Martha. *Políticas públicas para o ensino secundário feminino na Bahia–1883 a 1930*, 2004.

EDLER, Flávio Coelho. *A Escola Tropicalista Baiana: um mito de origem da medicina tropical no Brasil*. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 9, n. 2, p. 361-362, 2002.

ENGEL, Magali Gouveia. “Anna Teófila Filgueiras Autran (1856-1933): gênero, trajetória intelectual e sociabilidades em Salvador”. Congresso da UFBA (Universidade Federal da Bahia), 2018.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Desafricanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador 1890-1937*. Afro-Ásia, n. 21-22, 2017.

FIGUEIRÔA, Meirevandra Soares et al. *Matéria livre... espírito livre para pensar: um estudo das práticas abolicionistas em prol da instrução e educação de ingênuos na capital da província sergipana (1881-1884)*. Dissertação (Mestrado). Núcleo de Pós Graduação em educação. Universidade Federal de Sergipe, 2007.

FONSECA, Carolina Ferreira da. *Forte da capoeira: esquivas entre espetáculo e resistência em Salvador*, 2009.

FRAGA FILHO, Walter. *Migrações, itinerários e esperanças de mobilidade social no Recôncavo baiano após a Abolição*. Cadernos AEL, v. 14, n. 26, 2010.

FRANKLIN, Naila Ingrid Chaves. *Raça, gênero e criminologia: reflexões sobre o controle social das mulheres negras a partir da criminologia positivista de Nina Rodrigues*. 2017. 150 f. Dissertação (Mestrado em Direito) Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito*. Editora Companhia das Letras, 2003.

GOUVEIA, REGIANE. *“América Latina Enferma”*: racismo, positivismo e hispanidad no pensamento político latino-americano de fins do século XIX e início do XX. Comunicação, 2016.

HEINE, Maria Luiza. *Dra. Odilia Lavigne, uma mulher para ser lembrada*. In: HEINE, Maria Luiza. Ilhéus... Com amor! A história de São Jorge dos Ilhéus. Ilheus-BA, 25/03/2010. Disponível em: <https://ilheuscomamor.wordpress.com/2010/03/25/dra-odilia-lavigne-uma-mulher-para-ser-lembrada/> Acesso: 20 abr 2019.

HEINE, Maria Luiza. *Uma Mulher especial*. Folha da Praia, seção Nossa História, Ilhéus, ano 19, n. 130, 2010.

HELG, Aline. *Lo que nos corresponde: La lucha de los negros y mulatos por la igualdad en Cuba, 1886-1912*. Imagen Contemporánea, 2000.

HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça: idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

JACÓ-VILELA, Ana Maria; DO ESPÍRITO SANTO, Adriana Amaral; STUDART PEREIRA, Vivian Ferraz. Medicina legal nas teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1830-1930): o encontro entre medicina e direito, uma das condições de emergência da psicologia jurídica. *Interações*, v. 10, n. 19, 2005.

KELLER, Evelyn Fox. *Qual foi o impacto do feminismo na ciência*. *Cadernos pagu*, v. 27, n. 27, 2006.

LIMA, Ari. *A legitimação do intelectual negro no meio acadêmico brasileiro: negação de inferioridade, confronto ou assimilação intelectual?* *Afro-Ásia*, n. 26, 2001.

LIMA, Déborah Kelman. *O Banquete Espiritual da Instrução: o Ginásio da Bahia, Salvador: 1895-1942*. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2003.

LOPES, Juliana Serzedello Crespim. *Identidades políticas e raciais na Sabinada (Bahia, 1837-1838)*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2013.

LOPES, Maria Margaret et al. *“Aventureiras” nas ciências: Refletindo sobre gênero e história das ciências naturais no Brasil*. *cadernos pagu*, 2012.

LUZ, José Augusto Ramos. *Um olhar sobre a educação na Bahia: a salvação pelo ensino primário (1924-1928)*. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2009.

MACHADO, Luana Verena Nascimento. *Poder feminino e identidade na Irmandade da Boa Morte*. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2013.

MARTINS JÚNIOR, J. A. Afetividade e sexualidade entre casais negros: a intimidade como reflexo e construção das relações raciais no Brasil. In: XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, 2011, Salvador.

MÉDICOS ilustres da Bahia e de Sergipe. 268- *Mathias Moreira Sampaio*. Disponível em: < <http://medicosilustresdabahia.blogspot.com.br/2011/02/268-mathias-moreira-sampaio.html>>. Acesso: 13 mar 2018.

MEMÓRIA Bahia. Disponível em: <http://memoria.org.br/pub/meb000000340/rpebahia1926/rpebahia1926.pdf>. Acesso: 16 jan 2018.

MENDES, Hugo Santiago. *A BAHIA CHORA “LÁGRIMAS DE SANGUE”. O BOMBARDEIO DA CIDADE DO SALVADOR: morte, rebeldia e disputa de poder na Bahia republicana da década de 1910*. VIII Encontro Estadual de História. ANPUH BA. Ferira de Santana, 2016.

MENDONÇA, Alberto Hora. *Direitos Humanos e democracia no Estado Novo*. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/31369/direitos-humanos-e-democracia-no-estado-novo>. Acesso: 06 mar 2020.

MOREIRA, Gilsélia Lemos. *Ilhéus, a terra da Gabriela cravo e canela: de espaço do cacau a espaço do turismo*. GeoTextos, v. 9, n. 1, 2013.

MOUTINHO, apud, PACHECO, Ana Cláudia Lemos. *Raça, gênero e relações sexual-afetivas na produção bibliográfica das Ciências Sociais brasileiras? um diálogo com o tema*. Afro-Ásia, n. 34, 2017.

*MULHERES são maioria entre os novos médicos*. SIMERS. Disponível em: <http://www.simers.org.br/noticia/mulheres-sao-maioria-entre-os-novos-medicos>. Acessado em: 03 de julho de 2016.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGALARRONDO, Paulo. *Juliano Moreira: um psiquiatra negro frente ao racismo científico*. Brazilian Journal of Psychiatry, v. 22, n. 4, 2000.

\_\_\_\_\_. *A primeira tese brasileira sobre a alienação mental: leituras, plágios e ciência*. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, v. 16, n. 4, 2013.

OLIVEIRA, Fátima. *Ser negro no Brasil: alcances e limites*. Estudos Avançados. v. 18, n. 50, 2004.

OSORIO, Rafael Guerreiro. *A mobilidade social dos negros brasileiros*. Diretoria de Estudos Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) com recursos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), 2004.

OTTE, Georg; VOLPE, Miriam Lídia. *Um olhar constelar sobre o pensamento de Walter Benjamin. Fragmentos: Revista de Língua e Literatura Estrangeiras*, v. 18, 2000.



PALAZOZ. Jamile de Brito. *Representações de feminilidades e masculinidades nas últimas décadas do século XIX. Salvador julho de 1889*. REDOR, Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Ensino e Pesquisa sobre Mulher e relações de gênero, 2018.

PATRÍCIO, 1994. *Apud*. RODRIGUES, Maria Socorro Pereira; SOBRINHO, Elísio Holanda Guedes; DA SILVA, Raimunda Magalhães. *A família e sua importância na formação do cidadão. Família, Saúde e Desenvolvimento*, v. 2, n. 2, 2000.

PASTANA, Andréa Da Silva. *Em Nome De Deus, Amém!: Mulheres, Escravos, Famílias, e Heranças através dos Testamentos em Belém do Grão Pará na Primeira Metade do Século XIX*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Pará, 2008.

PINSKY, Carla Bassanezi. *Estudos de gênero e história social*. Revista Estudos Feministas, v. 17, n. 1, 2009.

PINTO, 2003. *Apud* MENUCCI, Júlia Monfardini. *Uma História do Feminismo no Brasil*. Caderno Espaço Feminino, v. 30, n. 2, 2017.

PIZA et al FRANKLIN, Naila Ingrid Chaves. *Raça e gênero na obra de Nina Rodrigues—a dimensão racializada do feminino na criminologia positivista do final do século XIX*. Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades, n. 238, 2016.

PORTELLI, Alessandro. *O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum*. Usos e abusos da história oral, v. 2, p. 103-130, 1996.

QUEIROZ. Delcele Mascarenhas. *Raça, Gênero e Educação Superior*. (Tese de doutorado, Universidade Federal da Bahia, 2001)

RAGO, Elisabeth Juliska. *Outras falas: feminismo e medicina na Bahia (1836-1931)*. Annablume, 2007.

\_\_\_\_\_. *A ruptura do mundo masculino da medicina: médicas brasileiras no século XIX*. cadernos pagu, n. 15, 2000.

RAGO, Margareth. *Epistemologia feminista, gênero e história. Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

REIS, Adriana Dantas. *Cora: lições de comportamento feminino na Bahia do século XIX*. Universidade Federal da Bahia, Centro de Estudos Baianos, p. 65, 2000.

REIS, João José. *Fontes para a história da morte na Bahia do século XIX*. Caderno CRH, v. 4, n. 15, 2007.

RENILDA NERY BARRETO, Maria. *Assistência ao nascimento na Bahia oitocentista*. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 15, n. 4, 2008.

RENEPONTES, Patrícia; EISENSTEIN, Evelyn. *Gravidez na adolescência: a história se repete*. Adolescência e Saúde, v. 2, n. 3, 2005.

REY, 2007. Apud MOZZER, Geisa Nunes de Souza. *Uma perspectiva histórico-cultural da subjetividade*. Revista Inter-Ação, nº 38, 2009.

RIBEIRO, André Luis Rosa. *Família, poder e mito: o município de S. Jorge de Ilhéus (1880-1912)*. Editus, Editora da UESC, 2001.

RIBEIRO apud DOS SANTOS, Adailton Ferreira. *A Faculdade de Medicina da Bahia: percurso e reforma do ensino no século XIX*. VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas: “História, Sociedade e Educação no Brasil”. HISTEDBR, Campinas: Unicamp, 2009.

ROCHA, Nádia Maria Dourado; TRANQUILI, Alessandra Graciosa; LEPIKSON, Bianca Becker. *A Faculdade de Medicina da Bahia no século XIX: a preocupação com aspectos de saúde mental*. Gazeta Médica da Bahia, v. 74, n. 2, 2008.

ROCHA, Lurdes Bertol. *A região cacauzeira da Bahia-dos coronéis à vassoura-de-bruxa: saga, percepção, representação*. Editus, Editora da UESC, 2008.

RODRIGUES, Raymundo Nina. *Os africanos no Brasil*. SciELO-Centro Edelstein, 2010.

SÁ AVELAR, Alexandre. *A biografia como escrita da História: possibilidades, limites, tensões*. Dimensões, n. 24, 2010.

SANTANA, Nélia de. *A prostituição feminina em Salvador–1900/1940*. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

SANTOS, Adailton Ferreira. *A Faculdade de Medicina da Bahia: percurso e reforma do ensino no século XIX*. VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas: “História, Sociedade e Educação no Brasil”. HISTEDBR, Campinas: Unicamp, 2009.

SANTOS, Edmar Ferreira. *O poder dos candomblés: perseguição e resistência no Recôncavo da Bahia*. Edufba, Salvador, 2009.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. *Crescimento urbano e habitação em Salvador (1890-1940)*. Revista de Urbanismo e Arquitetura, v. 3, n. 1, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Clara dos Anjos e as cores de lima*. Sociologia & Antropologia, v. 7, n. 1, 2017.

\_\_\_\_\_. *Quando a desigualdade é diferença: reflexões sobre antropologia criminal e mestiçagem na obra de Nina Rodrigues*. Gazeta Médica da Bahia, v. 76, n. 2, 2008.

SCOTT, Rebecca J.; HÉBRARD, Jean M. *Provas de liberdade: uma odisseia atlântica na era da emancipação*. Campinas: Unicamp, 2014.

SERAFIM, Vanda Fortuna. *“Os africanos no Brasil”: o discurso de Nina Rodrigues acerca das religiões africanas na Bahia do século XIX*. Revista Brasileira de História das Religiões, v. 3, n. 7. 2010.

SILVA, Caroline Santos. Com um fórceps na mão, há de se parir uma nação: ensino e prática da Obstetrícia e Ginecologia em Salvador (1876-1894). 2011. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SILVA, Elizabete Rodrigues. *Resistência inventiva das mulheres fumageiras do Recôncavo baiano*. Revista Feminismos, v. 1, n. 1, 2013.

SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. *As ações das sociedades abolicionistas na Bahia (1869-1888)*. 4o Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2009.

SIS Médicos. *Rita Velho Lopes*. Disponível em: [http://pt-br.sis-medicos.wikia.com/wiki/RITA\\_LOBATO\\_VELHO\\_LOPES](http://pt-br.sis-medicos.wikia.com/wiki/RITA_LOBATO_VELHO_LOPES). Acesso: 16 jan 2018.

TRINDADE, Ana Paula Pires; TRINDADE, Diamantino Fernandes. Desafios das primeiras médicas brasileiras. *História da Ciência e Ensino: construindo interfaces*, v. 4, 2011.

TRINDADE, Diamantino Fernandes; TRINDADE, Laís dos Santos Pinto. *Os Pioneiros da Ciência Brasileira: Bartholomeu de Gusmão, José Bonifácio, Landell de Moura e D. Pedro II*. Revista Sinergia, v. 4, p. 163-169, 2003.

URICH, 2009, *apud* PIFFANO BRION DE SOUZA, Ioneide Maria. *Narrativas orais: construindo identidades religiosas a partir das experiências de sujeitos históricos*. Anais dos Simpósios da ABHR, v. 12, n. 1, 2011.

VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira. *Mulheres honestas, mulheres faladas: casamento e papéis sociais. Imagens Da Mulher na Cultura Contemporânea*. Bahia. Núcleo de Estudos Interdisciplinares Sobre a Mulher (NEIM). UFBA, 2002.

VILHENA, J. de. *A violência da cor. Sobre racismo, alteridade e intolerância*. Revista Psicologia Política, v. 6, n. 12, p. 391-413, 2006.

VANIN, Iole Macedo. *As damas de Branco na biomedicina baiana (1879-1949): médicas, farmacêuticas e odontólogas*. 2008. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

ZORZO, Francisco Antônio. *A sincronia das transformações: a ferrovia e as cidades da Bahia (1860- 1945)*. In: Anais do IV Encontro Estadual de História – ANPUH-BA: História: sujeitos, saberes e práticas. Vitória da Conquista: UESB, 2008.

## **Fontes**

### **CARTÓRIO CACHOEIRA**

Livro 2 B do Cartório do Registro e Imóveis da Comarca de Cachoeira, no Termo: 1081, Imóvel: Casa nº. 6, no Beco do Camarão, de Propriedade de Josephina Luiza da Palma. Cartório de Notas, Cachoeira, 1902.

### **CARTÓRIO IRARÁ**

Certidão de inteiro teor. Comarca de Irará. Cartório de RCPN de Irará. Oficial.: Pedro da Costa Vargens. 4 de fevereiro de 1936.

Certidão de inteiro teor. Comarca de Irará. Cartório de RCPN de Irará. Oficial.: Pedro da Costa Vargens. 22 de março de 1921.

### **ENTREVISTA**

LAVIGNE. J. L. *José Léo Lavigne: depoimento* [maio 2015]. Caldas do Jorro, Bahia, 2015. Áudio mp3 (51:07). Entrevista concedida para elaboração do projeto de mestrado da entrevistadora.

### **ARQUIVO FAMEB**

Arquivo FAMEB. Habilitação para faculdade. Atestado de batismo 1855.

Arquivo FAMEB. Habilitação para faculdade. Matrícula da FAMEB, 1904.

### **ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB)**

APEB. Seção Judiciário. Série: Processo crime. Est:12. Cx. 421, Doc 8, Fl 96.

APEB. Seção Judiciário. Série: Embargo Est:18. Cx., 636, Doc. 20, Fl 21.

APEB. Seção Judiciário. Série: Desquite (Divórcio). Est:63. Cx. 2266. , Doc. 5, Fl.3.

APEB. Seção Judiciário. Série: Escritura. Est:34. Cx. 452. , Doc 67, Fl. 02 F.

APEB, Seção Judiciário, Série processos cíveis. Escritura de compra e venda de 10 de fevereiro de 1897.

APEB, Seção Judiciário, Série processos cíveis. Escritura de compra e venda de 20 de julho de 1916.

APEB. Seção Judiciário. Série: Escritura. Est:18. Cx., 636, Doc. 20, Fl 21.

## **BIBLIOTHECA GONÇALO MUNIZ**

### **TESES:**

ARAÚJO. Gláfira Corina. Hemorragias Puerperaes. TESE. FAMEB. 1892.

BAPTISTA, Hildebrando José. A mulher e a medicina legal. Bahia: Officina dos Dois Mundos, p. 47, 1909.

BACIENSE. Laura Amália de Souza. Da alimentação das crianças na primeira infância. TESE. FAMEB. 1898.

BRANDÃO, Octavio de Souza. Do casamento e sua regulamentação. TESE. FAMEB. 1905

CARVALHO. José Eduardo Freire. Memória Histórica da Faculdade de Medicina da Bahia. 1909.

CASTRO, Elysio Pinto de Almeida. Ligeiras considerações sobre o determinismo. FAMEB: 108-H. TESE. 1908.

FALCÃO. Anna Machado Marinho. A ovariectomia e suas indicações. TESE. FAMEB. 1890.

GAMA, Cristovão Colombo da. Da tuberculose na Bahia. FAMEB. 1904.

GUIMARÃES. Climério Ribeiro. Considerações Higiênicas relativas ao trabalho. Pg. 17. FAMEB. 1906.

LOPES. Rita Lobato Velho. Paralelos entre os métodos preconizados na operação cesariana. FAMEB. 1887.

OLIVEIRA, Eduardo José de. Da responsabilidade Médica. FAMEB: 102-O. Lista de Teses. Gazeta Médica. 2004.

OLIVEIRA, Itala Silva de. Da sexualidade e da educação sexual. Salvador: Faculdade de Medicina da Bahia, 1927. (Tese de Doutorado em Ciências Médico-Cirúrgicas).

PINTO, Antônio Raposo. Traz o casamento consanguíneo a degeneração da raça. TESE. FAMEB. 1905.

PRAGUER. Francisca Barreto. Breves Noções sobre a raspagem uterina. TESE. FAMEB. 1893.

SILVA, Augusto Lins. O perigo social da sífilis. TESE. FAMEB. 1906.

TEIXEIRA. Maria Odília. Algumas considerações acerca da curabilidade e do tratamento das cirroses alcoólicas. TESE. FAMEB. 1909.

VEIGA. Ephigenia. Os methodos antisepticos em obstetrícia. TESE. FAMEB. 1890.

### **Memórias históricas**

ALBUQUERQUE, Anselmo Pires de. Archivo da Faculdade de Medicina da Bahia, anno 1916. Salvador-Bahia: Livraria Catilina, 1917.

CARVALHO Filho, José Eduardo Freire de. Memória Histórica da Faculdade de Medicina da Bahia. 1909 a 1910.

FORTUNA, Cristina Maria Mascarenhas. Memórias Históricas da Faculdade de Medicina da Bahia. 1916-1923; 1925-1941. ANEXO 1. Faculdade de Medicina da Bahia. Salvador. Bahia, Brasil.

FORTUNA, Cristina Maria Mascarenhas. Memórias Históricas da Faculdade de Medicina da Bahia. 1916-1923; 1925-1941. ANEXO 2. Faculdade de Medicina da Bahia. Salvador. Bahia, Brasil.

JACOBINA, Ronaldo Ribeiro. Memória histórica do centenário da Faculdade de Medicina da Bahia (2008): os professores encantados, a visibilidade dos servidores e o protagonismo dos estudantes da FMB. Salvador: UFBA, Faculdade de Medicina, 2013.

### **BIBLIOTECA CENTRAL DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - CCS - ILHA DO FUNDÃO, RIO DE JANEIRO**

BENEBAIM. Amélia Pedrosa. Clínica cirúrgica. Disposições Anomalias do cordão umbilical. Sua influência sobre a gravidez e o parto. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. (Tese de Doutorado em Ciências Médico-Cirúrgicas), 1890.

CAVALCANTI. Maria Almeida. Do Erythema nodoso palustre. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. (Tese de Doutorado em Ciências Médico-Cirúrgicas), 1891.

DIAS. Antonieta César. Hemorragia Puerperal. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. (Tese de Doutorado em Ciências Médico-Cirúrgicas), 1889.

PINHO. Elisa. Traumatismo do globo ocular. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. (Tese de Doutorado em Ciências Médico-Cirúrgicas), 1907.

SANTOS. Judith Adelaide Maurity. Evolução terapêutica. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. (Tese de Doutorado em Ciências Médico-Cirúrgicas), 1900.

TEIXEIRA, José Pereira. Considerações acerca do estado puerperal. Typographia Constitucional. Faculdade de Medicina da Bahia. (Tese de Doutorado em Ciências Médico-Cirúrgicas), 1879.

TORRES. Ursulina Lopes. Semilogia do feixe de his. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. (Tese de Doutorado em Ciências Médico-Cirúrgicas), 1908.

VASCONCELOS. Ermelinda Lopes. Formas clínicas da meningite na criança. Diagnóstico diferencial. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. (Tese de Doutoramento em Ciências Médico-Cirúrgicas), 1888.

### **Livros**

AMADO, Jorge. *Tenda dos Milagres*. 5ª EDIÇÃO. Martins, São Paulo, 1969.  
\_\_\_\_\_. *Tocaia grande*. 6ª EDIÇÃO. Editora Companhia das Letras, São Paulo, 2008.

LAVIGNE. Eusínio. *Os Espiritualistas perante a Paz e o Marxismo OU A perfectibilidade do Espírito, pelo socialismo*. Salvador, 1955.  
\_\_\_\_\_. *Regionalismo literário*. Salvador, Ba. Edições Gernasa, 1971.  
\_\_\_\_\_. José Léo. *Eusínio Lavigne Paradigma de honradez*. Ilhéus-Ba, 2009.  
\_\_\_\_\_. *Os meus 87 anos outros assuntos*. Salvador, Bahia. Editora Mensageiro da Paz, 1971.

SANTOS, Ruy. *Teixeira Moleque*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1960.

### **ARQUIVO HISTÓRICO DO COLÉGIO CENTRAL DA BAHIA**

Arquivo Histórico do Colégio Central da Bahia. 1A - Série referente a matrículas de alunos(as). Livro n. 17. Matrícula em 08 de fevereiro de 1899. Matrícula 42.

### **Jornal/periódicos**

*A Ordem* (CACHOEIRA-BAHIA- 1909 ATÉ 1921)

Diário da Tarde de Ilhéus (ILHÉUS 1927-1930)

### **CORRESPONDÊNCIA (CEDIDA PELA FAMÍLIA LAVIGNE)**

Cartas trocadas entre Maria Odília e Rui Santos.